MSc Social Development Practice – Student Report
Grupo de Pesquisa Lugar Comum – Produção de Pesquisa dos Estudantes

Spaces of Dialogue towards the Advancement of the Right to the City in Salvador, Bahia

Espaços de Diálogo para a Avanço do Direito à Cidade em Salvador, Bahia

Ana Fernandes, Alexandre Apsan Frediani, and Nicola Dillon Editors/Editores

dpu Development Planning Unit
UCL THE BARTLETT
LUGAR COMUM

This report, as well as previous overseas fieldwork reports, are available for download at the following link:
https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/programmes/postgraduate/msc-social-development-practice/sdp-overseas-practice-engagement

If a hard copy is required, please contact the Development Planning Unit (DPU) at the address at the bottom of the page. Institutions, organisations and booksellers should supply a Purchase Order when ordering a copy of this report. Where multiple copies are ordered, and the cost of postage and package is significant, the DPU may make a charge to cover costs.

Copyright of this report lies with the authors and there are no restrictions on it being published elsewhere in any version or form.

Graphics and layout: Ottavia Pasta and Nicola Dillon

Cover images, from left to right:
Alex Macfarlane, 2018;
Nicola Dillon, 2019;
Alex Macfarlane, 2018;
Nicola Dillon, 2019;
Alex Macfarlane, 2018;

ISBN: 9781999312459

dpu Development Planning Unit

UCL THE BARTLETT

LUGAR COMUM

MSc Social Development Practice – Student Report
Grupo de Pesquisa Lugar Comum – Produção de Pesquisa dos Estudantes

Spaces of Dialogue towards the Advancement of the Right to the City in Salvador, Bahia

Espaços de Diálogo para a Avanço do Direito à Cidade em Salvador, Bahia

Collaborative work between MSc Social Development Practice, The Bartlett Development Planning Unit and Lugar Comum Research Group, Faculty of Architecture of the Universidade Federal da Bahia

Trabalho colaborativo entre o Grupo de Pesquisa Lugar Comum, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e o MSc Social Development Practice, The Bartlett Development Planning Unit

Ana Fernandes, Alexandre Apsan Frediani, and Nicola Dillon Editors/Editores

July 2022

About the Editors

Ana Fernandes is full professor at the Faculty of Architecture of UFBA in the post-graduate programme and Coordinator of the Research Group Lugar Comum. She is 1A researcher at the CNPQ and is interested in the fields of history and practices of urbanism and urban politics, problematised around the conflicts and disputes for the construction of the right to the city and the territory.

Alexandre Apsan Frediani is a senior lecturer in community-led development in the global south and co-director of the masters programme in Social Development Practice at the Bartlett Development Planning Unit of University College London (UCL). His research interests include the application of Amartya Sen's Capability Approach in development practice, participatory planning and design and squatter settlement upgrading. His work has appeared in journals such as Environment & Urbanization, Development in Practice and Journal of Human Development and Capabilities

Nicola Dillon is the graduate teaching assistant on the masters programme in Social Development Practice at the Bartlett Development Planning Unit of University College London (UCL), where she provides administrative and teaching support. Her research interests include design as a social practice, the politics of materials and making and the role of creative knowledges in studying social diversity and influencing social policy.

Sobre os editores

Ana Fernandes é professora titular da Faculdade de Arquitetura da UFBA e de seu Programa de Pós-Graduação, e coordenadora do Grupo de Pesquisa Lugar Comum. É pesquisadora 1A do CNPQ e se interessa pelos campos da história e das práticas do urbanismo e da política urbana, tensionadas pelos conflitos e disputas e pela construção do direito à cidade e ao território.

Alexandre Apsan Frediani é um professor sênior em desenvolvimento liderado pela comunidade no sul global e co-diretor do programa de mestrado em Práticas de Desenvolvimento Social na Bartlett Development Planning Unit da University College London (UCL). Seus interesses de pesquisa incluem a aplicação da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen na prática de desenvolvimento, planejamento e desenho participativo, e melhoramento das favelas. Seu trabalho apareceu em revistas como Environment & Urbanization, Development in Practice e Journal of Human Development and Capabilities.

Nicola Dillon é a professora assistente de pós-graduação no programa de mestrado em Práticas de Desenvolvimento Social na Bartlett Development Planning Unit da University College London (UCL), onde ela fornece apoio administrativo e docente. Os seus interesses de investigação incluem o design como prática social, a política dos materiais e do fabrico e o papel dos conhecimentos criativos no estudo da diversidade social e na influência da política social.

Content/Conteúdo

Spaces of Dialogue towards the Advancement of the Right to the City in Salvador, Bahia 1

About the Editors/Sobre os editores 2

Content/Conteúdo 3

Acknowledgements/Agradecimentos 7

1 Introduction/Introdução
[English] Around the Right to the City: a four-year action learning experience (2016-2019) 9
[Português] Acerca do Direito à Cidade: 04 anos de uma experiência de ação-aprendizagem (2016-2019) 12

2 Collective Space(s) and Social Equipment/ Espaço(s) Coletivo(s) e Equipamentos Sociais
Territories of everyday life, collective practices and horizons of conflict and solidarity / Territórios do cotidiano, práticas coletivas e horizontes de conflito e solidariedade. 19
2.1 The Catalytic Role of Spaces of Dialogie in Advancing the Right to the City: Raising Claims Around Collective Spaces and Social Equipment as an Entry Point for Inclusive Citizenship 22
2.1.1 Introduction 22
2.1.2 Methodology 23
2.1.3 Key Findings 26
2.1.4 Conclusion 29
2.1.5 References 29
2.2 Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos + Práticas Autônomas: aprendizado para um planejamento urbano insurgente 32
2.2.1 Introdução 33
2.2.2 ES&EC 32
2.2.3 Metodologia 34
2.2.4 Práticas Autônomas 35
2.2.5 Ativismo necessário a todos 40
2.2.6 Referências 40

3 Housing and Economy/Habitação e Economia
Right to Housing: Articulation, Conflict and Vulnerability / Direito à Moradia: Articulação, Conflito E Vulnerabilidadde. 43
3.1 Role of 'Spaces of Dialogue' towards the Advancement of the Right to the City in Salvador: Housing and Economy 46
3.1.1 Introduction 46
3.1.2 Methodology 46
3.1.3 Analysis: Key Findings 49
3.1.4 Conclusion 55
3.1.5 References 56
3.2 Moradia, Trabalho e Permanência Digna: Direitos em Disputa na Cidade de Salvador 58
3.2.1 Introdução 58
3.2.2 As Rodas de Diálogo 59
3.2.3 Inserção Urbana e Questões de Ordem Fundiária 61
3.2.4 Programas e Iniciativas de Habitação e de Geração de Emprego e Renda 63
3.2.5 Considerações finais 66
3.2.6 Referências 66

4 Mobility and Infrastructure/ Mobilidade e Infraestrutura
Basic Sanitation and Urban Mobility Infrastructures and their Learning Processes / As Infraestruturas de Saneamento Básico e de Mobilidade Urbana e seus Processos de Aprendizagem 69
4.1 Role of 'Spaces of Dialogue' towards the Advancement of the Right to the City in Salvador: Mobility And Infrastructure 71
4.1.1 Introduction 71
4.1.2 Analysis 72
4.1.3 Conclusion 76
4.1.6 References 77
4.2 Infraestrutura e Mobilidade Urbana: Desafios, Perspectivas e Contradições do Direito à Cidade 79
4.2.1 Introdução 79
4.2.2 A Participação Popular nas Políticas Públicas 81
4.2.3 Considerações Finais 86
4.2.4 Referências 87

5 Culture and Memory/ Cultura e Memória
Culture in Salvador: The Challenges of Diversity and Plurality / A Cultura Em Salvador: Os Desafios da Diversidade e da Pluralidade 91
5.1 Role of 'Spaces of Dialogue' towards the Advancement of the Right to the City in Salvador: Culture and Memory 94
5.1.1 Introduction 94
5.1.2 Key Findings 95
5.1.3 Conclusion 99

5.1.4 References 99
5.2 O papel e as dimensões da cultura nos territórios da cidade..... 101
5.2.1 Introdução..... 101
5.2.2 “A gente também é a cidade”..... 103
5.2.3 A cultura na experiência da luta por moradia .. 106
5.2.4 A cultura do cuidado 108
5.2.5 Organização como força de mudança..... 109
5.2.6 Considerações Finais 110
5.2.5 Referências 110

6 Appendices/Anexos 112

List of Figures/Lista de Figuras

1.1 The learning exchange (2016-2019) 9
1.2 Pages from the Common City Newspaper..... 12
1.3 Poderíamos incluir a fotografia do jornal com o ciclo dos 4 intercâmbios..... 13
1.4 Paginas do Jornal Cidade Comum de investigacao 14
2.1 Health centre in Nordeste. Source: Carlos Vizcaino Tesillo, 2019. 22
2.2 Analytical framework diagram. Source: Chapter authors, 2019 24
2.3 Roda de Diálogos: Articulação para a Gestão Democrática de Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos. Fotografia de Mel Travassos, 2019. 38
3.1 Analytical Framework. Source: Chapter authors, 2019. 45
3.2 Convidados e Organziadoras da Roda de Diálogo Moradia e Economia Popular. Fotografia de Delano Aguiar (2019)..... 60
3.3 Convidados, organizadores e público presente na Roda de Diálogo Moradia e Permanência Digna. Fotografia de Herta Gatter (2019) 60
3.4. Mapa com distribuição das ZEIS em Salvador. Fonte: SALVADOR, 2016..... 62
3.5 Feira do Nordeste de Amaralina. Fotografia de Bernadete Santiago (2019) 65
4.1 Vista do bairro Horto Florestal a partir da Chapada do Rio Vermelho (Nordeste de Amaralina). Fotografia de Elis Veiga (2019).. 80
4.2 Canais na Gamboa de Baixo (esquerda) e Plataforma (direita). Fotografia de Elis Veiga (2019). 83
4.3 Canais na Gamboa de Baixo (esquerda) e Plataforma (direita). Fotografia de Elis Veiga (2019) 83
4.4 Trecho entre a Av. Nova República e a R. São José do Nordeste, Bairro Santa Cruz (Nordeste de Amaralina). Fotografia de Elis Veiga (2019)..... 84
4.5 Encosta na Rua Nova República - Santa Cruz (Nordeste de Amaralina). Fotografia de Elis Veiga (2019)..... 84
5.1 Analytical Framework. Source: Chapter authors, 2019..... 94
5.2 Community narratives presented through posters co-created with the collectives to demonstrate community cultural practices. Source: Culture and Memory group and collective representatives, 2019..... 95
5.3 Community representatives adding events to the cultural calendar at Roda de Diálogo Culture and Memory. Source: Bhadra Menon, 2019 97
5.4 Pôster "Qual é a sua, Salvador?" produzido para a Roda de Diálogo de Cultura. Fotografia dos autores, 2019. 105
5.5 Visita ao espaço de referência territorial conhecido como “casarão” na Ocupação Guerreira Maria Felipa, do MSTB. Fotografia de Gabriela Leandro Pereira, 2019. 107
5.6 Roda de Diálogo “Cultura e Memória”, realizada no Acervo da Laje. Fotografia de Anna Paula Ferraz Dias Vieira, 2019. 109

List of Tables/Lista de Tabelas

2.1 Research Activities. Source: Chapter authors, 2019 25
3.1 Description of Research Methods. Source: Chapter authors, 2019 48
3.2 Main Spaces of Dialogue. Source: Chapter authors, 2019 50
3.3 Common Claims of the Two Rodas. Source: Chapter authors, 2019..... 51
4.1 Methods of data collection. Source: Chapter authors, 2019. 72

List of Boxes

2A Roda de Dialogo, 8 May 2019 27
3A ZEIS. Source: Chapter authors, 2019.. 54
5A Spaces of Dialogue 1 97
5B Spaces of Dialogue 2 97

List of acronyms/ Lista de acrónimos

AMACH Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (Association of Inhabitants and Friends of the Historic Centre)
BRT: Bus Rapid Transit
CE&SE Collective Spaces & Social Equipment
COELBA Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Urban Development Company of the State of Bahia)
CDRU Concessão do Direito Real de Uso (Concession of the Real Right of Use)
CUEM Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (Concession of Housing Special Use)
DPU The Bartlett Development Planning Unit, University College London
FAUFBA Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Faculty of Architecture of the Federal University of Bahia)
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics)
IPAC: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Artistic and Cultural Institute of Bahia)
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Heritage and National Arts Institute)
MCMV Minha Casa Minha Vida (My house My Life social housing programme)
MLB: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (Movement for Struggle in Villages, Neighborhoods, and Slums)
MSTB Movimento Sem Teto da Bahia (Homeless Movement of Bahia)
PDDU Plano Dretor de Desenvolvimiento Urbano (Urban Development Master Plan)
PT Partido dos Trabalhadores (Worker's Party)
RTTC Right to the City
SEINFRA Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Secretary of Infrastructure of Bahia)
SEMOB Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Municipal Secretary for Urban Mobility)
SEMPRE Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Municipal Secretary of Social Development and Poverty Alleviation)
TAC Termo de Ajustamento de Conduta (Terms for the Regulation of Conduct)
UBS Unidade Básica de Saúde (Health Basic Unit)
UCL University College London
UFBA Universidade Federal da Bahia (Federal University of Bahia)
UPA Unidade de Pronto Atendimento (Emergency Care Unit)
VLT Veiculo Leve Sobre Trilhos (Light Rail)
ZEIS Zona Especiais de Interesse Social (Zone of Special Social Interest)

Acknowledgements

We would like to offer our deepest thanks and gratitude to everyone in Salvador who collaborated with students and professors in this cycle and over the 4-years of the engagement, by sharing their everyday lives, struggles and opinions: Acervo da Laje; the Associação Amigos de Gegê e Moradores da Gamboa de Baixo; the Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH); the Fórum de Entidades do Nordeste de Amaralina (FOSERENA), through the project Cine Maloca, of the Associação Nova República, the Paróquia Santo André and the Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina; the Movimento de Luta por Bairros, Vilas e Favelas and the Ocupação Luisa Mahin (MLB); the Movimento Sem Teto da Bahia and the Ocupação Guerreira Maria (MSTB); and the Rede de Associações de Saramandaia (RAS), through the Projeto Cultural Arte Consciente and the Balanço das Latas Brasil.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento e gratidão a todos em Salvador que colaboraram com alunos e professores neste ciclo e ao longo dos 4 anos de engajamento, compartilhando seu cotidiano, lutas e opiniões: o Acervo da Laje; a Associação Amigos de Gegê e Moradores da Gamboa de Baixo; a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH); o Fórum de Entidades do Nordeste de Amaralina (FOSERENA), através do projeto Cine Maloca da Associação Nova República, a Paróquia Santo André e a Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina; o Movimento de Luta por Bairros, Vilas e Favelas e a Ocupação Luisa Mahin (MLB); o Movimento Sem Teto da Bahia e a Ocupação Guerreira Maria (MSTB); bem como a Rede de Associações de Saramandaia (RAS), através do Projeto Cultural Arte Consciente e do Balanço das Latas Brasil.

Introduction/Introdução

Around the Right to the City: a four-year action learning experience (2016-2019) / Acerca do Direito à Cidade: 04 anos de uma experiência de ação-aprendizagem (2016-2019)

Ana Fernandes - PPGAU-FAUFBA
Alexandre Apsan Frediani, Ignacia Ossul-Vermehren, Lucia Caistor, Vanessa Mendes and Nicola Dillon – DPU

[English]

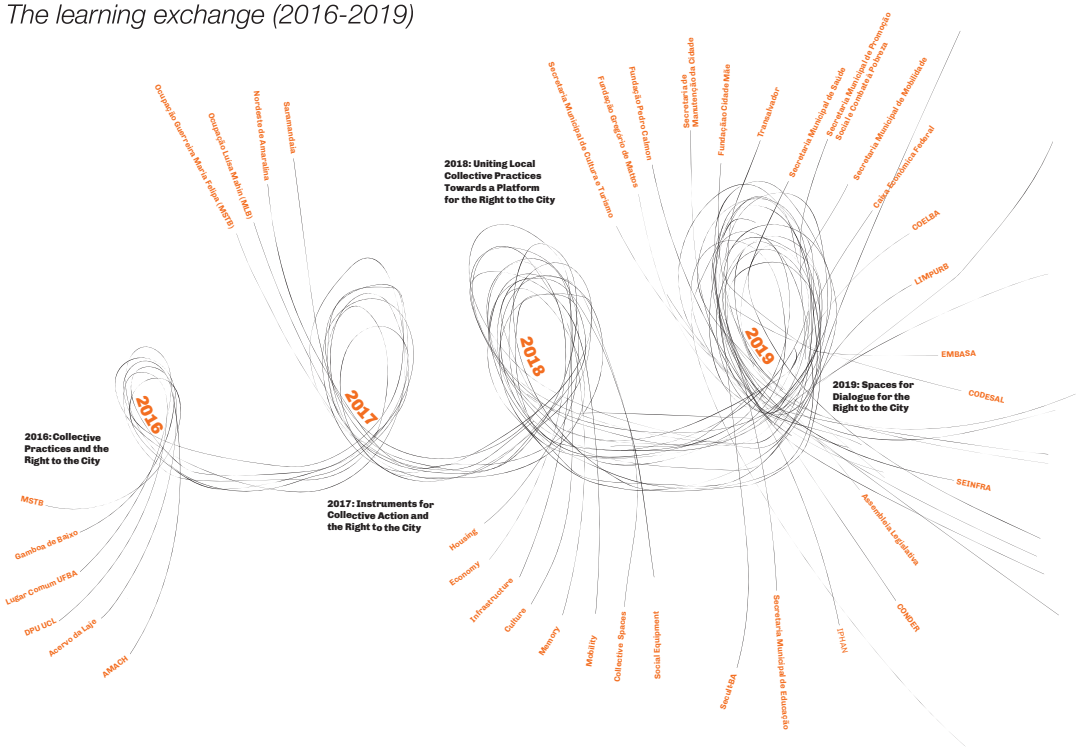
From 2016 to 2019, the research group 'Lugar Comum' from the Faculty of Architecture of Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) and the team of the MSc programme in Social Development Practice (SDP) of the Bartlett Development Planning Unit of University College London conducted four action learning initiatives focused on the Right to the City in Salvador, Brazil. The action learning activities of the partnership were designed to facilitate collective learning processes between students, academic staff and representatives from grassroots collectives in ways that support on-going demands and mobilisations in relation to the Right to the City. The four cycles of learning exchanges that took place in 2016, 2017, 2018 and 2019 mobilised more than 200 students and 20 academic staff members from UFBA and UCL, as well as more than 20 leaders and about 100 residents of seven different urban collectives in Salvador.

The urban collectives involved in the learning experience have in common, in different ways, both, their material and political deprivation and their persistent struggle for the right to the city. They included: a neighbourhood association of the historical city centre called **AMACH** (Residents association and friends of the historical city centre); an arts and cultural group called **Acervo da Laje;** a neighbourhood association from the popular settlement of **Gamboa de Baixo**; a housing social movement called **Movimento dos Sem Teto da Bahia** (Roofless movement of Bahia); a cultural group from **Saramandaia** neighbourhood called Arte Consciente; a neighbourhood association from the neighbourhood of **Nordeste de Amaralina,** and housing social movement called **Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).**

Previous editions of the action-learning exchange

During the first edition (2016) of the learning exchange, the teams explored the notion of *collective practices of resistance*, understood as both everyday practices, as well as organised actions that make claims around issues of

Figure 1.1- *The learning exchange (2016-2019)*



redistribution, recognition and participation in the city. The exchange also documented existing mechanisms within which universities and civil society groups have been or could be collaborating. The findings of this exchange showed a range of practices, from MSTB's (IPAC-I and IPAC-II) occupations of buildings to make claims of affordable and adequate housing, to the recognition of traditional fishing practices in Gamboa de Baixo to support their right to remain. However, the findings also showed that the on-going practices would benefit from systematic documentation, as well as learning across community groups. The work of AMACH, through the development of their own audit (*Pericia Popular* or Popular Audit) to hold housing authorities accountable - was an innovative strategy that opened a pathway during the exchange to claim rights in the city. This mapped new trajectories for the collective practices of resistances and inspired the second edition, focusing on *Instruments for collective action.*

In the second edition (2017), in order to advance in the documentation, development and reflections about these methodologies, the notion of collective practices of resistance was re-conceptualised as Instruments for collective action. This was defined as:

> *(...) building tools and stimulating practices which (a) point to the construction and systematization of shared knowledge aiming at the deepening democratically the relations State-civil society in terms of social responsibility and power sharing; (b) support these collectives to identify, mobilise and activate claims advancing their right to the city; and (c) create alternatives of a democratic urban policy that could face the complexity of the city, building autonomy, being sensitive to oppressed inhabitants and enlarging the concept of the right to the city. (Fernandes et al, 2018, p.9).*

The key learning from the second edition was that by identifying a range of instruments for collective action - community groups saw them as a useful way to mobilise internal participation (i.e. Gamboa de Baixo), across organisations in the same area (i.e. Nordeste de Amaralina and Saramandaia), and within a social movement (i.e. MSTB) - these could be potentially used across sites. Thus, instruments for collective action could facilitate the pathways for multi-sited collective action that advances right to the city concerns.

In the third edition (2018) of the partnership, the action learning programme focused on analysing the potential role of claims and instruments to take place at a wider territorial scale. The work in 2018 approached the learning exchange as an opportunity to facilitate learning across civil society groups in Salvador and explored the role for building collaborative strategies that can address common right to the city concerns. Groups were divided into four cross-cutting themes, which were prioritised by the urban collectives in Salvador:

Collective Spaces and Social Equipment: this group focused on how citizens claim their right to the city through the social value of shared spaces and social infrastructure by understanding how they are created, managed, used and appropriated by the communities in Salvador. The group's findings outlined the common claims by urban collectives to collective spaces and social equipment, revealing the relationship between these claims and the struggles for more equitable forms of recognition in processes of city-making.

Housing and Economy: this group enabled a series of discussions on how housing practices (policies and experiences) affect people's right to have a dignified income generation activity. The group examined the collective claims around this topic and generated a draft of a potential open letter that included various shared concerns, such as the importance for social housing policy to recognize and support opportunities for income generation activities and address issues around stigma, discrimination.

Mobility and Infrastructure: the group analysed the collective claims associated to how people experience mobility and their access to infrastructure affect 'right to the city'. The group revealed three key intersecting claims: 1) "We want recognition as equally valuable collectives and citizens"; 2) "We want deeper participation in planning, decision-making and implementation of the transport system"; 3) We want to move freely and have choices in how we move.

Culture and Memory: the group focused on how collective practices associated with culture and memory have been applied by urban collectives to claim for the right to the city. The group generated a profile of cultural practices and examined the synergies and differences associated with them. The work revealed the importance of race in processes of experiencing and advocating for the right to the city and identified a series of challenges associated with scaling up localised cultural practices.

The first three years of the exchange, which occurred during the first two weeks of May each year, was supported by FAUFBA student fellows - who worked with communities and professors throughout the year and prepared the next year's engagement. It was also strengthened by specific modules conducted by FAUFBA academic staff as part of the "Curricular Action in Community and Society", such as one led by Glória Figueiredo with AMACH and Gabriela Leandro Pereira on the Occupation Luisa Mahin. The key learnings from these first three years can be summarised as follows:

- From instruments for collective action to city-scale claims: The conceptualisation and further identification

of instruments of collective action, helped systematise the on-going work of community groups and open new trajectories of change that could be shared across groups. From 2016 to 2018, we learnt how these instruments could be used to achieve material and symbolic gains, but also how there could be cross-learning amongst social movements to support shared claims around the right to the city.

- From specific collaborations to stronger solidarity between community groups: From an initial focus on specific territories, the exchange moved on to facilitate learning across territories and groups and develop a communal agenda around key issues in the city. This also made the engagement shift from a focus on collective practices within particular territories in the city, toward exploring city-wide tendencies and the connections among experiences of communities living in different localities in the city. The already existing solidarity amongst community groups was strengthened by this approach, and supported learning amongst groups.

- Finding entry points in a complex and changing political landscape: The nature of the learning collaboration as well as the possibility of bringing about transformative change, meant that it was key for all those involved in the exchange to understand the institutional and policy landscape in which social movements operate. This moved from a more general understanding about how policies, programmes and legal frameworks work, to a more tailored approach, with the aim of identifying specific entry points which could be used by community groups to bring about change.

This was particularly important, as Brazil's political environment has experienced dramatic political changes in the last years, and has made it even more difficult for social movements to support democratic processes and spaces of recognition and participation[1].

2019 Report

This report outlines the findings of the fourth and final year of the action learning collaboration between SDP and Lugar Comum. The objective of the 2019 activities was to consolidate the learning that took place in the last three exchanges and examine their role in feeding into policy and planning processes. Policy and planning are here defined in a broad sense, involving the wide set of policies, processes, norms and procedures shaped by government, market as well as civil society entities and movements. Therefore, after documenting collective practices in the first two years of the exchanges, then identifying crosscutting advocacy agendas in the third edition of the exchange, this final set of collaborative activities focused in communicating these findings to key policy and planning stakeholders, with the objective to try to support ongoing efforts to advance the right to the city in Salvador.

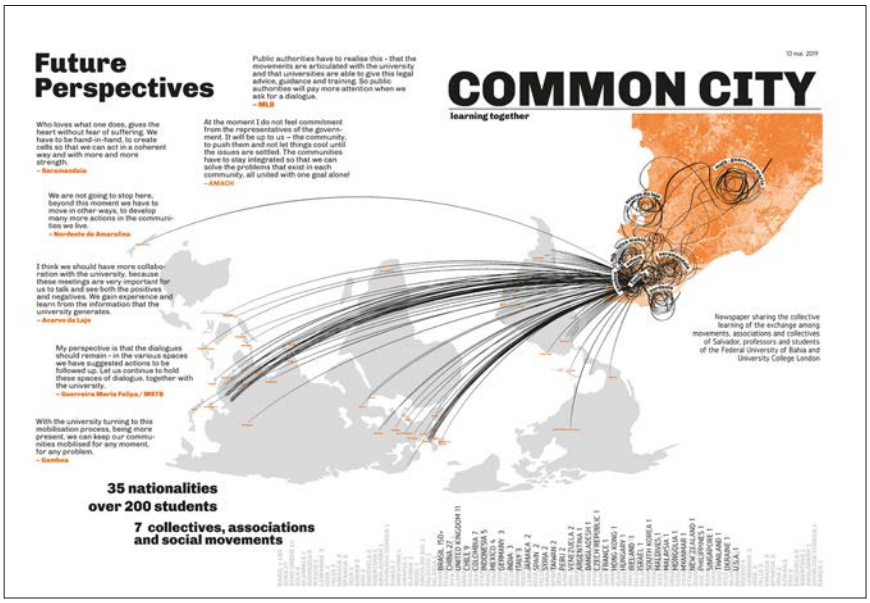
The strategy used for the learning exchange to pursue this objective was to define and promote 'spaces of dialogue' in which collectively produced agendas, claims and proposals could point towards the possibility of legitimisation, expansion or access to the right to the city. Each team involved in this process took as their point of departure one of the four cross-cutting agendas defined by previous engagements. Six 'spaces of dialogue' were then organised: housing and popular economy; the right to remain in a dignified way; culture and memory; pathways for the democratic management of social equipment and collective spaces; democratic mobility and accessibility; infrastructure: integration and promotion of social justice. These spaces of dialogue were organised in a way that enabled leaders and members of urban collectives to present demands, substantiated by research findings, to key urban stakeholders. The events hoped to increase recognition of right to the city claims and instigate a commitment from public authorities for future action. A summary of the debates and commitments of these events are outlined in the newspaper 'Common City'[2].

This report shares the main findings associated with the 2019 learning exchange activities, and examines the role of these 'spaces of dialogue' towards the advancement of the right to the city in Salvador. Each of the four teams were asked to respond to this overarching objective by addressing key learning questions:

1. Drawing on the work from previous editions and data collected this year, what are the main findings in relation to the group's thematic area and to the right to the city in Salvador?
2. How can these findings support the development of an 'agenda for dialogue' between grassroots and institutional actors that advances right to the city in Salvador?
3. What role can this dialogue play to address 'policy and planning' challenges and opportunities, and to advance the right to the city in Salvador?
4. What are some of the key knowledge gaps that need further investigation to support processes of advocating for the right to the city in Salvador?

[1] President Dilma Rousseff was impeached in 2016, which later led to a series of constitutional amendments and austerity measures, constituting considerable financial cuts to welfare programmes and undermining civil rights. In 2018, Jair Bolsonaro was elected president, implementing fair-right policies, creating a challenging scenario for social movements, with a diminishing space for democratic participation. Fortunately, at the time of publication of this report, Brazil has already moved towards more auspicious political perspectives.
[2] Access the newspaper in Portuguese here: https://lugarcomum.ufba.br/portfolio/biblioteca/ and in English here: https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/common-city-newspaper-salvador-2019-final.pdf

Figure 1.2: *Pages from the Common City Newspaper*



Lessons Learned

Apart from the annual reports about right to the city in Salvador, this collaboration generated a series of reflections about the possibilities, opportunities and challenges of international university collaboration, focused on situated, collective and emancipatory knowledge production. These reflections were nurtured by the learning exchanges that took place in Salvador, as well as the 2-week visit to London in 2018 from Lugar Comum members, which included lecturers, students and representatives from three urban collectives involved in the exchanges[3]. Fernandes et al (2022) summarised some of these reflections by exploring how this collaboration was shaped by urgency, recognition and convergence. This collaboration involving universities and urban collectives has been triggered by a shared feeling of urgency to respond to growing urban inequalities. In this context, the partnership shared an underpinning value of urgency for universities to position themselves in ways that support dialogue while supporting and amplifying marginalised voices and experiences. Therefore, the activities of the learning exchanges aimed to recognise agendas and actors often excluded or repressed from academic spaces and activities associated with urban development. Finally, this collaboration helped to build convergences between universities and civil society groups, as well as promoting constructive interactions among social actors as well as with public authorities. While highlighting the structural barriers to make cities more socially just, the collaboration also illustrated the role of universities in enabling incremental changes, by setting precedents of collective and collaborative engagements. For us, this initiative has been an extremely meaningful process to remind ourselves that the struggles for the right to the city require reimaging the ways we learn about our cities. Therefore, we hope for more engaged, situated and emancipatory international collaborations making our cities more plural and democratic.

[Português]

De 2016 a 2019, o grupo de pesquisa 'Lugar Comum' do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e a equipe do programa de Mestrado em Prática de Desenvolvimento Social (SDP) da Bartlett Development Planning Unit of University College London conduziram quatro iniciativas de ação-aprendizagem centradas no Direito à Cidade em Salvador, Brasil. As atividades delas decorrentes foram concebidas para facilitar processos de aprendizagem coletiva entre estudantes, docentes e lideranças e membros de coletivos de base, de modo a apoiar as exigências e mobilizações em curso em relação ao Direito à Cidade. Os quatro ciclos de intercâmbio que tiveram lugar em 2016, 2017,

[3] More on reflections about these exchanges, see video: https://youtu.be/Lyf--wl9_gY

2018 e 2019 mobilizaram mais de 200 estudantes e 20 membros do corpo docente da UFBA e da UCL, bem como mais de 20 lideranças e cerca de 100 residentes de sete diferentes coletivos urbanos em Salvador.

Os coletivos urbanos envolvidos na experiência de aprendizagem têm em comum, de diferentes formas, tanto a sua privação material e política como a sua luta persistente pelo direito à cidade. Incluem: uma associação de bairro do centro histórico da cidade chamada **AMACH** (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador); duas associações de moradores de bairros populares, uma da **Gamboa de Baixo** e a outra do **Nordeste de Amaralina**; dois grupos artísticos e culturais, o chamado **Acervo da Laje**, em Plataforma, Subúrbio Ferroviário de Salvador e o Arte Consciente, em **Saramandaia**; e dois movimentos sociais por direito à habitação, o **Movimento dos Sem Teto da Bahia** (MSTB) e o **Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas** (MLB).

Edições anteriores do intercâmbio de ação-aprendizagem

Durante a primeira edição (2016) do intercâmbio, as equipes exploraram a noção de práticas coletivas de resistência, entendidas como práticas quotidianas, bem como ações organizadas que fazem reivindicações em torno de questões de redistribuição, reconhecimento e participação na cidade. Também foram abordados mecanismos existentes, no seio dos quais as universidades e grupos da sociedade civil têm colaborado ou poderiam fazê-lo. Os resultados deste intercâmbio mostraram uma série de práticas, desde as ocupações de edifícios do MSTB (IPAC-I e IPAC-II) reivindicando habitação acessível e adequada, até o reconhecimento de práticas tradicionais de pesca na Gamboa de Baixo para apoiar o seu direito de permanência. Contudo, os resultados também mostraram que uma documentação sistemática dos territórios seria de grande valia para as práticas em curso, bem como para a aprendizagem entre grupos comunitários. O trabalho da AMACH, através do desenvolvimento da sua própria auditoria (Perícia Popular ou Auditoria Popular), feita para responsabilizar as autoridades responsáveis pela questão da habitação, foi uma estratégia inovadora que abriu um caminho, durante o intercâmbio, para reivindicar direitos na cidade. Isto mapeou novas trajetórias para as práticas coletivas de resistência e inspirou a segunda edição, que se centrou em Instrumentos para a ação colectiva.

Na segunda edição (2017), a fim de avançar no trabalho de investigação de documentação, bem como no de desenvolvimento e reflexão sobre estas metodologias, a

Figura 1.3 *- Ciclo dos 4 intercâmbios*

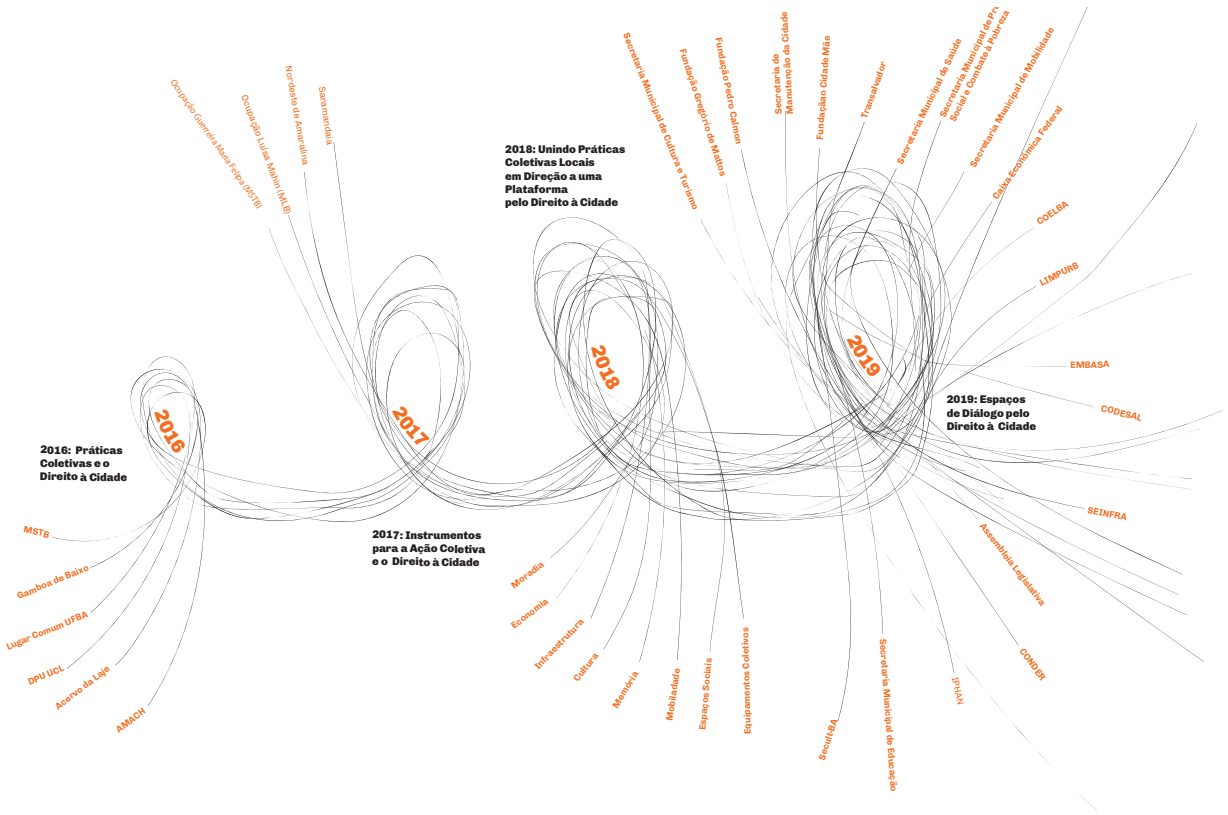
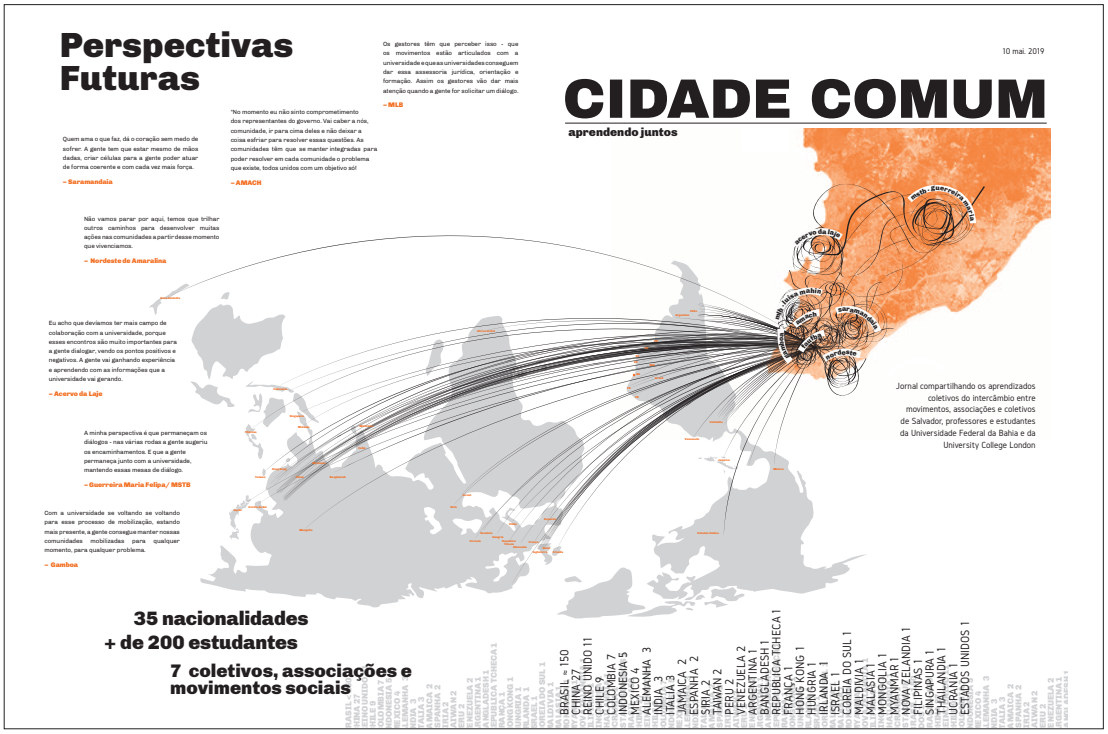


Figura 1.4: *Páginas do Jornal Cidade Comum*



Perspectivas Futuras

Quem ama o que faz, dá o coração sem medo de sofrer. A gente tem que estar mesmo de mãos dadas, criar células para a gente poder atuar de forma coerente e com cada vez mais força.

– Saramandaia

"No momento eu não sinto comprometimento dos representantes do governo. Vai caber a nós, comunidade, ir para cima deles e não deixar a coisa esfriar para resolver essas questões. As comunidades têm que se manter integradas para poder resolver em cada comunidade o problema que existe, todos unidos com um objetivo só!

– AMACH

Os gestores têm que perceber isso - que os movimentos estão articulados com a universidade e que as universidades conseguem dar essa assessoria jurídica, orientação e formação. Assim os gestores vão dar mais atenção quando a gente for solicitar um diálogo.

– MLB

Não vamos parar por aqui, temos que trilhar outros caminhos para desenvolver muitas ações nas comunidades a partir desse momento que vivenciamos.

– Nordeste de Amaralina

Eu acho que deviamos ter mais campo de colaboração com a universidade, porque essas encontros são muito importantes para a gente dialogar, vendo os pontos positivos e negativos. A gente vai ganhando experiência e aprendendo com as informações que a universidade vai gerando.

– Acervo da Laje

A minha perspectiva é que permaneçam os diálogos - nas várias rodas a gente augeriu os encaminhamentos. E que a gente permaneça junto com a universidade, mantendo essas mesas de diálogo.

– Guerreira Maria Felipa/ MSTB

Com a universidade se voltando se voltando para esse processo de mobilização, estando mais presente, a gente consegue manter nossas comunidades mobilizadas para qualquer momento, para qualquer problema.

– Gamboa

10 mai. 2019

CIDADE COMUM

aprendendo juntos

Jornal compartilhando os aprendizados coletivos do intercâmbio entre movimentos, associações e coletivos de Salvador, professores e estudantes da Universidade Federal da Bahia e da University College London

35 nacionalidades
+ de 200 estudantes
7 coletivos, associações e movimentos sociais

Práticas Coletivas

Plataforma/ Acervo de Laje
Ocupação Guerreira Maria Felipa MSTB
Ocupação Luísa Mahin/MLB
Centro Histórico/ AMACH
Saramandaia Arte Consciente
Gamboa/ Associação de Moradores
Nordeste de Amaralina/ Associação de Moradores
SALVADOR

Centro Histórico/ AMACH

A Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) foi criada no começo dos anos 2000, na luta pela garantia do direito à cidade aos moradores do Pelourinho e centrada, sobretudo, no acesso a moradia digna. O Programa de Recuperação do CHS, iniciado em 1991, dividiu a área em sete partes, sendo a 7ª etapa onde a AMACH surgiu e segue resistindo. Diante do impacto sobre a qualidade de vida e as condições de moradia, promovido por este Programa e por outras ações, esses moradores seguem lutando, enfrentando questões sobre o uso do solo e dos espaços públicos, a falta de protagonismo nas decisões políticas que geram impacto na vida de todos, além da constante ameaça de retirada do direito à moradia por parte de projetos urbanísticos, turísticos e comerciais que visam a favorecer classes de renda mais alta. Em 2005, o Ministério Público determinou, em um Termo de Ajuste e Conduta (TAC), o cumprimento de demandas dos moradores, de acordo com necessidades básicas, porém segue parcialmente atendido.

Vendedores Ambulantes
A AMACH apoia os vendedores ambulantes do Centro Histórico, reunidos em torno de uma Associação que busca garantir sua permanência na região. Além de ter negociado barracas permanentes, a AMACH segue lutando para que os vendedores retomem suas atividades nas principais praças turísticas de Salvador.

Habitação
No contexto do Programa de Recuperação promovido pelo estado, a AMACH concentra-se em lutar pela direito à moradia no Centro Histórico de Salvador e em reconhecer a habitação como relacionada à geração de renda. Suas lutas apontam para a falta de moradia (de qualidade), espaço para atividades comerciais e prestação de contas do Estado.

Cozinha Comunitária
Desde 2012, a Cozinha Comunitária da AMACH serve não apenas como geradora de renda para a Associação, mas também como um centro comunitário que mobiliza as pessoas em sua luta pela moradia. Para além de produção e comercialização de alimentos, é um lugar de capacitação para as moradoras administrarem a Cozinha. Mais financiamento e apoio do Estado são necessários.

4

Plataforma/ Acervo de Laje

Fundado em 2011 por Vilma Santos e José Eduardo Santos, o Acervo da Laje é um museu e um espaço de encontro para estudantes e artistas. Localizado em duas casas no bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário, a coleção do Acervo busca preservar e criar a memória produzida no cotidiano da região do subúrbio, reunindo artefatos e peças de arte da região. José Eduardo descreve o Acervo como um espaço dinâmico para cuidar da memória produzida a partir da prática cotidiana e comenta que, quando os visitantes circulam entre as duas casas, "podem experienciar a comunidade não como turistas em um safári, mas sim a partir de uma perspectiva humanizada".

O Acervo da Laje desafia a dicotomia entre centro e periferia, propondo um "deslocamento estético dentro da cidade" que promova visibilidade da produção de artistas locais e oportunidade para que os jovens acessem a arte e a memória produzida dentro e fora do Subúrbio. O Acervo da Laje promove oficinas realizadas por artistas locais para os jovens do bairro e seu entorno. Essas oficinas são tanto uma oportunidade de emprego para artistas, alguns ligados à universidade, que são reconhecidos e valorizados como professores, além de ser uma chance para que os jovens se envolvam com a produção cultural e artística local sem precisar deixar o bairro. Vilma ainda é responsável por atividades regulares de reforço escolar para as crianças.

Dizer "eu vou para a cidade" significa que as pessoas que moram na periferia não se sentem pertencentes à cidade

– José Eduardo Santos (Acervo de Laje)

Ocupa Lajes
O Ocupa Lajes é um projeto que promove uma série de exposições, oficinas e atividades em lajes de casas na comunidade de Plataforma e em outros bairros de Salvador. O Ocupa Lajes foi realizado pela primeira vez em 2016 e proporcionou oportunidade para troca de ideias e práticas artísticas entre comunidades e bairros. A programação do Ocupa Lajes ganhou força em sua segunda edição em 2018, quando o projeto e a ideia se espalharam para outras Lajes e outros bairros de Salvador.

Gamboa/ Associação de Moradores

A Gamboa de Baixo é um bairro localizado na borda da Baía de Todos os Santos, próximo ao Centro Antigo e vizinho ao bairro 2 de Julho, região comercial do centro. A comunidade da Gamboa é composta por aproximadamente 380 famílias com forte histórico de mobilização social. Em estreita relação com seu território a baía mar, a principal atividade econômica da comunidade é a pesca tradicional. No entanto, a maioria das pessoas recebe rendimentos relativamente baixos pela atividade. De uma entrevista realizada em 2017 com 208 moradores da comunidade, metade vivia na Gamboa desde o nascimento, enquanto os outros já haviam se estabelecido no bairro há mais de dez anos. A Gamboa encontra-se em uma posição cada vez mais vulnerável em termos de programas de requalificação urbana, ocupando um faixa litoral agora alinhada com píeres privados e edifícios de alto luxo. Dada a localização privilegiada da área, a ameaça de expulsão é constante.

Bar da Mônica
É um local de lazer e contemplação que atende ao público interno da Gamboa, mas também a outros públicos externos, a exemplo de moradores de Salvador e turistas estrangeiros. Ali são servidos frutos do mar e peixes vendidos pelos pescadores da própria Gamboa, além de bebidas. O bar reverte em geração de renda para as famílias e serve de espaço para atividades comunitárias.

Conserto de Barcos
Na Gamboa, alguns habitantes ainda estão trabalhando numa espécie de estaleiro popular. Os trabalhadores consertam barcos em uma plataforma que costumava ser um espaço de jogos e brincadeiras para as crianças e agora é usado para esta finalidade. O ofício é importante, pois contribui para o reconhecimento da atividade tradicional pesqueira.

Pesca e Mergulho
A pesca é a principal atividade econômica da comunidade, um conhecimento que vem sendo transmitido há gerações. Cada pescador vende sua pesca individualmente, mas a Associação da Gamboa possui um barco e diversos equipamentos de pesca. As mulheres são responsáveis pelo processo de limpeza dos peixes depois que os homens chegam com a produção do dia. A prática do mergulho foi introduzida recentemente para suprir a demanda por peixes.

5

noção de práticas coletivas de resistência foi reconceitualizada enquanto Instrumentos para a Ação Coletiva. Isto foi definido como:

> *(...) instrumentos de construção e práticas estimulantes que (a) apontam para a construção e sistematização do conhecimento partilhado, visando o aprofundamento democrático das relações Estado - sociedade civil em termos de responsabilidade social e partilha de poder; (b) apoiam estes coletivos a identificar, mobilizar e ativar reivindicações que façam avançar a sua pauta de direito à cidade; e (c) criam alternativas para uma política urbana democrática que poderia enfrentar a complexidade da cidade, construindo autonomia, sendo sensível aos habitantes oprimidos e alargando o conceito do direito à cidade. (Fernandes et al, 2018, p.9).*

A principal aprendizagem da segunda edição foi que, ao identificar uma série de instrumentos para a ação coletiva - grupos comunitários os identificam como uma forma útil seja de mobilizar a participação interna (p.ex. Gamboa de Baixo); seja de atuar em áreas próximas (i.e. Nordeste de Amaralina e Saramandaia); ou ainda, no trabalho interno de um movimento social, (ip.ex. MSTB) - eles poderiam ser potencialmente utilizados em diferentes ocupações. Assim, esses instrumentos poderiam facilitar os caminhos para uma ação coletiva multisituada, que avança nas questões relativas ao direito à cidade.

Na terceira edição (2018) do intercâmbio, o programa de ação-aprendizagem centrou-se na análise do papel potencial das reivindicações e dos instrumentos numa escala territorial mais vasta. O trabalho em 2018 abordou o intercâmbio de aprendizagem entre movimentos e coletivos como uma oportunidade para facilitar a aprendizagem entre grupos da sociedade civil de Salvador e explorou o papel da construção de estratégias colaborativas que pudessem abordar as questões comuns do direito à cidade. Os grupos foram divididos em quatro temas transversais escolhidos em conjunto com os coletivos urbanos de Salvador envolvidos no processo:

Espaços Colectivos e Equipamento Social: este grupo centrou-se na forma como os cidadãos reivindicam o seu direito à cidade através do valor social dos espaços partilhados e das infra-estruturas sociais, compreendendo como são criados, geridos, utilizados e apropriados pelas comunidades em Salvador. As conclusões do grupo delinearam as reivindicações comuns dos coletivos urbanos com relação aos espaços coletivos e equipamentos sociais, revelando a relação entre estas reivindicações e as lutas por formas mais equitativas de reconhecimento nos processos de construção de cidades.

Habitação e Economia Popular: este grupo permitiu uma série de discussões sobre como as práticas habitacionais (derivadas de políticas e de experiências) afetam o direito das pessoas a terem uma atividade digna de geração de rendimentos. O grupo analisou as reivindicações coletivas em torno deste tópico e gerou um esboço de uma potencial carta aberta que incluía várias preocupações comuns, tais como a importância para a política de habitação social de reconhecer e apoiar oportunidades para atividades geradoras de rendimento, bem como abordar questões relativas a estigmas e discriminação.

Mobilidade e infra-estruturas: o grupo analisou as reivindicações coletivas associadas à forma como as pessoas experimentam a mobilidade e o seu acesso às infra-estruturas e como isso afeta o "direito à cidade". Três reivindicações-chave que se interconectam foram identificadas : 1) "Queremos o reconhecimento como coletivos e cidadãos igualmente valiosos"; 2) "Queremos uma participação mais profunda no planejamento, nas tomadas de decisões e na implementação do sistema de transportes"; 3) "Queremos circular livremente e ter escolhas na forma como nos deslocamos."

Cultura e Memória: o grupo concentrou-se na forma como as práticas coletivas associadas à cultura e à memória foram utilizadas pelos coletivos urbanos para reivindicar o direito à cidade. O grupo gerou um perfil das práticas culturais e examinou as sinergias e diferenças a elas associadas. O trabalho revelou a importância da raça nos processos de vivência e de defesa do direito à cidade e identificou uma série de desafios associados à ampliação das práticas culturais localizadas.

O intercâmbio dos primeiros três anos, que ocorreu durante as primeiras duas semanas de Maio de cada ano, foi apoiado por bolsas para estudantes da FAUFBA, que trabalharam com as comunidades e os professores ao longo do ano e prepararam o engajamento do ano seguinte. Ele foi também reforçado por módulos específicos conduzidos por professores da FAUFBA como parte da "Ação Curricular em Comunidade e Sociedade", um liderado por Glória Figueiredo com a AMACH e outro por Gabriela Leandro Pereira com a ocupação Luisa Mahin. As principais aprendizagens destes três primeiros anos podem ser resumidas como se segue.

- Dos instrumentos para ação coletiva às reivindicações à escala da cidade: a conceituação e posterior identificação de instrumentos para ação coletiva ajudaram a sistematizar o trabalho em curso nos grupos comunitários e a abrir novas possibilidades de mudança que poderiam ser partilhadas entre grupos. De 2016 a 2018, aprendemos como estes instrumentos poderiam ser utilizados para alcançar ganhos materiais e simbólicos, mas também como poderia haver aprendizagem cruzada entre os movimentos sociais para apoiar as reivindicações partilhadas em torno do direito à cidade.

- De colaborações específicas a uma solidariedade mais forte entre grupos comunitários: de um enfoque inicial em territórios específicos, o intercâmbio passou a facilitar a aprendizagem entre territórios e grupos e a desenvolver uma agenda comunitária em torno de questões-chave na cidade. Isto também fez com que o engajamento passasse de um enfoque em práticas colectivas dentro de territórios específicos da cidade, para a exploração de tendências a nível geral da cidade e das ligações entre experiências de comunidades que vivem em diferentes localidades. A solidariedade já existente entre grupos comunitários foi reforçada por esta abordagem, e apoiou a aprendizagem entre grupos.

- Encontrar pontos de entrada num cenário político complexo e em mudança: a natureza da colaboração na aprendizagem, bem como a possibilidade de provocar uma mudança transformadora, significou que foi fundamental para todos os envolvidos no intercâmbio compreender o panorama institucional e político em que os movimentos sociais operam. Isto passou de um entendimento mais geral sobre como funcionam as políticas, programas e quadros legais, para uma abordagem mais adaptada, com o objetivo de identificar pontos de entrada específicos que poderiam ser utilizados por grupos comunitários para provocar a mudança. Isto foi particularmente importante, uma vez que o ambiente político do Brasil tem sofrido mudanças políticas dramáticas nos últimos anos, e tem tornado ainda mais difícil para os movimentos sociais apoiar processos democráticos e espaços de reconhecimento e participação[4].

Relatório de 2019

Este relatório traça as conclusões do quarto e último ano da colaboração de ação-aprendizagem entre o SDP e o Lugar Comum. O objetivo das atividades de 2019 era consolidar a aprendizagem que teve lugar nos últimos três intercâmbios e examinar o seu papel na alimentação dos processos de política e planejamento. A política e o planejamento são aqui definidos num sentido amplo, envolvendo o vasto conjunto de políticas, processos, normas e procedimentos moldados pelo governo, pelo mercado, bem como por entidades ou movimentos da sociedade civil. Portanto, após documentar as práticas coletivas nos dois primeiros anos dos intercâmbios, identificando depois as agendas transversais de incidência na terceira edição do intercâmbio, este conjunto final de atividades de colaboração centrou-se na comunicação destas conclusões aos principais responsáveis pela elaboração e implementação de políticas e planejamento, com o objetivo de tentar apoiar os esforços em curso para fazer avançar o direito à cidade em Salvador.

A estratégia utilizada para o intercâmbio de aprendizagem no desenvolvimento deste objetivo foi a de definir e promover 'espaços de diálogo' nos quais agendas, reivindicações e propostas produzidas coletivamente poderiam apontar para a possibilidade de legitimação, expansão ou acesso ao direito à cidade. Cada equipe envolvida no processo tomou como ponto de partida uma das quatro agendas transversais definidas nos engajamentos anteriores. Seis "espaços de diálogo" foram então organizados: habitação e economia popular; direito à permanência com dignidade; cultura e memória; caminhos para a gestão democrática dos equipamentos sociais e dos espaços coletivos; mobilidade democrática e acessibilidade; infra-estruturas: integração e promoção da justiça social.

Estes espaços de diálogo foram organizados de modo a permitir às lideranças e membros s de coletivos urbanos a apresentação de reivindicações aos principais responsáveis da política urbana, substanciadas por resultados. Através dos encontros se esperava aumentar o reconhecimento das reivindicações pelo direito à cidade e instigar um compromisso das autoridades públicas para ações futuras. Um resumo dos debates e compromissos destes eventos está delineado no jornal Cidade Comum[5].

Este relatório partilha as principais conclusões relacionadas às atividades do intercâmbio de aprendizagem de 2019, e examina o papel destes "espaços de diálogo" para o avanço do direito à cidade de Salvador. A cada uma das quatro equipes foi solicitado que respondesse a este objetivo global, abordando questões-chave de aprendizagem:

1. Com base no trabalho das edições anteriores e nos dados recolhidos este ano, quais são as principais conclusões em relação à área temática do grupo e ao direito à cidade em Salvador?

2. Como podem estas conclusões apoiarem o desenvolvimento de uma "agenda para o diálogo" entre atores de base e atores institucionais que faça avançar

[4] A Presidente Dilma Rousseff sofreu impeachment em 2016, o que levou a uma série de alterações constitucionais e medidas de austeridade, com cortes financeiros consideráveis para programas de bem-estar e restrições de direitos civis. Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente, implementando políticas de extrema-direita, criando um cenário desafiador para os movimentos sociais pela restrição do espaço para participação democrática. Felizmente, no momento da publicação deste relatório, o Brasil já conta com perspectivas políticas mais alvissareiras.

[5] O jornal em português pode ser acessado aqui: https://lugarcomum.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/jornal_cidade_comum_ppdc.pdf e, em inglês, aqui: https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/common-city-newspaper-salvador-2019-final.pdf

o direito à cidade em Salvador?

3. Que papel pode este diálogo desempenhar para enfrentar os desafios e oportunidades da "política e do planejamento", e para fazer avançar o direito à cidade em Salvador?

4. Quais são algumas das principais lacunas de conhecimento que necessitam de mais investigação para apoiar os processos de defesa do direito à cidade em Salvador?

Lições aprendidas

Para além dos relatórios anuais sobre o direito à cidade em Salvador, esta colaboração gerou uma série de reflexões sobre as possibilidades, oportunidades e desafios da colaboração universitária internacional, centrada na produção de conhecimento situado, coletivo e emancipatório. Estas reflexões foram alimentadas pelos intercâmbios de aprendizagem que tiveram lugar em Salvador, bem como pela visita de duas semanas a Londres em 2018 de membros do Lugar Comum, que incluiu professores, estudantes e representantes de três coletivos urbanos envolvidos nos intercâmbios[6]. Fernandes et al (2022) resumiram algumas destas reflexões explorando a forma como esta colaboração foi moldada pela urgência, reconhecimento e convergência. Esta colaboração envolvendo universidades e coletivos urbanos foi desencadeada por um sentimento comum de urgência para responder às crescentes desigualdades urbanas. Neste contexto, a cooperação partilhou um valor de urgência para que as universidades se posicionassem de forma a apoiar o diálogo e, ao mesmo tempo, apoiar e amplificar vozes e experiências marginalizadas. Por conseguinte, as atividades dos intercâmbios de aprendizagem visavam a reconhe-cer agendas e atores frequentemente excluídos ou insuficientemente legitimados nos espaços acadêmicos e nas atividades associadas ao desenvolvimento urbano. Finalmente, esta colaboração ajudou a construir convergências entre universidades e grupos da sociedade civil, assim como a promover interações construtivas entre atores sociais, assim como com as autoridades públicas. Embora salientando as barreiras estruturais para tornar as cidades mais justas socialmente, a colaboração também ilustrou o papel das universidades em permitir mudanças incrementais, ao estabelecer precedentes de compromissos coletivos e de colaboração. Para nós, esta iniciativa tem sido um processo extremamente significativo para nos lembrarmos que as lutas pelo direito à cidade requerem reimaginar as formas como aprendemos sobre as nossas cidades. Por conseguinte, almejamos cooperações internacionais mais empenhadas, situadas e emancipatórias, buscando tornar nossas cidades mais plurais e democráticas.

References /Referências

FERNANDES, A., FREDIANI A., OSSUL VERMEHREN, I., MORGADO MENDOZA M. & RISI, F. (Eds). (2018). Collective Practices, Instruments for Collective Action and the Right to the City in Salvador, Bahia/Práticas Coletivas, Instrumentos para Ação e o Direito à Cidade em Salvador, Bahia. London: UCL Development Planning Unit.

FERNANDES, A.; FIGUEIREDO, G. C. D. S.; PEREIRA, G. L. Weaving Commons in Salvador (Bahia, Brazil): urgency, recognition, convergence. In: Stavrides, Stavros; Travlou, Penny. (Org.). Housing as Commons. 1ed. London: Bloomsbury, (2022).

6. Outras reflexões sobre essas trocas podem ser encontradas no video: https://youtu.be/Lyf--wl9_gY

2. Collective Space(s) and Social Equipment/ Espaço(s) Coletivo(s) e Equipamentos Sociais

Territories of everyday life, collective practices and horizons of conflict and solidarity / Territórios do cotidiano, práticas coletivas e horizontes de conflito e solidariedade.

Ana Fernandes
Professor at the Faculty of Architecture/Professora da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Coordinator of/Coordenadora do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

Glória Cecília dos Santos Figueiredo
Lecturer at the Faculty of Architecture/Professora da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

[English]

Autonomous and insurgent practices in the field of social equipment and collective spaces (ES&EC) and their relationship with urban planning constitute the main interest of this group of students. Students interacted with all seven movements, associations and collectives involved in the 2019 exchange. The institutional framework of the experience was created by the research group Lugar Comum, from the Faculty of Architecture of UFBA and the Bartlett Development Planning Unit, University College London.
Drawn from the realities of Latin American cities like Salvador, ES&EC contributes to the configuration of different orders of social and territorial coverage of urban services. This implies considering different levels of exclusion/inequalities on a territorial, institutional and economic basis (Pirez 2015), as well as the selectivity inherent to the processes of demarcation of places in the city.

As for the production and/or supply of basic and essential goods and services, these are not just carried out by the State or the Market, in their often limited and arrogant actions. The collective/community production of these artefacts is significant in the urban contexts of Brazilian cities, which are marked by cruel rites of impoverishment, segregation and injustice, generating marked vulnerability of the vast majority of their populations. In other words, to operate effectively, the State, in its various dimensions, has to continuously be in tension and dispute, forms that historically mark the emergence and performance of social and community organisations of different profiles, scopes and methods. This results in the constant renewal of a mobilisation agenda for the improvement of collective living conditions in popular neighbourhoods and territories.

The initiatives to produce ES&EC by city dwellers, through potentially autonomous practices and relationships (Zibechi 2011), can be read as ways of coping with processes of racialization, precariousness and vulnerability, but also as strategies to make life viable. This is how racial logics of destruction coexist with processes of reinvention, adaptation and transformation of the conditions of subalternity, which weave broader conceptions of human life and demonstrate our common and difficult histories of encounter (McKittrick 2011).

As such, autonomous collective practices, intertwined to a greater or lesser extent with other public and private actions (which are generally discontinuous), constitute one of the alternatives that afford residents access to some of the basic markers of dignified urban life, such as libraries, day care centres, cultural centres, community kitchens, programs to welcome victims of violence, among others. Often these practices work in isolation and with a very low degree of visibility in the broad public sphere, however it is these very practices that embody a sense of solidarity between residents and a degree of adherence to everyday territories that provide them uniqueness and belonging. It is these same practices and protagonists, however, that remain largely opaque and delegitimized in canonical urban theory and planning, even in approaches that claim to be participatory.

In the case of state-centred urban planning, it is the selection of particular times and spaces – every 5 or 10 years, in specific places and with strict rules of operation and access –, where the principles, projects and formalised regulations frame the meanings of cities in transformation. This way of designing stable futures collides with two important dimensions of the urban arena. The first concerns the disqualification and consequent delegitimization of claims related to the banal processes of everyday life in their reproduction movements. Therefore, these canonical spaces and temporalities have not been adequate in addressing the historical struggles for the right to the city. The second concerns the mobilisation and permanent dispute over State resources, in which the strength of the agents at stake will be decisive for the realisation of formulated demands and horizons, even those legally guaranteed. Here again, asymmetries of formulation, visibility and power of access to decision-making arenas emerge.

Seeking to work in the critical and plural tradition of giving protagonism to the residents, it would then be about activating possibilities that go beyond the recognition of spaces of poverty and forms of popular agency, to consider the subaltern as an agent of change (Roy, 2017). This can help to formulate an urban planning that is continuous, always in action, in-between, making the idea of starting point and arrival point more complex, and which is obviously more than just normative and/or legal frameworks. An(other) planning capable of problematizing the different scales and dimensions of city life, must as a principle search for spatial justice and, recognize the legitimacy of all urban agents – particularly the most vulnerable, historically disregarded. A planning that incorporates repair and porosity.

This is the perspective addressed in the articles that follow, which explore, through situated, attentive and dialogic work, modes of action and the relationship between communities and public authorities that bring perspectives for the production of a more just, plural and democratic city.

[Português]

As práticas autônomas e insurgentes no campo dos equipamentos sociais e espaços coletivos (ES&EC) e sua relação com o planejamento urbano constituem o interesse principal do grupo de estudantes que, a partir desta chave de leitura, interagiu com os 07 movimentos, associações e coletivos envolvidos no intercâmbio 2019. O quadro institucional da experiência é formado pelo grupo de pesquisa Lugar Comum, da Faculdade de Arquitetura da UFBa e pela Development Practice Unity da Bartlett School, University College London.

A dimensão dos ES&EC, desde realidades de cidades latino-americanas como Salvador, participa da configuração de ordens distintas de cobertura social e territorial dos serviços urbanos. Isto implica considerar diferentes níveis de exclusão/desigualdades de base territorial, institucional e econômica (Pirez 2015), bem como o caráter de seletividade inerente aos processos de demarcação de lugares na cidade.

Quanto à produção e ou a oferta de bens e serviços básicos e essenciais, estas não se dão apenas pelo Estado ou pelo Mercado, em suas atuações frequentemente limitadas e arrogantes. De outro modo, são significativas as frentes de produção coletiva/comunitária desses artefatos, em contextos urbanos das cidades brasileiras, marcadas por cruéis ritos de pauperização, segregação e injustiça, gerando acentuada vulnerabilidade da grande maioria de sua população. Ou seja, para operar com efetividade, o Estado, em suas várias dimensões, tem de ser continuamente tensionado e disputado, processo que marca historicamente a emergência e a atuação de organizações sociais e comunitárias de diferentes perfis, alcances e métodos. É, portanto, praticamente permanente, mesmo que renovada, a pauta de mobilização para melhoria das condições de vida coletiva nos bairros e territórios populares.

As iniciativas de produção de ES&EC por habitantes da cidade, através de práticas e relações potencialmente autônomas (Zibechi 2011), podem ser lidas como formas de enfrentamentos a processos de racialização, precarização e vulnerabilização, mas também como estratégias de viabilização da vida. É assim que lógicas raciais de destruição coexistem com processos de reinvenção, adaptação e transformação das condições de subalternidade, que tecem concepções mais amplas da vida humana, demonstrando nossas histórias comuns e difíceis de encontro (McKittrick 2011).

As práticas coletivas autônomas, enredadas em maior ou menor grau com outras ações, públicas e privadas (estas duas últimas em geral descontínuas), constituem então uma das alternativas que se impõem para o acesso a alguns marcadores básicos da vida urbana digna, como bibliotecas, creches, centros de cultura, cozinhas comunitárias, programas de acolhimento de vítimas de violência, entre outros. Na maior parte das vezes funcionando de maneira isolada e com baixíssimo grau de visibilidade na esfera pública ampla, estas práticas são aquelas, no entanto, que encarnam sentidos de solidariedade entre moradores e um grau de adesão aos territórios do cotidiano que lhes confere singularidade e pertença.

São essas mesmas práticas e protagonistas, no entanto, que continuam em grande medida opacas e deslegitimadas para a teoria e o planejamento urbanos canônicos, mesmo para aquelas abordagens que se pretendem participativas. No caso do planejamento urbano estadocêntrico, são eleitos tempos e espaços tempos e espaços de excepcionalidade – a cada 5 ou 10 anos, em lugares específicos e com regras de funcionamento e acesso à palavra estritamente formatadas –, nos quais princípios, projetos e regulação formalizados delineariam os sentidos das cidades em transformação. Esse modo de desenhar futuros estáveis esbarra e conflita com duas dimensões importantes da arena urbana. A primeira concerne à desqualificação e consequente deslegitimação das reivindicações relativas aos processos banais da vida cotidiana em seus movimentos de reprodução. Esses espaços e temporalidades canônicas não têm sido, portanto, adequados para tratar das lutas históricas pelo direito à cidade. A segunda diz respeito à mobilização e disputa permanente pelos recursos do Estado, na qual a força dos agentes em jogo será decisiva para a efetivação de demandas e horizontes formulados, mesmo daqueles garantidos legalmente. Novamente aqui eclodem as assimetrias de formulação, visibilidade e poder de acesso às arenas decisórias.

Buscando trabalhar na tradição crítica e plural de dar protagonismo aos moradores, tratar-se-ia então de ativar possibilidades de ir mais além do reconhecimento dos espaços de pobreza e de formas de agência popular, passando a considerar o subalterno como agente de mudança (Roy, 2017). Este sentido pode ajudar a formular um planejamento urbano em contínua operação, sempre em processo, no meio, tornando mais complexa a ideia de ponto de partida e ponto de chegada que, obviamente, não podem ser apenas marcos normativos e ou jurídicos. Um (outro) planejamento capaz de problematizar as diversas escalas e dimensões da vida citadina, tendo como princípio a busca da justiça espacial e, portanto, que reconhece a legitimidade de todos os agentes urbanos – particularmente dos mais vulneráveis, historicamente desconsiderados. Um planejamento com reparação e poroso.

É essa a perspectiva abordada no artigo que se segue e que explora, através de trabalho situado, atento e dialógico, modos de ação e de relação entre comunidades e poder público que tragam perspectivas para a produção de uma cidade mais justa, plural e democrática.

References/Referências

MCKITTRICK, Katherine. On plantations, prisons, and a black sense of place. Social & Cultural Geography, 12:8, 947-963, 2011.

PIREZ, Pedro. Servicios urbanos y urbanización popular: mercantilización y desmercantilización. In.: BARRETO, Teolinda Bolívar, MANCILLA, Marcelo Rodríguez, ESPINOSA, Jaime Erazo Espinosa (Coord.). Ciudades en construcción permanente¿Destino de casas para todos? Quito: Ediciones Abya-Yala, Universidad Central de Venezuela, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2015.

ROY, Ananya. Cidades Faveladas. Repensando o Urbanismo Subalterno. E-metropolis. No 31, ano 8, dezembro de 2017.

ZIBECHI, Raul. Territorios en Resistencia. Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Málaga: Gráficas Digarza, 2011.

2.1 The Catalytic Role of Spaces of Dialogue in Advancing the Right to the City: Raising Claims Around Collective Spaces and Social Equipment as an Entry Point for Inclusive Citizenship

Qichen Zu, Yasmina Yusuf, Carlos Vizcaino T., Daniel Rosado M., Ruiqing Xu, Karla Bachler

2.1.1 Introduction

The Lefebvrian notion of the Right to the City (RTTC) has been partially incorporated into Brazilian federal law in the Article 182 of the Federal Constitution and the 2001 City Statute. It states that through spaces of participation coordinated by the State, citizens have the right to participate in the production of their city (Fernandes, 2007). However, given the radical political change Brazil has seen over the last years, these spaces for participation have been diminishing. Today, the few existing channels of dialogue run the risk of being phased out, reduced or reformulated, making them ineffective instruments in building a democratic process to realising inclusive citizenship.

Given this context, the recovery of these institutional spaces for active participation in decision-making has been an ongoing struggle in Brazil. This study therefore explores the role of 'spaces of dialogue' in achieving the City Statute's interpretation of the RTTC through a micro-study on advancing 'collective spaces and social equipment' for community movements in Salvador. This research advocates for the recovery of spaces of participation or, where these do not exist, the creation of spaces to promote clear and secure channels of communication that stimulate inclusive governance.

Context of the engagement

In 2019, the fourth and final exchange of the partnership between The Bartlett Development Planning Unit (DPU) of University College London and Grupo de Pesquisa Lugar Comum (Common Place Research Group) from the School of Architecture of the Federal University of Bahia (FAUFBA) took place. This action learning exchange focused on advancing the RTTC in Salvador de Bahia, Brazil. The case of Salvador is particularly interesting when it comes to understanding the structural conditions and diverse challenges that inhibit the RTTC. Due to the entrenched racial, gender, class, and other forms of inequalities, the access to the RTTC has been uneven. For instance, according to the 2010 Census, among the state capitals, Salvador ranks highly in measures of income inequality between black and white people, as well as between white and brown people (IBGE, 2011).

The first two years of this exchange documented the collective practices that take place in popular neighbourhoods, occupations and favelas in Salvador. In 2018, the focus moved from studying individual cases within each community to crosscutting challenges and claims related to the RTTC, namely: collective spaces and social equipment, housing and economy, culture and collective memory and mobility and infrastructure. The specific focus of the 2019 exchange was on how these four claims can be addressed through 'spaces of dialogue', culminating to a roda de diálogo between state actors and the collective movements. A full list of collectives and neighbourhoods involved in this exchange can be found in Appendix 2A.

Definition of Theme: Collective Spaces and Social Equipment

Through the collective action of citizens, spaces of dialogue attempt to re-establish a more democratised vertical relationship between state and community (Kabeer, 2005). As highlighted by the different collectives, this reclaiming of spaces of participation is needed due to the consistent unresponsiveness across different levels of government in the management and development of collective spaces and social equipment. The general objective of this engagement therefore was to promote better coordination and cooperation between communities and different levels of government.

Figure 2.1 - *Health centre in Nordeste. Source: Carlos Vizcaino Tesillo, 2019.*

Social equipment has been directly translated from the Portuguese "Equipamentos Sociais". According to the Ministry of Planning (2019), Social Equipment refers to "emergency care units and basic health units; nurseries

and preschools; sports facilities in schools; unified arts and sports centres and; the Digital Cities programme". Taking into account its characteristics, it therefore might be best described in English as social facilities or infrastructure. Given however the previous reports use of 'social equipment' and the context within which this report is published, the authors will maintain the use of 'social equipment' to ensure consistency.

The term 'collective spaces', does not face these translation challenges and refers to shared urban spaces disregarding property structures (De Solà-Morales, et al., 2008) which are not restricted to morphologies or ownerships, but defined by certain qualities (Scheerlinck, 2012-2015). These spaces can be public or private and are used for collective activities, for example socialising, decision-making, and recreational activities (Avermaete, et al., 2006).

Both collective spaces and social equipment carry an important social value. Aside from the service they provide, they also shape the cultural identity of an area and provide a sense of place for local communities (Woolley & Rose, 2014)

Context of urban politics in Brazil

The second half of the 20th century in Latin America was defined by political unrest, coups d'etat, dictatorships and an uneven transition to democracy. From 1964 to 1985, Brazil went through a military dictatorship. Unlike previous authoritarian regimes in the region, the possibility for the Brazilian academic community to engage in politics within and outside campus was outlawed. As in Brazil, repression and brutality to students became a particular characteristic of coups in other countries of the region, such as Argentina, Chile and Uruguay. However, with the decline of the military regime and even 10 years before having a nationally elected president, students in Brazil became more active in political activities and demonstrations (Levy, 1991). Therefore, universities in Latin America have a long-standing tradition as unique platforms for exchanging ideas, building partnerships and advancing democratic goals, particularly during adverse conditions. Since the 1970's economic trends have shaped the urbanisation process of Brazil, working classes were pushed to settle in city peripheries and develop their neighbourhoods through process of auto-construction, not only of their houses, but also their common space and struggles. Holston (2008; 2014) argues that such "auto-constructed periphery" and residential illegality shaped a new way of participation based on insurgent citizenship motivated by their differentiated access to political rights and access to services. However, the participatory innovation experienced in the 1970s and 1980s that resulted in neighbourhood associations in the peripheries, became institutionalised through mechanisms such as councils on health and education established in the 1990s. However, these mechanisms had little presence in the 2013 demonstrations highlighting the closure of these spaces of participation. As a potential explanation, Holston suggests that these organised spaces might be absorbed into the national Workers Party machine[7].

The history of Brazil highlights the struggle for effective spaces of participation to achieve a more inclusive and equitable city. This research attempts to provide inputs about how spaces of dialogue can be opened up to ensure inclusive citizenship.

2.1.2 Methodology

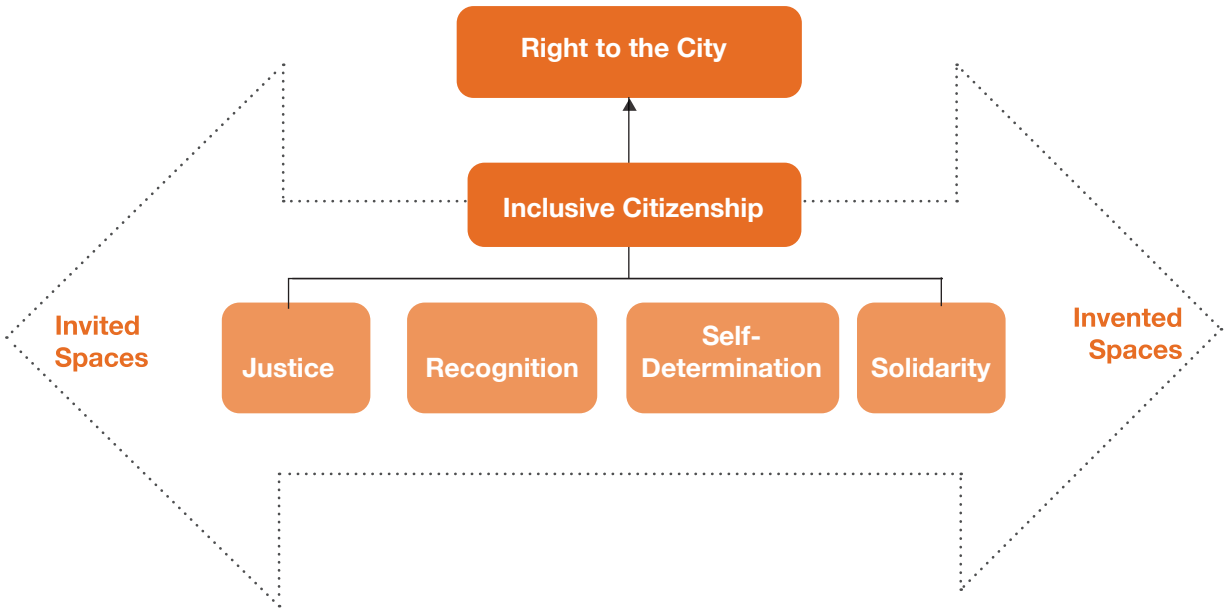
Analytical Framework

As an abstract philosophical concept, the RTTC has no singular definition, which is both its weakness and its strength (Purcell, 2014). It is a weakness in that it can make the use of the concept overwhelming and unclear. Its strength however also lies in not having a single orthodox definition, allowing the concept to be shaped by context and political content (ibid.). Given the Brazilian context in which this study took place, this report has adopted the definition of RTTC as operationalised in the city statute (2001), which recognises and legalises the "rights of citizens to participate fully and actively in political and civil society" (Fernandes, 2007, p.206). This definition, which promotes spaces of participation, strongly identifies with Kabeer's (2005) concept of inclusive citizenship as well as Cornwall's (2002) intellectual contribution on invited and invented spaces. A combination of these provide the analytical framework for this report. It is important to mention that the linkages between Kabeer's notion of inclusive citizenship and the RTTC were acknowledged and used as entry points for the analysis of the 2018 report on collective spaces and social equipment by highlighting how everyday practices serve as means for contestation of urban inequality (Barbero Mariategui et. al..2019, p.19).

As categorised by Lister (2007), there are four values of inclusive citizenship, which include: Justice: referring to equality; Recognition: which is centred around respecting the intrinsic value of all human beings and their differences; Self-determination: the ability to determine one's own live and future and; Solidarity: "the capacity to identify with others and act in unity with them for their claims for justice and recognition" (Kabeer, 2005: 7). How these

[7] The Workers Party is a left-wing political party in Brazil. From 2003 to 2016, this party held the Presidency Office under Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff. In 2013, one of the largest mobilisations under a Working Party government took place. See more in Holston (2014).

Figure 2.2 - *Analytical framework diagram. Source: Chapter authors,* 2019.



values manifest themselves depends on socio-political factors and sense of identity. (Kabeer, 2005; Crenshaw, 1989).
Inclusive citizenship is realised through participation in public activities, where obligations are placed on both the state and citizens (Jones and Gaventa, 2002). A foundational aspect of inclusive citizenship is participation in governance, which can be through different spaces of dialogue. These spaces of dialogue that help advance inclusive citizenship, can be divided into two types: invited spaces and invented spaces (Cornwall, 2002). Invited spaces allow individuals and organisations to participate in a formal way, legitimated by government and their processes. Through participation individuals become part of a wider political community thus achieving active citizenship (Habermas,1984). This challenges the status quo and dominant power relations (Miraftab, 2004).

Activists who are working to advance the rights of marginalised groups seek to construct citizenship from below and therefore look to create invented spaces of participation (Dagnino, 2003). This allows them to go beyond the limits of formal and invited citizen participation (Miraftab and Wills, 2005).

Therefore, to examine the role of spaces of dialogue in advancing the RTTC, spaces of dialogue are understood as spaces where an exchange of information happens between relevant stakeholders that helps advance inclusive citizenship (Cornwall, 2002). These spaces of dialogue aim to act as instruments of participation to help favelas, neighbourhoods and occupations to enforce their legitimate right to be part of the collective construction of the city. Specifically, the issues raised by community leaders as claims to be raised in the roda de diálogo were (i) curricular education, (ii) extracurricular education, (iii) recognition and support of autonomous practices, (iv) health, and (v) access and shared management of collective spaces (see Appendix 2E: Pamphlet for roda de diálogo).

Research Methods

Based on our theoretical framework and research objectives, a combination of literature reviews and primary data collection was used to accumulate evidence that could support the claims of the community leaders in the roda de diálogo. Primary research adopting qualitative methods allowed us to capture the views of different stakeholders and the need for collective spaces and social equipment within different neighbourhoods. The details of the research activities are outlined in table 1 below.

Finally, we acknowledge language, time and scope restraints that impacted our engagement. Further research in this area would be useful to better understand the institutional landscape and decision-making processes in relation to the management and maintenance of collective spaces and social equipment as well as the legal framework surrounding it.

Table 2.1 - *Research Activities. Source: Chapter authors, 2019*

Research Method	Interview No.	Interviewee, Role, Organisation, Date	Aim of Activity/Description
Literature Review		N/A	Understand the political economy of Salvador. Analyse how power and resources are distribut-ed and contested, and how this affects the in-teraction of social equipment and collective spaces.
Semi-Structured Interviews	1.	Pró Cida, AMACH, May 3rd, 2019	To understand the challenges in the implemen-tation of the TAC and the planning of the pre-school.
	2.	Marcus, MLB, May 3rd, 2019	To gather information on the current challenges that former residents of the occupation Luisa Mahin face on access to social equipment and collective spaces.
	3.	Mariangela Campos, the Mother City, Saramandaia, May 3rd, 2019.	To gather information on the current challenges in running and maintaining the collective space of the Mother City Foundation.
	4.	Leco, Saramandaia, May 3rd, 2019.	To gather information on the current challenges in maintaining the collective space of Arte Con-sciente.
	5.	Dona Vera, Nordeste de Amaralina, April 29th 2019.	To understand and gather information to sup-port the claims in relation to the health units in the neighbourhood.
	6.	Najara Barbosa Lima, May 4th, 2019	To understand the need for a pre-school in the historic centre to further support the claim from AMACH.
	7.	José Carlos Melo, May 4th, 2019	
	8.	Luciene Gomes dos Santos, May 4th, 2019	
	9.	Isabel Conceição dos San-tos, May 4th, 2019	
	10.	Escola Joao Lino (multiple employees), May 3rd 2019	To understand the constraints faced by pre-schools in the historic centre
	11.	Escola Municipal par qual Santana (multiple employ-ees), May 3rd 2019	
	12	Adriano, Gamboa de Baixo, May 3rd, 2019	To understand the challenges the community faces in relation to the use of the fort as a col-lective space.
	13.	Lindaura, Gamboa de Baixo, May 3rd, 2019	To understand and collect evidence to support the claim of co-governance in the management of the fort.

Transect Walks (5)		AMACH, Nordeste de Amaralina, Saramandaia,	Understand and gather information related to the communities movements, initiative,

2.1.3 Key Findings

There are two overarching findings about the role of 'spaces of dialogue' towards advancing the RTTC in Salvador. The first one highlights that spaces of dialogue help to build trust within communities as well as between collective movements and other stakeholders, advancing recognition and solidarity as outlined in the framework. The second relates to how spaces of dialogue challenge power relations, strengthening self-determination, justice and also recognition among the different urban collectives. The below sections outline these findings as well as their challenges and limitations.

I. Spaces of Dialogue Build Trust

The RTTC implies that a city is constructed by collective wills and actions in which different social groups can work together. (Harvey 2003; Lefebvre 1995). In this regard, meaningful collaboration can only be built when there is trust among stakeholders. However, according to the Edelman Trust Barometer survey (Edelman, 2019), 74% of the Brazilians surveyed feel a sense of injustice and lack of trust; 66% find academic specialists trustworthy, whereas only 32% would trust government authorities. Therefore, in order to advance the RTTC, this lack of trust needs to be overcome. Solidarity requires building mutual trust and a sense of collective purpose. Drawing on the theory of inclusive citizenship, spaces of dialogue play a significant role in building trust to further solidarity among communities as well as recognition of public institutions towards communities to advance the RTTC.

a). Solidarity

Through the four year of exchange, the seven social movements and their representatives had increased opportunities to interact with each other around the common cause of strengthening their RTTC. These spaces of dialogue have helped the urban collectives develop a more nuanced understanding of each other, their struggles as well as their resources and capacity.

> "During these days of coexistence, I began to reflect on the similarities of the fights we are all facing. To reflect on this has renovated my hope" (M.H. Belos, 2018 – Final Exhibition cited in Barbero Mariategui et. al., 2019, p.24).

During this year's exchange the collective movements all expressed different concerns they wanted to raise in the roda de diálogo. AMACH demanded spaces for day care; Saramandaia requested facilities for extracurricular education for youth including skills-training; Nordeste de Amaralina sought involvement in the management and development of health facilities and Gamboa requested the ability to participate in the use of heritage buildings in their community. After multiple interactions with the movements, facilitated by the university, these individual claims were formed into a common claim of collective spaces and social equipment, allowing the collectives to demonstrate a united front at the roda de diálogo. Even though the particularities for each movement are different, the shared claims and collectively produced agenda built on mutual trust strengthened horizontal citizenship (Kabeer, 2005) and paved the way for solidarity, helping to bring about social changes and advance their RTTC. It takes a more overtly political form as it is expressed as a demand for collective self-determination based on a sense of shared oppression (Kabeer, 2005).

> *"It is really important to do it together, dialogue not teaching. It is a collective partnership… white and rich are always helping each other so we should do the same. We need the support from one another to advance." (J. E. Santos, Roda de diálogo, 8 May 2019).*

> *"We are in this struggle to solve a collective problem. The struggle is not individual, it is collective" (Ms. Helena, Roda de diálogo, 8 May 2019).*

b). Recognition

In addition to building solidarity between collective movements, spaces of dialogue help build vertical citizenship and trust between communities and public institutions to further the recognition of communities to advance their RTTC (Kabeer, 2005). The existing gap of trust between community and authorities allow the spaces of dialogue to function as a platform to build and enhance trust between the two stakeholders.

As the previous reports show, the seven territories often carry stigma related to violence and danger. For example, Saramandaia consistently experiences stigmatisation and marginalisation due to misrecognition of their identities, values and social status, which results in absence of communities' participation in the shape of the city and the lack of interaction and dialogue between the state and community.
"Why are you going to Saramandaia?... Don't you know it is a place of crime, violence and danger? I am not willing to drive there with my car!" (Anonymous taxi driver told DPU students on route to the roda de diálogo in Saramandaia, May 8).

What became evident is that the university played a facilitating role in the six "rodas de diálogo", thereby constructing alternative spaces of dialogue and (re)opening other possibilities of public and collective action in the city planning. This has historic precedent, given that universities have been fighting for citizens' rights throughout the 20th Century. At the "roda de diálogo", social movements concerns and claims were highlighted and listened to by public institutions At the same time, public institutions also acknowledged the different contexts of each neighbourhood, indicating some steps towards recognition (See Box 2A below).

Box 2A - *Roda de Dialogo, 8 May 2019*

"Social equipment needs to be valued and built to live our people";
"We do not want more death in our neighbourhood, we want quality education and health… We do not just want food, we want respect," (Ms. Helena, Nordeste de Amaralina)

"I am willing to sit down with Gamboa and AMACH. DHAB (CONDER board) that works with the socio-environmental diagnosis to build the dialogue with the community,"- (Graziane Amorim, CONDER)

Spaces of dialogue thus play an important role in advancing recognition and reducing stigmatization that hinders access to participation. Furthermore, these spaces build trust amongst communities and institutions by fostering the acknowledgement of the different individuals of the communities as subjects that bear rights as any individual of the society (Dagnino, 2007).

c). Limitations of Spaces of Dialogue in building trust
Although spaces of dialogue help build trust among different stakeholders to further solidarity and recognition, it is acknowledged that there are several challenges and limitations.

It is evident that the trust built among universities, communities and public institutions to some extent relies on personal relationships. At the *roda de diálogo*, most of the attendees from social movements as well as public institutions were invited by FAUFBA who maintain good relationships with both stakeholders. Due to the facilitative role of the university the academic staff are de-facto acting as "street-level bureaucrats" (Lipsky, 2010). Lipsky (1980) notes that professors are able to use their organisational situatedness to help shape public policy and deliver public services through their direct interaction with citizens. Therefore, the mutual trust they foster is key to ensure the high level of participation shown at the *roda de diálogo*, both in number of participants and response from public institutions.

However, the reliance on such personal relationships and the dependency on universities playing a facilitative role are likely to be unsustainable and therefore may harm the continuity of these kind of spaces of dialogue. Lipsky (1980) notes that due to the informal modus operandi of "street-level bureaucrats" it is hard to hold them accountable as they have discretionary power. Therefore, it is prudent to institutionalise and strengthen vertical relationships between community and state to reduce the onus on the university. It is however likely that reliance on a third-party will remain, as those who are fighting for their rights (in this case, the marginalised communities) have been excluded due to their lack of organisational power (Kabeer, 2005). As Kabeer (2005) notes, in these cases allies (the university) may act with or support those excluded groups to advance their organisational power.

II. Spaces of Dialogue can Challenge the Status Quo

Another key observation is the role of spaces of dialogue in challenging the status quo. As raised by Cornwall (2002), physical spaces where these instances of participation take place are not neutral. They are shaped by power relations that can either reproduce the status quo or generate new kind of relationships that translate into more inclusive and equitable spaces.

From a legal point view, the 1988 Federal Constitution and the 2001 City Statute have recognised the right of citizens to be active part of the democratic management of the city (Fernandes, 1995; Friendly, 2013; Lamarca, 2011). However, citizenship in Brazil has been exclusionary and it has generated different "categories of citizens" based on race, gender, occupation or level of education. These unequal dynamics have served to distribute rights and privileges among Brazilian citizens in an unequal way (Holston, 2008, p.7). Therefore, it is possible to argue that the current status quo has fail to deliver fair and equal access to the decision making process.

The evidence collected through the four-year engagement and particularly during the last fieldwork suggests that spaces of dialogue can promote self-determination, justice and recognition by challenging power relations that inhibit the enforcement of the law regarding participation in the city planning. Challenging the status quo can furthering recognition, self-determination and justice, creating, in turn, a more equitable and inclusive city.

a). Self-determination
The spaces of dialogue made evident the community's claim for more inclusive and effective processes of decision making. Building on Cornwall (2002), the roda de diálogo implicitly rejected the existing traditional spaces of participation given by the state, and they contributed to reverse and redefine the dynamics of power around the traditional spaces of participation. For instance, at the roda de diálogo, public officials were not the hosts, but guests in spaces that were created and ruled by communities. The community leaders, as hosts of the spaces, took more control of this

participatory mechanism (Gaventa 2006).

Self-determination is deeply related with claiming for the right to participation. During the roda de diálogo of collective spaces and social equipment, the community leaders called for increasing the capacity of communities to shape and plan their own city:

"We are calling you to this level of dialogue. That this is managed by us, not by public officials that only enter our communities in electoral time. We are calling you to participatory management, discussed, because we know what is important to the community" (Ana Caminha, roda de diálogo, 8 May 2019).

"Democratic management is about establishing communication channels between government and communities in order to build together (Cícero, roda de diálogo, 8 May 2019).

b). Justice

According to Barbero Mariategui et. al. (2019) the spaces of dialogue around planning and management of collective spaces and social equipment have been dominated by public institutions with very little engagement of citizens. In this regard, the spaces of dialogue were opportunities for demanding the correct enforcement or rights and other legal instruments.

For instance, the *roda de diálogo* allowed AMACH and MLB to raise how their agreements with the state have not been respected. For AMACH, despite the clauses about public consultations, a management committee and provision of social equipment recognised in the legal instrument called Terms for the Regulation of Conduct (TAC), the spaces of participation have been inactive for several years and the social equipment, such as the nurseries, have not been delivered.

"It took me 20 years to reach the establishment of TAC. I won't live another 20 years waiting for the government to enforce it" (Pró Cida, AMACH, 3 May 2019).

For MLB, the residents of the Luisa Mahin Occupation left the building peacefully in September 2018 under promises that have not been met. For Saramandaia and Nordeste, the *roda de diálogo* gave them the opportunity to contest decisions. As raised by Fernandes et. al. (2018) there is a lack of meaningful public hearings and dissemination of official information around urban plans. For example, for Nordeste de Amaralina, a clear information problem was overcome about changes in health facilities by meeting with the representative of the municipal ministry of health (appendix 4: Transcripts of roda de diálogo)

c). Recognition

As identified in previous reports, one of the main constraints for communities to access spaces of equal participation comes from the misrecognition of their identities, values and needs (Frediani et al, 2017; Fernandes et al, 2018; Barbero Mariategui et al, 2019). By being considered places of violence and danger, most of the territories experience stigmatization and marginalization. This has resulted in the absence of public officials in these communities and lack of interaction between state and civil society (Appendix 2D: Transcripts of roda de diálogo).

Spaces of dialogue can foster the recognition of the different communities by making them more visible, and therefore contesting the stigma that makes them marginalised. Furthermore, challenging this status quo can attract significant media attention. For example, when interviewed for a TV news show, Ana Caminha stated:

> *"Chatting with these people strengthens our history and identity. This exchange of experiences and information is extremely important for Gamboa. It is opening Gamboa to the world, opening Gamboa to the City of Salvador. It is opening our history and fishing culture for the world. (Bahia Meio Dia, 2019).*

Spaces of Dialogue can also combat stigma by providing opportunities to showcase successful experiences of how communities organise themselves to overcome their deprivations. This was particularly powerful when MLB leader shared how residents of Luisa Mahin occupation organised themselves to open a school in the same building (Li et. at. 2018). Moreover, these "good practices" served as evidence for the *roda de diálogo* on how movements provide social function to the space they occupy (Appendix 2D: Transcripts of roda de diálogo).

Finally, spaces of dialogue between communities and students provide an unparalleled opportunity to change misconceptions and bias that students might have about the day-to-day struggles these communities face. As noted by Pendras and Dierwechter (2012), participatory action research and particularly critical engagement in urban politics can challenge the student perceptions of the "real". Therefore, the impact of the engagement is by no means confined to the urban politics of Salvador de Bahia, but can potentially trickle down in the personal and professional lives of all actors involved.

d). Limitations of Spaces of Dialogue in Challenging the Status Quo

Despite the transformative role that spaces of dialogue can play in challenging the status quo, not all of them share the same shape and scope. One of the challenges revealed during the fieldwork is related to the role of the university in supporting and balancing power asymmetries.

During the *roda de diálogo*, the importance of the university in providing weight to open spaces of dialogue between the state and communities was evident. This fact can be understood in terms of dynamics of power and recognition, where the university counteracts the state's power and supports the recognition of the urban collectives' claims. However, this role of facilitating the process and bringing people into the spaces of decision-making might lead to dependency

or a way of exercising domination (Kilby, 2006; Rowlands, 1995). During the final event, the fear of losing this leverage was a general concern among all the collectives.

An additional challenge is the potential contradiction of replicating the problems of invited spaces when inventing new ones. For example, the *roda de diálogo* on collective spaces and social equipment was held simultaneously with the roda de diálogo on Infrastructure and Mobility. Community' leaders had to choose between these two spaces, constraining their power and agency to raise their claims and participate fully in the spaces of dialogue.

To sum up, invented spaces of dialogue allow citizens to actively participate in the city's processes of decision making by challenging the status quo. These spaces of participation may lead to increase citizens' engagement and challenge the unequal relations of power (Gaventa, 2006). Therefore, by providing spaces for self-determination, justice and recognition, a more inclusive city is advanced (Lister, 2007).

2.1.4 Conclusion

Even though the RTTC has been recognized in Brazil's legal framework, citizens in Salvador are constantly facing exclusive and unequal access to participatory processes, discrimination and marginalization (Fernandes, 2007; Holston, 2008; Frediani et al, 2017; Fernandes et al, 2018; Barbero Mariategui et al, 2019). Spaces for participation have been diminishing and the few existing channels of dialogue run the risk of being phased out, reduced or reformulated. Under this context, the main aim of the research focused on how spaces of dialogue promote the values of inclusive citizenships for advancing the RTTC. Through this micro-study two main ways have been identified in which spaces of dialogue contribute to this goal.

First, spaces of dialogue are effective instruments in building mutual trust among different stakeholders. This is done by promoting solidarity and better recognition. Among different communities, deeper communication and understanding of common struggles and collective needs are facilitated, which contributes to a strong sense of belonging and solidarity. Between communities and institutions, new possibilities are opened up for cooperation based on trust, which strengthens the communities' ability to be recognised as equal participants by the State rather than being stigmatised by violence and danger.

Second, spaces of dialogue can contest the existing power relations by furthering self-determination, justice and recognition. By challenging the top-down processes controlled by public institutions in city-planning, communities are actively creating space to make their demands and autonomous practices more visible. In other words, in terms of Gaventa (2002), they are "making spaces for shaping places".

Finally, there are one methodological considerations relevant to highlight. The reports from previous years were divided by different territories and subsequently re-summarised and translated into a new thematic structure in 2018 with four different categories. Due to this change in approach, information or claims which might not perfectly fit into the thematic areas were likely to be lost. However, this change of scope allowed for a better perspective around the various levels of engagement among collectives, the differentiation between the individual and collective interests within the community and the current political agendas of the institutions that involved in at the *rodas de diálogo.*

For future research, we therefore suggest considering how to maintain the invented spaces by looking at the format and structure of these spaces to ensure that they achieve material and political gains for the marginalised groups. Apart from the concrete *roda de diálogo*, other effective mechanisms for building trust and contesting power asymmetries could be further explored, as well as the role of personal relationships and the institutionalisation of dialogue (Northmore & Hart, 2011; McCaslin & Barnstable, 2008).

As the final year of this participatory research project between DPU-FAUFBA and Salvador's communities and institutions, it is also important to look for the sustainability of the partnerships built. Although the limitations as dependency on personal relationships and the complexity of power dynamics still exists, spaces of dialogue provide platforms for citizen participation by building trust and fostering the balance of unequal power relations in order to create a more inclusive society.

2.1.5 References

AVERMAETE, T., HOOIMEIJER, F. AND SCHRIJVER, L. (2006). Stedelijke formatie & collectieve ruimten. Rotterdam: NAI.

BAHIA MEIO DIA (2002) Estudiantes ingleses visitam a comunidade de Gamboa, em Salvador. Broadcasted on 4th may 2019. Avaliable at. https://globoplay.globo.com/v/7590666/

BARBERO MARIATEGUI, F., BAYASGALAN, B., COBO PIEDRAHITA, M., TAN, A., ZHANG, Y. (2019). 'Collective Space(s) and Social Equipment in Marginalised Territories of Salvador' in FERNANDES, A., FREDIANI, A. A., RISI, F. (EDS.) Bridging Local Collective Practices towards a Platform for the Right to the City in Salvador, Bahia. MSc Social Development Practice student report and Grupo de Pesquisa Lugar Comum – Produção de Pesquisa dos Estudantes, The Bartlett Development

Planning Unit, UCL and Faculdade de Arquitetura da UFBA. Chapter 2, pp. 16-37.

CORNWALL, A. (2002). Making spaces, changing places: situating participation in development. IDS Working Paper 170. Available at: https://www.powercube.net/wp-content/uploads/2009/11/making_spaces_changing_places.pdf

CORNWALL, A. AND COELHO, V. S. P.(2007). 'Introduction' in CORNWALL, A. AND COELHO, V. S. P.(2007). Spaces for change? The politics of participation in new democratic arenas. Zed Books, London, (2007) 1-29. ISBN 9781842775523.

CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989(1).

DAGNINO, E. (2003). Citizenship in Latin America: An Introduction. Latin American Perspectives, 30(2), pp. 211-225.

DAGNINO, E. (2007). Citizenship: a perverse confluence. Development in Practice , Volume 17, pp. 549-557.

DE SOLÀ-MORALES, M., FRAMPTON, K. & HANS. (2008). A Matter of Things. Rotterdam: NAi Uitgevers.

Edelman. (2019). 2019 Edelman Trust Barometer. [Online] Available at: https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2019-04/2019_Edelman_Trust_Barometer_Brasil_Report.pdf [Accessed 20 5 2019].

FERNANDES, A., FIGUEIREDO, G. C., FREDIANI, A. A., HUAPAYA EPINOSA, J. C., OSSUL VERMEHREN, I., PEREIRA, G., RIGON, A., WALKER, J. (2018). 'Introduction' in FERNANDES, A., FREDIANI, A. A., OSSUL VERMEHREN, I., MORGADO, M. AND RISI, F. (eds.) Collective Action and The Right to the City in Salvador, Bahia. MSc Social Development Practice student report and Grupo de Pesquisa Lugar Comum – Produção de Pesquisa dos Estudantes, The Bartlett Development Planning Unit, UCL and Faculdade de Arquitetura da UFBA. Chapter 1, pp. 7-9.

FERNANDES, E. (1995). Law and Urban Change in Brazil. Aldershot: Avebury.

FERNANDES, E. (2007) Constructing the "right to the city" in Brazil, Social and Legal Studies, 16(2), pp. 201–219. doi: 10.1177/0964663907076529.

FREDIANI, A. A., MONSON, T. AND OSSUL VERMEHREN, I. (2017). 'Conclusion' in FREDIANI, A. A., MONSON, T. AND OSSUL VERMEHREN, I. (eds.) Collectives Practices and the Right to the City in Salvador, Brazil. MSc Social Development Practice student report, The Bartlett Development Planning Unit, UCL. Chapter 5, pp. 63-64.

FRIENDLY, A. (2013). The Right to the City: Theory and Practice in Brazil. Planning Theory and Practice, 14(2), pp. 163-170.

GAVENTA, J. (2006). Finding the Spaces for Change: A Power Analysis. IDS Bulletin, 37(6), 23–33.

HABERMAS, J. (1984). Theory of Communicative Action, Volume 1. Boston: Beacon.

HARVEY, D. (2003). The right to the city. International journal of urban and regional research, 27(4), pp. 939 - 941.

HOLSTON, J. (2008). Insurgent Citizenship: disjunction of democracy and modernity in Brazil. Princeton University Press, Woodstock, Oxfordshire.

HOLSTON, J. (2014) "Come to the Street!": Urban Protest, Brazil 2013. Anthropological Quarterly, Vol. 87, No. 3, p. 887-900, ISSN 0003-5491

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Ed.), 2011. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010, Estudos e pesquisas, informação demográfico e socioeconômica. IBGE, Rio de Janeiro.

JONES, E. & GAVENTA, J. (2004). Concepts of Citizenship: A Review. Brighton: Institute of Development Studies.

KABEER, N. (2005). 'The Search for Inclusive Citizenship: Meanings and Expressions in an Interconnected World' in KABEER (ed.). Inclusive Citizenship: Meanings and Expressions. London: Zed Books, pp. 1-27.

KILBY, P. (2006). Accountability for Empowerment : Dilemmas Facing Non-Governmental Organizations. World Development, 34(6), pp. 951–963.

LAMARCA, M. G. (2011). The Polis. [Online] Available at: https://www.thepolisblog.org/2011/10/implementing-right-to-city-in-brazil.html [Accessed 19 5 2019].

LEFEBVRE, H. (1995). 'The Right to the City' in KOFMAN, E. AND LEBAS, E. (eds.). Writings on Cities. London: Blackwell, pp. 63 - 184.

LI, J. ET. AL. (2018) 'Occupation Luisa Mahin: Alternative Housing in the Commercial Centreof Salvador' in

FERNANDES et. al. (ed.). Colletive practices, instruments for collective action and the Right to the City in Salvador, Bahia. Chapter 7, pp. 113-130. Grupo de Pesquisa Lugar Comum – Produção de Pesquisa dos Estudantes, The Bartlett Development Planning Unit, UCL and Faculdade de Arquitetura da UFBA.

LIPSKY, M. (1980). Street-Level Bureaucracy: The Dilemmas of the Individual in Public Service. New York: Russell Sage Foundation.

LIPSKY, M. (2010). Street Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services. 30th Anniversary Expanded Edition. The Russell Sage Foundation: New York, NY

LISTER, R. (2007). Inclusive Citizenship: Realizing the Potential. Citizenship Studies, 11(1), pp. 49-61.

MCCASLIN, R. & BARNSTABLE, C., 2008. Increasing geriatric social work content through university/community partnerships. Gerontology & Geriatrics Education, 29(1), pp. 1-18.

MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO. (2019). PAC. [Online] Available at: http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/equipamentos-sociais [Accessed 5 2019].

MIRAFTAB, F. & WILLS, S. (2005). Insurgency and Spaces of Active Citizenship: The Story of Western Cape Anti-eviction Campaign in South Africa. Journal of Planning Education and Research, 25(2), pp. 200-217.

MIRAFTAB, M. (2004). Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics. Wagadu Volume 1: Spring, pp. 1-7.

NORTHMORE, S. & HART, A., (2011) Sustaining community-university partnerships. Gateways: International Journal of Community Research and Engagement, 4, pp. 1-11.

PAC.GOV.BR. (2019) Equipamentos Sociais - PAC [online] Available at: http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/equipamentos-sociais [Accessed 3 May 2019].

PURCELL, M. (2003) 'Lefebvre - The right to the city and its urban politics' Geojournal, pp. 99–108.

PURCELL, M. (2014) 'Possible worlds: Henri lefebvre and the right to the city', Journal of Urban Affairs, 36(1), pp. 141–154. doi: 10.1111/juaf.12034.

ROWLANDS, J. (1995). Empowerment examined. Development in Practice, 5(2), 101–107.

SCHEERLINCK, K. (2012). 'Depth Configurations and Privacy. Proximity, Permeability and Territorial Boundaries in Urban Projects' in CARUCCI M. (Eds.), Revealing Privacy: Debating the Understandings of Privacy (89-104). Frankfurt am Main: Peter Lang.

WOOLLEY, H. & ROSE, S. (2014). The Value of Public Spaces. London: The Chase. [Online] Available from: https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/the-value-of-public-space1.pdf [Accessed 5 2019].

2.2 Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos + Práticas Autônomas: aprendizado para um planejamento urbano insurgente

Amanda Carneiro[8], Bárbara Oliveira[9], Kênnia Linhas[10], Mel Travassos[11], Thayse Invenção[12]

2.2.1 Introdução

Este texto foi construído a partir de uma experiência conjunta de prática e reflexão na qual estiveram envolvidos diferentes atores sociais. As atividades desenvolvidas no intercâmbio entre estudantes e professores das duas universidades e 7 movimentos sociais, grupos culturais e lideranças comunitárias resultaram, em seu último ano, na construção de um espaço de diálogo entre estes e o poder público.

Tal experiência suscitou algumas reflexões sobre a crise enfrentada pela ideia de planejamento urbano nas cidades do sul global, onde é sabido que ⅔ desses territórios se desenvolvem a partir de atividades espontâneas ou sem um planejamento urbano formal. Três questões iniciais podem ser colocadas acerca destas reflexões: 1) ainda seria possível se falar em planejamento das cidades diante dessas realidades? 2) a quem caberia a tarefa de planejar? 3) em quais espaços o planejamento é construído? Sobre a primeira pergunta, a tensão que se coloca está em como cogitar o planejamento ou a ideia de uma cidade "planejada" em realidades urbanas onde a grande maioria de suas áreas é produzida em relação ambígua com as ações (diretas) de planejamento do Estado. Acerca do segundo ponto, cabem reflexões sobre a natureza dessa atividade - o que seria ou não planejamento -, e quem teria competência (e capacidade) para desempenhá-la. Por fim, a terceira questão, que se coloca em decorrência das duas primeiras, aponta para a importância de uma outra compreensão sobre a ação e os espaços de ação dos diferentes atores sociais em relação ao seu próprio espaço, isto é, sugere a necessidade de busca por um novo entendimento sobre o significado das intervenções realizadas pela própria população em seus territórios.

A experiência realizada mostrou que o planejamento urbano deve ser entendido como um campo em disputa. Para além das reconhecidas articulações e altercações entre Estado e Mercado, devem ser reconhecidas e emancipadas as práticas populares insurgentes de interferência nos territórios como formas também de planejamento. Aliado a isso, foi possível reconhecer que os atores envolvidos e os protagonistas dessas práticas não estão predefinidos e não estão limitados a este ou aquele grupo. Entendemos, a partir de reflexões sobre a temática dos ES&EC, que a atenção deve se voltar para a prática e não somente para o grupo que a pratica. Compreende-se, desse modo, a construção da cidade como uma obra conjunta e o planejamento urbano como uma prática intrínseca dessa construção, a ser desempenhada por todos aqueles que de uma maneira ou de outra interferem nesse espaço.

2.2.2 ES&EC

Foi no desenvolvimento do terceiro ano do Intercâmbio que as demandas apontadas pelas lideranças comunitárias dos 7 territórios envolvidos foram agrupadas em 4 grandes eixos - Cultura, Habitação, Equipamentos Sociais e Infraestrutura. A agregação por tema, a partir desse momento, possibilitou uma reflexão mais aprofundada não só sobre as realidades de cada lugar, mas também sobre o que há de comum nessas realidades. As demandas relacionadas a equipamentos sociais apareceram em todas as falas nos diferentes territórios, embora com diferentes necessidades de ação devido à especificidade de cada lugar. Não só as dificuldades e as carências dessas comunidades em relação aos serviços e equipamentos foram identificadas, mas também como essas dificuldades são enfrentadas e muitas vezes superadas por uma ação própria dos moradores, a partir de uma articulação e construção coletiva. Na reflexão elaborada por Vitorino et al. (2018) sobre o ano anterior do intercâmbio, estabeleceu-se uma distinção entre o que seriam elementos entendidos

8. Amanda Silva Carneiro é arquiteta urbanista pela Universidade Federal da Bahia.
9. Barbara Oliveira é arquiteta urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em arquitetura (na área de conservação e restauro) pela Universidade Federal da Bahia.
10. Kênnia Veronique Silva Linhas é arquiteta urbanista formada pela Universidade Federal da Bahia.
11. Mel Travassos de Britto é arquiteta urbanista pela Universidade Federal da Bahia e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo também pela Universidade Federal da Bahia.
12. Thayse da Silva Invenção é urbanista pela Universidade do Estado da Bahia e mestranda em Arquitetura e Urbanismo. pela Universidade Federal da Bahia

enquanto equipamentos sociais e aqueles considerados, então, como espaços coletivos. Segundo os autores, os espaços coletivos seriam caracterizados por apropriação pela população de certos espaços e por iniciativas coletivas que neles se estabelecem; já os equipamentos sociais teriam como característica primária a oferta de serviços básicos, o que não impediria, no entanto, que viesse a abrigar uma atividade de cunho comunitário, ou seja, os espaços de equipamentos sociais poderiam também vir a se tornar espaços coletivos. O entendimento construído sobre essas duas dimensões desses espaços foi fundamental para a compreensão do que seriam as práticas autônomas e qual sua importância para as dinâmicas de reexistência desses territórios.

As atividades do 4o. ano do Intercâmbio foram marcadas, então, pelo reconhecimento das práticas autônomas desenvolvidas nos territórios. O momento político do país colaborou na volta do olhar para ações desenvolvidas independentemente do Estado, de forma autônoma pelos cidadãos e que buscam minimizar os problemas enfrentados por suas comunidades. Como apontado nas análises do ano anterior, a necessidade e a solidariedade são duas das principais lógicas que regem a configuração das cidades na América Latina e não é diferente em Salvador (VITORINO et al., 2018). São heranças que marcam a luta pela sobrevivência e os modos de viver da maioria da população que vive nesses centros urbanos. Se por um lado, as práticas autônomas emergem da deficiência nos serviços públicos que não chegam à toda população, por outro, essas lógicas fazem emergir um ativismo que encontra em grupos e lideranças a materialidade da ação de resistência, oposição e criação para construção de uma outra realidade. A partir da identificação de um problema, ações são pensadas e executadas pela própria população para se obter uma melhoria de uma situação atual ou futura. Além disto, essas práticas representam, muitas vezes, um contraponto às ações de intervenção do Estado que se resumem em projetos de segurança pública - intervenções unicamente a partir da vigilância - que refletem o estigma da violência que esses bairros carregam.

> *"Estamos embarcados totalmente por projetos de segurança pública. Não se vê mais investimentos na infraestrutura ou na cultura" (Alexandre Almeida, liderança comunitária do Nordeste de Amaralina, durante a Roda de Diálogos 4).*

Com os olhares voltados para as práticas autônomas e os questionamentos de como surgem, como se desenvolvem, quais as limitações e desafios e o que elas agregam a essas realidades, foi possível compreender a dinâmica de um movimento que se desenvolve entre diferentes espaços, ora em ambientes formais e institucionais, ora em ambientes de insurgência. Faranak Miraftab, conceitua esses dois tipos de espaços, respectivamente, enquanto espaços convidados e espaços inventados (MIRAFTAB, 2016; 2017). Para a autora, "os espaços convidados são definidos por ações populares através de grupos informais baseados na comunidade e suas organizações não-governamentais aliadas que são legitimadas por doadores e intervenções do governo e têm como objetivo lidar com sistema de dificuldades". Estes espaços são sancionados e tolerados pelos grupos dominantes e se configuram a partir de uma lógica de busca pelo consenso através do discurso. Espaços onde a atuação da população e especialmente dos movimentos sociais pode ser controlada e manipulada sendo, portanto, os espaços preferenciais do planejamento neoliberal "inclusivo". Por outro lado, a autora define os espaços inventados como "ações coletivas populares que confrontam diretamente autoridades e desafiam a estabilidade do status quo" sendo aqueles onde as práticas insurgentes se inserem (MIRAFTAB, 2017, p. 280). Contudo, segundo a autora, ambos os espaços possuem bordas porosas e muitas vezes sobrepostas e que, por isso, permitem que os grupos migrem suas ações de um espaço a outro de acordo com suas estratégias de luta. Essa conceituação ajuda a compreender não apenas a dinâmica das práticas autônomas, mas a necessidade e possibilidade de construção conjunta com o poder público sem que isso represente uma domesticação do processo de luta para construção do direito à cidade. Para ilustrar, pode-se afirmar que ao mesmo tempo em que uma ação de ocupação seja pelo MLB ou MSTB, por exemplo, cria um espaço inventado de disputa, onde quem define as regras da ação são os movimentos, ao sentarem-se numa mesa de negociação com o governo ou proprietários, ao utilizarem meios judiciais e leis do direito constitucional ou internacional, esses movimentos caminham pelos espaços convidados, onde existem regras predefinidas e normalmente sob controle do Estado, mas que entendem serem campos onde também é possível e fundamental se estabelecer uma disputa.

O encerramento da atividade do intercâmbio foi dado, então, pela constituição de um ambiente onde foi possível que esses dois espaços se encontrassem, tanto através das práticas autônomas (e seus agentes), como na experiência de construção desse espaço em si. As Rodas de Diálogo, ao serem montadas nos territórios e propostas pelos movimentos, criaram um espaço inventado pelos cidadãos e que convida o Estado para compor. Embora a presença das Universidades, especialmente enquanto agenciadoras das Rodas ao lado dos sete movimentos, tenha dado um caráter de espaço convidado ao processo, esse espaço criado carrega características de ambos os espaços conceituados por Miraftab (2017). A construção das Rodas de Diálogo se apropria da estratégia do espaço convidado, mas permite a aqueles agentes abrir em seus próprios termos um canal para o debate, trazendo a população e governo para um momento de cobrança, mas também de construção conjunta ao compreenderem que especialmente no que tange ao acesso a serviços e equipamentos sociais, é necessária a cooperação entre

sociedade civil e poder público.

Diante de realidades urbanas que se desenvolvem alheias às políticas urbanas de planejamento, nas brechas de um sistema estatal que têm por objetivo agradar ao mercado e ao grande capital, fica cada vez mais difícil esperar que parta do Estado qualquer ação para construção de uma cidade mais justa e democrática. Já não é novidade que a ideia do planejamento urbano como uma política somente de Estado, construída de cima para baixo, das mãos dos técnicos (e gestores) para a população, deve ser repensada. Contudo, o modelo neoliberal do planejamento "inclusivo" tem demonstrado ter por único objetivo a construção de consenso e busca por legitimação de políticas que passam à margem das necessidades da população. Se antes a preocupação do planejamento estava na solução técnica dada pelos técnicos do Estado, num segundo momento, a "participação popular" passa a ser incorporada revestindo esse planejamento de uma aura democrática, mas sem representar modificações profundas no sistema. A participação social, assim incorporada na agenda do Estado neoliberal, teve cada vez mais um papel de desengajamento da população, seja pelos ânimos que foram acalmados, seja por uma descrença crescente no planejamento urbano (SVIRSKY, 2010). Mas entendendo que o planejamento é também a possibilidade de se imaginar o futuro, disputar o planejamento urbano é também disputar o futuro das cidades. Para James Holston (1998) é preciso defender esse imaginário e manter a possibilidade de direcionar-se para um futuro desejável do meio urbano. Segundo o autor, "excluir o imaginário e sua perspectiva inerentemente crítica dessa maneira é condenar o planejamento à acomodação de status quo" (HOLSTON, 1998. p.165).

Corroborando com o pensamento de Holston, a reflexão construída neste texto entende que a defesa desse imaginário e disputa pelo planejamento urbano passa por uma outra forma de compreender os agentes e as formas de planejar. Conclui-se que as práticas autônomas podem e devem ser reconhecidas em sua potência enquanto microformas de planejamento, uma vez que representam ações de interferência no território dadas a partir de uma compreensão prévia dessa realidade pelos seus agentes. Mas reconhece-se também que apresentam limites, especialmente no que tange às escalas, ao financiamento e à articulação com outras práticas e projetos. Neste ponto, entende-se que a interlocução com o Estado em suas diversas instâncias é fundamental.

2.2.3 Metodologia

Como nos anos anteriores, as atividades do último ano do intercâmbio se iniciaram a partir de visitas aos territórios e diálogos com as lideranças (Fernandes et al., 2017; Fernandes et al., 2018; Fernandes et al, 2019). As primeiras atividades em campo tiveram como objetivo conhecer e melhor compreender as condições atuais de cada localidade, identificando e registrando práticas autônomas existentes, os espaços coletivos e equipamentos, bem como as principais dificuldades que enfrentavam. Um aspecto importante da dinâmica proposta para esta atividade foi o convite para que lideranças pudessem participar das visitas a outros territórios, conhecendo as práticas autônomas desenvolvidas nesses outros contextos; atividade que estimulou uma aproximação entre as lideranças e a troca de experiências. O exercício também possibilitou uma familiarização dos novos estudantes com as dinâmicas existentes em cada território. Foi possível perceber que as pautas levantadas nos anos anteriores começavam a ser atualizadas, com novas pautas inseridas e outras suprimidas por questões de prioridade colocadas pelas próprias lideranças. Foram realizadas atividades nas comunidades da Gamboa de Baixo, do Nordeste de Amaralina e Saramandaia; com o coletivo Acervo da Laje em Plataforma, com representantes da AMACH no Centro Histórico, na Ocupação Guerreira Maria e com o movimento social MLB[13].

Contudo, ao se iniciar a organização para as rodas, percebeu-se que não haveria tempo para que todos os coletivos, lideranças comunitárias e representantes dos movimentos sociais dos 7 territórios tivessem fala em cada uma das rodas, por isso optou-se por elencar demandas prioritárias para cada um deles. No que tange às demandas relacionadas aos ES&EC, dos 7 territórios em questão, 5 deles entenderam que discutir as questões dos equipamentos sociais e espaços coletivos era pauta prioritária naquele momento para sua localidade ou movimento. Foram eles: Nordeste, Saramandaia, Gamboa, AMACH e MLB. Os outros 2 territórios tinham questões bastante específicas: o Acervo da Laje, que embora seja um espaço de uso coletivo, ainda se mantém como um espaço privado e sem intenção de qualquer tipo de institucionalização segundo seus gestores, preferindo, desse modo, priorizar demandas relacionadas à cultura; a Ocupação Guerreira Maria por outro lado, embora tivesse diversas demandas sobre ES&EC, preferiu dar prioridade às questões relacionadas à regularização da propriedade.

13. O MLB não foi visitado por conta do processo de reintegração de posse do edifício onde se estabelecia a ocupação Luíza Mahin ocorrida em junho de 2018, como relatado por seu representante Marcos Antonio Ribeiro que esteve presente em diversas ocasiões, durante as visitas a outros territórios e em conversas com os estudantes na própria universidade.

A segunda etapa correspondeu à estruturação das argumentações que seriam levadas às rodas de diálogo. Esta etapa se desenvolveu como um trabalho dos estudantes, com coleta de dados, visitas a campo (territórios), conversas com as lideranças, ao mesmo tempo em que eram também identificados os órgãos governamentais que seriam acionados para participar das rodas. Para a roda ES&EC, foram convidados representantes das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPRE), Fundação Cidade Mãe, Secretaria Municipal de Saúde, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foram então montados dossiês sobre a situação de cada território, com informações e argumentações que as lideranças poderiam dispor para o diálogo com o poder público.

2.2.4 Práticas Autônomas

As práticas autônomas são entendidas aqui enquanto práticas populares, por vezes, insurgentes, as quais surgem como resposta a uma ausência ou deficiência do Estado em oferecer à população, de forma equânime e com qualidade, equipamentos e serviços que seriam de sua responsabilidade. Segundo Miraftab (2017) essas práticas são encontradas amplamente nas cidades do sul global, onde o programa de bem-estar social teve mais dificuldade de ser implementado, levando a população a buscar resolver problemas locais através de intervenções urbanas realizadas por seus próprios meios[14]. As práticas insurgentes estariam relacionadas, segundo a autora, a uma autodeterminação e busca por justiça, a partir do reconhecimento da opressão exercida pelo Estado e pelos mecanismos de poder através não só da violência direta, mas também através da marginalização e estigmatização de grupos específicos da sociedade e seus territórios, excluindo-os do acesso a bens e serviços e à possibilidade de participação na gestão governamental.

As práticas autônomas estão diretamente relacionadas aos espaços coletivos identificados no ano anterior do intercâmbio. Contudo, enquanto os espaços coletivos representam a materialidade do fazer juntos, seja do lazer, do trabalho, da construção de um espaço político pela apropriação espacial, as práticas autônomas teriam como diferencial a intencionalidade de se criar uma resposta aos problemas enfrentados pela comunidade, gerando essas espacialidades. A proposta de trazer à luz essas ações surgiu como uma estratégia para construção de um debate com o poder público onde estariam evidentes, por um lado, as deficiências do Estado na provisão de e-quipamentos sociais e serviços, para as quais as práticas autônomas representam uma busca por solução, e por outro, a competência da população para participação na gestão das políticas públicas. As práticas autônomas revelam a força dessas comunidades, o papel fundamental das lideranças, mas também os desafios enfrentados por ambos, como afirma a líder comunitária Ana Caminha:

> *"O que vocês oferecem é muito pouco. Nós fazemos o serviço que é de vocês. Transformamos a associação [de moradores] em um espaço [equipamento] social. Como podemos pensar na gestão coletiva, não perversa e sem nos dar [apenas uma] estrutura para manter? Nós temos capacidade, mas andamos juntos." (Ana Caminha, liderança comunitária da Gamboa de Baixo).*

As práticas autônomas identificadas nos territórios são diversas e se expressam de modo articulado à relação comunidade-lugar então constituída. Esta relação, por sua vez, orienta-se pela lógica de uma outra relação marcante: necessidade-solidariedade. As práticas autônomas ora se apresentam dentro de uma legalidade e/ou padrões de atuação aceitos pelos grupos dominantes, ora extrapolam esses limites em ações que desafiam Estado e corporações, o que remete aos conceitos de espaços convidados e espaços inventados (MIRAFTAB, 2017). Seguem algumas delas classificadas de acordo com a localidade em que se inserem.

Nordeste de Amaralina. Neste complexo espacial de grande área territorial (203 hectares), alta densidade demográfica (374,8 hab/ha) e um nível alto de carências, várias foram as práticas autônomas ali encontradas e com atuação de diferentes agentes. O bairro possui diversas associações de moradores que se distribuem pelas diferentes localidades internas a ele, como Nova República, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Nordeste. Estas associações desenvolvem diferentes atividades e representam o bairro na busca por diálogo com o governo. Em Nova República, por exemplo, a associação oferece também atividades para crianças, jovens e adultos. O Projeto Mané Cidadão, financiado por um empresário soteropolitano, oferece aulas de futebol para crianças e jovens no bairro. "Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar" é o nome de um projeto desenvolvido por uma ONG com atuação em diferentes bairros, que oferece suporte às mães de vítimas da violência do Estado. Já a Cooperativa de Reciclagem - Rede Social Óleo Bahia, é uma relevante atividade comunitária, uma vez que propicia um rendimento financeiro para os moradores, aos gerar os seus insumos.

14. Miraftab cita os trabalhos de J. Friedman nos anos 1980, L. Sandercock na década de 1990 e V. A. Beard (2002) sobre os planos de Bairro e planejamento encoberto (covert planning) na construção do que seria o reconhecimento das práticas insurgentes, bem como de James Holston (1998) sobre o conceito de insurgência cidadã.

Saramandaia. Fundado e mantido por seus idealizadores, o Grupo Cultural Arte Consciente desenvolve diversas atividades, oferecendo cursos de percussão, circo, capoeira e boxe para mais de 100 crianças e jovens moradoras do local no turno oposto à escola regular. Segundo Alex "Leco" Lima, fundador e diretor do grupo, o principal objetivo do Arte Consciente é desenvolver junto aos alunos os sentimentos de solidariedade e responsabilidade, através do exercício artístico e esportivo. Para Leco, a disponibilidade desse tipo de serviço é essencial para que a juventude do bairro possa criar outras perspectivas de futuro e não veja o tráfico de drogas e a violência como os únicos horizontes. No entanto, a instituição enfrenta diversas dificuldades para sua manutenção, desde problemas burocráticos, falta de recursos, mas principalmente o reconhecimento do serviço prestado por parte do poder público.

Ocupação Guerreira Maria Filipa (MSTB). A ocupação foi entendida como um exemplo de prática autônoma que se estabelece em duas escalas: a primeira seria a ocupação em si, enquanto uma prática que decorre de uma ação insurgente, articulada entre o movimento social (MSTB) e aqueles que participarão da ocupação, que resulta na construção de um espaço físico e político onde também se desenvolvem outras práticas autônomas em uma escala menor; esta segunda escala diz respeito às ações que são desenvolvidas internamente à ocupação. Entre ações como horta comunitária, manutenção de vias, construção de área de lazer para crianças e moradores, muramento da ocupação, uma prática pode ser considerada a mais importante: a cozinha comunitária. Esse espaço é considerado o "embrião" de uma ocupação, símbolo e meio pelo qual é possível que o processo se estabeleça. De acordo com Maria Lucianne Lobato Ferreira (Loira), uma das coordenadoras do MSTB e líder na Guerreira Maria Filipa, uma ocupação só se concretiza com a implantação primeiro de um local para se produzir as refeições para o grupo, até que seus membros consigam criar espaços minimamente apropriados dentro de suas casas. No caso da Ocupação Guerreira Maria, a cozinha foi instalada em uma construção inacabada preexistente no terreno. Hoje, o "Casarão" - como é chamada a edificação - simboliza não só a possibilidade de a ocupação ter acontecido, como se tornou a possibilidade de sua manutenção, pois é nele, enquanto espaço de convivência, onde acontecem momentos de troca, de formação política entre seus membros e de ajuda mútua entre eles.

Centro Histórico (Associação de Moradores Amigos do Centro Histórico - AMACH). Entre as diversas ações que a AMACH realiza na luta por moradia e relacionadas à geração de renda para os moradores da área da Sétima Etapa de Recuperação do Centro Histórico, a cozinha comunitária, implementada em 2012, é um marco no processo de resistência da comunidade. A construção desse espaço foi resultado do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e sua efetivação resultado da mobilização permanente dos integrantes da AMACH desde a assinatura do termo (Fernandes et al., 2017). O espaço não funciona apenas para geração de renda para a associação dos moradores, mas serve também como um verdadeiro centro comunitário, acolhendo reuniões e eventos organizados pelos próprios moradores e moradoras, funcionando como um centro de apoio aos vendedores ambulantes do Centro Histórico, chegando até a ofertar cursos de capacitação para as moradoras e moradores.

Gamboa de Baixo. A localização da comunidade à beira da Baía de Todos os Santos e a relação que esta estabelece com esse ambiente marcam muitas das práticas desenvolvidas na comunidade. A pesca tradicional, por exemplo, que transpassa gerações e ainda se mostra intensa, dá caráter identitário ao lugar, influenciando nas práticas de geração de renda como a oferta de serviço de conserto e manutenção de barcos, bem como na produção de alimentos (peixes e frutos do mar) comercializados em restaurantes na própria comunidade ou vendidos no entorno. Por outro lado, a existência do Forte São Paulo e a sua ocupação pelos moradores possibilitou a construção de um espaço que, embora também destinado à moradia, atendesse às necessidades para desenvolvimento de práticas coletivas e autônomas. Neste espaço realizam-se pequenos plantios, eventos de lazer e entretenimento, sendo o único espaço disponível na comunidade com capacidade para tal. O forte possui uma dinâmica de uso multifuncional e expressivo para a Gamboa, representando um símbolo dessas práticas autônomas. Contudo, o espaço coletivo tem se tornado um símbolo de resistência e luta dos moradores diante das ameaças de implementação de projetos de recuperação do Forte que não dialogam com a comunidade.

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Ao analisar as práticas autônomas do MLB, entendeu-se, assim como para o MSTB, que aqui estabelecem-se dois conjuntos de práticas autônomas. Uma relacionada ao processo da ocupação em si e outro às práticas autônomas desenvolvidas dentro da ocupação. Isto é, a Ocupação Luiza Mahin foi entendida como uma prática autônoma, onde, internamente, se desenvol-veram diversas outras práticas relacionadas à autoconstrução e autogestão de espaços físicos e políticos para a construção de práticas educativas. A Escola Popular Carlos Marighella foi criada como um equipamento para atender à diversas necessidades no que tange à educação e à cultura, fazendo com que um prédio vazio numa área central da cidade cumprisse, desse modo, ao lado da habitação, sua função social. A Escola funcionava no primeiro andar do prédio da ocupação e dentre as atividades realizadas estavam cursos preparatórios pré-universitários, de alfabetização de adultos, capoeira infantil, grupo popular de estudos sobre o direito à cidade, clube de cinema, clube de leitura e debate, seminários sobre a realidade brasileira,

oficinas de fotografia e aulas de violão e dança. Porém as limitações financeiras e condições de consolidação no espaço físico evidenciaram a necessidade de recursos para se manter e crescer. A escola foi desativada após a reintegração de posse demandada pelo Governo do Estado em 2018. A Escola Carlos Marighella, enquanto prática autônoma, demonstrou a competência do movimento para a gestão de um equipamento e oferta de serviços.

Acervo da Laje. Embora o Acervo tenha optado por dar prioridade à pauta da Cultura nas Rodas de Diálogo, o levantamento das Práticas Autônomas relacionadas ao território de Plataforma elencou esta mesma instituição como exemplo de uma prática autônoma realizada por moradores. O Acervo pode ser descrito como um importante espaço de manifestação cultural gerido autonomamente pelos seus idealizadores, dispondo atualmente de duas instalações, a Casa 01 e Casa 02, onde acontecem exposições, palestras e oficinas. A proposta do acervo comunitário é de incentivar exposições de obras de artistas locais a fim de democratizar e compartilhar a arte que é produzida no Subúrbio, o que resulta no reconhecimento e fortalecimento de uma memória local. Além disso, há o projeto Ocupa Lajes, onde as atividades acontecem em outras casas do subúrbio e mesmo de outros bairros da cidade, com financiamento através de edital público. Um exemplo de apoio governamental que, embora siga a complicada[15] política de editais, democratiza de alguma forma o acesso a financiamento para projetos sociais.

O levantamento das práticas autônomas existentes nos territórios mostrou, de um lado, a competências desses agentes para gerir ações e equipamentos dentro de suas realidades, mas por outro, apontou os desafios e limitações dessa atuação. As lideranças relataram a dificuldade em manter esses espaços e a necessidade de apoio e reconhecimento dessas práticas tanto pelo poder público quanto pela sociedade de modo geral. Mas qual tipo apoio e o que representaria esse reconhecimento visto que se trata de práticas autônomas? Como já comentado neste artigo, essas práticas surgem em resposta a uma deficiência do Estado em garantir um programa de bem-estar social para toda a população e também como forma de combater a narrativa uníssona construída sobre esses lugares marcada pelo estigma da ignorância e da violência. Por tanto, o reconhecimento dessas práticas representa não só o reconhecimento da capacidade de gestão coletiva e controle social do bem público e coletivo pela população, mas também da legitimidade dessas comunidades frente à construção do seu próprio espaço e mais amplamente, da cidade. Do mesmo modo, o apoio, ação necessária decorrente desse reconhecimento, está na provisão de meios para que a população possa exercer esse papel, isto é, na criação e recuperação de espaços institucionais de participação social e na abertura de canais que possibilitem tanto a transparência das ações governamentais, quanto o controle social, formas pelas quais se garantiria o funcionamento adequado desse sistema. Para Cícero Jorge Melo, liderança da AMACH, "pensar em gestão democrática é construir uma comunicação entre os órgãos, entre comunidades, para construir juntos." Segundo ele, embora a comunidade tenha o desejo de se organizar "a elaboração de projetos pelos grupos e associações é repleto de dificuldades". Mesmo a participação popular seria um processo que exige formação, afirma Cícero, e que poderia ser viabilizado com recursos do Estado.

Com base nas reflexões acerca dos ES&EC + Práticas Autônomas, a estrutura argumentativa para a Roda de Diálogos foi montada levando-se em consideração as diferentes dificuldades levantadas pelos coletivos, tanto em função das demandas diretas sobre equipamentos sociais e serviços enfrentadas por suas localidades, quanto por reivindicações históricas desses territórios, ambas categorizadas em duas questões principais, articuladas entre si:

1. **Transparência e controle social na alocação e gestão de recursos:** Este tema abordou os problemas que as comunidades vinham enfrentando devido aos processos políticos e burocráticos que navegavam pelas 3 esferas do governo (federal, estadual e municipal), e a falta de controle social e comunicação clara que surge desse contexto. Os territórios vinham enfrentando problemas de gestão e manutenção em dois aspectos:

   a) **O primeiro, quando o governo é responsável pelos espaços coletivos e equipamentos sociais.** Nesse caso a falta de transparência e articulação entre os diferentes níveis de governo dificulta, para os coletivos, identificar pontos de entrada para o entendimento e o encaminhamento de suas reivindicações e demandas.

   b) **Em segundo lugar, nos casos em que o coletivo ou comunidade é responsável pela manutenção dos equipamentos sociais e espaços coletivos,** mas há uma falta de reconhecimento pelo governo de que essa autonomia ainda requer apoio e coordenação estatal do conjunto de ações nos territórios.

15. Quando uma política pública de incentivo a projetos sociais é construída baseada em editais, cria-se um processo de concorrência, de recursos mínimos, prazos e burocracias enfrentados por aqueles que se dispõem a criar soluções para as lacunas do serviço público.

2. **Recuperação de espaços institucionais para participação ativa na tomada de decisões:** A Constituição Federal do Brasil reconhece que a política de desenvolvimento urbano deve buscar a função social da cidade e o bem-estar de seus cidadãos (artigo 182). Para fazer cumprir essa lei, os cidadãos têm o direito de participar da produção da cidade, incluindo seus espaços coletivos e equipamentos sociais. No entanto, os poucos canais de diálogo existentes correm o risco de serem extintos, reduzidos ou reformulados, tornando-os instrumentos ineficazes na construção de um processo democrático nas políticas urbanas. Assim, defende-se a recuperação de espaços de participação ou, onde estes não existam, a criação de espaços para promover canais de comunicação claros e seguros que estimulem a cooperação e a consulta ao longo do projeto.

A processo de conhecimento dessas reivindicações e das práticas autônomas fez compreender que a Roda de Diálogo precisaria responder, desse modo, à possibilidade de uma *Articulação para a Gestão Democrática de Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos.*

A relação construída entre as práticas autônomas e a criação de um espaço de diálogo entre movimentos sociais, coletivos e representantes de bairro e governo, especialmente no que tange aos equipamentos sociais e espaços coletivos, possibilitou a construção de uma reflexão específica sobre essa temática. No que diz respeito aos equipamentos sociais e espaços coletivos é fundamental a construção conjunta entre população e poder público. Compreendeu-se que o poder público se faz fundamental através do investimento financeiro e coordenação das ações e projetos em diferentes escalas. A coordenação estatal dessas ações, desde que aberta ao controle social, é fundamental pois se faz necessário reconhecer que essas práticas autônomas têm características específicas: são ações quase emergenciais sobre uma determinada situação, realizadas sem uma articulação com outros projetos e escalas de intervenção e muitas vezes necessitando de estudos sobre os seus impactos. Já a comunidade mostrou-se competente frente a uma experiência prática, sensibilidade das necessidades do local e capacidade de atuação nesta escala.

A Roda de Diálogo se configurou como um espaço para esclarecimento sobre o funcionamento e atribuições dos órgãos públicos participantes mas, principalmente, para que ambos, representantes do poder público e

Figura 2.3 - *Roda de Diálogos Articulação para a Gestão Democrática de Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos. Fotografia de Mel Travassos, 2019.*

lideranças comunitárias, compreendessem as bordas de contato de suas ações, onde seria necessário haver mais cooperação ou mesmo se iniciar uma política de colaboração. Este momento de compartilhamento de informações explicitou também as sobrecargas que as lideranças, associações de moradores e grupos que desenvolvem projetos sociais têm carregado ao tentarem suprir as ausências do Estado.

Por diversos momentos as lideranças relataram em suas falas que estavam desempenhando o papel que não era deles. Essas colocações vinham acompanhadas de sentimentos de indignação e frustração, devido às dificuldades e muitas vezes à incapacidade de não poderem arcar com tal responsabilidade seja por falta de recursos financeiros e/ou humanos. O reconhecimento do trabalho desenvolvido e importância dessas iniciativas autônomas para as comunidades fica claro entre moradores e demais lideranças, mas parece não existir um reconhecimento por parte do poder público sobre a potência dessas ações como formas de intervenção articuladas ao planejamento proposto pelo poder público. Isto é, não se vislumbra a possibilidade de ampliação das políticas públicas e de novas formas de uso dos recursos públicos ao se assumir essas micro ações nas políticas de planejamento urbano.

> *"Os projetos sociais fazem o serviço que deveria ser feito pelo governo e ainda segura a onda para as coisas não piorarem. Se não houvesse esse trabalho de base nas comunidades, isso aqui já estaria em guerra."* (Alex "Leco", idealizador do Grupo Cultural Arte Consciente)

> *"As lideranças estão tendo que guardar os remédios para os doentes mentais e para outras doenças, fazendo o papel do poder público".* (Ana Caminha, liderança comunitária na Gamboa de Baixo)

O que se observa é que um reconhecimento enviesado sobre o significado dessas ações e do papel de lideranças e projetos sociais autônomos têm levado a uma desresponsabilização do poder público em dar assistência à essas comunidades. As lideranças relatam dificuldade de acesso à recursos, falta de assistência técnica e principalmente canais de diálogo, ficando sob sua responsabilidade o desafio de resolverem sozinhas muitas das demandas das comunidades. Quando Ana Caminha diz "não tentem fingir que são bonzinhos dando espaço físico", a liderança expressa a insatisfação da população com a forma como as políticas públicas são desenvolvidas. A implantação de equipamentos sociais não se reduz à construção de um edifício ou à instalação de um programa de atendimento. É importante discutir com a população fundamentalmente a política pública que resultará na implantação do equipamento social. E como ficou demonstrado pelas práticas autônomas, a população tem competência para estar presente na elaboração dessas políticas, nas definições sobre os projetos a serem implantados e na gestão desses equipamentos.

Ficou claro, durante a exposição das lideranças que a perspectiva da gestão democrática retoma o orçamento participativo. Isto porque, a definição das políticas públicas, alocação de recursos e implantação de programas dependem do que for decidido a priori na elaboração do Plano Plurianual, como foi colocado por Marcos Antônio (MLB) e confirmado pela representante da Secretaria de Saúde do Município, Silvia Sarno, ao afirmar que "o limite de uma intervenção é o orçamento".

Assumir as práticas autônomas enquanto formas de planejamento se faz necessário, visto que elas representam a forma mais capilar de intervenção nos territórios. A dificuldade de alcance da política pública neste nível foi reconhecida por Sílvia Sarno, representante da Secretaria de Saúde quando afirmou que, muitas vezes, a política está registrada no mapa, mas no território não chega a atender à população e que a superação desta dificuldade passaria por uma maior aproximação com a comunidade. O arquiteto Mario Vitor, representante do IPHAN, reconheceu a mesma dificuldade no que tange às políticas do órgão e especificamente à situação do Forte São Paulo na Gamboa de Baixo. Segundo ele, "o IPHAN sempre esteve distante das questões das populações locais", justificando que "à medida que o conceito de patrimônio histórico foi ampliado para patrimônio cultural, e passou a reconhecer no usuário seu principal valor, a atuação do órgão não acompanhou a mudança conceitual". Vitor atribuiu os problemas do primeiro projeto para o Forte elaborado pela instituição - e recusado pela comunidade - às decisões tomadas somente no âmbito técnico. Além da dificuldade de execução de uma política de construção coletiva entre instituição e comunidade, superada após intervenção da Defensoria Pública, o representante do IPHAN também apontou o momento político como um obstáculo para a viabilidade de execução do novo projeto.

A disponibilidade de equipamentos sociais e o acesso a serviços públicos, como relatado pelas lideranças, está intimamente relacionado com o nível de marginalização e estigmatização a que estas populações e territórios estão sujeitos e relacionados. A violência é colocada como obstáculo para prestação de serviços nos territórios. A ausência de propriedade legal sobre a terra, que depende de políticas de regularização fundiária, impede que moradores pleiteiem a construção de equipamentos sociais em suas comunidades. Assim como o acesso a esses serviços é dificultado quando não se tem comprovantes de endereço, como é o caso de famílias que ocupam edifícios e terrenos na luta por uma moradia digna. Estes são apenas alguns exemplos. Como colocado por Marcos Antônio (MLB), a permanência de famílias em um

lugar está intimamente ligada ao acesso aos serviços públicos disponíveis e por isso a luta desses movimentos pelo direito de morar em determinadas regiões da cidade onde essa estrutura já existe e que muitas vezes é subutilizada, como no Centro Antigo de Salvador. Para ele, "os equipamentos são elementos importantes para a viabilidade da vida".

A presença dos técnicos nas rodas também foi apontada por Marcos Antonio (MLB) como importante para essa construção. Segundo ele, caberia ao técnico se debruçar sobre essas realidades, compreender seus problemas e apontar soluções, para daí, voltar-se para o gestor. Afirmou ainda que "se o gestor vai atender à população ou ao mercado, isso é outra coisa. Mas quando a pessoa é técnica e consegue atuar politicamente é o ideal". Com isso, Marcos coloca em questão a responsabilidade tanto do corpo técnico quanto dos gestores e seu compromisso ético e militante. É possível questionar, então, até que ponto esses agentes governamentais estariam dispostos a compartilhar a construção do planejamento urbano (formal), na busca por um planejamento urbano enquanto uma prática insurgente.

2.2.5 Ativismo necessário a todos

Miraftab (2017), ao propor um tipo de planejamento insurgente, relaciona esta atividade às práticas insurgentes que interferem na realidade urbana. A autora constrói seu argumento afirmando que as práticas insurgentes seriam assim denominadas não em função dos atores que a praticam, mas pela prática em si. A qualidade de insurgente não estaria relacionada a determinados grupos, movimentos ou atores específicos, mas sim, a uma ação que tenha como pressuposto: a transgressão contra falsas dicotomias e barreiras; a contra-hegemonia, capaz de desestabilizar relações normalizadas do dominante; e a imaginação, reconhecendo o valor simbólico da ação enquanto construção de um caminho alternativo. Na reflexão construída neste artigo, entendemos que o planejamento urbano deve ser disputado, transformado em uma prática insurgente, desenvolvido conjuntamente pelo poder público (ou por seus representantes) e pela sociedade civil. Como colocado por Vera Lúcia Teixeira, liderança comunitária no Nordeste de Amaralina, o intercâmbio possibilitou que as comunidades levassem suas pautas à Universidade, a qual mediou a construção de um espaço de diálogo com técnicos e gestores, e que caberia agora aos técnicos e gestores levar essas demandas para dentro das instituições governamentais para buscar soluções. E como encaminhamentos da Roda, a construção de um contato mais próximo e frequente o entre lideranças e representantes do poder público, foi o caminho encontrado. Essa articulação mostra que uma construção conjunta é possível e necessária.

Voltando às 3 questões iniciais sem, contudo, almejar uma resposta definitiva, mas apontando possíveis caminhos, a experiência do intercâmbio mostrou que o planejamento urbano se encontra presente nas cidades através de diferentes interesses, escalas e visibilidades. É uma tarefa realizada por diferentes atores, com diferentes níveis de engajamento e compromisso ético. Ele é construído dentro dos órgãos oficiais de governo, mas também nas reuniões de bairro, de movimentos sociais e de coletivos, entre espaços convidados e inventados. A cidade é, então, resultado dessas ações e conflitos. E se temos uma cidade marcada pela segregação socioespacial, marginalização e estigmatização de populações e áreas, sua superação passa pela construção de uma interação e articulação entre esses atores e espaços, para a construção de um planejamento urbano insurgente e humano.

2.2.6 Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF

FERNANDES et al.. Práticas Coletivas, Instrumentos para a Ação e o Direito à Cidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação, 2017.

FERNANDES et al.. Práticas Coletivas, Instrumentos para a Ação e o Direito à Cidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação, 2018.

FERNANDES et al.. Práticas Coletivas, Instrumentos para a Ação e o Direito à Cidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação, 2019/no Prelo.

HOLSTON, James. Spaces of Insurgent Citizenship. In: SANDERCOCK, L. (Org.). Making the invisible visible: A multicultural Planning History. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, (p.155-173), California, 1998.

HOLSTON, James. Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: situating radical planning in the Global South. Planning Theory. Special issue: Strangely familiar. SAGE Publications, Vol. 8(1), (p.32-50), 2009.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18(3), (p. 363-177), 2016.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Practices and Decolonization of Future(s). In GUNDER, M., MADANIPOUR, A. & WATSON, V. (Org.). The Routledge Handbook of Planning Theory. (p. 276-288) Routledge, 2017.

SVIRSKY, Marcelo G. Introduction: Beyond the Royal Science of Politics. In: Issue on Deleuze and Political Activism (p. 1-6). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

VITORINO et al. Espaços coletivos e equipamentos sociais em territórios populares de Salvador. In: Práticas Coletivas, Instrumentos para a Ação e o Direito à Cidade (p. 23-41) Londres, Abril, 2018.

FIM DO MUNDO
PAPA

3 Housing and Economy/Habitação e Economia

Right to Housing: Articulation, Conflict and Vulnerability / Direito a Moradia: Articulação, Conflito e Vulnerabilidadde

Adriana Nogueira Vieira Lima
Lecturer of Law/Professora de Direito – Universidade Estadual de Feira de Santana
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

Aline Maria Costa Barroso
Lecturer at the Faculty of Architecture/Professora da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Member of /Membro do grupo de pesquisa Lugar Comum

Leandro de Sousa Cruz
Lecturer at Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UnB. /Professor da UnB
Member of / Membro dos grupos de pesquisa Cidades Possíveis (PPG-FAU-UnB) e Lugar Comum

[English]

The housing issue is central to the agenda of governments, scholars and activists, and is an urgent debate when it comes to developing policies to meet collective demands. The modernity of the late nineteenth century was marked by the adoption of measures that adjusted the comfort of housing to the needs of ensuring the future of the production system (Beguin, 1991). In this context, Engels (2015) has already pointed out the fragility of the solutions adopted to solve the housing problems that affect the working class.

The housing precariousness denounced by Engels and the solutions arising from them span almost two centuries and remain central in the dispute for the Right to the City. Following this old, but still latent and challenging theme, the students and representatives of the collectives involved in the academic exchange between UFBA and UCL, provided an opening for direct communication between organised civil society and public power with the purpose of presenting common agendas and pressuring the State to comply with guidelines, legislation and actions that contribute to the realisation of the Right to the City. In the specific field of housing, two dialogues were held with representatives of public agencies from the three federative spheres.

The construction of these dialogues was based on the material produced, collective memory, and experiences from the first three years of the exchange. The students adopted a broad concept of housing that goes beyond the home, incorporating elements such as adequate public spaces, security of tenure, and equipment. During the preparatory process, the students began with the problematizations brought by the groups involved. They sought to investigate the relationship between housing, economy and the right to permanence, demonstrating the challenges to overcome fragmented approaches.

The articles in this section address the course developed by the collectives in Salvador, bringing to public view the set of reflections on this challenging experience. The work was guided by sensitive processes of listening, interaction among knowledges, and, above all, permeated by the epistemological awareness that housing involves social relations, which implies the need to recognise the diverse forms of appropriation of space and a vision centred on the subjects and their trajectories. As Henri Lefebvre (2001) warned in the 1960s, before accommodating people it is necessary to recognise their needs. These premises supported the construction of a dossier, articulating the priority demands of the movements, which were brought to the attention of the public authorities during the "Dialogues".

In the Dialogue, "Housing and Popular Economy", we sought to address the relationship between the production of social housing, considering its intrinsic relationship with income generation. The approach was prioritised based on the dynamics of the popular economy, and the demands for income generation were evidenced.

The Dialogue "Housing and Permanence" aimed to explain the different states of vulnerability in relation to the territories occupied by the communities involved, pointing out the limits and possibilities of urban instruments to guarantee the permanence of the inhabitants who live on the threshold between the zones of rights and non-rights. In the dialogue, the conflicts faced around permanence in the territories gained centrality, revealing the participation of the State in promoting, via action or omission, the construction of a situation of "permanent transitoriness".

These events presented themselves as a moment of great learning, in which the leaders built dialogue strategies that challenged perspectives of interaction with the public authorities, exposing contradictions that reveal a contradictory State, which in all its facets and instances remains committed to the corporate interests of the city and unaware of the real needs of the residents.

Despite the limits in the search for dialogue between communities and public authorities, it should be noted that the experience of building spaces for dialogue and listening has contributed to the confrontation of social stigmas. Furthermore, the dialogues evidenced the occurrence, among the communities and collectives involved in the exchange, of shared demands that point to the need for the strengthening of democratic public spheres, which ultimately may be useful for the strengthening of the Right to the City, to the extent that "the democratic character of a regime is discerned in relation to its attitude towards the city, towards urban liberties, towards urban reality, and, consequently, towards segregation" (Lefebvre, 1991, p95).

The memory of this journey, materialised in the articles below, present themselves as threads for a weaving of connections between the movements and collectives involved and multiple collective subjects of law that act in the struggle for the Right to the City, at local and international scales.

[Português]

A questão habitacional assume centralidade na pauta de governos, estudiosos e ativistas, e configura um debate urgente quando se trata da elaboração de políticas que respondam pelo atendimento de demandas coletivas. A modernidade de fins do século XIX foi marcada pela adoção de medidas que ajustavam o conforto da habitação às necessidades de garantir o futuro do sistema produtivo (Beguin, 1991). Neste contexto, Engels (2015) já apontava a fragilidade das soluções adotadas para remediar os males habitacionais que atingiam a classe trabalhadora.

A precariedade habitacional denunciada por Engels e as soluções delas decorrentes, ultrapassam quase dois séculos e permanecem centrais nos processos de disputa pelo Direito à Cidade. Seguindo esse tema antigo, mas ainda latente e desafiador, os estudantes e representantes dos coletivos envolvidos no intercâmbio acadêmico entre UFBA e UCL, proporcionaram uma a-bertura para comunicação direta entre sociedade civil organizada e poder público com o propósito de apresentar pautas comuns e tensionar o Estado no cumprimento de diretrizes, legislações e ações que contribuam para a efetivação do Direito à Cidade. No campo específico da habitação foram realizadas duas Rodas de Diálogos com representantes de órgãos públicos das três esferas federativas.

O trabalho de construção dessas rodas partiu do conjunto de material produzido, memória coletiva, e experiências vivenciadas nos três primeiros anos do intercâmbio. Os estudantes adotaram um conceito amplo de moradia que vai além da casa, incorporando elementos como espaços públicos adequados, segurança da posse e equipamentos. Durante o processo preparatório, os estudantes, partindo das problematizações trazidas pelos coletivos envolvidos, buscaram se dedicar a investigar a relação entre habitação, economia e o direito à permanência, demonstrando os desafios para superação de abordagens fragmentadas.

O artigo aborda o percurso desenvolvido pelos coletivos em Salvador, trazendo a público o conjunto de reflexões sobre essa desafiadora experiência. O trabalho foi guiado por processos sensíveis de escuta, interação entre os saberes, e, sobretudo, permeado pela consciência epistemológica de que a habitação envolve relações sociais, o que implica na necessidade de reconhecimento de diversas formas de apropriação do espaço e uma visão centrada nos sujeitos e nas suas trajetórias. Assim como alertava Henri Lefebvre (2001), ainda nos anos 1960, antes de acomodar as pessoas é preciso reconhecer suas necessidades. Essas premissas lastrearam a construção de um dossiê, articulando as demandas prioritárias dos movimentos, que foram levadas ao conhecimento das autoridades públicas durante as "Rodas de Diálogo".

Na Roda de Diálogos, **“Habitação e Economia Popular”,** buscou-se abordar a relação entre a produção de habitação de interesse social, considerando sua intrínseca relação com a geração de renda. Nela priorizou-se a abordagem a partir das dinâmicas da economia popular, sendo evidenciadas demandas por geração de renda.

A Roda de Diálogos **“Habitação e Permanência”** teve como objetivo explicitar os distintos estados de vulnerabilidade em relação aos territórios ocupados pelas comunidades envolvidas, apontando limites e possibilidades dos instrumentos urbanísticos para garantia da permanência dos habitantes que vivem no liminar de zonas de direito e não direitos. Nela, os conflitos enfrentados pela permanência nos territórios ganhou centralidade, revelando a participação do Estado na promoção, via ação ou omissão da construção de uma situação de “transitoriedade permanente” (Rolnik, 2015).

Esses eventos se apresentaram como um momento de grande aprendizado, no qual as lideranças construíram estratégias de diálogo que tensionaram perspectivas de interação com os poderes públicos, expondo contradições reveladoras de um Estado contraditório, mas em todas as suas facetas e instâncias bastante comprometido com os interesses corporativos da cidade e desconhecedor das reais necessidades dos moradores.

Apesar dos limites na busca da interlocução entre comunidades e poder público, deve-se destacar que a

experiência de construção de espaços de diálogo e de escuta contribuiu para o enfrentamento dos estigmas sociais. Ademais, as Rodas de Diálogo evidenciaram a ocorrência, entre as comunidades e coletivos envolvidos no intercâmbio, de demandas compartilhadas que apontam para a necessidade do fortalecimento de esferas públicas democráticas, o que em última instância podem ser úteis para o fortalecimento do Direito à Cidade, na medida em que "o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as liberdades urbanas, para com a realidade urbana, e, por conseguinte, para com a segregação" (Lefebvre, 1991, p95).

A memória desse percurso, materializada no artigo elaborado, apresenta-se como fios para uma tessitura de conexões entre os movimentos e coletivos envolvidos e múltiplos sujeitos coletivos de direito que atuam na luta pelo Direito à Cidade, nas escalas local e internacional.

References/Referências

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Espaço & Debates, São Paulo, n. 34, 1991. p. 39-54

ENGELS, Friedrich. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 1991, p.95

LEFEBVRE, Henri. Préface. In: RAYMOND, Henri; DEZÉS, Marie-Geneviève; HAUMONT, Nicole; HAUMONT, Antoine. L'habitat pavillonnaire. Paris: L'Harmattan, 2001. p. 7-23.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

3.1 Role of 'Spaces of Dialogue' towards the Advancement of the Right to the City in Salvador: Housing and Economy

Daniela Maldonado, Maima Risqa Syakhroza, Wenxin Deng, Herta Gatter, Tamara Krüger, Delano Aguiar

3.1.1 Introduction

As part of the fourth and last cycle of collaboration between the seven urban collectives, Lugar Comum/ Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) and the Development Planning Unit (DPU)/ University College London (UCL), this report elaborates on the role of "spaces of dialogue" towards the advancement of the Right to The City (RTTC) in Salvador da Bahia, Brazil through the theme of housing and economy. Building on learnings from previous exchanges, this year's objective was to promote the articulation of collectively produced agendas, claims and proposals by entering into dialogue with public authorities.

To assess the extent to which spaces of dialogue can address policy and planning challenges, legitimise and ensure access to or expand the RTTC, we first review the RTTC concept and situate it in relation to housing and economic opportunities within the context of Salvador. Then we present our methodology, including our analytical framework that defines spaces of dialogue and appropriates philosopher Nancy Fraser's theory of social justice (2005) with our research methods and limitations. The second chapter outlines the key findings of our analysis. We conclude in a hopeful manner that despite limitations, the spaces of dialogue expanded the RTTC through enhancing recognition, representation and to a lesser extent redistribution.

Context: The RTTC in Relation to Housing and the Economy

First introduced by Lefebvre in 1968, the RTTC concept highlights the collective right of all citizens to actively co-create their urban environment (Harvey, 2008), both in terms of appropriation and participation (Purcell, 2002). Since then the concept has guided the socio-political mobilisation of diverse actors worldwide in their struggle for socio-spatial inclusion (Purcell, 2014). In addressing the RTTC we look at "the relationship between the house as a multi-dimensional asset and the livelihood opportunities [it provides] for income generation activities" (Fernandes et al., 2019, p.10).

Brazil incorporated the RTTC into national law in 2001 (Friendly, 2013). For example, the "City Statute" recognises the social function of urban land and property over its commercial value, introduces instruments to regularise informal settlements, and promotes participatory urban planning and the right to housing (Belda et al., 2013). However, the commodification of urban land and housing through real estate speculation continues to exclude low-income populations from central urban areas resulting in an extremely racially-spatially segregated city (Monteiro and Veras, 2017). Salvador's 2016 Master Plan for Urban Development (PDDU) and *Revitalizar* Programme[16] exacerbate these developments by prioritising business and private ownership (see Cordeiro, 2017). Authorities fail to provide even badly located social housing (UN Habitat, 2013, p.13), as exemplified by the federal *Minha Casa, Minha Vida* (MCMV) Programme.

As only approximately 30% of Brazil's urban population can afford to participate in the formal housing market (UN Habitat, 2013), low-income populations mainly access urban space through informal and/ or illegal mechanisms (Fernandes, 2007). Housing, however, is pivotal for a dignified life. As Fernandes et al. (2019) argue, the house presents not only an asset and initial capital that allows building and sustaining livelihoods; it provides opportunities for income generation activities. In the context of the 2018 elected right-wing government headed by Jair Bolsonaro, existing issues around housing and the economy are likely to be exacerbated. Key policies now reflect the desire to reduce the role of the state in social protection, promoting for example, wholesale privatisation and cuts to education budgets (Sims, 2019). This generates particular uncertainties and tensions in the Workers' Party-supporting Bahia (Silva, 2019), especially for social movements that have been deemed "terrorists" (López, 2018).

3.1.2 Methodology

Analytical Framework

To analyse gathered information, we first designed a framework based on our main research questions (see "Introduction" p.10 of this publication) to assess if and how these spaces address policy and planning and can thus contribute to advancing the RTTC in Salvador.

16. The "Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador (Revitalizar)" is a project implemented by SEDUR. It aims at restoring the historic city centre by stimulating both housing and economic opportunities.

We conceptualise "spaces of dialogue" through the relationship between involved parties. Developed through the former cycles of collaboration, and based on the work of Lefebvre (2014) and Miller (2005), spaces of dialogue are not only created between individuals, community, university or public authorities; they exist between the human and the 'material' environment, making the mental and social indistinguishable from physical space. The production of space is, however, never neutral (Lefebvre, 2014). The spaces of dialogue in our understanding do not equal a Habermas (1984) rational deliberation aiming for consensus, but can be co-created spaces for dispute, confrontation and negotiation where power relations are revealed. Following Rossi and Von Bülow (2015), we go beyond the artificial boundaries between "contentious" and "routine" politics that characterise much of the social movement literature and analyse spaces as strategies from a repertoire.

To shape urban space collectively, spaces of dialogue need to enhance parity in participation. We therefore analyse the extent to which they promote the RTTC through Fraser's (2005) normative three-dimensional theory of social justice, "[meaning] parity of participation" (p.73). This involved looking at the political dimension of representation in decision-making processes and framing, the economic dimension of equitable "distribution of rights and goods" (Fraser, 1998, p.4), and the cultural dimension of reciprocal recognition in terms of the "equal right to pursue social esteem under fair conditions of equal opportunity" (ibid.).

Research Methods

The collaborative research was conducted in different stages from January to May 2019. The first months were dedicated to secondary research (literature review) to understand context and past outputs and to develop our analytical lens. We (DPU) then joined the seven collectives and Lugar Comum/ FAUFBA for two weeks in April/ May in Salvador to collect primary data, which was analysed in London afterwards (see Table 3.1).

Limitations

Several limitations affected the research and methodology of our collaboration. Firstly, we acknowledge the language and time barriers faced in Salvador, which impacted fieldwork activities and the accurate gathering and analysis of information. For instance, there was limited time to question assumptions and address the methodology previously defined by professors (i.e. that the Rodas are the form of engagement). Secondly, we draw attention to our restricted engagement with communities beyond working with their "leaders", which raises questions of recognition, representation, and replication of power dynamics.

Figure 3.1 - *Analytical Framework. Source: Chapter authors, 2019.*

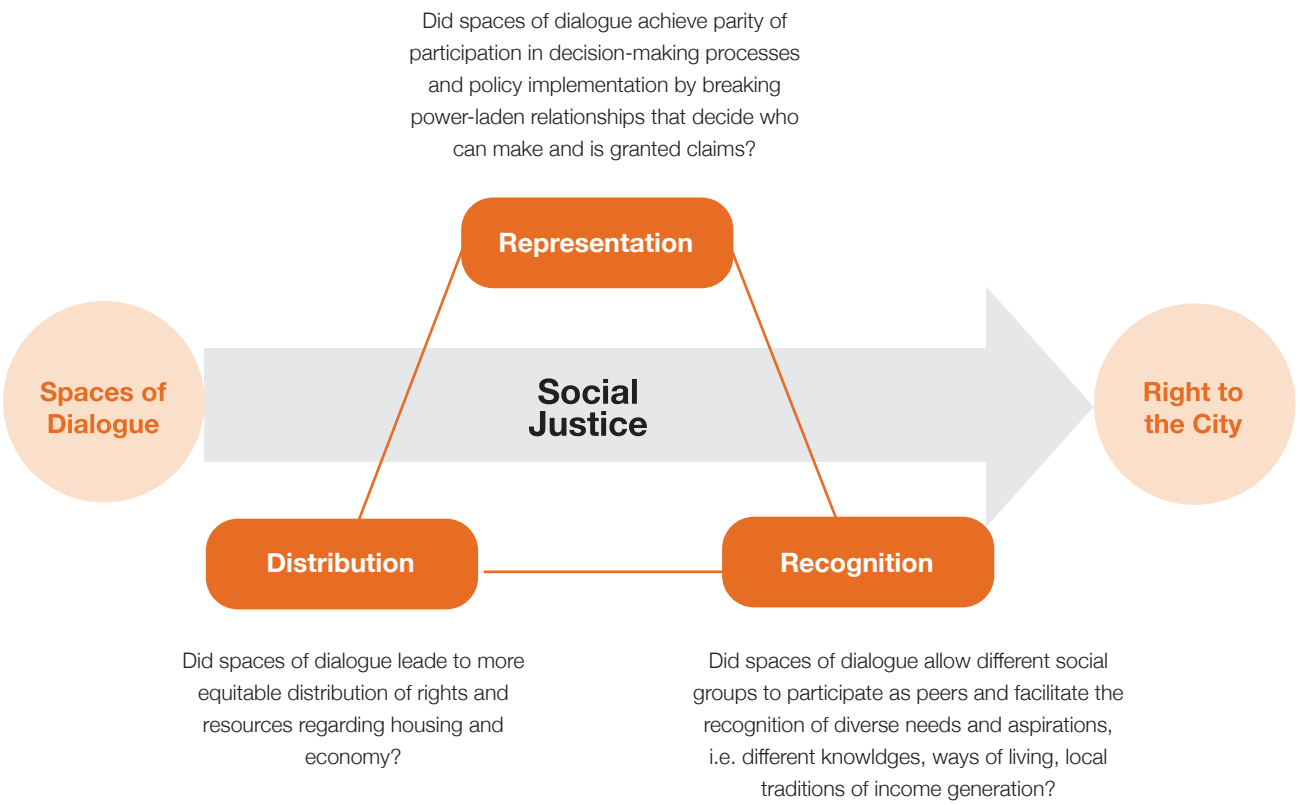


Table 3.1 - *Description of Research Methods. Source: Chapter authors, 2019.*

Method	Description	Aim	Participants	TIme
Literature Review	-Reviewing literature including past reports, the RTTC, housing and the economy in relation to the context in Salvador, past collaborations - Developing a background document with information on the claims of all seven collectives and the analytical framework	-To enhance our understanding of the different collective groups, the findings from previous reports -To find connections between key theoretical concepts and the fieldwork activities -To develop an analytical framework	DPU (6 students)	5 months
Group Discussions	-Working in groups to discuss and prepare the common claims, agenda and background documents for the two thematic Rodas de Diálogo as well as the final product of the exchange – the newspaper	-To collectively reflect on, synergise, systematise and problematise individual and common claims with the aim to establish a common agenda and narrative -To articulate, systematise and consolidate background information and arguments for the Rodas de Diálogo -To consolidate records and forms of synthesis and learning about the experience -To elaborate material for the final newspaper	DPU and FAUFBA (15 students, professors, translator; 7 collective representatives from collectiveships)	6h 30 14h 2h 9h
	Presenting the thematic proposals of the common claims agenda for the two Rodas de Diálogo to discuss and incorporate feedback from the community leaders	- To gather information and arguments for the background information document offered to community leaders for use during the Rodas de Diálogo -To discuss, adjust, systematise and finalise the background document for the Rodas de Diálogo	7 collective representatives hips, DPU and FAUFBA (22 students, professors, translators)	2h 4h

(Participant) Observation	Observing the two thematic Rodas de Diálogo andparticipant observationat the final reflection and evaluation event	To subsequently elaborate notes of participation, content and what happened at the Rodas de Diálogo (claims, agreements) and of the final reflection and evaluation event	Public Authorities, Collective and social movement representatives, DPU and FAUFBA, wider public Roda 1 (42 people) Roda 2 (47 people) Evaluation (81 people)	Roda 1 (4h) Roda 2 (2h) Evaluation (2h)
Transect Walks	14 transects walks around the neighbourhoods guided by community representatives (twice per collective)	-To gain a general understanding of and to gather evidence on positive experiences and practices of the community -To further investigate thematic issues, to complement information and to collect evidence (i.e. photos, documents)	Collective and social movement representatives, DPU and FAUFBA (17 people)	6 sessions, 2h each 2 sessions, 2h each

3.1.3 Analysis: Key Findings

I. Finding 1: Recognising collectivity is a powerful strategy to articulate the collective claims of social movements in order to advance the RTTC.

a). Previous spaces of dialogue have allowed urban collectives to become one "collectivity"

In previous years, diverse spaces of dialogue between the universities and communities, not to mention communities themselves, allowed the urban collectives not only to identify their individual aspirations, but also their common struggles. Action learning initiatives in 2016 and 2017 supported the urban collectives to document their multiple forms of practices, as well as identify, mobilise and activate their claims in advancing their RTTC.

Through the different individual claims, the collectives began to recognise and develop specific "instruments for collective action". The tools identified in 2017 were the popular audit, multidimensional cadastre, videos, booklets and other media. These tools have stimulated practices of democratic local knowledge sharing which aids collectives in distinguishing and strengthening their claims to the RTTC (Fernandes et al., 2018). Representatives from Gamboa and MLB argued that collectivism has been necessary for solving community problems and encouraged residents' participation in the collective activities. Thus, the collectivism of social movements' decision-making has promoted collective and dignified living and relation-building with other neighbourhoods as well as the city (Ibid.).

The instruments for collective action moreover advanced civil society's capacity to contribute to a more just democratic system. The 2016 report shows that a lack of dialogue and communication with public institutions impacted residents' ability to voice their rights; one resident in AMACH expressed that "we have no rights or power" (Frediani et al., 2016, p.56). Drawing on Fraser's (2000) theory, misrecognition is not an act of being looked down upon, but of being denied a chance to full and respectful social interaction. Thus, recognition in spaces of dialogue is key to people's capability to participate and advance their RTTC.

Besides, these spaces of dialogue also stimulated a reflection on strategies to advance claims. In 2018, Fernandes et al. (2019) identified the following relations and themes between housing and economy: (1) Housing is not only an accommodation, but also a space for production and commerce. Therefore, (2) housing locations are determinants of livelihoods, while (3) the legal status of tenure is also important. (4) The housing and economy

During the process, we identified the following spaces of dialogue:

Table 3.2 - *Main Spaces of Dialogue. Source: Chapter authors, 2019*

Space of Dialogue	Location, Date	Description	Participants
Diverse spaces of previous years	Diverse	Diverse	Communities, FAUFBA/ DPU
Framing	FAUFBA, territories 30/04 - 04/05/2019	Based on previous years' work and transect walks, students developed a common framing for the claims of those collectives who raised their interest in the themed Rodas, and researched and presented evidence supporting those claims ("Briefing Pack"). This framing was discussed with 7 collective and social movement representatives and revised with the help of professors.	Community leaders, FAUFBA/ DPU
Two Rodas de Diálogo ("Rodas")	1st Roda: Salvador's Town Hall 06/05/2019 2nd Roda: Gamboa's Neighbourhood Association 06/05/2019	Professors organised and facilitated the "roundtables" between communities and public authorities.	1st Roda: Representatives from Nordeste, AMACH, Gamboa, MSTB, Saramandaia; representatives from Caixa Federal Bank, SEMPRE 2nd Roda: Representatives from Nordeste, AMACH, Gamboa, MSTB, MLB; representatives from CONDER, SEINFRA, Legislative Assembly of Bahia
Reflection	FAUFBA 10/05/2019	On the last day of this year's exchange all participants came together to reflect on and evaluate the four years of the partnership. The Newspaper, a final product summarising the four years of collaboration, was presented.	FAUFBA/DPU, community leaders

issue is linked with discrimination and stigma while the quality of housing affects income generation. (5) Women are more vulnerable than men in economic activities as they tend to depend more on their communities and homes to earn a living.

Although the collectives have different strategies for demanding their RTTC, this underlying relation kindled pathways for collective action (Frediani et al., 2016; Fernandes et al., 2018; 2019). In an open letter activity in 2018, collectives had opportunities to meet each other and develop a common understanding of housing and economy. During this process, collectives came up with two shared struggles around the ownership of housing and the need for future policies and practices to consider housing as a place for economic activities. While consensus failed to recognise some individual or previous claims, for example issues around gender, these common claims catalysed collective action at the wider city scale. As a community leader from MLB pointed out, "bringing... movements together implies a wider purpose...increases the visibility and force of each movement" (Fernandes, et al., 2019, p.72). Over all, the previous spaces of dialogue had an important function in cultivating the relations among urban collectives as well as energising relationships of solidarity and collaboration between communities and universities.

b) Spaces of dialogue established a common agenda for 2019.

Dialogue spaces between the university and the collectives in 2019 facilitated the establishment of a common agenda for dialogue.

Framing contributed particularly to the co-creation process by favouring mutual learning, the co-creation of knowledge and the establishment of relationships between students, staff and community leaders. During transect walks, collectives also had the opportunity to discuss, observe each other's realities and identify similar issues, which then during the Framing became common claims around housing and economy to be raised with public authorities (see Table 3.3 for an overview and Appendix 3A and 3B for further details). For example, when visiting Acervo da Laje, one of the leaders of Arte Consciente recognised similar difficulties in competing around funding applications and hence income generation. Such practices allowed a collective political reading of the territory, emerging the ability to shape the city. This process strengthened relations of solidarity and promoted mutual recognition of the urban collectives as equal partners in their struggle for the right to participation and appropriation of the city (Fraser, 2000; Harvey, 2008). As a community leader from Nordeste stated during the Reflection: This process was an opportunity "to promote, strengthen, inspire, coordinate and articulate the demands and resistance of the communities."

Table 3.3 - *Common Claims of the Two Rodas in 2019. Source: Chapter authors, 2019.*

Roda 1: Housing and Popular Economy
a. Social housing policy must incorporate programmes that consider the generation of employment (at home or in collective spaces). b. Demand for greater transparency and accountability in the implementation of signed agreements. c. Promotion of professional training and necessity to recognise and support popular economic activities.
Roda 2: The Right to Remain in a Dignified Way
a. The State of Bahia needs to provide security of permanence – which is particular to each community. b. Necessity to guarantee the dignity of residents, recognising different cultural practices and urban parameters. c. Demand for greater participation, transparency, and accountability in the implementation of regularisation.

However, building a common agenda involved numerous challenges. Certain problems the individual communities and social movements face were excluded as shared claims were emphasised. For example, MSTB's claims for the security of permanence were overshadowed as occupations have different issues and strategies compared to communities that are a ZEIS[17]. In addition, since the owners of the communities' land varies (National, Regional, Municipal or private), different demands relating to regularisation pose challenges. For example, Gamboa's land is owned by the federal government whereas the buildings AMACH members live in are owned either by the state of Bahia or privately. In both cases however, the municipality is responsible for the implementation of the ZEIS. The process of regularisation is furthermore criticised by Gamboa and AMACH due to the absence of participation and the tension generated between the communities, given that AMACH was not prioritised in the process (Community leader of Gamboa, 2019 - Group discussion, Gamboa de Baixo).

[17] ZEIS is a zoning instrument that is part of Salvador's PDDU. There are 234 areas of the city characterised as ZEIS. This instrument guides urban planning, aiming to guarantee the right to decent housing and habitability, as well as recognising local specificities, encompassing more flexible urbanisation parameters in the city (Fernandes et al., 2017).

Finally, it is worth mentioning that the co-creation of the common agenda was established based on the participation of representatives from the different urban collectives, Yet, how well the representatives voiced the true desires of their communities is a question that remains unanswered.

II. Finding 2: 2019's spaces of dialogue played a role in advancing the RTTC.

To address 'policy and planning' issues, the spaces of dialogue witnessed in previous years were expanded to incorporate public authorities in 2019, allowing for the further articulation of claims under the common agenda. 'Policy and planning' in our understanding can also happen outside the realm of state institutions, which is particularly important considering the current political context. This was emphasised by several urban collectives, which highlighted that their 'autonomous' practice does not emerge from an inherent attraction to autonomy, but is a response to the state's failure to fulfil its duties. The Rodas thus served to confront the state, whereas the community-university spaces of the Framing and the Reflection allowed for political engagement outside the state.

In the following, we analyse the three main ways in which the 2019 spaces of dialogue relating to housing and the economy advanced communities' RTTC. However, these and past spaces witnessed by students do not exist in a vacuum; they should be considered as the children of and linked to other spaces and platforms in the city.

a). Spaces of dialogue generated knowledge and built relationships which can advance parity political participation.

As Finding 1 demonstrated, previous spaces of dialogue and this year's Framing became spaces of co-creation that facilitated the establishment of relationships and mutual learning between communities and universities. This enabled the creation of new common knowledge, which allowed collectives to understand not only their individual particularities, but also the essentiality of acting as one to foster equitable social transformation (Harvey, 2008). As Fraser (1998) notes, "justice requires social arrangements that permit all... members of society to interact with one another as peers" (p.30) to achieve parity in political participation. Beyond the spaces of dialogue between the communities and universities, and considering the difficult political context, the Rodas were unique opportunities for the collectivity to take its achievements a step further by building relationships and accountability with public authorities with the aim to strengthen representation in decision-making processes.

First, the production and access to knowledge as created through spaces of dialogue between universities and communities has proven a powerful weapon to address 'policy and planning' issues. To engage with public authorities in structured arguments, students and staff delivered a Briefing Pack to the collectives' leaders in preparation for the Rodas. These contained information and evidence based on legislation, statistics and maps, but also infused local knowledge with international learning on struggles around the world. The Briefing Packs elaborated on discussions arising from the Framing, for example on the fact that certain types of tenure that different collectives pursue are vulnerable to gentrification. AMACH's and Gamboa's residents are attempting to acquire individual home ownership, however if the ZEIS is not properly implemented, the pressure from speculative investment is likely to result in their displacement (cf. Mourad et al., 2014). AMACH's members are currently granted insecure short-term concessions (CDRU, Concession of the Real Right of Use) by the state, but are not interested in long-term concessions, which are seen as inferior to individual ownership (the form of tenure associated with status).

Second, the Rodas enhanced reciprocal recognition by building and strengthening relationships between communities and parity in participation by facilitating the communities and authorities to meet in-person and exchange contacts. As a result, new channels of communication and mechanisms of accountability and transparency were established. Accountability here "defines the relationship between actors through identifying who can call whom to account, and who owes a duty of explanation and rectification" (Kilby, 2006, p.953). In the second Roda, a community leader from AMACH directly addressed the lack of such mechanisms as experienced in the 20 years of implementation of the TAC[18] (Terms for the Regulation of Conduct) by stating: "The question is: Who can I turn to?". While this demonstrates that the Rodas provided a unique space for holding public authorities answerable, accountability remains weak as there are currently no mechanisms of enforceability apart from elections.

Lastly, while the Rodas contributed to building and strengthening relationships, the space continued to be shaped by unequal power relations, which Gaventa (2006) suggests is true for all spaces of participation. This was visibly demonstrated by the absence of invited institutions and the disrespectful behaviour of attending public officials. Despite these unequal relations, movements

18. TAC is an adjustment to the terms of conduct in the Revitalizar project to regenerate the city centre, with the aim of maintaining the vulnerable population within the 7th stage of Pelourinho. It was the result of a series of events and activities by a range of stakeholders including AMACH, United Nations Special Rapporteur on Adequate Housing and the (former) Ministry of Culture.

chose to engage with the state. This strategy of the Rodas to engage with the state while also being confrontational is grounded in Brazilian "insurgent" movements who "auto-construct" the city to build a new, more inclusive citizenship (Holston, 1999). The relative successes of past movements are inspirational examples of situations where power relations were changed.

b). Spaces of dialogue have allowed communities to gain recognition by enhancing legitimacy and visibility, thereby facilitating parity in participation in decision-making processes.

In 2019, spaces of dialogue gave communities the necessary recognition to advance their claims in state decision-making processes. Using the Rodas to publicly fight stigma and associate themselves with the universities, communities gained legitimacy and visibility, which improved their access to public managers and parity in participation.

During transect walks, community representatives repeatedly raised the issue of social stigma in relation to housing; the negative images associated with their neighbourhoods (i.e. violence) or how the absence of proof of address impacts daily life. These stigma were employed in both Rodas, where public officials alleged that non-actions and disruptions in state development projects, such as the Morar Melhor[19] in Nordeste, are due to the violence in the communities. The space of the Rodas, however, allowed community members to directly protest these stigmas and demand respect. Notably, a community leader from Nordeste stood up in the first Roda to thank the international students for the respect and energy given to communities in order to shame the authorities for their treatment.

Moreover, the physical space in which dialogues took place allowed for further recognition. Gamboa gained visibility by featuring on a Bahian TV channel which covered our transect walk. This, however, also led to tensions among communities due to Gamboa's protagonism. In addition, the second Roda was held in Gamboa, which made some public officials visit the territory for the first time. As Miller (2005) argues, the material world around us constrains/ enables invisibly: the less aware we are of objects, the more powerfully they determine behaviour. This could explain why in this second Roda the officials paid more respect and attention to the representatives than in the first one, which took place in the town hall. It might be that this was due to officials' personalities but the affective experience inherent in and created by the dialogues is crucial and should not be written out for the sake of being 'scientific' (Navaro-Yashin, 2014).

As previous examples have partly demonstrated, the presence of UFBA and DPU has played an important role in contributing to the communities' gains in legitimacy and visibility. This points to complex power relations, which shall be further analysed in their impact on spaces of dialogue and the RTTC.

Through their public engagement, both FAUFBA and DPU were able to share the advantages of their position and power to support communities' struggles in advancing the RTTC. First, the diverse spaces of dialogue created between communities and the universities during the four years of engagement have allowed to collect and publish evidence that makes visible the collective struggles of the movements globally, (i.e. through (social) media coverage) but the scale of their outreach is uncertain. During the Reflection, communities further drew attention to the universities' support in framing and articulating their collective claims, but most importantly to their role as mediator of spaces of dialogue with public institutions.

Although the communities praised their personal, mutually respectful relationship with the universities, its power inequality is clear. While the Rodas were 'invented' spaces (Cornwall, 2002) that inverted the structure of usual public hearings or audits – the only current form of "participation" available at the municipal level in Brazil where authorities talk – the power to shape these spaces was strongly exercised by the universities' staff. The organizers strategically invited authorities to Rodas, and while this was based on an agreement with the majority of community representatives, it was not a unanimous decision. UFBA staff also facilitated the Rodas, and assumed a strong role in guiding the conversation, sometimes even reframing community representatives' speeches to match the argument guidelines that were previously created with students.

Nevertheless, the power imbalance between communities and universities is not straightforward. Community representatives intentionally emphasised their partnership with the universities to legitimise their claims (i.e. by referring to their relation to international students to shame authorities). During the Reflection, several representatives reinforced their community's equivalent position to the university, such as this community representative from Gamboa: "You, professors and students, have a lot to give, and we need that a lot. And we also have a lot to give". A community representative from Nordeste, in contrast, hinted more strongly at the need to establish more parity: "Some international students thought community

19. A Salvador-wide housing improvement programme that started in 2017.

representatives need capacitation, when actually we [the communities] are very well capable". Despite these differentiated opinions about the relationship between universities and communities, all collectives strategically exercised their agency. Instead of creating radically new forms of engagement, they used universities' power for legitimation and negotiated unequal structures during the Rodas. Contrary to anti-austerity movements, which through their horizontal operation and lack of specific claims seek to demonstrate that "there is an alternative" (Fominaya et al., 2013), collectives demonstrated their pragmatism by appropriating the Rodas to contest existing policies. However, using the universities as "institutional brokers" (Rossi and Von Bülow, 2015) was only one of the collectives' tactics in gaining recognition next to more disruptive ones such as occupations.

Through enhancing recognition, spaces of dialogue also contributed to improving the representation of marginalised communities in decision-making processes. As new spaces positively impacted their legitimacy and visibility, communities were reinforced in their right to participate and make claims in political arenas defined by the state, and thus to reopen previous spaces of dialogue by gaining "access to public managers" (Community leader of MLB, 2019 - Reflection, UFBA). For example, the second Roda drew attention to different issues regarding regularisation processes. First, while Nordeste became a ZEIS in 1978, it is still not regulated and thus more vulnerable to real estate speculation. As the land ownership is unclear, it is impossible for residents to directly negotiate titling. Second, Gamboa's lack of participation in their regularisation process, a requirement of the ZEIS, was brought to the fore. As a concrete outcome of the Roda, representatives from SEINFRA (Bahia's Secretary of Infrastructure) and CONDER (Bahia's urban development institution) agreed to hold a joint forum on predefined land regularisation strategies. If appropriated well, the ZEIS can advance the RTTC as it does not pinpoint one housing typology as a 'dignified' house and neutralises gentrification (see Box 3A).

c). Spaces of dialogue hold the potential to contribute to more equitable redistribution

In assessing the economic dimension of social justice, we found that spaces of dialogue hold the potential to contribute to a more equitable "distribution of rights and goods" (Fraser, 1998, p.4). First, the collaboration with UFBA itself has enabled collectives to benefit from public resources by using spaces of dialogue with the universities to receive support. Moreover, the Rodas allowed communities to address their needs in accessing rights and goods to public authorities. The actual impact of this is, however, limited, especially within the current political context.

As UFBA is a federally funded university, spaces of dialogue between the universities and communities have allowed urban collectives to access public resources by receiving support. For instance, our transect walks served to document positive practices of each collective, which were then presented in the final Newspaper. This was a specific demand of the communities in order to document and justify their struggles. Moreover, during the Reflection, all collectives repeatedly emphasised the mutual benefits of the collaboration, and the need to continue their work with UFBA to advance their rights. In light of the controversial education policies promoted by Bolsonaro's government, which at the time of writing threatened to cut 30% of UFBA's subsidies (Kaiser, 2019), a future of shared benefits of public universities is, however, at serious risk.

Box 3A. *ZEIS. Source: Chapter authors, 2019.*

(I). Flexible urban parameters

Allows for flexible use and formal acceptance of small plots that can be found in informal settlements.

(II). No 'Remembramento'

Prohibits the joint purchase of neighbouring plots, counteracting speculative investment and protecting people's security of tenure.

(III). Social function of housing

All houses in the area have to have a "social function".

(IV). Prioritisation

ZEIS has to be prioritised in public actions (i.e. in the budget).

(V). Technical assistance

Public authorities must provide technical assistance to communities in the implementation of the ZEIS.

In addition, the *Rodas* gave communities access to public managers, which had to respond to the communities' claims for accessing resources. While this allowed strengthening their struggle for more equitable distribution, the role spaces can play in advancing the RTTC was limited, as the following discussions of the two *Rodas* exemplify.

First, the second Roda brought up important conversations about the ZEIS, which is directly linked to redistribution as titles are a prerequisite for education, employment, and housing benefits. However, unaddressed tensions between individual ownership and the collective use of spaces and the collective nature of the struggle could

affect equitable distribution in the future. In the case of AMACH, a collective agreement exists with CONDER, but individual households are granted different types of concessions. For instance, families residing in houses that are not legally owned by the state yet hold the CUEM concession (Concession of Housing Special Use), which is even less secure than the short-term CDRU. This could potentially hamper collective negotiations, as individual households with different types of concessions might pursue heterogeneous interests. Moreover, the communities of Gamboa and Nordeste have to address the ownership of collective spaces in their ZEIS regularisation to avoid future distributional tensions.

Moreover, community representatives addressed ways to better distribute financial resources by revising social housing programmes in the first *Roda*. This entailed conversations about the gap between the reality and policy and planning, which does not consider housing and access to economic resources as interrelated and inadequately implements existing state programs, such as the *Morar Melhor* or completed MCMV programme. As for *Morar Melhor*, a state program that improves existing houses, communities criticised 1) its short-term nature and small scale and 2) the focus of the works on the building itself, which disregards important other risk factors such as the dangerous location of dwellings or infrastructural issues. While the public authorities committed to rethink *Morar Melhor* and also included the claim for the flexible use of social housing residences in a signed letter at the Roda, it is questionable whether the spaces of dialogue can actually contribute to more intersectoral policies and equitable redistribution to advance the RTTC. This would in the first place require the initiation of actual social housing projects as *MCMV* is completed and *Morar Melhor* only improves existing housing; secondly, these would then need to incorporate the common claims of the communities related to housing and economy. Even though the City Statute recognises housing as a collective right, the effects of the current political conditions indicate that current spaces of dialogue are not sufficient in achieving a meaningful redistribution of resources.

3.1.4 Conclusion

Through the lens of social justice, we found that spaces of dialogue relating to housing and the economy have advanced the RTTC in Salvador in multiple ways. First, previous spaces have allowed urban collectives to establish a common agenda and to recognise each other as a "collectivity". As such, they strengthened the power to negotiate common claims with public authorities in this year's Rodas. Second, in addition to fostering relationships, this year's *Framing* and produced *Briefing* Packs enhanced the co-creation of knowledge between universities-communities to address policy and planning issues. The Rodas further enhanced reciprocal recognition and representation in decision-making processes, allowing communities to build relationships and accountability with public authorities and gain legitimacy and visibility.

Nevertheless, spaces of dialogue seemed of limited potentiality in furthering equitable distribution. On the one hand, UFBA and DPU effectively redistribute public resources by providing technical assistance to communities. The *Rodas* also gave communities access to public managers, which in *Roda 1* acknowledged the failure of housing programmes to address housing poverty as a structural issue. On the other hand, potential tensions arising from the individual-collective nature of the housing struggle remained unaddressed. Most importantly, the potential of spaces of dialogue is hampered by the political context, in which support for both federal universities and social housing programmes is diminishing.

This leads to another point for further investigation, namely the continuity and impact of spaces of dialogue in advancing the RTTC. Communities unanimously expressed the need for continuity of their collaboration with FAUFBA in bringing about social change. This is clearly under threat, as Brazil's academic institutions are passing through a challenging moment (Sims, 2019). Although proposed cuts to education budgets have for now been reversed as a result of social mobilisation (Brant and Cancian, 2019), it is unclear whether UFBA can continue to perform its role in such spaces, given the risk of its participation

Confirming Gaventa's (2006) theory, all spaces remained shaped by unequal power relations. As addressed in the limitations of our research, we only engaged with community representatives, which raises questions about the representative nature of the common agenda pursued. The agenda did not only leave out issues such as gender inequality in housing and economic practices as marked important in previous years (Fernandes et al., 2019), it also left the claims of some collectives (i.e. MSTB, MLB) in the background. Moreover, the fact that community representatives strategically used the universities' resources to gain legitimacy and visibility while also acknowledging the disparity of the relationship revealed the complex ways the terrain is entangled in power.

Lastly, we acknowledge the difficulty of assessing the long-term impact of a "one-time" intervention such as this partnership and its elements. Where communities have been involved in lifelong struggles, revolutionary change cannot be assumed from short interventions. It is important, however, to celebrate small successes in this era of "no-hope" (Miyazaki, 2010) and despite their limitations, we conclude that the spaces of dialogue of this collaboration have after all played a role in advancing the Right To The City.

3.1.5. References

BELDA, S., et al., (2013). 'Resistance and alternative against the new discourse of the right to the city: the case of the Movimento dos Sem Teto da Bahia (Salvador da Bahia, Brazil).' In: BONIBURINI, I., LE MAIRE, J., MORETTO, L. & SMITH, H. (eds.) b. Politiques sociales et planification urbaine. Les Cahiers de La Cambre-Horta Architecture, (9). La Lettre Volée: Brussels.

BRANT, D. AND CANCIAN, N. (2019). Bolsonaro - Government will return 21% of education funding cut. [online] Plataforma. Available at: https://www.plataformamedia.com/enuk/news/society/interior/government-will-return-21-of-education-funding-cut10931685.html [Accessed 26 May 2019].

CORDEIRO, H. (2017). Prefeito ACM Neto lança projeto para revitalizar imóveis abandonados. CORREIO | O QUE A BAHIA QUER SABER. [Online]. Available at: http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prefeito-acm-netolanca-projeto-para-revitalizar-imoveis-abandonados/ [Accessed 8 May 2017].

CORNWALL, A. (2002). Locating citizen participation, IDS Bulletin, 33(2), pp.49-58.

FERNANDES, A., FREDIANI, AA, MONSON, T. AND OSSUL VERMEHREN, I., MORGADO, M. AND RISI, F. (eds.). (2018). Collectives Action and the Right to the City in Salvador, Bahia. MSC Social Development student report and Research Group Comum Place - Produção de Pesquisa dos Estudantes, The Bartlett Development Planning Unit, UCL and Faculties of Architecture of UFBA.

FERNANDES, A., FREDIANI, AA, AND RISI, F. (2019). Bridging Local Collective Practices Towards a Platform for the Right to the City in Salvador, Bahia. MSc Social Development Practice - Student Report Research Group Comum Place - Produção de Pesquisa dos Estudantes. The Bartlett Development Planning Unit, UCL and Faculties of Architecture of UFBA.

FERNANDES, E. (2007). Constructing the `Right To the City' in Brazil. Social & Legal Studies, 16(2), pp.201–219.

FOMINAYA, C. AND COX, L. (eds). (2013). Understanding European movements: new social movements, global justice struggles, anti-austerity protest. London: Routledge.

FRASER, N. (1998). Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. The Tanner Lectures on Human Values.

FRASER, N. (2000). Rethinking Recognition. New Left Review, 3, pp.107-120.

FRASER, N. (2005). Reframing justice in a globalizing world. New Left Review, 36, pp.69-88.

FREDIANI, AA, MONSON, T. AND OSSUL VERMEHREN, I. (eds.). (2016). Collectives Practices and the Right to the City in Salvador, Brazil. MSC Social Development student report, The Bartlett Development Planning Unit, UCL and Architecture Faculties of UFBA.

FRIENDLY, A., (2013). The right to the city: theory and practice in Brazil. Planning Theory & Practice, 14(2), pp.158–179.

GAVENTA, J. (2006). Finding the Spaces for Change: A Power Analysis. IDS Bulletin, 37(6), pp.23–33.

HABERMAS, J. (1984). The theory of communicative action. Boston: Beacon.

HARVEY, D. (2008). The Right to the City. New Left Review, 53, pp.23-40.

HOLSTON, J. (1999). Cities and Citizenship. Durham: Duke University Press.

KAISER, A. J. (2019). Brazil's Bolsonaro dismisses 'imbecile' students as he faces biggest protests yet. The Guardian, 16 May. Available at: https://www.theguardian.com/world/2019/may/16/brazils-bolsonaro-dismisses-imbecile-students-as-he-faces-biggest-rallies-yet [Accessed 26 May 2019].

KILBY, P. (2006). Accountability for Empowerment: Dilemmas Facing Non-Governmental Organizations, World Development, 34, Elvesier, pp. 951-963.

LEFEBVRE, H. (2014 [1991]). "The Production of Space" in GIESKING, J. J., MANGOLD, W., KATZ, C., LOW, S., SAEGERT, S., (ed.) The People, Place and Space Reader. London: Routledge.

LÓPEZ, V. (2018). Bolsonaro inicia el proceso para tipificar los movimientos sociales como terroristas. [online] eldiario.es. Available at: https://www.eldiario.es/internacional/Brasil-terrorismo_0_835017039.html [Accessed 25 May 2019].

MIYAZAKI, H. (2010). The temporality of no hope. In: Greenhouse CJ (ed.) Ethnographies of Neoliberalism. Berkeley: University of California Press, pp. 238–250.

MILLER, D. (Ed.). (2005). Materiality. Duke University Press, Durham.

MONTEIRO, A. R. AND DE REZENDE VERAS, A. T. (2017). The Housing Issue in Brazil. Mercator: Revista de Geografia da UFC, 16(7), pp.1–12.

MOURAD, L., FIGUEIREDO, G.C. AND BALTRUSIS, N. (2014). Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. Cadernos Metrópole 16(32), pp. 437–460.

NAVARO-YASHIN, Y. (2014). Leftover. ICI Berlin

PURCELL, M. (2002). Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant, GeoJournal, 58(2), pp.99-108.

PURCELL, M. (2014). Possible Worlds: Henri Lefebvre and the Right to the City. Journal of Urban Affairs, 36(1), pp.141–154.

ROSSI, F.M., VON BÜLOW, M. (Eds.), (2015). Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America, The mobilization series on social movements, protest, and culture. Ashgate, Farnham, Surrey, UK; Burlington, VT.

SIMS, S. (2019). Here's How Jair Bolsonaro Wants to Transform Brazil. [online] The Atlantic. Available at: https://www.theatlantic.com/international/archive/2019/01/heres-how-jair-bolsonaro-wants-to-transform-brazil/580207/ [Accessed 24 May 2019].

SILVA, R. (2019). Não conto com ajuda de Bolsonaro no meu planejamento, diz governador da BA | Bahia. [online] VEJA.com. Available at: https://veja.abril.com.br/blog/bahia/nao-conto-com-ajuda-de-bolsonaro-no-meu-planejamento-diz-governador-da-ba/ [Accessed 25 May 2019].

UN HABITAT. (2013). Scaling-up Affordable Housing Supply in Brazil: The My House My Life. Programme. UN-Habitat, Nairobi: UN-Habitat.

3.2 Moradia, Trabalho e Permanência Digna: Direitos em Disputa na Cidade de Salvador[20]

Bernadete Cassia Santiago Lima Almeida, Gabriela Pinto de Moura, Gustavo Sena de Almeida Santiago, Juliana de Faria Linhares e Tiago Souza Bastos[21].

3.2.1 Introdução

Uma primeira aproximação dos autores deste artigo ao tema "Habitação e Economia", sem considerar as intensas colaborações com moradores, estudantes e pesquisadores envolvidos no intercâmbio, compreendeu a relação entre estes dois campos a partir de duas escalas de interação - uma delas lidando com a gestão urbana e suas relações com dinâmicas globais, outra mais próxima da observação do cotidiano dos moradores. Na escala da interferência de processos econômicos globais na produção da cidade, trazemos o paradigma de planejamento relacionado à Cidade-Mercadoria (HARVEY, 1996; VAINER, 2000), uma condição na qual as cidades, em sua gestão, são entendidas como empresas, assumindo as premissas de competitividade e de marketing, entre outros aspectos, sendo assim vistas como as novas "multinacionais do século XXI" (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 190 apud VAINER, 2000, p. 84). O consumidor preferencial desta mercadoria será aquele que pode pagar mais caro, o consumidor de alto padrão, fazendo das cidades mercadorias de luxo (VAINER, 2000). Analisando estritamente por esta perspectiva, ainda numa visão macro, moradoras e moradores de bairros periféricos, favelas e ocupações tendem a ser invisibilizados, ficando os territórios por eles construídos sujeitos à ausência ou precariedade de investimentos por parte do poder público. Não raro, a estas regiões são associados discursos que fortalecem estigmas sociais para justificar a falta de investimento público.

Uma segunda escala de interação, no entanto, faz entender que há constante conflito entre os agentes acumuladores de capital, frente a processos de competitividade, assim como há conflitos de interesse entre esses agentes e aqueles que utilizam a moradia e a cidade, sobretudo como valor de uso para sua reprodução social (HARVEY, 1980; CORRÊA, 1993). O Estado se posiciona como um agente cujos interesses variam de acordo com uma tendência generalizada em direção à privatização. Mesmo não sendo o caso de afirmar que observa-se uma diminuição do Estado, nota-se uma maior influência dos interesses do capital privado em suas ações, perdendo o papel constituído historicamente de mediação e diminuição das desigualdades sociais. No entanto, moradoras e moradores de territórios populares, praticantes do território habitado, não podem ser vistos tão somente como submetidos a um processo de subalternatização. O lugar de encontro das duas ordens se dá na própria cidade, entendida como uma arena de conflitos, disputas e negociações. Se a cidade de Salvador não escapa à lógica mais ampla, dada a presença de agentes financeiros e imobiliários na condução das políticas urbanas, a outra dinâmica não é menos evidente, através da organização e da expressão das demandas dos moradores. As duas escalas estão em constante tensionamento, o que não deixou de ser apontado em diversas ocasiões durante as atividades do Intercâmbio, por parte das lideranças, a exemplo de quando Marcos Antônio Ribeiro , liderança do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) questionava a política de habitação na capital: "Por que não podemos morar no Centro Histórico de Salvador? Por causa do valor econômico do metro quadrado de terra!".

Embora este não tenha sido o centro das atividades no grupo sobre Habitação e Economia, não podemos deixar de mencionar o problema do racismo, aspecto estruturante na dimensão social do capitalismo, ou da própria constituição da Modernidade. Fenômenos frequentemente tratados como "gentrificação" não podem ser vistos apenas como efeitos de processos econômicos sobre o território. São concomitantes a um processo de branqueamento urbano, em que busca-se a substituição de corpos negros por outros, brancos, acompanhado de uma tendência a apagamento de modos de vida e ocupações no território (SANTOS, 2018). Realidades evidenciadas ao longo do intercâmbio, como a política de

[20] Este artigo, produzido por estudantes que participaram da atividade de extensão vinculada ao Intercâmbio entre UFBA e UCL, foi partilhado durante seu desenvolvimento com representantes dos coletivos e movimentos sociais envolvidos nas atividades.

[21] Bernadete Cassia Santiago Lima Almeida é arquiteta e urbanista pela UFBA e mestre em Desenho, Cultura e Interatividade pela UEFS. Gabriela Pinto de Moura é arquiteta e urbanista pela UFES e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA). Gustavo Sena de Almeida Santiago é Arquiteto e Urbanista pela UNIRUY e mestrando no PPGAU UFBA. Juliana Linhares é arquiteta e urbanista pela UFSJ, mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG e Doutoranda no PPGAU UFBA. Tiago Bastos é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFF, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e doutorando no PPGAU UFBA

remoções de moradores, a ausência de oportunidades de emprego ou a estigmatização não podem ser dissociadas do extermínio da juventude negra, incluindo-se no que Mbembe (2006) chama de "Necropolítica", políticas de extermínio da "humanidade excedente" para o capital.

A elaboração deste trabalho, no entanto, foi mediada pela intensa participação nas atividades do intercâmbio. A articulação entre Habitação e Economia já vinha sendo desenvolvida desde, pelo menos, o ano anterior, e foram aprofundadas no processo de preparação da quarta edição do intercâmbio, por lideranças e professores envolvidos diretamente na coordenação da atividade. As contribuições de lideranças e moradores reforçaram a necessidade de abordar o tema a partir de uma visão ampla sobre a moradia, estendendo a dimensão da casa à cidade como um todo, envolvendo, especialmente, as possibilidades de geração de renda familiar e condições de permanência. Vários foram os elementos trazidos desde o primeiro contato da equipe que reforçam esta abordagem, podendo ser apontados: a escolha do local de moradia está diretamente associada à possibilidade de obter renda e à proximidade dos locais de trabalho; o espaço doméstico, muitas vezes, é também o local de onde se obtém a renda familiar; certas práticas extrapolam a dimensão estritamente econômica e são incorporadas como uma dimensão cultural dos bairros, a exemplo da atividade pesqueira na comunidade da Gamboa de Baixo, materializada nos usos e fluxos espaciais, bem como nos horários de trabalho e de descanso de grande parte de sua população. Outros elementos evidenciam, por sua vez, pontos a serem combatidos, especialmente na formulação de demandas coletivas: por um lado, critica-se o distanciamento entre as políticas habitacionais e o enfrentamento sistemático das desigualdades sócio-espaciais; por outro, entende-se que as ações dos moradores lidam, necessariamente, com o enfrentamento do forte estigma social relacionado aos seus territórios.

O artigo segue estruturado em três partes. Inicia-se com um apresentação dos eventos que marcaram a finalização das atividades do intercâmbio, as chamadas Rodas de Diálogo, em que lideranças comunitárias expuseram demandas construídas, coletivamente, para representantes do poder público, relativas ao tema da moradia e de sua relação com a economia e a garantia de permanência. Os dois pontos seguintes buscam sistematizar as reflexões desenvolvidas durante todo o processo. Num primeiro momento, tratamos das pro-blemáticas diretamente relacionadas à inserção urbana dos territórios em questão, passando por questões de ordem fundiária e apontando os limites e contradições de políticas públicas. Em seguida, discute-se a difícil articulação entre programas de moradia e de geração de emprego e renda na cidade de Salvador, tendo sempre como referência os casos mais relevantes para as comunidades que participaram do processo, de onde destaca-se a importância das experiências vividas no cotidiano, marcadas pela heterogeneidade de usos, atividades e modos de viver que existem nestas localidades. São estas experiências que apontam para novas formas de construção de uma ação política sobre o território da cidade, que emerge do entrelaçamento de demandas múltiplas, mas potencialmente solidárias, com vistas a uma construção coletiva em torno do direito à cidade.

3.2.2. As Rodas de Diálogo

Como resultado direto de duas semanas de preparação, mas, talvez ainda mais importante, das ações desenvolvidas ao longo de quatro anos de intercâmbio e das experiências de luta por melhorias em suas comunidades, trazidas por lideranças e moradores vinculados a sete territórios em Salvador, realizaram-se duas Rodas de Diálogo com questões em torno do tema "Habitação e Economia".

A *Roda de Diálogo 01* – Moradia e Economia Popular foi realizada no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador (Figura 3.2), no dia 6 de maio de 2019, composta por lideranças dos movimentos e coletivos participantes e por representantes institucionais[22]. A mesa foi estruturada a partir de três principais demandas comuns: (1) atendimento à necessidade de uso flexível do espaço de moradia para a geração de renda nos programas habitacionais; (2) apoio do poder público a espaços individuais e coletivos para geração de renda e (3) apoio do Estado para criação de oportunidades de emprego e empreendedorismo, dentro do tema habitação e geração de renda.

A Roda de Diálogo 02 – Moradia e Permanência Digna aconteceu na sede da Associação Amigos de Gegê dos

[22] Associados aos movimentos sociais, participaram: Jecilda Maria da Cruz Mello, da AMACH (São Dâmaso); Vera Lucia Machado Teixeira, da Associação Nova República (Nordeste de Amaralina); Joseval de Jesus Cardoso (Tito), do Grupo Cultural Arte Consciente (Saramandaia); e Wagner Moreira Campos, do MSTB (Ocupação Guerreira Maria). Representando o poder público: Eleonora Lisboa Mascia, da Gerência de Habitação da Caixa Econômica Federal e Fórum de Pós-Ocupação de Habitação de Interesse Social RMS Salvador; Alaine Costa da Silva, da Caixa Econômica Federal; Leonardo Prates e Zilton Krüger, da SEMP. A roda foi facilitada por Leandro de Sousa Cruz, Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e teve como relatora Aline Maria Costa Barroso, Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA. É importante destacar que também foram convidados representantes da Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado (SESOL/SENTRE) e da Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer (SEMTEL), que não compareceram.

Figura 3.2 – *Convidados e Organziadoras da Roda de Diálogo Moradia e Economia Popular. Fotografia de Delano Aguiar (2019).*

Figura 3.3 *Moradores da Gamboa de Baixo (Figura 3.3), público presente na Roda de Diálogo Moradia e Permanência Digna. Fotografia de Herta Gatter (2019)*

da tarde do mesmo dia 6 de maio, e também contou com a participação de representantes dos movimentos e coletivos integrantes do intercâmbio e das instituições públicas relacionadas a temática[23]. Esta roda teve como foco principal a garantia do direito à moradia permanente e digna atrelada aos processos participativos com protagonismo popular, e foi estruturada por três principais demandas comuns: (1) assegurar segurança de permanência; (2) garantir a dignidade dos moradores em processos de regularização urbana; e (3) garantir um processo de criação compartilhada de planos de regularização urbana com protagonismo popular.

Ambos os eventos tiveram como principal conclusão o encaminhamento de ações e compromissos para aumentar o diálogo e a inclusão da sociedade na construção de soluções às demandas levantadas. As discussões realizadas, também evidenciaram a fragmentação na atuação dos órgãos públicos, o que tornaram as ações mencionadas dispersas e segmentadas. A partir destas duas rodas de diálogo, e embasados na discussão desenvolvida durante a experiência do intercâmbio acadêmico, foram desenvolvidas as duas principais questões que estruturam os capítulos a seguir.

[23.] Associados aos movimentos sociais, participaram: Ana Cristina da Silva Caminha, da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo (Gamboa de Baixo); Cícero Jorge Araújo Melo, da AMACH (São Dâmaso); Roque José dos Santos Oliveira, da Associação Nova República do Nordeste de Amaralina; Maria Luciane Lobato Ferreira (Lôra), do MSTB (Ocupação Maria Felipa) e Marcos Antônio Ribeiro, do MLB (Ocupação Luísa Mahin). Representando o poder público: Ana Paula Santana Santos Oliveira, Coordenadora da CONDER; Cassandra Vasconcelos de Sousa, diretora do setor Centro Antigo da CONDER; Renée Buzahr, Coordenadora de Regularização Fundiária da SEINFRA; e Maria del Carmen, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias da Assembléia Legislativa da Bahia. A roda foi facilitada por Adriana Lima, Professora de Direito Urbanístico da UEFS e teve como relatores Alexandre Frediani e Tiago Souza Bastos. Destaca-se que também foram convidados representantes da Fundação Mário Leal Ferreira e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), que não compareceram.

3.2.3 Inserção Urbana e Questões de Ordem Fundiária

A primeira problemática em torno do tema habitação e economia a ser apresentada é a situação fundiária atual dos territórios envolvidos, onde os movimentos sociais almejam garantir seu direito à permanência digna. Para tanto, apresentamos, inicialmente, a situação da Ocupação Guerreira Maria Felipa, organizada pelo *Movimento Sem-teto da Bahia (MSTB)* e localizada em terreno abandonado há mais de cinco anos no bairro Jardim das Margaridas. A Ocupação resiste no local desde o ano de 2016, com cerca de oitenta famílias, e sofre com processo judicial de reintegração de posse contra o MSTB, impetrado por aquele que se apresentou como proprietário. No ano de 2017, o juiz de direito da 10ª Vara Cível e Comercial do Estado da Bahia indeferiu a ação, bem como o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), reconhecendo os ocupantes como os reais posseiros do terreno. O processo, no entanto, ainda não apresentou uma sentença definitiva (CARVALHO, 2018). O MSTB reivindica a desapropriação do terreno, para que se efetue a regularização da Ocupação e a função social da propriedade seja garantida.

O segundo caso levantado é a comunidade da Gamboa de Baixo, que está inserida em terreno da Marinha e enquadrada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU), instituído pela Lei nº 9.069 /2016, como Zona Especial de Interesse Social[24] (ZEIS) do tipo 5 (SALVADOR, 2016). Os moradores seguem há décadas em luta para efetivar a regularização fundiária da área, organizados em torno da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo. Em outubro de 2007, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) cedeu a área da Gamboa à Prefeitura de Salvador, para fins de cadastramento e regularização fundiária, com recursos federais do Programa Papel Passado do Ministério das Cidades. Este contrato de cessão foi suspenso em 2012, devido à não conclusão das atividades previstas pela Prefeitura. Ao fim de 2016, ficou acordado que a área seria cedida novamente à Prefeitura, sendo o processo reaberto em 2017 (ZANOLI, 2017; VIRGENS, 2018). No ano de 2018, a Prefeitura, através da Fundação Mário Leal Ferreira, contratou o Instituto Polis para elaboração de um Plano de Ação para Regularização das ZEIS no qual a Gamboa de Baixo consta como uma das áreas prioritárias. Contudo, as lideranças não foram envolvidas durante desenvolvimento do Plano de Ação, em maio de 2019 o edital de contratação para regulamentação da área foi suspenso.

O terceiro caso refere-se aos imóveis incorporados a um programa de Habitação de Interesse Social na região de São Dâmaso, conquista da *Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)* durante a implantação da 7ª Etapa do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Salvador, iniciou-se um processo de desapropriação dos antigos proprietários, em que a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) ficou com o domínio de grande parte dos imóveis, emitindo Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) para as famílias que residiam naquele território. Há evidências, entretanto, de que alguns imóveis não finalizaram o processo de desapropriação e, portanto, não estão sob administração plena da CONDER. Nestes casos específicos, foi concedido às famílias um Termo de Cessão de Direitos Possessórios, que não se configura como uma efetiva titulação. Em outros casos, as famílias receberam uma CDRU de curto prazo (somente dez anos, renováveis por igual período), visto pelos moradores como um documento frágil para garantir sua permanência no Centro Histórico. Outra problemática vem do fato de que, apesar do reconhecimento de São Dâmaso como uma ZEIS-2 no PDDU (SALVADOR, 2016), a área não aparece como prioritária, no Plano de Ação do Instituto Polis, para ser regulamentada, sendo importante que a titulação do imóveis aconteça associada à regulamentação da ZEIS, no sentido de contribuir para a permanência das famílias no território.

O bairro Nordeste de Amaralina, outro território analisado, uma terra de origem complexa e não foram encontrados registros de propriedade, não sendo possível refletir com profundidade sobre sua situação fundiária. Por ser reconhecido como ZEIS-1 também podemos pensar seu processo de regularização atrelado à regulamentação da ZEIS como possibilidade de ferramenta que minimiza a pressão do mercado imobiliário sobre a área identificada. Essa consideração poderia funcionar também para o bairro Saramandaia[25], representado nas atividades principalmente pelo Grupo Cultural Arte Consciente e

24. No PPDU são delimitadas cinco tipos de ZEIS em Salvador: (a) ZEIS-1: assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares; (b) ZEIS-2: edificação ou conjunto de edificações deterioradas, desocupadas ou ocupadas, predominantemente, sob a forma de cortiços, habitações coletivas, vilas ou filas de casas; (c) ZEIS-3: compreende terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados; (d) ZEIS-4: assentamentos precários, ocupados por população de baixa renda, inseridos em APA ou APRN; (e) ZEIS-5: assentamentos ocupados por comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, especialmente aquelas vinculadas à pesca e mariscagem (SALVADOR, 2016).

25. Para mais informações sobre estas questões relacionadas a Saramandaia, recomenda-se a leitura da tese de doutorado: Lima, Adriana Nogueira Vieira. Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia. Tese de Doutorado. Programa de Posgraduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

igualmente reconhecido como ZEIS-1.

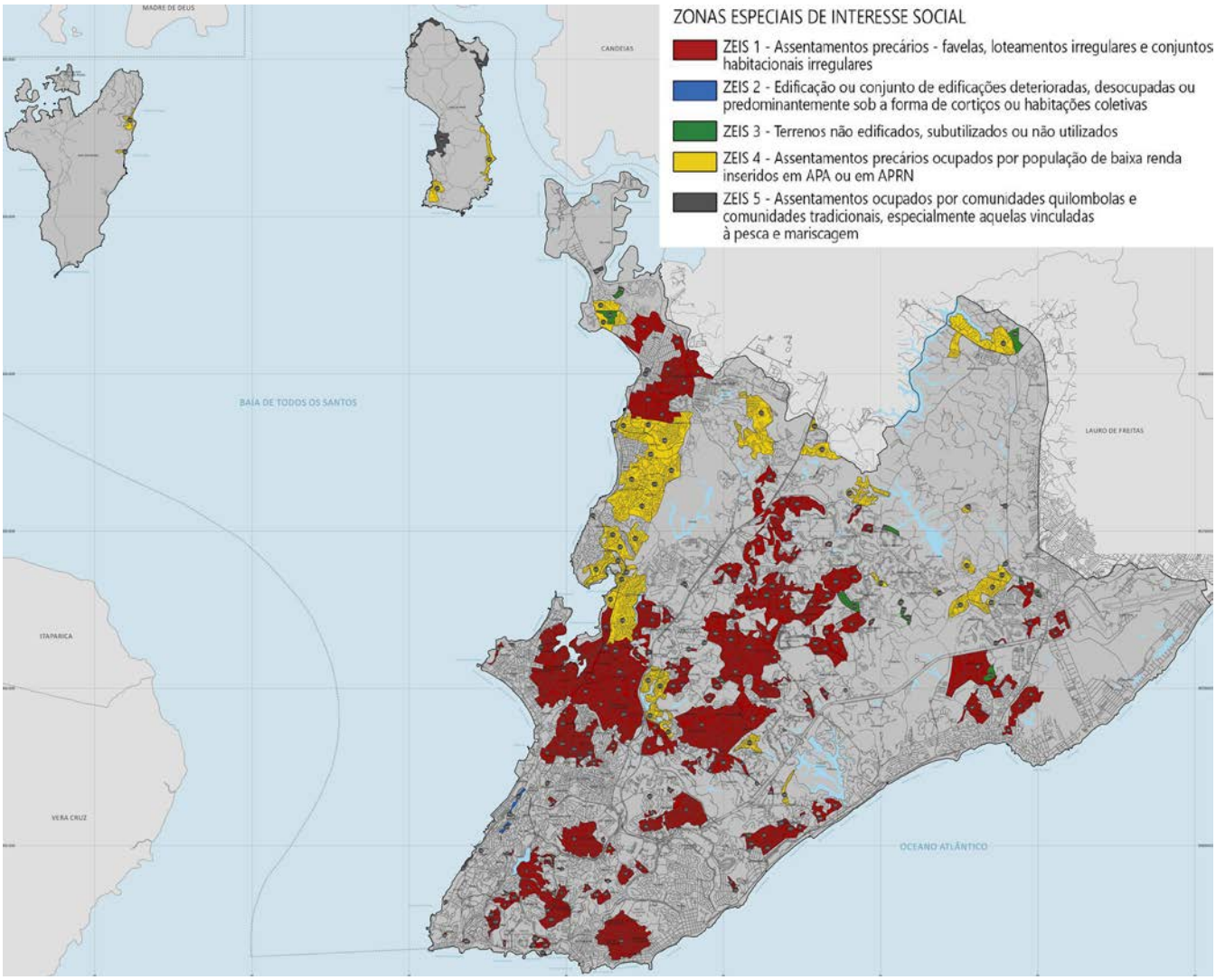
Por fim, temos a situação excepcional dos antigos residentes da Ocupação Luísa Mahin, organizada pelo *Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas (MLB),* localizada em prédio ocioso sob domínio do Governo do Estado da Bahia, na área central do bairro Comércio, entre os anos de 2016 e 2018. Desde que sofreram a reintegração de posse até o momento de realização do intercâmbio (2019), seus antigos residentes estavam em situação de aluguel social, dispersos e sem um território que as mesmas famílias possam reivindicar coletivamente, apesar do movimento frequentemente reivindicar o direito à moradia na área central de Salvador. De acordo com o movimento, houve um acordo com o Estado de realocação das famílias para um conjunto habitacional, a ser realizado ainda no ano de 2019, localizado no bairro Lobato, a 8 km de distância da Ocupação Luísa Mahin. E essa proposta do Estado não contempla a luta do movimento pelo direito de morar no Centro de Salvador. Sobre esta questão, verifica-se que há cerca de 1.500 imóveis vazios, subutilizados e em ruínas no Centro Antigo, que podem ser reformados e destinados para Habitação de Interesse Social (HIS), para o cumprimento da função social da propriedade.

Instrumentos Urbanísticos e Legislação

A partir da análise destas demandas, verificou-se que e-xistem dois instrumentos importantes, que merecem uma discussão específica por seu papel na consolidação de uma política urbana, fundiária e habitacional adequada a realidade soteropolitana. O primeiro desses instrumentos são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), regulamentadas pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), e que se configuram como um tipo especial de zoneamento destinado predominantemente à moradia de população de baixa renda, no sentido de viabilizar a melhoria urbanística e regularização fundiária de assentamentos informais, através da criação de parâmetros urbanísticos específicos (BRASIL, 2001).

A legislação federal não diferencia as tipologias de ZEIS, deixando essa tarefa a cargo dos municípios através dos

Figura 3.4 – *Mapa com distribuição das ZEIS em Salvador. Fonte: SALVADOR, 2016.*



planos diretores (ANCONA, 2015). No PDDU de Salvador (2016), foram delimitadas 234 áreas como ZEIS, organizadas de acordo com cinco tipos (Figura 3.4). Durante o intercâmbio houve grande discussão em torno do reconhecimento e da regulamentação das ZEIS em Salvador, como instrumento importante para garantir a permanência digna das populações nos territórios atualmente ameaçados pelo avanço da gentrificação e branqueamento urbano. Há a preocupação de que apenas a concessão da titularidade ou a aquisição de propriedade individual - sem a aplicação do instrumento ZEIS - possa aumentar o risco da pressão imobiliária sobre os moradores, ocasionando na venda de casas para fins distintos do interesse social.

Faz-se necessário, também, pensar a necessidade da participação direta dos moradores durante os processos decisórios de regulamentação da ZEIS, para que efetivamente sejam respeitadas as características e as especificidades de cada área. Neste sentido é prevista no PDDU (seção III, art. 81) a formação de uma Comissão para Regularização da ZEIS integrada por representantes de órgãos municipais, moradores, associação de moradores e proprietários de imóveis localizados na ZEIS, a fim de garantir estratégias e canais de participação da população.

Especificamente com relação à regularização fundiária, é importante destacar que existem múltiplas maneiras nas quais essa titulação pode ser realizada, para além da propriedade individual. No caso de terras públicas, podem ser aplicados instrumentos de Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) Uso, no qual o Estado outorga o direito de uso da terra pública a um indivíduo, família ou grupo.

A vantagem destas concessões, em comparação com a propriedade individual, está no fato de que operam como dispositivos de proteção frente ao capital imobiliário, uma vez que através destes instrumentos o concessionário não é proprietário, e não pode comercializar ou transferir a moradia sem o aval do Estado e, mesmo que seja autorizado, a moradia deve ser destinada a alguém da mesma faixa de renda.

Em relação ao instrumento CDRU, vale citar que, segundo o Decreto lei nº 0271/67 (art. 7º): "É instituída a concessão de uso de terrenos públicos [...] por tempo certo ou indeterminado [...] para fins específicos de regularização fundiária de interesse social [...]". Acrescentamos ainda que a concessão pode, inclusive, ser transmitida para os descendentes. Compreendemos ser necessário que o Estado conceda títulos por tempo indeterminado com o intuito de garantir a permanência dos habitantes. Caso isso não seja possível, há ainda a possibilidade de o tempo determinado do CDRU ser outorgado por períodos como noventa ou cem anos, renováveis por igual período. Sobre a CUEM, trata-se de um instrumento com ainda maiores garantias ao morador do que o CDRU, por ser um ato vinculado que pode trazer maior proteção em caso de futuras ações do poder público.

Dos territórios participantes do intercâmbio, Saramandaia, São Dâmaso e Gamboa de Baixo se enquadram na modalidade de regularização em terra pública. Saramandaia é o território que possui a maior cobertura de titulação, feita através da Concessão de Uso Especial de Moradia (CUEM), ainda que isso não tenha se refletido na melhoria das condições ambientais, urbanísticas e de cobertura de infraestrutura na comunidade. No caso de São Dâmaso, a discussão é mais central, uma vez que, conforme expusemos anteriormente, a CONDER está distribuindo CDRUs frágeis no prazo de somente dez anos renováveis por igual período, ou simplesmente termos de entrega do imóvel, de forma absolutamente arbitrária, atentando contra a permanência da comunidade.

3.2.4 Programas e Iniciativas de Habitação e de Geração de Emprego e Renda

I. Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Ao abordarmos políticas públicas habitacionais é incontornável a menção ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) atravessado por seu caráter de política econômica. Alvo de diversas e contundentes críticas por parte de acadêmicos da área de habitação, o MCMV ampliou a guetificação, criou enclaves socialmente homogêneos em franjas periféricas da cidade com pouca infraestrutura urbana. Ademais, não previu inovações do ponto de vista arquitetônico e ignorou décadas de acúmulo de experiências, debates e deliberações dos Conselho das Cidades e da política urbana que se desenvolvia através do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). (MARICATO, 2013; BONDUKI, 2014; ROLNIK, 2012).

Das experiências do intercâmbio, destacamos a atuação do MSTB no conjunto Bosque das Bromélias e nos desdobramentos que levaram à *Ocupação Guerreira Maria Felipa*. Em casos de grandes conjuntos habitacionais do Programa, muitos estão localizados em periferia de urbanização precária, na vizinhança de áreas predominantemente industriais ou em zonas rurais recentemente transformadas em zonas urbanas, reforçando e criando circuitos de guetificação da pobreza. A rigidez do Programa impediu o uso misto ou comercial das unidades habitacionais, dificultando a articulação entre moradia e geração de emprego e renda, uma questão muito debatida durante todas as edições do intercâmbio, a partir da crítica de moradores e lideranças comunitárias, bem como dos pesquisadores envolvidos e convidados dos debates públicos.

Este é o caso do conjunto habitacional *Bosque das*

Bromélias, o maior empreendimento do MCMV de Salvador até o ano de 2016, com 2.400 unidades habitacionais[26] construído na divisa com o município de Lauro de Freitas e na vizinhança de outro grande conjunto habitacional, o *Jardim das Margaridas,* que conta com mais de mil unidades habitacionais. Na avaliação das lideranças, estima-se que houve uma evasão de metade das famílias, logo no início da entrega dos apartamentos[27]. Fatores que levaram a esta fraca adesão incluem a ausência de linhas de ônibus, a demora em instalar uma passarela para pedestres sobre a rodovia BA-526 (que ocasionou em mortes de alguns moradores por atropelamentos), bem como a falta de equipamentos de educação, cultura e lazer. A construção de quiosques no conjunto, como espaços de socialização, mal disfarça a inexistência de espaços para comércio e serviços, apontando para a ineficiência do programa de necessidades em prover ou mesmo incentivar a geração de emprego e renda para os moradores. Considere-se ainda um problema recorrente em outros conjuntos, quando estes passam a sofrer a interferência de facções criminosas, evidenciando a ausência de trabalho social por parte do Estado que, diante desta lacuna, fortalece o poder paralelo. Somados, estes problemas levantaram, ao longo das conversas no intercâmbio, discussões sobre a persistência de estigmas sociais relacionados a contextos de pobreza, que são recorrentemente associados ao crime e à violência urbana.

Em resposta a estes problemas, um núcleo do MSTB no Bosque das Bromélias resolveu reavaliar a estratégia anteriormente adotada pelo movimento – a de ocupar imóveis e terrenos vazios na cidade para garantir o acesso das famílias acessar o ao Programa MCMV – e, no ano de 2016, setenta e oito famílias se organizaram para ocupar um terreno próximo ao Conjunto no sentido de ali permanecerem, pois preferiram apostar na autogestão de uma ocupação urbana do que a disputa por unidades habitacionais junto ao poder público. Inicialmente, o movimento consolidou a estratégia de ocupar terrenos a fim de pressionar o poder público em negociações, sendo que a desocupação dos terrenos se dava mediante acordo de realocação das famílias para empreendimentos habitacionais MCMV. Segundo as lideranças do movimento, numericamente eles foram bem-sucedidos nesta estratégia, na medida em que muitas famílias foram alocadas nestes empreendimentos habitacionais de interesse social. Porém, qualitativamente, a maioria se localiza na periferia da cidade. Uma liderança do movimento esclarece que o formato mais autônomo possui um custo e não é o ideal: "Não adotamos a estratégia das Ocupações só por acreditar na autonomia, mas como resposta aos impactos causados pelo Minha Casa Minha Vida"[28].

II. Programa Morar Melhor

A Prefeitura Municipal de Salvador criou, em 2015, o Programa Morar Melhor para promover melhorias habitacionais. Cada família, em áreas previamente definidas pela Prefeitura, tem direito a uma reforma no valor de cinco mil reais para sua residência. Passando pela intermediação das empresas responsáveis pela execução das reformas, os moradores se beneficiam de dois serviços obrigatórios, de reboco e pintura da fachada, acrescidos de mais um serviço, a ser escolhido entre troca de esquadrias, instalação de louças sanitárias ou reparo do telhado.

Uma das problemáticas existentes nesse Programa, exposta nas discussões sobre o assunto e em nossas visitas, se refere à estrutura construtiva das moradias, ignoradas por suas diretrizes, privilegiando a melhoria externa da edificação. São desconsideradas, também, questões importantes como a qualidade urbanística do entorno e a segurança do ponto de vista físico. Apontou-se, como exemplo, a situação de casas no Nordeste de Amaralina, localizadas em encostas, que receberam melhorias habitacionais sem que houvesse avaliação de risco de deslizamento. O Programa não considera as necessidades específicas e heterogeneidades nas formas de morar, além de não dar suporte às habitações de uso misto (comércio e habitação) e de suas demandas de adaptação da moradia para este fim.

Mais uma vez, como se viu no caso do MCMV, a rigidez e as limitações do Programa impedem maior participação dos moradores e desconsideram, de saída, o que venha a ser sua definição sobre moradia digna. A definição dos serviços, de acordo com as regras do Programa, é feita junto ao morador. No entanto, impõe o constrangimento de escolher entre reformas de elementos determinantes para a qualidade e conforto do ambiente doméstico, impedindo que se tenha, ao mesmo tempo, a reforma da cobertura e a instalação de "kit sanitário". As decisões sobre as reformas, bem como a distribuição do orçamento, parecem concentradas quase exclusivamente nas equipes multidisciplinares da Administração Municipal e no corpo técnico das empresas contratadas, sem dar atenção ao papel que os moradores podem assumir na definição das melhorias a serem implantadas. Destaque-se, ainda, que se a obrigatoriedade de incluir reboco e pintura externa entre os serviços, de fato, leva a melhorias do ponto de vista do conforto e salubridade, também são a garantia de imagens de impacto do tipo "antes" e "depois" para o repertório de campanhas publicitárias da Prefeitura.

26. Relatos orais de lideranças do MSTB. Registro da equipe em 30 de abril de 2019.
27. Relatos orais de lideranças do MSTB. Registro da equipe em 30 de abril de 2019.
28. Relato de Wagner Campos, doutorando no PPGAU-FAUFBA e liderança do MSTB, registrado na publicação Cidade Comum – Aprendendo Juntos.

III. Políticas Públicas e Iniciativas de Moradores para Geração de Emprego e Renda

Os relatos críticos de moradores e lideranças apontam para a descontinuidade, insuficiência, ou mesmo inexistência, nos últimos anos, de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda, uma dificuldade que é ampliada pela falta de articulação entre programas de habitação e as dinâmicas da economia local. Este foi o caso das demandas apresentadas por moradores de São Dâmaso, ao questionarem a destinação de imóveis do Centro Antigo para habitação social que não considerou a ocorrência do uso misto, já consolidado pelo beneficiários, em que o pavimento térreo dos sobrados era utilizado para comércio ou serviço enquanto o pavimento superior era destinado à habitação.

Destacou-se, a partir dos relatos, o impacto positivo de experiências anteriores de cursos de formação e de capacitação profissional para abrir portas ao comércio e serviço formal. Exemplos como o Centro Tecnológico e a Cozinha Comunitária da AMACH, que tiveram maior fôlego no momento de sua criação, hoje enfrentam dificuldades em manter suas atividades e estabelecer novas parcerias. A Fundação Cidade Mãe, que contou com uma sede em Saramandaia, ainda hoje é lembrada como uma experiência que mereceria ser retomada, inscrita no imaginário local como um espaço de referência para jovens da comunidade. A curta duração destas experiências emerge como um problema a ser enfrentado, o que impede mesmo a avaliação sobre o potencial destes programas em impactar positivamente a dinâmica mais ampla da economia. Somam-se, aqui, os relatos de capacitações promovidas pela Caixa Econômica Federal (CEF) junto ao Conselho de Pequena e Média Empresa Industrial (COMPEM/FIEB), quando da inauguração do Bosque das Bromélias; um curso profissionalizante de iniciativa do Governo do Estado voltado para a atividade pesqueira desenvolvida pela comunidade da Gamboa de Baixo.

Outro desafio indicado pelos moradores e lideranças está na necessidade de melhorar as formas de comunicação entre as ações públicas e comunidade local, o que compromete a efetividade de políticas que estão disponíveis, mas apresentam-se aos moradores como de difícil acesso, a exemplo do Parque Social em Nordeste de Amaralina. Na mesma região, relatou-se que as ações promovidas pelo projeto Pacto pela Vida não tiveram adesão dos moradores pois foram associadas, diretamente, à violência policial. Nota-se que qualquer perspectiva de construção duradoura de melhorias sociais, via ampliação das possibilidades de emprego e renda, deve considerar não apenas a ampla difusão das ações, como também o reconhecimento das práticas, necessidades e limites dados pela realidade local. Elemento comum à maioria das demandas apresentadas, questionou-se a efetividade de programas que buscam dar acesso ao mercado de trabalho formal, ou que estimulam a formalização de empreendimentos locais, sem a necessária flexibilidade para que os moradores estejam em condição adequada de inserção.

Figura 3.5 – *Feira do Nordeste de Amaralina. Fotografia de Bernadete Santiago (2019)*

A dificuldade de inserção em dinâmicas formais da economia não corresponde exatamente ao cotidiano destes bairros, marcados ora por consolidadas dinâmicas locais de atividades de comércio e serviço, ora por intensa experimentação e busca por alternativas. Muitos moradores, quando desempregados, utilizam-se da criatividade para obter a renda familiar, o que poderia ser resumido no mote indicado por Helena[29], moradora do Nordeste de Amaralina: "Nós inventamos como trabalhar". No reconhecimento deste território, fomos apresentados a um morador reconhecido pela comunidade como um trabalhador do paisagismo, que cultiva e comercializa plantas para ornamentação em seu próprio terreno. Em outros casos, a invenção se consolida como uma atividade coletiva e insere-se de forma vigorosa em um circuito econômico mais amplo, como é o caso da Feira do Nordeste (Figura 3.5), que reúne, regularmente, feirantes que se utilizam do espaço das ruas e calçadas para comercializar alimentos, formando assim uma centralidade que alcança uma comunidade maior que a do próprio bairro. Vera Lúcia, moradora e líder comunitária do Nordeste, expôs de forma clara sua ideia acerca do

[29] Fala de Dona Helena, moradora e liderança do Nordeste de Amaralina. Registro da equipe em 06 de Maio de 2019.

assunto na Roda de Diálogo sobre moradia e economia: "O pobre é mágico, sabe fazer mágica com o pouco que ganha"[30].

No Bosque das Bromélias, muitas famílias fazem dos apartamentos o espaço compartilhado entre a moradia e a atividade econômica, o que contrasta com a disponibilidade de áreas livres no Conjunto, que poderiam ser aproveitadas para a ampliação das possibilidades de geração de emprego e renda. Wagner Campos (MSTB) expôs esta preocupação ao questionar: "Como fazer dialogar esses espaços de emprego e renda nesses empreendimentos de iniciativa pública? É importante pensar na prática de comércio como prática laboral."[31] Conforme dito, apesar da existência dessas iniciativas, as comunidades precisam de suporte para manter o funcionamento desses espaços para geração de renda, tanto individual quanto coletiva. É importante o apoio do poder público em promover espaços para a prática das atividades laborais nos territórios que se encontram em situações vulneráveis. Como afirma Jecilda Mello (Profª Cida), moradora do Centro Antigo: "Morar é bom, mas ter a sua renda é importante [...] Queremos garantir também a dignidade de exercer uma atividade, uma profissão – o direito de viver dentro do Centro Histórico"[32].

3.2.5 Considerações Finais

A experiência do intercâmbio mostra que a existência de instrumentos urbanísticos e legislações que visem à solução de problemas em torno de habitação e economia, por mais refinados e pautados de acordo com as lutas por reforma urbana e justiça social, não implicam, necessariamente, numa ação concertada do Estado para sua efetiva realização. A dimensão política do uso das leis evidencia a falta de prioridade e as inúmeras barreiras que se colocam entre demandas locais, passíveis de serem construídas com ampla participação popular, e a inserção da gestão urbana em dinâmicas atravessadas por interesses de outras escalas.

Nesse sentido, as Rodas de Diálogo puderam servir como abertura para comunicação direta entre sociedade civil organizada e poder público, a fim de tensionar o Estado no cumprimento de diretrizes, legislações e ações que visem à efetivação do direito à cidade, entendido como um processo conjecturado pelos próprios moradores. A promoção de espaços privilegiados para a ação social, como estes, são essenciais para que se promova o diálogo, a escuta, a formulação de acordos, ou mesmo o acirramento de disputas a serem desdobradas em novos encontros. Sem desconsiderar que, assim como o Estado, a Universidade é dotada de capital social e político incorporado, entende-se que pode ser um importante agente mediador na construção de novas relações entre comunidades e poder público, posto que ela se destina a ser o lugar do encontro do diferente, de onde se dá a abertura para a construção de saberes, em uma relação dialógica entre os agentes da produção do conhecimento.

A luta dos moradores e seu interesse em garantir a permanência das comunidades nos territórios, cobrando uma posição favorável do Estado e políticas públicas que garantam sua qualidade de vida, pode ser lido como o principal fundamento político a ser utilizado na pauta do direito à cidade. Isto porque sua forma de vida, de sobrevivência e de participação ativa no que diz respeito à produção do espaço urbano são justificativas suficientes para assegurar seu direito à permanência digna nos devidos territórios. Enfatizamos, ainda, que acesso à moradia não deve ser entendido, automaticamente, como a conquista do direito à cidade. Para além da moradia, é necessário permitir que os habitantes tenham, também, oportunidades para acessar as atividades econômicas urbanas – livres de estigmas sociais e dotados de possibilidade de transporte público e/ou gerar sua própria renda a partir de seu local de moradia – sendo que as legislações incidentes sobre estes territórios devem ser flexíveis para tais atividades. Frente a um cenário que estabelece a cidade como pouco mais do que o lugar de reprodução do capital, retoma-se também a importância do cumprimento de instrumentos como a ZEIS, na medida em que ela permite que sejam instituídos parâmetros internos e específicos para cada comunidade, possibilita que as práticas locais sejam preservadas, assim como a flexibilização dos usos das edificações e a consideração a respeito das formas de morar e de utilizar os espaços comuns.

A criação das Rodas de Diálogo, com a participação de lideranças e outros moradores dos sete territórios envolvidos no intercâmbio possibilitou o reconhecimento de que, para além das especificidades, há demandas compartilhadas que se entrelaçam, confirmando a importância de uma discussão de temática abrangente e transversal com fortalecimento de uma voz múltipla e comum que lute pelo direito à moradia digna, implicando assim, num salto de escala, pelo direito à cidade em Salvador.

3.2.6 Referências

ANCONA, Ana Lucia. Curso Capacidades: Instrumentos do Estatuto da Cidade. Ministério das Cidades, Brasília, 2015.

[30] Fala de Dona Vera, moradora e liderança do Nordeste de Amaralina. Registro feito pela equipe durante a Roda de Diálogo 1 , em dia 06 de maio de 2019.
[31.] Fala de Wagner Campos durante a Roda de Diálogo 1, 06 de maio de 2019.
[32.] Registro realizado pela equipe durante a Roda de Diálogo 1 , em dia 06 de maio de 2019.

BONDUKI, Nabil. Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil: cem anos de construção de política pública no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2014

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988.

BRASIL. Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul.2001. Disponível em: <www.presidenciadarepublica.org.br>. Acesso em: maio.2001.

CARVALHO, Rodrigo. Conhecer para resistir: Ações educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa - Proposições para Regularização Fundiária. Trabalho de conclusão (Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In. MARICATO, Erminia et al. (Orgs). Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. In: Traversées, Diasporas, Modernités: Raisons Politiques. nº 21. Melusina, 2006, p. 29-60

ROLNIK, Raquel. Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o 'Minha Casa, Minha Vida'. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/. Abril 2012

SALVADOR. Lei nº 9.069 /2016– PDDU 2016, de 30 de Junho de 2016. Diário Oficial do Município, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: mai 2019.

SANTOS, Renato Emerson. Palestra proferida na Universidade Federal da Integração Latino Americana acerca do tema Racismo como Sistema Multidimensional de Dominação. Foz do Iguaçu/ PR, 2018.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIRGENS, Leonardo Soares das. Diretrizes para ZEIS 5: Gamboa de Baixo – Parâmetros para um Plano de Urbanização. Trabalho de conclusão (Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

ZANOLI, Fabrício Oliveira. Ação patrimonial ocupação popular e os conflitos de preservação: o caso da comunidade da Gamboa de Baixo em Salvador-BA. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

4 Mobility and Infrastructure/Mobilidade e Infraestrutura

Basic Sanitation and Urban Mobility Infrastructures and their Learning Processes / As Infraestruturas de Saneamento Básico e de Mobilidade Urbana e Seus Processos de Aprendizagem

Mayara Mychella Sena Araújo
Lecturer at the Faculty of Architecture/Professora da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

Sanane Santos Sampaio
Lecturer at the Faculty of Architecture/Professora da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

[English]

The theme "Basic sanitation and urban mobility infrastructures" emerged as a specific topic of one of the working groups in the third year of the exchange (2018). It was decided that this theme would remain as the main focus for 2019, with an emphasis on basic sanitation infrastructures and micro and macro accessibility now to be problematised considering the possibilities of dialogue with the public and private institutions responsible for their management and/or implementation. It can be said that there were four moments, which were also central processes in the development of the activities for this year: i) the identification of how much this theme was a priority for each of the seven territories represented by the social movements, collectives and associations; ii) the specificities present in the places they represented; iii) which agencies should be activated; and iv) which articulations already existed between these social groups and the institutions and with which it would still be necessary to start a dialogue.

It is necessary to remember that the communities with which we have worked, in general, have been constituted based on self-construction, with punctual and fragmented actions taken by the public authorities. On the one hand, this situation, which is recurrent in Brazilian cities, contributes to the formation of tortuous and narrow streets, which sometimes follow the silhouette of the ridges and/or slopes; it also constitutes many stairways, alleys and slopes, built with little technical equipment and financial resources and outside institutionalized regulations, which are all typical of an urgent occupation process necessary for daily life. On the other hand, this demands specific solutions that make possible adequate and regular access to the public transport system, as well as to basic sanitation infrastructures, which, when they do exist, usually do not meet the minimum quality parameters. In fact, the recurrent institutional negligence in relation to this reality is blatant, both in the public and private spheres, which allows these precarious conditions to continue and perpetuate themselves with new complexities.

In the debate of this general condition, it can be said that the main difficulties encountered, in this last edition of the interchange, were related to the fact that the representatives/leaders of social movements, collectives and associations are quite sceptical about the effective interest and commitment of the public agencies in taking action in the territories, and in overcoming the history of unfulfilled promises of improvements in their infrastructure. Another difficulty, pointed out by representatives, teachers and students, was the role of the many institutions (in the municipal, state and private spheres) that act on urban infrastructure and mobility in Salvador being quite confusing and ambiguous the (dis)articulation among them. It is certain that these difficulties can be considered key to the possibilities of the learning to be achieved during the exchange. It is also worth pointing out that when the representatives of the public and private sectors - all in technical roles - were faced with the limitations and possibilities of their attributions, generally assumed a very tenuous posture. Their positions towards the demands raised for discussion were often linked to the limits of their role. Sometimes they also argued that their institutions had no competence on a certain issue, although they proposed the prospect of establishing future communications with other agencies.

Despite this, or even because of this, the construction and sharing of learning and practices in relation to the functioning, weaknesses, bureaucracies and potentialities of public and private agencies responsible for infrastructure and urban mobility issues in Salvador were enriching. The visits to the study areas, the meetings in the academic environment and the dialogues promoted in the several territories were unique opportunities to build arguments, join forces, enable dialogue and connect perspectives of social groups, academia and

institutions aiming at a more egalitarian and democratic city.

The following articles present, problematize, and systematise this experience. They explain the inequalities, similarities and specificities found in the communities, reinforce the importance of having their basic needs met according to their territorial particularities, and the need to continue searching for ways to make effective the right to participate in the institutional decisions that affect the daily lives of the residents of their territories.

[Português]

O tema "Infraestruturas de saneamento básico e de mobilidade urbana" surgiu como recorte específico de um dos grupos de trabalho no terceiro ano do Intercâmbio, em 2018. Para 2019, definiu-se que esta temática permaneceria como principal, com ênfase nas infraestruturas[33] de saneamento básico e de micro e macroacessibilidade, agora a serem problematizadas tendo em vista possibilidades de interlocução com instituições públicas e privadas responsáveis por sua gestão e/ ou implementação. Pode-se dizer que houve quatro momentos, que também foram processos, centrais no desenvolvimento das atividades deste ano: i) a identificação do quanto este tema era prioridade para cada um dos sete territórios representados pelos movimentos sociais, coletivos e associações; ii) quais especificidades se faziam presentes nestes locais por eles representados; iii) quais órgãos deveriam ser acionados; e iv) quais articulações já existiam entre esses grupos sociais e as instituições e com quais ainda seria preciso o início de uma interlocução.

Necessário lembrar que as comunidades com as quais se trabalhou, no geral, vêm se constituindo a partir da autoconstrução, com ações pontuais e fragmentadas realizadas pelo poder público. Por um lado, essa situação, recorrente nas cidades brasileiras, contribui na conformação de vias tortuosas e estreitas, que, por vezes, acompanham a silhueta das cumeadas e/ou encostas; também constitui muitas escadarias, becos e ladeiras, construídos com poucos equipamentos técnicos e recursos financeiros e à margem de normativas institucionalizadas, próprios de um processo de ocupação urgente e necessário à vida cotidiana. Por outro lado, isso demanda soluções específicas que possibilitem o adequado e regular acesso ao sistema de transporte público, bem como às infraestruturas de saneamento básico e que, quando existentes, via de regra não atendem a parâmetros mínimos de qualidade. De fato, é flagrante a recorrente negligência institucional em relação a essa realidade, tanto no âmbito público quanto no privado, o que possibilita que essas precariedades continuem e se perpetuem com novas complexidades.

No debate desta condição geral, pode-se dizer que as principais dificuldades encontradas, nesta última edição do intercâmbio, estiveram relacionadas ao fato de que os representantes/ lideranças dos movimentos sociais, coletivos e associações são bastante céticos em relação ao efetivo interesse e empenho do poder público em agir sobre os territórios, e em superar o histórico de promessas não cumpridas de melhorias na sua infraestrutura. Outra dificuldade, apontada por representantes, professores e estudantes, estava no discernimento sobre o papel das inúmeras instituições (nas esferas municipal, estadual e privada) que atuam sobre a infraestrutura e a mobilidade urbanas em Salvador, sendo, ademais, bastante confusa e ambígua a (des) articulação entre elas. É certo que tais dificuldades podem ser consideradas as chaves para as possibilidades de aprendizados a serem alcançados durante o intercâmbio.

Vale também destacar que os(as) representantes dos setores públicos e privados – todos em funções técnicas – diante das limitações e possibilidades de suas atribuições, assumiram, no geral, uma postura bastante tênue. Seus posicionamentos frente às demandas trazidas para discussão muitas vezes estiveram atrelados a esses limites, próprios às suas funções. Por vezes também argumentaram que suas instituições não tinham competência sobre determinada questão colocada, mas, ainda assim, trouxeram a perspectiva de estabelecer futuras articulações com outros órgãos.

Apesar disso, ou mesmo por causa disso, foram enriquecedores a construção e o compartilhamento de aprendizados e práticas em relação ao funcionamento, às fragilidades, às burocracias e às potencialidades de órgãos públicos e privados responsáveis por questões da infraestrutura e da mobilidade urbanas de Salvador. As visitas às áreas de estudos, os encontros no ambiente acadêmico e as Rodas de Conversa promovidas nos diversos territórios foram oportunidades singulares para construir argumentos, agregar forças, possibilitar o diálogo e conectar perspectivas de grupos sociais, academia e instituições tendo em vista uma cidade, não há como fugir do lugar comum, mais igualitária e democrática.

Os artigos que seguem, apresentam, problematizam e sistematizam esta experiência. Explicita as desigualdades, semelhanças e especificidades verificadas nas comunidades, reforça a importância de terem suas necessidades básicas atendidas segundo particularidades territoriais e a necessidade de seguir buscando meios que efetivem o direito a participar das decisões institucionais que afetam a vida cotidiana dos moradores de seus territórios.

33. Entende-se por "infraestrutura" o conjunto de sistemas e de redes técnicas e sociais que dão suporte à vida em sociedade.

4.1 Role of 'Spaces of Dialogue' towards the Advancement of the Right to the City in Salvador: Mobility And Infrastructure

Lauren Chew, Cole Lautermilch, Sonia Mascarenhas, Qi Qi, Maria Torrado, Yamana Zedan

4.1.1 Introduction

This report builds on three years of previous engagements that identified and acted on the practices of, barriers to, and political strategies related to the theme of mobility and infrastructure for social movements, collectives and communities in Salvador, Brazil. Based on previous research findings and ongoing political claims by the groups, DPU and UFBA students supported the production of spaces of dialogue between the social movements and institutional stakeholders including both municipal and state government agencies. In addition to the roda on mobility, students assisted in a dialogue on newly articulated claims related to local infrastructure, which had previously been subsumed into the theme of mobility. Within the dialogues, movement and community interlocutors raised claims, asked questions, and received written commitments from stakeholders to work towards addressing the issues that cut across the communities, collectives and social movements.

Analytical Framework

The right to the city (RTTC) is not a formal, individual right codified in law (Purcell, 2014). Rather it is generated by the everyday practice of 'inhabiting' urban space (ibid.). Coggin and Pieterse (2015) described it as, "living in the city and making use of its services and amenities ('inhabiting' the city), in ways which serve personal goals and the fulfilment of personal needs ('appropriating' the city), and which ultimately contribute to the shape and form of the city (to 'participate in' the city)" (p. 298). This self-generated right to inhabit, appropriate, and participate in the city can, "unite diverse and particularized struggles into larger and more powerful movements" (Soja, 2010, p. 109).

As Marcuse (2014) pointed out, readings of Lefebvre's 'Right to the City' have been varied and contradictory. At one end of the spectrum are more purist readings in which the right to the city is tied up with a right of 'autogestion' or self-management which imply the progressive reappropriation of agency and power from government until the state is no longer necessary (Purcell, 2013b; Purcell, 2014). This contrasts with more institutional readings like those found in the World Charter for the Right to City (Marcuse, 2014) or Brazil's Statute of the City (Friendly, 2013) that imply more equitable participation in existing city structures. Rather than fall into potential post-political paralysis of the former (see Beveridge & Koch, 2017) or the "co-optation" (Marcuse, 2014, p. 8) of the latter, this article, following Purcell (2014), understands right to the city as a pragmatic concept for a broader democratic project based in the principle that "the city belongs to those who inhabit it" (p. 149).
Spaces of dialogue can be opportunities to do political work of 'unification.' They "generate [...] encounters and exchanges between folk locally and trans-locally that facilitate the transmission of different forms of (subaltern) knowledge, the raising of consciousness and the fashioning of solidarities" (Routledge, 2015, p. 6).

Thematic Area

This exchange worked to synthesise particular movement claims, co-creating mobility and infrastructure agendas for the rodas de diálogo (rodas). The process produced four sub-themes that enabled movements to discuss their particular experiences with inadequate infrastructure and barriers to mobility in the context of collective claims.

Mobility is defined at "expressing the right to move in the urban space, to access places and opportunities…" (Verlinghieri & Venturini, 2018, p. 127). It is a collective right that is a function of both social relations and physical infrastructure (ibid.; Gaskell et al, forthcoming). The exchange and this report explore barriers to the right to mobility in Salvador which were encompassed into the themes of the rodas: (1) Accessibility: invisibility and lack of recognition. (2) Maintenance & Security: in existing roads, stairs, lights, sidewalks, handrails and the installation of new infrastructure. (3) Cost & Quality: high transportation cost, irregularity of service, low- quality and coverage. (4) Negative externalities of larger scale transport projects: lack of consultation and participation in decision making on the projects that affect citizens mobility.

The second-round table focused on the right to access adequate infrastructure, in other words the "right to access the types of things one needs in order to live a dignified life" (Friendly, 2013, p. 160). The themes included in this roda were 'inadequate infrastructure', 'irregular maintenance' and 'lack of proactive planning' and all refer to the lack of responsibility and assistance from public institutions on the consistent maintenance of various infrastructure systems such as sewage, drainage and waste collection, resulting in risks of flooding and landslide. Additionally, the theme 'limited public participation' points to the general lack of public

engagement and involvement of residents in participating equally in public planning policies that directly affect their livelihood, thus, limiting the opportunities for citizens to "exercise their right to transform policies and decision-making in their city" (Fernandes et al., 2017, p84).

The right to the city is, "a right to change ourselves by changing the city" (Harvey, 2008, p. 1). Spaces of dialogue are opportunities for that changing of city and self. This report will discuss how findings from this and previous engagements around mobility and infrastructure supported the development of thematic dialogues that supported right to the city-based claims by urban social movements in Salvador. It will then discuss the more specific ways in which spaces of dialogue can promote the right to the city. These include the development and sharing of relational, contextual, and political knowledge, the praxis of developing alternative urban imaginaries that suture together diverse movement claims in ways that "reclaim and develop [movement's] own power" (Purcell, 2014, p. 322), and the formation of informal interpersonal accountability relationships. The report concludes with suggestions for further research on the limits and potentialities of spaces of dialogue for advancing the right to the city.

Methods of Data Collection

The research utilised six methods of data collection. They are detailed in the table below.

4.1.2 Analysis: The Role of Spaces of Dialogue in Advancing the Right to the City in Salvador

I. Knowledge Production:

The Rodas de Diálogo facilitated the exchange of different knowledges in an effort to contest hegemonic logics of urban spatial production.

Different forms of knowledge are generated by the lived experiences of people, influenced and transmitted through their encounters with others. Local and subaltern knowledges result from their context, affected by generational transitions and cultural norms. They are the foundations of judgement and decision-making of local people's everyday realities (Dei, 1993; Warren, 1991).

The rodas were an opportunity for knowledge share between movements in ways that challenged the hegemonic knowledges of state and private stakeholders to claim the right to access to adequate services, the right to inhabit the city. The "'common sense'" (Routledge, 2015, p. 5) knowledge valued and produced by the institutional stakeholders during the rodas tended to be scientific or technical. Clarke (2012) highlighted a global trend in urban policy towards

Table 4.1 - *Methods of data collection. Source: Chapter authors, 2019*

Research Methods	Data collected from/by:
Literature Review	Past reports of Salvador engagements Movement and/or neighbourhood websites News reports and articles related to Mobility and Infrastructure Governmental publications on statutes and laws related to Mobility and Infrastructure Academic articles on spaces of dialogue and the Right to the City
Transect Walks	Six transect walks around the communities – each walk lasted three to four hours and involved approximately 20 UFBA and UCL students, 3 staff members and respective social movement leaders.
Unstructured Interviews	Four unstructured interviews of social movement leaders in Gamboa de Baixo, Nordeste de Amaralina, Saramandaia and AMACH to further supplement the claims for the rodas de diálogo.
Participatory Planning Workshops	Preparation of script and brief for the rodas de diálogo with UFBA staff members, UFBA and UCL students and leaders of social movements.
Rodas de Diálogo	Participant observation during the rodas de diálogo for both mobility and infrastructure.
Reflection Workshop	Social movement leaders, along with UFBA and UCL students and staff members expressed and discussed reflections regarding the outcomes of the rodas de diálogo and the 4-year engagement.

this 'anti-political' knowledges that produce "the reduction of public policy to questions of science and technology" (p. 27). For example, the traffic director of Transalvador (2019, Mobility roda) blamed mobility problems on infrastructural and topographical challenges from the 19th century, rather than engaging with specific concerns about the political economy of mobility in Salvador related to cost and time burdens and a history of spatial segregation.

The knowledge produced of local people's lived experiences collided with the more technical knowledge of some of the stakeholders. In the mobility roundtable, a representative of the municipal secretariat for maintenance (2019, Mobility roda) described a process of sending engineers to assess staircases and triage which most needed repairs. A leader from Saramandaia (2019, Mobility roda) responded to this technical approach by framing the problem in terms of the rights to inhabit and appropriate the city, discussing the effects poorly maintained stairs had on children and older residents. For the movement participant, this contextual knowledge was the basis for making a political claim on the municipality to respond to the problem because of its effects on people, not according to a technical assessment.

The rodas were shaped by the transnational and translocal exchange between universities, social movements and institutions, which enabled the flow of resources, thoughts, and activities that were essential to create new forms of development interventions (Bebbington, 2003). They reflect the outcome of previous dialogues between communities and universities that moved from particularist study of the claims of individual movements to efforts to synthesise those instants into the broader thematic claims that were the basis of the rodas. For example, the elimination of the train to Plataforma in favour of the more expensive VLT train, the formerly proposed Linha Viva highway in Saramandaia, and elimination of Nordeste's bus stops with the changeover to the BRT system all found articulation in a claim around the negative externalities of large-scale infrastructure projects on local communities. Through the exchange of experiences and knowledges, this synthesis enabled an articulation of movement claims in the terms of their right to inhabit the city.

This approach towards collectivizing the claims of social movements reflects an agenda developed over years of exchanges. A Gamboa community leader (2019, Final Reflection) reflected that the spaces of the exchanges had produced an understanding of the collective nature of problems and a belief that movements were "stronger together." The collective knowledge produced through the participation, planning, and design of the process of engagement can affect the design of the built environment and social capital (Leyden, 2003) to support production of a built environment with "usable outcomes...intended to facilitate social aims." (Hillier, 2008, p.217). The result of these engagement processes has been an agenda to move more collectively towards claiming a right to the city.

The knowledges produced in the spaces of dialogue are relational, contextual, and political (Mosse, 2014). The practice of knowledge production may build relationships among communities and between institutions and movements. The process of knowledge exchange itself built connection through the space of dialogue. In the roundtable, participants had the opportunity to sit together and articulate their ideas equally. Movements could claim the right to greater participation in planning and decision-making about urban space, though some expressed frustration in their reflections at the non-responsiveness of some of the stakeholder participants. The rodas were primarily a chance for movements and stakeholders to speak their claims and responses, but they also allowed audiences to present opinions and gain a clearer perception of civil rights (Scott, 2009). Movements also used the chance to gain strategic knowledge about the stakeholders and their practices and motivations. In the infrastructure roda, movements worked to clarify which agencies were responsible for addressing specific claims. This may enable future efforts to advance the right to the city.

However, even technical knowledge is not context-free. Social and institutional relations shape the understandings and explanation of knowledge (Mosse, 2014). Movements claims often contained critiques of the political economy of this 'technical knowledge.' In the mobility roda, a leader from Nordeste (2019, Mobility roda) highlighted the cynicism of government officials claiming that it was too difficult or dangerous to come to the community as reasons for the lack of municipal attention while wealthier neighbourhoods received services. It was implicit that state inattention contributed to lack of accessibility and security. Yet, many of the stakeholder participants resisted being drawn into a knowledge exchange on these terms. A representative from Acervo da Laje (2019, Mobility roda) raised the issue of the large increase in transport costs resulting from the discontinuation of the train. Rather than hear the argument for what it was, a claim for an equal right to inhabit the city, a representative from SEMOB (2019, Mobility roda) described potential savings produced by an integrated transport system. Accurate or not, he missed the point. His colleague from CONDER (2019, Mobility roda), was perhaps worse, arguing that, of course, bus lines needed to be cut so they did not compete with the company who operates the metro system.

There were undoubtedly limits to the knowledge exchanged at the rodas and the right to participate in making the city that they created. Though constituted through an exchange based on equal participation, the rodas saw participants talking past one another in ways that did not rearrange institutional and social relations, instead leaving existing power structures untouched (Li, 2007). In response to movement claims around cost of the travel and the

negative externalities of large-scale infrastructure projects, a stakeholder responded with extended discussions on traffic and automobile related infrastructure (Traffic Director, Transalvador, 2019, Mobility roda). This was dissonant with the focus of movements on public transport and pedestrian infrastructure. While this may reflect specific professional roles, it also suggests, as pointed out by a community leader from Nordeste (2019, Final Reflection), an inability or unwillingness to respond to the issues raised by communities. It is essential, then, to consider how different forms of knowledge contribute to policy and planning, how local knowledge is translated and used in interventions, and how scientific knowledge is accessible for communities, as a basis for seeking more equitable participation of residents in producing urban spaces (Mcfarlane, 2005).

II. Networks and Praxis:

Rodas served as a space of praxis for building solidarity between movements and beginning to articulate a network of equivalence.

The exchange culminated in the thematic rodas, but also included critical spaces for dialogue between movements before and after the thematic rodas – community visits between social movements and university participants, pre-roda planning sessions, and a post-roda reflection. These various spaces of dialogue contained moments of praxis that facilitated "the raising of consciousness and the fashioning of solidarities" (Routledge, 2015, p. 6) and fleeting movements toward what Purcell (2009) called 'networks of equivalence.' Purcell (2013b) defined such networks as "counter hegemonic combinations of differentiated but equivalent popular struggles" (p. 562). To be clear, the social movements involved in the exchange do not appear to constitute such a network that moves from corporatist or particularist struggles to a unified counter-hegemonic one (Karriem, 2009). It is not certain that those involved want to move towards this formation. Moreover, rights to mobility and infrastructure, are necessary for achieving a right to the city, but they are challenging terrain on which to advance collective claims. The infrastructure roda struggled to move beyond specific infrastructure claims, spending considerable time discussing maintenance issues related to a specific power line, for example. However, the outcomes of various spaces of dialogue, especially those around the rodas, imply this potentiality for people "to listen to and learn about each other, and to debate among themselves what they want the city to be" (Purcell, 2013a, p. 322).

The 'network of equivalence' is a potential solution to the diversity of claims of social movements. It is the articulation of "a political program that is different from and wider than the program of each local movement, but one that does not subsume or subordinate them" (Purcell, 2009, p. 294). In the network, individual claims become, following Gramsci, 'welded' together, "tak[ing] on board the agenda of [] partners," (Purcell, 2013b, p. 570) without losing particular claims. This process is not simply about yielding space or energy to support adjacent movements but rather taking them on as "central to [one's] consciousness" (Heller & Perera, as cited in Purcell, 2013b, p. 571). Drawing on Laclau and Mouffe, Purcell (2009) made clear that the constituents of the network are neither fully dissolved nor totally autonomous as subjects from the network. This involves a process of praxis that advances and circulates alternative knowledges as a critique of 'common sense,' "to fashion a collective political will" (Routledge, 2015, p. 5), based on "critical thinking that interprets the world through human activity, and in politicizing the produced [urban] environment, opens it to new possibilities" (ibid.). These new possibilities are at the core of the democratic project implied by the right to inhabit, participate in, and appropriate the city.

A UCL lecturer (2019, Final Reflection) familiar with the full lifespan of the exchange commented that the social movements tended towards greater involvement and participation over the years. Multiple social movement leaders, in their post-roda reflection, expressed appreciation at the exchange having been an opportunity to visit Gamboa for the first time (Acervo da Laje Community Leader, 2019, Final Reflection; Saramandaia Community Leaders, 2019, Final Reflection). In particular, a community leader from Saramandaia (2019, Final Reflection) described this space of dialogue as raising his awareness of the challenges and particular struggles of Gamboa in a way that facilitated learning between communities. As the UCL lecturer (2019, Final Reflection) noted in his reflection, this co-learning generated new imaginaries and new frames for issues. These new frames potentially begin the work of 'welding' movement claims together for an imaginary that, as an Acervo da Laje leader suggested (2019, Final Reflection), "imposes themselves" on the city. This was occurring at deeper levels than merely learning about one another's struggles. While describing spatial inequalities during a community visit, a Saramandaia community leader (2019, Saramandaia Transect Walk) quoted a leader from Acervo da Laje saying, "like [the leader from Acervo da Laje] says, 'this side is not part of town.'" Problematizing dichotomies of centre/periphery and city/non-city and the symbolic violence of these discourses are central to the logic, approach, and imaginary of Acervo da Laje. After visiting Acervo da Laje the day before, the Saramandaia leader was not only relating his community's struggles to those of Subúrbio Ferroviário, he was appropriating and using their discourse as part of his own. This was the space's praxis of 'welding' together particularist claims into broader political vision of the city.

A community leader from Gamboa (2019, Final Reflection) suggested starting to think about bringing other movements into the collective "articulation." She further argued that this collective action could "produce other pathways for changing our society" (ibid.). Her comments were echoed by community leaders from Nordeste. One described the dialogues as "a wind of opportunity that inspired

alternatives for organising around changing [the] public" (Nordeste Community Leader, 2019, Final Reflection) while another highlighted that the articulation reminds authorities of the energy that exists for revolts towards (urban) alternatives (Nordeste Community Leader, 2019, Final Reflection). The alternatives are not merely utopian thinking, however. A leader from Acervo da Laje (2019, Final Reflection) described the results of the rodas as the formulation of "strategies of confrontation" pointing towards the future. While not using the language of praxis, welding, and networks of equivalence, leaders were discussing the ways that the dialogues produced by the exchange enabled movements toward a counter-hegemonic political formation based in a collective understanding of their claims. That this relied on the spaces of dialogue was apparent in the repeatedly expressed need for the support of UFBA in maintaining the space for collective action.

This approach to advancing the right to the city is not without challenges. Purcell (2009) grapples with but is unable to propose a resolution to the challenge of direction and coordination of such a network or articulation that relies on equivalence. He is dubious of vanguardist or centralized Gramscian party-based approaches to leadership that produce a privileged movement core (ibid.). However, his reflection on decentred approaches raises other issues about how the movement "will be able to move at all, much less take coordinated and strategic action that shifting political opportunities demand" (ibid., p. 305). The movements in Salvador will continue to face these issues. Movements closer to the spatial centre of the city may become or remain more visible. This is especially troublesome when key claims for some of the movements related to spatial inequalities in the city. This was an issue raised during the most recent engagement as news coverage focused on events in Gamboa. Purcell's (2009) proposed solution involves the formation of temporary movement 'centres' within the network to serve particular purposes. The designation of 'protagonist' organisations for the individual rodas is reflective of this approach. Nevertheless, the reflections of movement leaders suggest a continued reliance on the University for coordination. As UCL steps back from the exchange and Brazilian Universities face political pressure and severe budget cuts, the possibility of the continued efforts towards formation of a network of equivalence as a RTTC-based democratic project are uncertain.

III. Accountability, Participation, and Citizenship

The spaces of dialogue (i.e thematic rodas) provided opportunities to improve government and private sector accountability while strengthening citizen participation

Throughout the rodas, community members expressed frustration at only seeing government figures around elections as politicians tried to 'buy' votes with public appearances and spending. This suggests the formal rights of citizenship do not translate into substantive rights for some Brazilians (Holston, 1999). Holston (2011) argued Brazilian citizenship was a historically formed, "entrenched regime of legalised privileges and legitimated inequalities" (p. 342). In this formation, "rights become relations of privilege between some who act with an absence of duty to others who, in turn, have no power to enforce claims" (ibid., p. 346). The rodas served as an opportunity to build this missing accountability relationship between citizens, government, and private service providers, albeit in ways that may not redress the fundamental problem of differentiated citizenship.

During the rodas, movements made claims of institutions to deliver basic infrastructure and mobility services. The rodas worked to clarify the responsibilities of specific institutions, enabling movements to hold institutions accountable for specific issues in their ambit. They also facilitated dialogue between movements and institutions, pushing institutions to listen to movement claims and explain how claims could be resolved. These claims highlighted failures in implementation of the 2001 City Statute which establishes "democratic management as a structural element in urban policy design, requiring citizens participation at all levels of public policy decision-making" (Manzi, Figueiredo, Mourad, & Rebouças, 2018, p. 7) Therefore, by initiating clear and more frequent communication between institutions and movements at the rodas, movements may make stronger pushes for substantive implementation of the formal City Statute.

Authorities often blamed service issues on self-organisation of community members to autonomously resolve issues. An Embasa representative (2019, Infrastructure Roda) argued Saramandaia's flooding resulted in part from community attempts to open sewage drains to accommodate rainwater, clogging sewage lines. However, self-organisation in response to state failure is "evident in both daily and strategic activities [of the community] to promote mobility, access and transport needs," (Gaskell et al., forthcoming, p. 70). The rodas may be the basis for future interpersonal dialogues, education efforts, and confrontations that enable both community participation in city-making and confrontation of 'common-sense' logics that blame communities for their infrastructure issues.

"…[P]olitical accountability carries two basic connotations: answerability, the obligation of public officials to inform about and to explain what they are doing; and enforcement, the capacity of accounting agencies to impose sanctions on power holders who have violated their public duties'' (Schedler, 1999, p. 14). The rodas served an accountability function. They brought stakeholders out of their offices into unfamiliar spaces where they were observed by both community members and international allies. These factors supported movement leaders in making claims for institutional stakeholders to give accounts of their practices or face the sanction of the interpersonal disapproval of

participants and audience. The power effects of the space and context of the rodas should not be overstated. While some stakeholders at the mobility roda listened attentively and took notes, others spent portions of the dialogue on their phone. While the rodas enabled universities and communities to observe and assess stakeholders, they were temporally limited. Without that ongoing space, communities and universities may struggle to maintain current information on agency practices, limiting their ability to make the state accountable for ensuring further movement participation in city-making. However, the rodas generated possibilities for alternative informal, interpersonal accountability relationships. As the rodas concluded, social movement participants spoke individually and in small groups with stakeholders. Names and phone numbers were exchanged in the hope that interpersonal relationships could be the basis for accountability over movement claims in ways that formal mechanisms were not.

Granovetter (1973; 1983) theorised that social networks were composed of strong and weak ties. Strong-tie networks are densely interconnected and, therefore, weak ties tend to enable access to broader sets of new information (Granovetter, 1983). Rodas supported the formation of weak ties. Accountability relationships are first about access to information – answerability (Lindberg, 2009). There is power in knowing the name and number of a state agent towards whom to address one's claim. It creates a social "duty to others" (Holston, 2011, p. 346) generated by having sat together in the roda and signed a commitment to work together in the future. However, it is also true that this relationship is weak. It does not imply an enforceability mechanism and the risk exists that stakeholders may feel that, having participated in the rodas, they have 'listened' to movement claims and do not need to hear them again.

These interpersonal accountability relationships may enable movement leaders to advance their right to the city through greater participation in planning decisions, increasing the possibility that the city will be designed in ways serving resident needs rather than exchange values. Mosse (2014) argued that participatory processes may help residents "become citizens eligible to the state" (p. 516) through knowledge processes of "connection and clientship" (ibid.). The interpersonal accountability relationships produced by the rodas have the potential to support greater 'participation' by movement leaders in urban placemaking and facilitate 'appropriation' of infrastructure and mobility services. However, it was unclear through the dialogues whether they supported the legibility of individuals as rights-bearing citizens or as consumers. The Mobility roda saw stakeholders (SEMOB representative, 2019, Mobility Roda) encouraging participants to 'call the hotline' with complaints, rather than engage in more politicised practices. Technical and particularistic responses were unsurprising given that some of the service-delivery stakeholders, e.g. COELBA, were private companies, lacking even the notional democratic linkage that exists between movements and municipality.

While these interpersonal connections can benefit movement leaders and their communities, the right to the city is a collective right. Holston (2008) argued that insurgent citizenship practices, like the rodas, "inevitably get[] bogged down by the past [they] inherit[] as well as confront[]" (p. 313). The rodas supported social movements in claiming citizenship rights through accountability but, building interpersonal accountability, positioned the movement leaders as the ones able to claim those rights. The citizenship practised remains fundamentally differentiated in ways that problematise interpersonal accountability as the basis for advancing right to the city, even as it is undoubtedly important for advancing the claims of social movements.

Lack of state downward accountability to rights-bearing citizens relates to questions of legitimate knowledge on urban spaces and the power to make decisions about their production. Spaces of dialogue imply both risks and potentialities for advancing the right to the city. They may support institutional cultural change based on recognizing communities as having legitimate knowledge about urban spaces and viewing historically marginalised communities as citizens with rights rather than service consumers. However, this interpersonal approach to accountability may canalise efforts to advance the right to the city into specific claims by individual actors, especially related to infrastructure and mobility where claims are highly specific. This canalisation may problematise efforts to promote a right to the city based on the equal power and equal right of all residents to democratically make decisions about the nature and form of urban spaces.

4.1.3 Conclusion

This report has highlighted the potentialities of rodas de diálogo to advance right to the city claims by urban social movements in Salvador, Brazil. Following Routledge's (2015) writing on praxis and spaces of encounter, it has suggested that spaces of dialogue may enable the transmission of alternative knowledges about urban spaces that critique common sense or hegemonic logics of stakeholders and may support the formation of networks of equivalence through processes of solidarity building and conscientisation. Furthermore, based on the frequent comments of participants in the exchange around challenges of differentiated citizenship, it has argued that spaces may enable the development of alternative informal, interpersonal accountability mechanisms. It has also highlighted risks associated with these potentialities – the failure of knowledge exchange to affect structural power inequalities, challenges of coordination and visibility in nascent networks of equivalence, and the difficulty of translating interpersonal accountability relationships into substantive citizenships and a collective right to the city. It has also recognised the challenge of advancing collective right to the city claims over mobility and transportation through rodas. Movements and

moderators struggled to move the conversation beyond very specific and technical claims.

These caveats were not detailed to "lament[] these revolutions as a failure" (Purcell, 2013a, p. 323). On the contrary, as Purcell (2013a) suggested, the movement participant reflections often highlighted "the joy and power of the[] events," (p. 323) which "help[ed] [participant] power to grow and spread on its own terms" (ibid.). Instead, they are meant to support what Purcell (2013a) called "our practical political project" (p. 319) – "closely examining actual-but-inchoate practices" of a democratic right to the city to "extrapolate" (ibid.) them towards future struggles. This report will further highlight gaps in knowledge and suggestions for future research to continue to support the efforts of social movements to advance a collective, democratic right to the city.

This report has suggested the rodas contributed to the beginnings of an articulation of particular social movements into a broader network of equivalence. It has also suggested that the events around the rodas, the transect walks, planning events, and summative reflection also played a large role in this articulation. These events reflect the summation of four years of collective work. Previous analysis of that work has focused on the claims of individual movements and the themes that synthesise those claims together. As the analysis have moved towards the exchange dialogues as spaces for collectivising movements, a gap in knowledge exists on the specific contributions of these earlier exchanges towards the political project of making collective claims for right to the city. During participant reflections, one community leader expressed a wish that the exchanges had moved towards the roda model earlier. Further research would assist in determining whether this is a viable suggestion for future projects or whether those earlier dialogues were necessary components in reaching the current articulation.

The arguments advanced in this report have also been necessarily speculative, given the time-limited nature of the exchange and the rodas. Further research will be necessary to determine how movement participants see the articulation continuing and whether greater collectivisation is something they believe could support their claims around appropriating the city through freedom of movement and inhabiting the city through the use of adequate infrastructure services. This research may also help further clarify what are and have been the barriers to the democratic practice of right to the city in ways that are strategic for movements. Previous exchanges have done some of this work in terms of how structural factors shape mobilities, but additional research would be beneficial on the political economy of urban knowledge production and the broader contexts of citizenships in Salvador. This could include questions raised by this exchange about the role private companies play as municipal service providers and how they create different challenges and opportunities for accountability over adequate service provision.

Finally, this report has reflected on the contribution of movement RTTC-based claims advanced during the rodas as a basis for greater democratic participation in the production of urban space. This has been framed in terms of a trajectory towards collectivisation of movements and claims. However, the exchanges have developed little understanding of the situatedness of movements within their own communities. Further research into whether and how the movements shape and reflect the collective will of their home communities would promote greater understanding of democratic practice and citizenship in Salvador. This exploration of local spaces of dialogue could also highlight the processes through which decisions are made about which claims to advance and which participants become more or less visible through the process.

The right to the city is, "a revolutionary declaration: as urban inhabitants we reject the property rights and exchange value of the industrial city, and we affirm our own power and ability to manage the production of urban space for ourselves." (Purcell, 2013a, p. 319). The rodas supported social movements in moving towards that horizon through claiming rights to inhabit Salvador and access adequate and equitable services and through the exchange of knowledges, formation of collectivities, and pursuit of accountability that supported the appropriation of the city for use by its residents and expressed the power of residents to participate in its authorship.

4.1.4 References

BEBBINGTON, A. (2003). Global Networks and Local Developments: Agendas for Development Geography. Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, 94(3), 297–309.

BEVERIDGE, R. & KOCH, P. (2017). The Post-Political Trap? Reflections on Politics, Agency and the City. Urban Studies, 54(1), 31-43.

CLARKE, N. (2012). Urban Policy Mobility, Anti-politics, and Histories of the Transnational Municipal Movement. Progress in Human Geography, 36(1), 25-43.

COGGIN, T. &; PIETERSE, M. (2015). A Right to Transport? Moving Towards a Rights-BasedApproach to Mobility in the City. South African Journal on Human Rights, 31(2), 294-314.

DEI, G. (1993). Sustainable Development in the African Context: Revisiting Some Theoretical and Methodological Issues. African Development, 97-110.

FERNANDES, A., FREDIANI, A., VERMEHREN, I., MENDOZA, M., & RISI, F. (2017). Collective Practices, Instruments for Collective Action and the Right to the City in

Salvador, Bahia, 1-210.

FRIENDLY, A. (2013). The Right to the City: Theory and Practice in Brazil. Planning Theory & Practice, 14(2), 158-179.

GASKELL, G., LI, J. MARAMBIO MOREL, J., SACHEZ SALINAS, G., & SOUSA-LIMBU, D. (forthcoming). Mobility and Infrastructure / Mobilidade e Infraestrutura. In Bridging Local Collective Practices Towards a City-Wide Platform for the Right to the City in Salvador, Bahia (pp. 64-82).

GRANOVETTER, M. (1973). The Strength of Weak Ties. American Journal of Sociology. 78(6), 1360-1380.

GRANOVETTER, M. (1983). The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. Sociological Theory, 1, 201-233.

HARVEY, D. (2008). The Right to the City. New Left Review, 53, 23-40.

HILLIER, B. (2008). Space and Spatiality: What the Built Environment Needs from Social Theory. Building Research & Information. Routledge, 36(3), pp. 216–230.

HOLSTON, J. (1999). Spaces of Insurgent Citizenship. In J. Holston (ed.), Cities and Citizenship. Durham, NC: Duke University Press.

HOLSTON, J. (2008). Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. Princeton, NJ: Princeton University Press.

HOLSTON, J. (2011). Contesting Privilege with Right: The Transformation of Differentiated Citizenship in Brazil. Citizenship Studies, 15:3-4, 335-352.

KARRIEM, A. (2009). The Rise and Transformation of the Brazilian Landless Movement into a Counter-Hegemonic Political Actor: A Gramscian Analysis. Geoforum, 40, 316-325.

LEYDEN, K.M. (2003). Social Capital and the Built Environment: The Importance of Walkable Neighborhoods. American Journal of Public Health, 93(9), 1546–1551.

LI, T. (2007). The Will to Improve: Governmentality, Development, and the Practice of Politics [Indonesia]. Durham: Duke University Press.

LINDBERG, S. (2009). Accountability: The Core Concept and its Subtypes. (Africa Power and Politics Programme Working Paper).

MANZI, M., Figueiredo, G., Mourad, L., & Rebouças, T. (2018). Neighbourhood planning and the right to the city: confronting neoliberal state urban practices in Salvador, Brazil. International Journal of Urban Sustainable Development, 10:1, 1-15.

MARCUSE, P. (2014). Reading the Right to the City. City, 18(1), 4-9.

MCFARLANE, C. (2006). Transnational Development Networks: Bringing Development and Postcolonial Approaches into Dialogue. Geographical Journal, 172(1), 35-49.

MOSSE, D. (2014). Knowledge as Relational: Reflections on Knowledge in International Development. Forum for Development Studies, 41(3), 513–523.

PURCELL, M. (2009). Hegemony and Difference in Political Movements: Articulating Networks of Equivalence. New Political Science, 31(3), 291-317.

PURCELL, M. (2013a). The Right to the City: The Struggle for Democracy in the Urban Public Realm. Policy & Politics, 43(3), 311-327.

PURCELL, M. (2013b). To Inhabit Well: Counterhegemonic Movements and the Right to the City. Urban Geography, 34(4), 560-574.

PURCELL, M. (2014). Possible Worlds: Henri Lefebvre and the Right to the City. Journal of Urban Affairs, 36(1), 141-154.

ROUTLEDGE, P. (2015). Engendering Gramsci: Gender, the Philosophy of Praxis, and Spaces of Encounter in the Climate Caravan, Bangladesh. Antipode. 47(5), 1321-1345.

SCHEDLER, A. (1999). Conceptualizing Accountability. In A. Schedler, L. Diamond, & M. Plattner. (Eds.) The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies (pp. 13-28). Boulder, CO. Lynne Rienner Publishers.

SCOTT, J. (2009). The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia. New Haven: Yale University Press.

SOJA, E. (2010). Seeking Spatial Justice. Minneapolis: University of Minnesota Press.

VERLINGHIERI, E. & VENTURINI, F. (2018). Exploring the Right to Mobility Through the 2013 Mobilizations in Rio de Janeiro. Journal of Transport Geography, 67, 126-136.

WARREN, D. (1991). Using Indigenous Knowledge in Agricultural Development (English). World Bank discussion papers; no. WDP 127. Washington, DC: The World Bank.

4.2 Infraestrutura e Mobilidade Urbana: Desafios, Perspectivas e Contradições do Direito à Cidade[34]

Caio Almeida[35], Elisângela Q. Veiga[36], Gabriel Dourado[37], Saprit Grana[38]

4.2.1 Introdução

O século XX trouxe consigo a ideia de que a modernidade deixaria de lado o predomínio de pessoas vivendo na zona rural que até então caracterizava o Brasil. Nas grandes cidades foi depositada a esperança de um país desenvolvido, industrializado e urbanizado, fato que despontou apenas a partir da década de 1930. A abolição da escravatura e a proclamação da República não conseguiram resgatar o país da sua condição genuinamente agrícola direcionada aos interesses do mercado externo (MARICATO, 2003). Mesmo com o processo de industrialização, o país ainda hoje mantém seu caráter de agroexportador.

O processo de urbanização nas primeiras décadas do século XX fomentou a migração do campo para a cidade, além da imigração considerável nas metrópoles, culminando com o inchaço das mesmas, sobretudo a partir da década de 1950. Em busca de emprego e melhores condições de vida, um grande número de pessoas passou a ocupar as áreas periféricas das grandes cidades, sem contar com atenção por parte do Poder Público, o que agravaria a limitação de acesso a uma infraestrutura urbana minimamente aceitável para uma melhor qualidade de vida naquelas localidades.

No final do século XX, e início do XXI, nota-se o crescimento das cidades médias nas mesmas circunstâncias e atuação insuficiente do Estado enquanto órgão regulador, indutor e fiscalizador da ocupação do solo urbano. Em paralelo, observa-se a latente necessidade de maior participação e engajamento popular no processo de tomada de decisões que afeta diretamente o dia-a-dia dos moradores da cidade, concretizando-se assim o que está legitimado tanto na Constituição Federal de 1988 quanto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Assim, nesta era dos direitos, conforme Bobbio (2004) já mencionara no século passado, não basta ao cidadão - enquanto morador das cidades - apenas habitar ali, faz-se necessário que essa habitação seja um espaço digno, que lhe proporcione meios para que possa se desenvolver plenamente. É com base nessa linha de entendimento que o Estatuto da Cidade, do qual será falado adiante, prevê instrumentos de participação popular, dentre os quais elenca-se: a gestão democrática da cidade, a participação da sociedade civil nos processos de planejamento, a promoção de audiências, consultas e conselhos públicos, objetivando, assim garantir ao indivíduo o direito de efetivamente influir nas decisões que afetarão a sua vida. No entanto, nota-se uma carência de aplicabilidade dessas possibilidades, o que contribui para o acirramento das diferenças no tocante ao direito

34. Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como parte integrante da disciplina Política, Democracia e Direito à Cidade II. É fruto da relação dialógica entre os autores, as autoras e os(as) lideranças comunitárias: Ana Cristina da Silva Caminha "Ana Caminha" (Gamboa de Baixo), Alex Sandro Pereira Lima "Leco" (Arte Consciente - Saramandaia), Cícero Jorge Araújo Melo (AMACH), Derivaldo Cardoso "Neguinho" (Saramandaia), Jecilda Maria da Cruz Mello "Pró Cida" (AMACH), José Eduardo Ferreira Santos (Acervo da Laje), Luciene Rose de Jesus (Gamboa de Baixo), Luis Damasceno (Rádio 87,9 FM - Nordeste de Amaralina), Marcos Antonio Ribeiro (MLB), Maísa Pereira de Jesus (Nordeste de Amaralina), Maria Helena Ramos Belos (Paróquia Santo André - Nordeste de Amaralina), Maria Lucianne Lobato Ferreira "Lôra" (MSTB), Sandra Regina Silva dos Santos (AMACH), Roque José dos Santos Oliveira "Seu Roque" (Associação de Moradores Nova República - Nordeste de Amaralina), Vera Lúcia Teixeira "Dona Vera" (Associação de Moradores Nova República - Nordeste de Amaralina), Vilma Soares Ferreira Santos (Acervo da Laje), Joseval de Jesus "Tito Lama" (Saramandaia). No entanto, a escrita, em sua estruturação, interpretações analíticas e eventuais equívocos, é responsabilidade dos(as) autores(as).

35. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade. E-mail: caio.anderson15@hotmail.com

36. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Design Gráfico pela UFBA e em Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestranda em Desenho, Cultura e Interatividade pela UEFS. E-mail: arqelisveiga@gmail.com

37. Graduado em Direito pela UFBA. Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. E-mail: gabrielgdd@hotmail.com

38. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail:sapritgrana@gmail.com

ao espaço urbano, impactando a parcela mais vulnerável da população.

Com o advento das tecnologias de informação em massa, essa participação tem se concretizado também nos fóruns virtuais, em especial nas redes sociais, onde cada vez mais o cidadão se utiliza desse instrumento para pressionar o poder público a tomar decisões. Aqui, implicitamente, está a noção de democracia[39] - tão discutida nesses tempos, onde as pessoas desejam opinar sobre a construção dos programas que poderão implementar um verdadeiro direito à cidade.

Há que se considerar, no entanto, que a parcela da população afetada de forma mais contundente pela precariedade da qualidade de vida[40] nos centros urbanos, ou ignoram os mecanismos possíveis para reivindicar seus direitos de participação no processo decisório ou, mesmo conhecendo-os e aplicando-os, não têm suas reivindicações atendidas. Essas pessoas se mostram descrentes das ações governamentais para sanar suas necessidades, envolvendo-se cada vez menos na representatividade em suas comunidades. O que é compreensível, posto que o poder público, em suas atuações, deixa explícito o caráter clientelista e subserviente aos interesses privados.

Quando se fala em "direito à cidade" – conceito elaborado por Henri Lefebvre em 1968, em "Le droit à la ville", para designar a cidade como uma forma superior dos direitos[41] ; também utilizado por Isensee (2013) para tratar do direito de não exclusão das qualidades e benefícios da vida urbana – uma primeira ideia passível de ser evocada é a de locais salubres e solares, em que o verde tem espaço, como também a garantia de atendimento às necessidades básicas do cidadão. Mas a realidade, em especial na cidade de Salvador, objeto do presente artigo, tem se mostrado de uma maneira totalmente diferente. A capital baiana, assim como se vê em outras cidades, cresce de forma injusta, desordenada, carente de infraestrutura básica e condições dignas de mobilidade urbana para uma parte considerável da sua população.

Nessa perspectiva, o presente artigo fomenta reflexões a partir da experiência com lideranças e moradores de comunidades mais vulneráveis da cidade de Salvador, para discutir essa problemática e sua repercussão no cotidiano, bem como a privação em diversos aspectos da participação popular nas políticas públicas. A sistematização das questões em análise foi feita a partir dos artigos produzidos nos anos anteriores nesta disciplina, além de experiências in loco - por meio do processo de imersão -, conversas com a comunidade e suas respectivas lideranças e também com compartilhamento de olhares e percepções do problema com os pesquisadores estrangeiros.

Figura 4.1 *- Vista do bairro Horto Florestal a partir da Chapada do Rio Vermelho (Nordeste de Amaralina). Fotografia de Elis Veiga (2019).*

39. Neste trabalho, ao abordar o termo democracia, tem-se como referencial teórico a lição de Norberto Bobbio: "Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo (BOBBIO, 2004, p.7).

40. A precariedade da qualidade de vida é a falta de elementos que garantam um mínimo de dignidade ao ser humano. De maneira exemplificativa, mas não exaustiva, pode-se falar da supressão de liberdades, da falta de salubridade nas moradias, do não acesso ao saneamento básico e da invisibilidade por parte do Estado para com suas demandas.

41. Para Lefebvre, tratava-se do "[...] direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)" (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

A abordagem fez parte e deu subsídio às Rodas de Conversa sobre "Mobilidade e Acessibilidade democráticas" e "Infraestrutura: Integração e Promoção de Justiça Social", oportunidade que reuniu líderes de movimentos sociais, coletivos e associações – Gamboa de Baixo, Centro Histórico, Saramandaia, Região do Nordeste[42] (Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho - Foto 1, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz), Plataforma (Acervo da Laje) e Ocupação Guerreira Maria Felipa – e representantes de órgãos e entes prestadores de serviços públicos na cidade do Salvador. O encontro ocorreu em maio de 2019[43] e teve o objetivo de tornar mais próxima a relação entre o poder público e esses territórios, na tentativa de fortalecer ou criar espaços de diálogo que ajudassem as associações, os movimentos sociais e os coletivos urbanos a institucionalizar a sua participação a longo prazo, auxiliando no processo de desenvolvimento de cidades mais inclusivas.

4.2.2. A Participação Popular Nas Políticas Públicas

A Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, trouxe como um dos seus princípios a busca por maior participação popular nos processos de tomada de decisões por parte do Estado, sobretudo com relação às políticas públicas. No que tange ao Planejamento Urbano, a Constituição Brasileira estabeleceu mecanismos no intuito de favorecer uma melhor qualidade de vida nas cidades, ainda que de forma desproporcional aos problemas apresentados pelo país nesse segmento.

O capítulo que trata da Política Urbana compreende apenas dois artigos. No artigo 182 ficou definido o Plano Diretor como instrumento básico – a ser elaborado e executado pelos municípios – objetivando o ordenamento das funções sociais e a contemplação do bem-estar da população das cidades, o Plano Diretor. Já o artigo 183, aponta os critérios essenciais para a regularização de áreas ocupadas para efetivar o direito à moradia, em sua maioria localizadas na periferia das cidades, configurando a chamada cidade informal.

A regulamentação desses artigos, no entanto, veio a ser contemplada apenas em 2001, com a Lei nº 10.257, o Estatuto da Cidade. Esse instrumento tem como princípio assegurar a função social da propriedade, atribuindo ao poder público municipal a promoção do equilíbrio entre o interesse público e privado. Para tanto, a participação popular é considerada como essencial nas questões de interesse público, sendo contemplada por meio de audiências públicas e na participação efetiva na construção dos planos diretores, além dos setoriais e das leis ordinárias relacionadas ao ordenamento urbano, através de seus representantes.

Para Feltran (2016), o Estatuto das Cidades alcança o objetivo maior de traduzir os desígnios almejados pela sociedade como cidades justas, humanas, saudáveis e democráticas, incorporando os direitos humanos[44] também na esfera de governança das cidades. Segundo Rolnik (2004), os avanços trazidos pela legislação, tanto na Constituição quanto no Estatuto das Cidades[45] expõem elementos fundamentais para a participação popular no processo de planejamento e gestão das cidades. Todavia, a sua viabilidade e efetivação é o grande desafio a superar para construir o processo de gestão democrática com a participação ampla dos habitantes.

42. É preciso esclarecer, preliminarmente, que neste trabalho adotar-se-á a nomenclatura região do Nordeste para se referir aos aglomerados urbanos que compõem o complexo Nordeste de Amaralina. É preciso, também, deixar claro que a expressão complexo não é aceita pelos moradores de tal região. Por esse motivo, ela não será utilizada neste trabalho.

43. A mesa redonda de mobilidade aconteceu no dia 8 de maio de 2019, na Escola Municipal Teodoro Sampaio, na Santa Cruz/ Nordeste de Amaralina. Representantes das comunidades São Dâmaso/AMACH, Gamboa de Baixo, Nordeste, Saramandaia e de Plataforma/Acervo de Laje foram os protagonistas das discussões. Estiveram presentes, também, os órgãos competentes que atuam em torno do tema: CONDER, TRANSALVADOR, SEMAN, SEMOB e SEDUR. Por sua vez a mesa redonda sobre Infraestrutura aconteceu também em 08/05/2019, que ocorreu na sede da Associação "Arte Consciente", contou com a participação de líderes comunitários de Saramandaia, da Gamboa de Baixo, do Centro Histórico, da Guerreira Maria Filipa e do Nordeste de Amaralina. Dentre os atores públicos e privados que compareceram estão EMBASA, CODESAL, COELBA e LIMPURB.

44. "Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna. Não há um rol predeterminado desse conjunto mínimo de direitos essenciais a uma vida digna. As necessidades humanas variam e, de acordo com o contexto histórico de uma época, novas demandas sociais são trazidas juridicamente e inseridas na lista dos direitos humanos. Em geral, todo direito exprime a faculdade de exigir de terceiro, que pode ser o Estado ou mesmo um particular, determinada obrigação". (RAMOS, 2016, p. 29).

45. Nesse particular, destaca-se o inciso I, § 4º, art. 40 da Lei 10257/2001: "No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade" (BRASIL, 2013).

Maricato (2011), em contrapartida, destaca que apesar de contribuir de forma positiva para o crescimento dos processos participativos da população, esse aparato não implica necessariamente num aumento da democracia e muito menos que as cidades brasileiras estejam mais adaptadas às necessidades da população local.

A Constituição Federal de 1988 trouxe outros meios que objetivam conferir ao cidadão maior participação no fomento e controle dos processos estatais. Embora muitos desses mecanismos - tais como os projetos de iniciativa popular e a própria ação popular no controle dos atos administrativos do Estado - já estejam presentes no texto constitucional, a efetividade dos mesmos não é tão percebida.

Cada vez mais observa-se o cumprimento de tais exigências apenas do ponto de vista formal e não no sentido substancial, ou seja, cada vez mais o legislador cumpre uma formalidade estabelecida em lei, como se cumpre um mero rito, sem deixar que realmente tenhamos uma construção coletiva, onde cada cidadão possa efetivamente contribuir. A própria formulação dos planos diretores de desenvolvimento urbano e demais planos setoriais, ao tratar das grandes questões de mobilidade e infraestrutura, tem obedecido cada vez mais a interesses mercadológicos. Exemplificando tal processo, recentemente, a cidade de Salvador aprovou o seu Plano de Mobilidade – Lei municipal 9.374/2018 –, que traz os parâmetros, estudos e planejamento para os próximos anos. Embora tenha seguido uma cartilha que denota a existência de audiências públicas preparatórias e consultas pelo meio virtual, o que se observa na prática é que grande parte da população da cidade de Salvador sequer tem conhecimento de tal planejamento e que as decisões tomadas - tão essenciais a longo prazo, como é o caso da implantação do BRT - não atendem aos anseios dos grupos sociais mais afetados por este novo equipamento. Tal fato evidencia que o direito à efetiva participação popular no planejamento urbano da cidade tem se tornado cada vez mais um jogo de cena, em que os atores cumprem papéis preestabelecidos.

Inúmeras variáveis interferem na efetiva participação, entre as quais se aponta: a) falta de conhecimento dos processos de participação; b) falta de esclarecimentos em linguagem adequada; c) a crença generalizada da ineficácia de tais processos; d) a mera execução destes processos de maneira procedimental; d) falta de divulgação e transparência nesses processos. Destaque-se esta última pois, comumente, o Poder Público entende tais mecanismos de participação popular como meros procedimentos formais, que devem ser cumpridos apenas para atender a uma imposição legal, não observando que eles podem ser importantes para a produção de efetivas políticas públicas que tragam ganhos reais à população. Afinal, "os instrumentos de planejamento e as rotinas de gestão, por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem plena legitimidade ao terem a sua operacionalidade e a sua implementação debatidas, deliberadas e monitoradas pelos cidadãos" (SOUZA apud LEAL, 2013, p. 51).

Essa postura é contrária ao paradigma jurídico-constitucional de direito, pois, de nada adianta a simples oferta legislativa do direito à participação e fiscalização na tomada de decisões, se essas não advirem de discursos que se desenvolvam livre de coerção e, também, não vincularem o Estado no âmbito das funções legislativa, executiva e jurídica (THIBAÚ, 2012).

Até mesmo quando o poder público é demandado em questões urgentes, que necessitam de uma ação célere do Estado, como no caso da encosta da Região do Nordeste[46], em que uma tragédia se mostra anunciada, o que se tem observado é a existência de um procedimento burocrático, confuso, em que a resolução do problema muitas vezes se arrasta em um lapso temporal que pode ser fatal para quem está em situação de risco.

Ainda seguindo a linha argumentativa de que o Estado não tem se interessado por uma participação efetiva na formação das políticas públicas, faz-se interessante mencionar que, recentemente, a Lei federal 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico - conjunto de ações que envolvem abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, de modo preventivo, inclusive - foi alterada pela Medida Provisória n° 844, de 06 de julho de 2018, sem qualquer debate prévio com a sociedade e os setores diretamente envolvidos na aplicação dessa legislação. Todavia, tal medida provisória não foi votada a tempo pelo Congresso Nacional, tendo perdido validade em 19 de novembro de 2018. Vale salientar que parte do conteúdo previsto nesta medida foi incorporado a um novo Projeto de Lei n° 3261/2019 já aprovado pelo Senado Federal em tempo recorde e em trâmite na Câmara dos Deputados. O que chama atenção nesse processo é que este assunto, tão importante para o país, seja tratado de maneira unilateral e o processo de participação mais uma vez tenha sido negligenciado.

Ademais, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, oriundos da MUNIC - Pesquisa

46. Os moradores do bairro Santa Cruz, na Região do Nordeste, notificaram os órgãos municipais e estaduais a respeito da existência de encostas que estão prestes a desmoronar sobre algumas residências. O que se tem observado é um jogo de transferência de responsabilidades entre as esferas públicas, agravando o temor de uma tragédia - anunciada - visto o período de alta pluviosidade na capital baiana.

de Informações Básicas Municipais, no ano de 2018, apenas 18,6% dos municípios do Nordeste brasileiro instituíram os planos municipais de saneamento, que permitiriam, em tese, à população maior participação no processo de formulação de tais planejamentos.

A falta de uma efetiva participação, associada a outras variáveis, tem levado muitos municípios a perpetuar problemas nas áreas de infraestrutura e mobilidade, que se mostram de longa data, de difícil solução, crônicos e que exigirão do poder público um entendimento da cidade muito maior que ser apenas um aglomerado de construções e pessoas delimitado por uma poligonal institucionalizada.

Assim, nos pontos a seguir, serão apresentadas algumas problematizações sobre as questões de infraestrutura e mobilidade que requerem um esforço coordenado e bem planejado para serem superados na cidade de Salvador, demonstrando que o conceito de Direito à Cidade não está desvinculado dessas questões.

I. Problematizações Na Área De Infraestrutura

O crescimento físico-social de uma cidade exige obras de ampliação, requalificação e manutenção da infraestrutura urbana, que envolve os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, pavimentação do sistema viário, fornecimento de energia elétrica, entre outros. Esses sistemas têm o propósito de auxiliar no correto funcionamento das cidades, tendo os poderes públicos municipais, estaduais, da união e empresas privadas concessionárias o dever de ofertá-los, para o atendimento das necessidades da população.

Segundo o Estatuto da Cidade, a infraestrutura urbana é um dos meios necessários para a garantia da existência de uma cidade dotada de bem-estar e equilíbrio natural. No artigo 2º, que dispõe sobre as funções sociais da cidade e da propriedade a partir da política urbana, o Estatuto garante o acesso à infraestrutura urbana para as presentes e futuras gerações, objetivando tornar a vida nas cidades mais justa. No entanto, a implantação dessa infraestrutura em grande parte do território brasileiro não cumpre com a garantia dos direitos sociais para a população e tampouco acompanha o crescimento urbano.

As áreas ocupadas pelas famílias de baixa renda, na sua maioria, favelas, cortiços e bairros periféricos são as mais afetadas pela má qualidade, ou ainda ausência desta infraestrutura. Em Salvador, a inadequação dessa - que

Figura 4.2 e 4.3 *- Canais na Gamboa de Baixo (esquerda) e Plataforma (direita). Fotografia de Elis Veiga (2019).*

deveria atender às necessidades básicas do cidadão para uma vida com qualidade e dignidade - também é algo intrínseco ao cotidiano das comunidades pobres. Segundo o Jornal Correio (2012), alguns aspectos da infraestrutura da capital baiana despontam como uma das piores do país, aparecendo entre as últimas posições na comparação com outros 14 municípios que possuem mais de um milhão de habitantes.

Adentrando as comunidades que integraram as atividades do Intercâmbio, e conhecendo a realidade de cada uma delas, foi possível sistematizar os problemas de infraestrutura urbana quanto ao saneamento básico em quatro eixos principais: a) infraestrutura inadequada, b) irregularidade na prestação dos serviços, c) limitado engajamento público e d) falta de planejamento preventivo.

A infraestrutura inadequada pode ser observada, por exemplo, pela interrupção da energia elétrica no bairro de Saramandaia, iluminação insuficiente no Centro Histórico, também pelos problemas de inadequação das redes coletoras de esgoto e escoamento de águas pluviais em Saramandaia, Gamboa de Baixo, Plataforma e Região do Nordeste, que incorrem no transbordamento dos mesmos (fotos 2 e 3). Neste último local, a situação é ainda mais preocupante, uma vez que o esgoto, lançado a céu aberto em canais drenantes, vem se tornando um vetor de proliferação de roedores, insetos e doenças infectocontagiosas[47], além de possíveis deslizamentos de encostas.

Este problema também evidencia a irregularidade na prestação dos serviços por parte do poder público e entes competentes na manutenção dos subsistemas de drenagem, o que contribui para a obstrução e transbordamento das valas. O resíduo sólido tem um grande protagonismo nestes casos, em especial em períodos chuvosos, quando em consequência do descarte ou coleta ineficiente, é levado pela enxurrada, comprometendo a drenagem das águas pluviais.

Os resíduos sólidos também aparecem como pauta no bairro de Santa Cruz (Figura 4.4), quando o assunto é o insuficiente comprometimento público na regularidade da prestação dos serviços de coleta em áreas de difícil acesso – onde o caminhão não pode acessar –, problemática que remonta à ineficácia do planejamento e educação ambiental pública frente à preparação da coleta e manejo dos resíduos.

De acordo com a liderança comunitária da Gamboa de Baixo, a coleta dos resíduos poderia ser facilitada com a volta do programa municipal de estímulo à contratação de agentes da comunidade[48], estratégia que além de contribuir para o correto recolhimento e descarte dos resíduos, geraria trabalho e renda. O que se tem observado é que em muitas áreas de Salvador não existe a devida coleta desses resíduos e o Poder Público avança de modo moroso para reverter esse quadro.

Figura 4.4 - *Trecho entre a Av. Nova República e a R. São José do Nordeste, Bairro Santa Cruz (Nordeste de Amaralina). Fotografia de Elis Veiga (2019).*

Figura 4.5 - *Encosta na Rua Nova República - Santa Cruz (Nordeste de Amaralina). Fotografia de Elis Veiga (2019).*

47. A exemplo: leptospirose, hepatite, diarreia aguda e febre tifoide.

48. De acordo com a líder comunitária, a municipalidade fornecia gratificações na forma de "vale alimentação" para os moradores que se predisuonham a realizar a coleta dos resíduos sólidos na comunidade, trazendo-os aos pontos de coleta realizada pelo caminhão. A estratégia na época foi notificada pelo órgão de fiscalização trabalhista por não atender às normas de proteção do trabalhador.

O deficiente planejamento preventivo está evidenciado nas ameaças constantes dos deslizamentos de terra na Região do Nordeste, especificamente na Rua Nova República (Figura 4.5), local em que uma tragédia se mostra anunciada e no qual se nota a apatia do poder público para sanar o problema. Segundo a presidente da Associação dos Moradores da Nova República, na Santa Cruz, uma das comunidades que integram a Região do Nordeste, o medo de novos deslizamentos é constante e tem causando insônia aos moradores, por isso a comunidade pleiteia uma ação imediata que contemple a recomposição da contenção da encosta, minimizando os riscos de novos acidentes.

Apesar de cada comunidade apresentar suas peculiaridades, algumas questões perpassam por todos os territórios, como é o caso da negação aos direitos fundamentais relacionados à política de saneamento básico (acesso ao fornecimento de água e às redes coletoras de esgoto e resíduos sólidos), bem como a inexistência de drenagem das águas pluviais.

O que se tem observado é que o engajamento nos processos públicos que definem as questões relacionadas ao saneamento é muito pouco, quase nulo. Embora os moradores tenham sempre peticionado ao poder público o fornecimento de uma infraestrutura adequada neste quesito, ele tem se mostrado inerte.

Esse quadro afeta diretamente a vida de cada morador. Sen (2010) salienta que o acesso ao saneamento básico, entre outras premissas, está diretamente ligado ao desenvolvimento de nossas capacidades cognitivas. Em um exemplo ilustrativo aduz que pessoas que não tem acesso ao fornecimento de água e recolhimento de esgotos estão mais propensas a adoecerem mais, inclusive, com doenças de caráter mais grave que afetam diretamente a capacidade desse grupo de auferir renda no futuro.

Assim, observa-se que Salvador apresenta uma infraestrutura urbana extremamente desigual, tendo em vista a precariedade do atendimento às demandas nos bairros periféricos da cidade, formados, em grande parte, por uma população pobre e negra. A deficiente atenção do poder público a esses locais amplia as desigualdades socioespaciais e revela sua atuação perversa e discricionária nesses territórios.

II. Problematizações Na Área De Mobilidade

Entende-se a mobilidade urbana como a facilidade de trânsito dos indivíduos dentro da cidade, ou seja, a facilidade que o cidadão tem de se locomover de sua residência para o trabalho, locais de lazer, escolas e outros destinos. Segundo Saback (2014), ter mobilidade é prescindir de veículos automotores próprios e poder utilizar ônibus, posit, bicicleta, além do modo à pé, para chegar ao destino no horário programado, sem maiores transtornos, pois conta-se com regularidade e frequência no transporte oferecido, a infraestrutura viária é satisfatória e está em condições de segurança.

Nos últimos anos, o termo vem sendo discutido em várias partes do mundo, em especial nos grandes centros urbanos, onde o crescimento populacional aliado à grande frota de veículos motorizados vem causando preocupação a seus gestores e, principalmente, à sociedade. No Brasil, a discussão em torno desse tema ganhou ampla visibilidade com as manifestações que ocorreram no país em junho de 2013[49].

A cidade de Salvador vem experimentando o mesmo crescimento visto nas demais metrópoles. As condições de mobilidade da população são desiguais e impactam de forma significativa o cotidiano das comunidades mais pobres e negras da cidade, trazendo implicações à positive de ir e vir e a privação do acesso a diferentes locais e serviços. Neste cenário, foi possível estabelecer quatro eixos principais para sistematizar o problema da mobilidade: a) conexão interna, b) conexão externa, c) custo e d) segurança.

Quando se abordam as conexões internas, analisa-se toda a microacessibilidade de determinada área. De maneira simplificada, pode-se dizer que se trata da capacidade que os moradores têm de se movimentar em suas próprias comunidades. O deslocamento a pé é a principal forma de locomoção, o que demanda a existência de uma infraestrutura mínima adequada, com calçadas, escadas e ruas pavimentadas. Todavia, o que se tem observado em inúmeras comunidades de Salvador é a precariedade da acessibilidade e falta de manutenção das calçadas, escadarias, becos e ladeiras, que de forma injusta selecionam quem pode ou não se deslocar com facilidade. Além disso, em nível macro, observou-se que algumas comunidades padecem em decorrência da desativação de serviços prestados anteriormente, como, por exemplo, os micro-ônibus[50] que circulavam nas vias locais, o que acaba demandando que muitos moradores percorram longos trechos para utilizar o transporte público.

As conexões externas dizem respeito ao modo como

49. As manifestações de junho ou manifestações dos vinte centavos como ficou conhecida, foram protestos populares que surgem inicialmente nas principais capitais do Brasil para contestar o aumento na tarifa do transporte público e se difunde por todo país, com uma variedade de temas como, os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral.

50. Os micro-ônibus chamados de “amarelinhos” pela população local circulavam no bairro de Saramandaia até a implantação do metrô.

os moradores se inter-relacionam com a cidade em um nível macro. Nesse ponto, pode-se ressaltar as dúvidas e insegurança por parte de parcela mais vulnerável da população e que depende do transporte público para se deslocar na cidade. Essas pessoas veem o seu direito de ir e vir ameaçado pelas grandes obras em execução, e também em planejamento, na cidade, sobretudo no que diz respeito aos custos e redução no serviço de transporte coletivo, bem como se sentem diretamente temerosas por causa de possíveis desapropriações que estas obras acabam ensejando.

No caso da região do Nordeste, a obra do BRT (Bus Rapid Transit)[51], na Avenida Antônio Carlos Magalhães, positive-se como uma importante preocupação dos moradores daquela localidade. Há um temor pelo comprometimento e redução das linhas atendidas pelos ônibus, bem como pela possível extinção da parada final que atende aquela região. O encolhimento do serviço prestado já foi vivenciado pelos moradores quando da implementação do posit em 2014, pois condicionou a integração dos modais e extinguiu alguns itinerários de ônibus, fato que afetou, por exemplo, moradores do Centro Histórico com a retirada de linhas no terminal da Barroquinha. Ademais, nos casos em que a integração não seja uma opção, o tempo de deslocamento aumentou consideravelmente.

Em Plataforma, na visita ao Acervo da Laje, constatou-se a inquietação de alguns moradores em torno da implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)[52]. Com a substituição do antigo trem do subúrbio, estima-se um aumento de 700% no valor da passagem para aqueles que não necessitem fazer integração, os quais são atendidos atualmente apenas pelo trem. Além disso, existe o temor de que se intensifique a especulação imobiliária em decorrência desta substituição.

Por outro lado, tanto a SEDUR (Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo), quanto a Semob (Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana) argumentam que o sistema de transporte público de Salvador está passando por uma mudança substancial, com a ideia prevalente de que haja grandes eixos estruturantes do transporte – BRT, VLT e posit – alimentados por linhas de ônibus com trajetos menores, porém mais frequentes. Tudo isso interligado por bilhetes de integração, permitindo ao usuário pagar apenas uma tarifa.

No entanto, o custo do transporte público em Salvador também é apontado por seus usuários como um obstáculo à mobilidade e um dos principais comprometedores da renda familiar, ainda que conte com a possibilidade de integração. Apesar de o valor pago ser equivalente a outras capitais do país, o serviço ofertado deixa muito a desejar, tanto pelo desconforto e longas esperas, como pelos recorrentes assaltos. Este último aparece como uma preocupação entranhada na rotina dos moradores. Segundo dados divulgados pelo jornal Correio (2018) Salvador registrou uma média diária de 5,2 assaltos em coletivos, no período compreendido entre os meses de janeiro e julho de 2018, número bastante expressivo que gera desconfiança e um clima de tensão permanente no cotidiano.

Percebeu-se que essas variáveis se traduzem num obstáculo à mobilidade urbana e necessitam, urgentemente, de solução. Para isso, será necessário um olhar generoso por parte do poder público no desenvolvimento de estratégias viáveis e que beneficiem toda a população e que as políticas de mobilidade contemplem múltiplas alternativas para o deslocamento – fazendo valer o direito de ir e vir na cidade – pensando no pedestre, aquele que anda a pé e necessita de infraestruturas urbanas adequadas para o seu deslocamento, a cidade sobre duas rodas, ou seja, aqueles cidadãos com suas bicicletas e motos, a cidade motorizada, com os indivíduos que possuem o automóvel e por fim, o transporte público, com custos acessíveis e segurança para os seus usuários. Nesse processo, é imprescindível que exista participação popular, para que as decisões tomadas efetivamente causem um impacto positivo.

4.2.3. Considerações Finais

A cidade de Salvador cresceu e ainda se expande de maneira injusta, não oferecendo a todos os moradores as mesmas oportunidades no que diz respeito aos serviços de infraestrutura urbana e às questões de mobilidade. É possível compreender parte desses processos complexos que permeiam o crescimento de uma grande cidade, lastreada numa desigualdade social alarmante e cruel. No que tange mais especificamente às questões relacionadas com a infraestrutura e mobilidade nos territórios em discussão, é possível evidenciar claramente o não atendimento da legislação que resguarda os direitos dos cidadãos a uma cidade mais justa nos aspectos social, ambiental, político e econômico, contrariando as premissas do direito à cidade.

No que tange às questões de mobilidade, as promessas não cumpridas com relação à micro e macroacessibilidade limitam e afetam negativamente a locomoção das pessoas dentro e fora das comunidades, configurando-se como uma ação flagrante o descumprimento do que rege a legislação.

51. Sigla em Inglês que se refere a um sistema rápido de transporte público, com ônibus com capacidade para cerca de 170 passageiros e tráfego em vias exclusivas e segregadas, e que está sendo construído pela prefeitura municipal de Salvador.
52. A obra do VLT está sob a responsabilidade do Governo do Estado da Bahia.

Por sua vez, em relação à infraestrutura, a rede de esgoto, canalizada ou não, junto às águas pluviais, além do acúmulo de resíduos sólidos em diversos pontos dos bairros visitados, iluminação pública insuficiente, demonstram a necessidade de um maior comprometimento dos órgãos responsáveis com zelo pela saúde pública e um nível mínimo de dignidade humana. Compreendemos que há uma grande demanda por infraestrutura básica, considerando o longo período de inobservância de ações pelas instituições responsáveis, desde o início das ocupações espontâneas, sobretudo em áreas periféricas da cidade. Esse descaso incorre em problemas que sobrecarregam outros setores de serviços públicos, como de segurança e saúde pública, corroborando para uma maior descrença dos cidadãos em relação à atuação do poder público.

Todas essas evidências revelam a carência de atenção na forma como as questões de mobilidade e de infraestrutura são tratadas na cidade de Salvador, um jogo de interesses, com agentes bem definidos e processos decisórios limitados à opinião do poder público e agentes hegemônicos - geralmente pautados pelas demandas mercadológicas. Em virtude disso, grande parte das políticas - quando elaboradas - não consegue atender a toda população, pois comumente privilegiam uns em detrimento de outros. Observa-se que muitas dessas ações, quando consideram a cidade como um espaço homogêneo, acabam não observando os aspectos da identidade e características socioeconômicas de cada ocupação.

Desse modo, diante desse cenário, a aproximação entre poder público e movimentos sociais, coletivos e associações, se mostra extremamente necessária, visando compreender as características e peculiaridades de cada território, para que as políticas públicas sejam efetivamente direcionadas aos reais problemas que se apresentam, atendendo às necessidades da coletividade. O entendimento de que a cidade não é homogênea - ao contrário, o próprio processo de ocupação evidencia essa diversidade –, seria fundamental para o sucesso na superação de entraves históricos. É mais do que necessário que existam mecanismos de efetiva participação social no processo de tomada de decisões. A participação popular não deve apenas figurar como uma mera formalidade legislativa faz-se necessário um chamamento por parte das instituições, para que ocorra um envolvimento concreto e engajado daqueles que são diretamente afetados pelas ações empreendidas na cidade de modo que as intervenções realizadas pelo poder público venham a impactar positivamente a vida da maioria dos seus habitantes.

A experiência durante o intercâmbio evidencia a vontade e a importância da participação popular nas decisões que interferem no cotidiano e qualidade de vida nas cidades, sendo este um direito de garantia constitucional. Quer seja nas reuniões realizadas com os líderes comunitários na FAUFBA e em visitas às comunidades, quer seja nas rodas de conversa entre aqueles líderes e os representantes institucionais, ficou clara a viabilidade e eficiência da participação popular nas tomadas de decisão concernentes às ações do poder público, uma vez que por meio da manifestação popular se obtém um diagnóstico mais conciso e alinhado com a problemática a ser sanada.

As duas rodas de conversa – uma relacionada com a mobilidade urbana e outra com a infraestrutura – que reuniram os representantes das comunidades e das instituições públicas e prestadoras de serviços, procurou debater e cobrar soluções aos problemas que se apresentam nas respectivas comunidades de forma mais acentuada. Naquelas ocasiões, em que os pesquisadores e professores atuaram como coadjuvantes, foi possível estabelecer um canal de diálogo que se mostrou deveras eficiente, ao que os líderes comunitários se mostraram satisfeitos com a observância da importância das questões por eles apresentadas. Cada um deles pode ser ouvido pelos agentes e o público ali presente (o evento foi aberto à comunidade, que também poderia se manifestar), de forma objetiva e sem interlocutores.

Desse modo, as rodas de conversa que foram desenvolvidas como atividade do intercâmbio, assumiram, neste cenário, a função de ser um contato inicial – e de fortalecimento dos vínculos já estabelecidos – entre as comunidades e o poder público para reconhecimento das demandas e particularidades territoriais – apesar da semelhança entre elas –, mas que abre caminhos para uma postura de maior participação no processo de planejamento e gestão das cidades.

Por fim, a discussão sobre infraestrutura e mobilidade que se faz presente neste artigo traz ambas as problemáticas como uma contradição ao direito à cidade, ao tempo que não é dado a essas comunidades o direito a uma vida digna e com qualidade, onde a liberdade de ir e vir e o acesso ao saneamento básico se faça presente. Nessa perspectiva o diálogo com o poder público - possibilitado pelas políticas de participação - surge como uma alternativa de reversão dessa realidade, cabendo a este, a competência e o desafio de viabilizar a garantia dessa participação e, a oferta de uma cidade mais justa e menos desigual para seus habitantes, possibilitando ao indivíduo o pleno gozo das qualidades e benefícios da vida urbana, fazendo valer aquilo que um dia Lefebvre ousadamente chamou de “direito à cidade”.

4.2.4. Referências

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República

Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9.374, de 05 de julho de 2018. Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador, institucionaliza as determinações do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador e dá outras providências. Salvador, Julho de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2018/937/9374/lei-ordinaria-n-9374-2018-institui-a-politica-municipal-de-mobilidade-urbana-sustentavel-de-salvador-institucionaliza-as-determinacoes-do-plano-de-mobilidade-urbana-sustentavel-de-salvador-e-da-outras-providencias. Acesso em junho 2019.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Política Nacional de Saneamento Básico. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Brasília, Janeiro de 2007. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-normaatualizada-pl.html. Acesso em junho de 2019.

BRASIL. Medida Provisória 844/2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv844.htm>. Acesso em: 29 de mai. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei 3261/2019. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei de Consórcios Públicos), para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207613>. Acesso em: 29 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Plano Diretor Participativo / Coordenação Geral de Raquel Rolnik, Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro – Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005 – 92 p.

FELTRAN, Fernanda. A Lei de Mobilidade Urbana como Instrumento de Efetivação do Direito à Cidade e à Inclusão Social. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 147, abr 2016. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17044. Acesso em: junho 2019.

ISENSEE, Patrick. O que é o Direito à Cidade? Tradução de Roseli Franco. Rio On Whatch, Rio de Janeiro, outubro de 2013. Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=7921. Acesso em junho de 2019.

LEAL, Juliana Gabriela dos Santos. Produção do espaço e transformações na dinâmica do espaço rural de Miguel Calmon - 1996 a 2012. Juliana Gabriela dos Santos Leal. Salvador, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LONGO, Victor. Infraestrutura de Salvador é uma das piores do país, aponta IBGE. Correio 24 horas, Salvador, maio de 2012. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/infraestrutura-de-salvador-e-um-das-piores-do-pais-aponta-ibge/. Acesso em junho de 2019.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Revista Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, v. 17, n. 48, mai/ago, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: jun. 2019.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 3.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

SABACK. Valter de Oliveira. Mobilidade urbana em Salvador e sua relação com a qualidade de vida. Salvador, 2014. Disponível em: https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/3_MOBILIDADE_URBANA_SALVADOR.pdf. Acesso em julho de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Enchentes aumentam risco de doenças infecto-contagiosas. São Paulo, 2011.

Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/ses/noticias/2011/janeiro/enchentes-aumentam-risco-de-doencas-infecto-contagiosas. Acesso em julho de 2019.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Heibe. Segregação socioespacial em Salvador - Bahia: análise pela cartografia das redes de infraestrutura urbana. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia 2015. 213 f

THIBAU, Vinícius Lott. Estado democrático de direito e gestão urbana compartilhada. In: RIOS, Mariza; CARVALHO, Newton Teixeira (coord). Direito à cidade: moradia e equilíbrio ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

VIGNÉ, Júlia. Veja lista com locais campeões de assaltos a ônibus de Salvador. Correio 24 horas, Salvador, julho de 2018 <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/veja-lista-com-locais-campeoes-de-assaltos-a-onibus-de-salvador/> Acesso em junho de 2019.

5 Culture and Memory / Cultura e Memória

Culture in Salvador: The Challenges of Diversity and Plurality / A Cultura em Salvador: Os Desafios da Diversidade e Da Pluralidade

Gabriela Leandro Pereira
Lecturer at the Faculty of Architecture/Professora da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

José Carlos Huapaya Espinoza
Lecturer at the Faculty of Architecture/Professor da Faculdade de Arquitetura – UFBA
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

Marcos de Oliveira Carvalho
Lecturer at the Faculty of Communication/Professor da Faculdade de Comunicação – UFBA
Member of/Membro do Grupo de Pesquisa Lugar Comum

[English]

A retrospective and reflective look allows us to realise "Culture" was always present, in different dimensions, in all editions of the UFBA-UCL Exchange, although understood in different ways - and often diluted in other agendas - by the collectives and movements that composed the activity. In 2016, these questions resulted, for example, in the search for possibilities of understanding and apprehension of the symbolic value of the Old Centre of Salvador for MLB and AMACH , the heritage of Gamboa de Baixo and, the local history and the preservation of memory in Acervo da Laje. This pointed to the need for a closer look at the diversity and plurality of the relationship between culture and the city.

In 2017, in the second edition of the Exchange, the proposal of the construction of a multi-reference register for Gamboa de Baixo; the social register for the Guerreira Maria Occupation; the proposal of the Popular Audit for AMACH and; in particular, questions and discussions about heritage, history, art and participatory cartographies in Acervo da Laje, Ocupação Luísa Mahin, Nordeste de Amaralina and Saramandaia outlined possible ways of understanding their demands based on common themes.

This was critical for the third Exchange of 2018 when the main themes for analysis were defined with the collectives and movements based on their accumulated experiences, one of these being "Culture and Memory". This time, it was clear to see how the dimension of culture crossed and was understood in a particular way by each of the movements and how it, in many cases, assumed an important role in strategies, disputes, and struggles.

In this fourth edition of the exchange, in 2019, the challenge developed by the team of teachers and students aimed to advance the understanding of the agenda related to Culture and Memory. In addition to recognising the particularities of the theme in each context, they aimed to experiment with actions of articulations between different agents and territories, both between the social movements involved, and between the public institutions that operate in this field of social practice. Thus, objectives and actions were listed for the Culture and Memory group, of which the main ones were to (1) appropriate the accumulation on such themes from the review of publications and materials produced by the three previous editions of the exchange; (2) dialogue with leaders and representatives in FAUFBA in order to update issues, clarify doubts, confirm (or not) perceptions on the theme and to list priority issues and themes for the actions that would be carried out in the sequence; (3) visit the territories agreed upon with the leaders and teaching team, in order to get to know the places, spaces, projects studied, and to broaden the dialogue with other members of the groups, movements and residents about the relationship between culture and memory in their practices, agendas, projects, etc.; (4) organize and promote a dialogue, held at Acervo da Laje, involving representatives of public institutions (municipal and state), for dialogue with leaders and representatives of the movements that make up the exchange, around the theme of Culture and Memory; (5) systematise the questions that arose during each of the stages of this experience, constituting a dossier of information that can be mobilised by the movements and by the researchers and academic projects themselves, in the continuity or unfolding of the exchange, also providing support for the making of the newspaper Cidade Comum, the collective product of this fourth edition.

The articles presented here draw from reflections on these experiences, and bring two of its moments into

focus: the visit to the Maria Felipa Guerreira Occupation (MSTB) and the dialogue of Culture and Memory, at the Acervo da Laje.

The visit to the Occupation Guerrera Maria Felipa (MSTB), located in BA-526, near the border with the city of Lauro de Freitas, took place with a group of Brazilian and foreign students, accompanied by some teachers from both institutions. Maria Lucianne Lobato Ferreira, known as Lôra, and Wagner Moreira, a law student, both members of the MSTB, were present to present the space and talk about the process of occupation of Guerreira Maria. From this situated interlocution and from dialogue with the other residents present at the occupation, some of the questions presented in this article were elaborated, initially mobilised by the absence of instruments or an agenda of claims traditionally linked to culture in the Occupation, but at the same time recognising that culture showed itself in practices related to collective care, for example, or in the culture of the struggle for rights, so present in the actions of the movement and its leaderships. In this sense, the experience of the fourth edition of the Exchange deepens the reflection on the multiple dimensions of culture and memory, with theoretical operations that point to organisational culture as an important key to the understanding of some of the dynamics and context that connect territorialized and localized actions and practices in the spaces activated by the groups and movements.

The dialogue was attended by representatives of the public agencies, Zulu Araújo, president of the Pedro Calmon Foundation (Bahia State Government), and Edwin Silva das Neves, Cultural Heritage Manager of the Gregório de Mattos Foundation (Salvador City Hall), and representatives and leaders of the collectives and movements that make up the exchange, José Eduardo Ferreira Santos and Vilma Soares Ferreira Santos, from Acervo da Laje; Ana Caminha, from the Associação Amigos de Gegê of the residents of Gamboa de Baixo; Alex Sandro Pereira Lima, from Grupo Cultural Arte Consciente, from the Saramandaia neighbourhood; and Roque dos Santos Oliveira, leader of the Associação dos Moradores da Nova República. The activity was mediated by Prof. Gabriela Leandro Pereira, from the Faculty of Architecture at UFBA, and had the participation of students, teachers and guests from the communities mobilised by the collectives and movements. The speeches of the representatives of Gamboa, Nova República, Acervo da Laje and Arte Consciente were directed, above all, to the public agencies, with the aim of presenting common demands in the dimension of culture as well as the different ways each territory experiences them. The speeches exemplified and made explicit specific demands, or critical situations faced daily, and at the same time, established that these demands are also present in other territories and collectives. The dialogue was held as a defined space in this exercise of mobilisation and collective articulation around common objectives and agreed strategies in relation to dialogue with the public agencies.

These actions reveal the importance of the articulation among collective social agents in the struggle for their spaces, practices, and visibility, with the purpose of collectively claiming their rightful belonging to the city.

[Português]

Um olhar retrospectivo e reflexivo permite-nos perceber como a “Cultura” esteve sempre presente, em diversas dimensões, em todas as edições do Intercâmbio UFBA-UCL, embora entendida de formas distintas - e muitas vezes diluída em outras pautas - pelos coletivos e movimentos que compuseram a atividade. Em 2016, essas questões resultaram, por exemplo, na busca de possibilidades de compreensão e apreensão do valor simbólico do Centro Antigo de Salvador para o MLB[53] e a AMACH[54], do patrimônio para a Gamboa de Baixo e, da história local e a preservação da memória no Acervo da Laje. Isto apontou para a necessidade de um olhar mais atento à diversidade e à pluralidade da relação cultura e cidade.

Em 2017, na segunda edição do Intercâmbio, a proposta da construção de um cadastro multirreferencial para a Gamboa de Baixo; o cadastro social para a Ocupação Guerreira Maria; a proposta da Perícia Popular para a AMACH e; em especial, questões e discussões sobre patrimônio, história, arte e cartografias participativas no Acervo da Laje, na Ocupação Luísa Mahin, no Nordeste da Amaralina e em Saramandaia desenhavam possíveis formas de entender suas demandas a partir de temas comuns.

Isto foi decisivo para que no terceiro Intercâmbio de 2018 fossem definidos com os coletivos e movimentos grandes temas de análise a partir da experiência acumulada, sendo um deles “Cultura e Memória”. Desta vez, foi evidente perceber como a dimensão da cultura atravessava e era entendida de forma particular por cada um dos movimentos e como ela, em muitos casos, assumia um papel importante nas estratégias, disputas e lutas.

Nesta quarta edição do intercâmbio, em 2019, o desafio desenvolvido pela equipe de professores e alunos visou então avançar no entendimento da pauta relacionada à Cultura e Memória, no sentido de, além de reconhecer as particularidades do tema em cada contexto,

53. Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
54. Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)

experimentar ações de articulações entre os diferentes agentes e territórios, tanto dos movimentos sociais envolvidos, quanto das instituições públicas que atuam nesse campo de prática social. Assim, foram elencados objetivos e ações para o grupo de Cultura e Memória, dos quais os principais eram: (1) se apropriar do acúmulo sobre tais temas à partir da revisão de publicações e materiais produzidos pelas três edições anteriores do intercâmbio; (2) dialogar com lideranças e representantes na FAUFBA com o intuito de atualizar questões, esclarecer dúvidas, confirmar (ou não) percepções sobre a temática e elencar questões e temas prioritários para as ações que seriam realizadas na sequência; (3) visitar os territórios acordados com lideranças e equipe de professores, com o intuito conhecer in loco os lugares, espaços, projetos estudados, e ampliar o diálogo com demais integrantes dos grupos, movimentos e moradores, sobre a relação da cultura e memória em suas práticas, agendas, projetos, etc.; (4) organizar e promover uma roda de diálogo, realizada no Acervo da Laje, acionando representantes de instituições públicas (municipais e estaduais), para interlocução com lideranças e representantes dos movimentos que integram o intercâmbio, em torno do tema Cultura e Memória; (5) sistematizar questões que surgiram durante cada uma das etapas desta experiência, constituindo um dossiê com informações que podem vir a ser mobilizadas pelos movimentos e pelos próprios pesquisadores e projetos acadêmicos, na continuidade ou desdobramento do intercâmbio, fornecendo subsídio também para a feitura do jornal Cidade Comum, produto coletivo desta quarta edição.

O artigo que se segue, foi desenvolvido pelos estudantes brasileiros à partir de reflexões sobre estas experiências, e traz de forma mais acentuada dois de seus momentos: a visita à Ocupação Guerreira Maria Felipa (MSTB) e a Roda de Diálogos Cultura e Memória, no Acervo da Laje.

A visita à Ocupação Guerreira Maria Felipa (MSTB), localizada na BA-526, próximo ao limite com o município de Lauro de Freitas, aconteceu com um grupo de estudantes brasileiros e estrangeiros, acompanhados de alguns professores das duas instituições. Maria Lucianne Lobato Ferreira, conhecida como Lôra, e o bacharel em direito Wagner Moreira, ambos integrantes do MSTB, estiveram presentes apresentando o espaço e contando sobre como se deu o processo de ocupação da Guerreira Maria. À partir desta interlocução situada e do diálogo com os demais moradores presentes na ocupação, foram elaboradas algumas das questões apresentadas neste artigo, mobilizada inicialmente pela ausência de equipamentos ou agenda de reivindicações tradicionalmente vinculados à cultura na Ocupação, ao mesmo tempo que a cultura se mostrava presente nas práticas relacionadas ao cuidado coletivo, por exemplo, ou na cultura da luta por direitos, tão presente nas ações do movimento e suas lideranças. Neste sentido, a experiência da quarta edição do Intercâmbio aprofunda a reflexão sobre as múltiplas dimensões da cultura e da memória, com operações teóricas que apontam para a cultura organizacional como uma chave importante para o entendimento de algumas das dinâmicas e contexto que conectam ações e práticas territorializadas e localizadas nos espaços acionados pelos grupos e movimentos.

Já a roda de diálogo, contou com a presença dos representantes do poder público Zulu Araújo, presidente da Fundação Pedro Calmon (Governo do Estado da Bahia) e Edwin Silva das Neves, gerente de Patrimônio Cultural da Fundação Gregório de Mattos (Prefeitura Municipal de Salvador), e representantes e lideranças dos coletivos e movimentos que integram o intercâmbio, José Eduardo Ferreira Santos e Vilma Soares Ferreira Santos, do Acervo da Laje; Ana Caminha, da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo; Alexs Sandro Pereira Lima, do Grupo Cultural Arte Consciente, do bairro de Saramandaia; e Roque dos Santos Oliveira, liderança da Associação dos Moradores da Nova República. A atividade foi mediada pela Profª Gabriela Leandro Pereira, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e contou com a participação dos estudantes, professores e convidados das comunidades mobilizados pelos coletivos e movimentos. As falas dos representantes da Gamboa, Nova República, Acervo da Laje e Arte Consciente foram direcionadas, sobretudo, ao poder público, com o intuito de apresentar demandas comuns na dimensão da cultura e também as formas distintas como cada território as experiencia. As falas exemplificaram e explicitaram demandas específicas, ou situações críticas enfrentadas cotidianamente, e ao mesmo tempo, demarcaram que são demandas presentes também nos outros territórios e coletivos. A roda realizou-se como espaço para este exercício de mobilização e articulação coletiva, em torno de objetivos comuns, e estratégias pactuadas em relação à interlocução com o poder público.

Estas ações revelam a importância da articulação entre agentes sociais coletivos na luta por seus espaços, práticas e por visibilidade, com o intuito de reivindicar coletivamente de fato, o pertencimento, que lhes é assegurado por direito, à cidade.

5.1 The role of 'Spaces of Dialogue' towards the advancement of the Right to the City in Salvador: Culture and Memory

Carolina García Valencia, Natalia Garzón Laignelet, Sin Ting Lau, Bhadra Menon, Yun-Hsin Sun, Alicia Avianto

5.1.1 Introduction

Culture and memory is a cross-cutting theme that is present within the seven communities of Salvador discussed in this report. While culture and memory consist of multiple dimensions, this report focuses on the cultural practices of the collectives and their communities that help advance their claims to the Right to the City (RTTC). Cultural practices consist of both immaterial and material activities that can serve as mechanisms to further the community's recognition towards their claims to the RTTC as defined in previous reports (Li et al., 2019). Cultural practices are part of the community, making it important to note the practices shared in this report and the claims built on them come from the collectives. The cultural practices themselves vary between the different communities, however, there are commonalities in the underlying challenges they face. Through the multiple 'Spaces of Dialogue' created with the communities, the following common claims regarding culture emerged:

1. Community-led tourism

    a. Inclusion of the main cultural activities of the movements, associations and collectives in the State and the Municipality.

    b. Support autonomous tourism activities managed by the movements, associations and collectives.

2. Assistance in dealing with bureaucracy in cultural institutions

    a. Give priority to cultural projects in peripheral areas as selection criteria in public notices.

    b. Provide support, consultancy and training for the preparation and submission of projects in notices and exemption of fees for the creation and maintenance of associations.

Analytical Framework

Culture-led claims for social justice that enable peoples' RTTC are brought forward by ideals of inclusive citizenship through Spaces of Dialogue. This report identifies three Spaces of Dialogues; the co-production of claims, Roda de Diálogo, and Final Reflection Event. The common claims made by the collectives helped to ground the understanding of citizenship as a practice (Lister, 2007) in these Spaces of Dialogue.

Figure. 5.1 – *Analytical Framework. Source: Chapter aurthors, 2019.*

The work of Nancy Fraser (1998) will be applied, using the social justice framework of recognition, redistribution and representation. Recognition refers to the visibility of the community and their cultural practices. Distribution or redistribution is the allocation of resources by the government and institutions in regards to cultural practices. Representation, on the other hand, is how the community's cultural practices are presented in Brazil's overall cultural sphere and the role the leaders have in the Spaces of Dialogues.

Drawing on Lefebvre's (1991; 1996) idea of 'space' as a social product and the ways in which the same space that excludes can become the space to challenge exclusion, this research aims to look at the 'Space of Dialogue' as one potential pathway to the RTTC for marginalised communities. We analyse the above Spaces of Dialogue through the lens of Lister, Lefebvre and Fraser to understand how such spaces can be inclusive and equal. According to Fraser, the principle of "participatory parity" refers to the ability of "all (adult) members of society to

interact with one another as peers" (2005, p. 36). To facilitate this parity, there needs to be a fair distribution of material resources and equality in access and opportunity to achieve social esteem (Lister, 2007). Furthermore, the common claims that emerged reflect Kabeer's thoughts on inclusive citizenship and how different communities with different experiences relate to one another (2005). Therefore as Figure 5.1 demonstrates above, recognition, redistribution and representation come together as inclusive citizenship within Spaces of Dialogue. This, in turn, can be overlaid onto the claims as a way to advance the RTTC. Inclusive citizenship serves as an overarching theme of the relationship between Spaces of Dialogue and RTTC. The Spaces of Dialogue were seen as having the potential to combat the somewhat abstract nature of citizenship by rooting it in physical spaces where citizenship is expressed.

Research Methods

Various methods were used to collect data for this report determined by the theoretical framework and the establishment of the claims with the collectives. These include literature reviews, transect walks, group discussions, semi-structured interviews, co-design sessions and participant observation (See Appendix 5A for full details). There were several limitations to the methods used, such as time and linguistic barriers. As we did not speak Portuguese, communication was mediated by translators, this makes it important for us to be aware of potential variances in how terms and ideas are translated by different individuals as we had different translators on different days. Interviews led by UFBA students were completed in Portuguese and later translated to English. .

5.1.2. Key Findings

Through the process of our research, we identified three key findings that can be drawn into conversation with our analytical framework.

I. The Spaces of Dialogue allow the collectives to voice their claims and dispute the negative narratives of the government about the communities.

The Spaces of Dialogue served as a public space where the collectives could voice their claims. Specifically, the Roda the Diálogo enabled mutual respect among all participants and ensured that everyone had the same opportunities of expressing, leading to an attempt for achieving participatory parity (Fraser, 2005). The equality component had such importance that the dialogue was opened not only to the leaders and the government officials but the public as well. The Roda promoted equality, where the leaders could defend their claims firmly and where the public officials were listening. As Zulu Araújo, a representative from the Fundação Pedro Calmon, acknowledged: "I do not doubt the important work that communities do and their right to claim" (2019, Roda de Diálogo).

Figure 5.2. - *Community narratives presented through posters co-created with the collectives to demonstrate community cultural practices. Source: Culture and Memory group and collective representatives, 2019.*

The Roda de Diálogo was one of the Spaces of Dialogue where collective leaders were able to confront the narratives and representations of state officials. During the Roda, the leaders presented their claims first, followed by government officials, with the leaders often countering the issues raised by the officials. Here we articulate the Roda de Diálogo a space of contestation, where the leaders

could confront and dispute negative representations the officials often had about the communities. An example of this would be the different perspectives presented by representatives of the State and leaders on topics such as trafficking and the use of bombs for fishing (See Box 5A below). The narratives were presented with the same relevance, allowing everyone to express their differences.

The leaders used posters created within the co-production process (Figure 5.2) as a way to present other narratives; the posters served as a way of representing the narratives the collectives wanted to share about their communities and to resist the stigmatisation that surrounds them. "The posters are very indicative of how we see each other. That is our narrative" (J. E. Santos, Roda de Diálogo, 2019).

In this way, the Spaces of Dialogue were a platform where the leaders could voice their claims and share a scenario in equal conditions with the public officials. These spaces were an attempt to achieve a participatory parity and to disrupt the narratives of the public officials about the communities.

II. Spaces of Dialogue facilitate intra-recognition between collectives and inter- recognition between collectives and institutions

The Spaces of Dialogue provided important spaces for the communities to both recognise each other's cultural practices (intra-recognition) and be recognised by social institutions (inter-recognition) in their struggle to be seen as citizens in their claims to the RTTC.

The struggle not just for legal rights but for socio-cultural recognition by communities, who play an active role in defining their claims, forms the basis of inclusive citizenship in which these Spaces of Dialogue can be seen as pathways to advance communities' RTTC (Lister, 2007; Dagnino, 2007). In this section, we will aim to provide evidence from these Spaces of Dialogue that portray strong intra-recognition between the collectives and inter-recognition between collectives and institutions.

a). Intra-recognition between the collectives helped build solidarity

Progressively within each Space of Dialogue, we observed as a stronger sense of solidarity emerged amongst the collectives from these historically excluded communities. Although experiences amongst the collectives varied a great deal both by context and nature of exclusion, the collectives found common ground in the 'co-production of claims space.' For example, when they heard each other's struggles with overly bureaucratic institutions and their common desire for promoting culture as tourism (See Appendix 5D). The space facilitated the emergence of shared values that articulated the vision of what an inclusive city might look like for the collectives. The claim for recognition across collectives was a claim for dignity and to be respected for their differences and despite their differences (Kabeer, 2005) (See Box 5A).

The Roda de Diálogo was a forum to put forth identified common cultural claims of the collectives. The communities recognised each other's work so far in combating stereotypes around violence. For instance, Alex Sandro Lima "Leco" from Art Consciente, Saramandaia cites the work of organisations such as the Gamboa de Baixo Residents' Association, Acervo da Laje and other associations that are collaborating to reduce rates of violence in communities as encouraging (Roda de Diálogo, 2019).

José Eduardo Santos suggested that the "Patrimonio é ..." (heritage) agenda of the Fundação Gregório de Mattos (state foundation) should be held in Saramandaia and the Gamboa de Baixo community. He also said,

"It is really important to do it together, dialogue not teaching, it is a collective partnership ... white and rich are always helping each other so we should do the same. We need the support from one another to advance" (Roda de Diálogo, 2019).

The final reflection event was powerful in the sense that it became a space where solidarity among communities was built and a sense of communal identity formed. This was visible in the collectives acknowledging the opportunity to visit each other's communities and getting to know each other through the exchange. Both Ana Caminha from Gamboa and Vilma Santos from Acervo de Laje acknowledged these important points in the exchange, as did representatives from MLB, Gamboa and Nordeste de Amaralina who recognised the merit in the united struggle for the common good (See Box 5B).

The forum also witnessed collectives acknowledging each other's struggles and thinking beyond the hardships of their communities. Alex Sandro Lima "Leco" from Saramandaia commented on the sanitation and sewage problems in Gamboa were worse than those in his community and that it is one of the communities suffering the most in this respect. He understood the struggles of José Eduardo Santos and Vilma Santos (Acervo de Laje), not because they were weak, but in light of the challenges within their community and equally the struggle for housing for residents of Guerreira Maria. Maísa Pereira de Jesus, a 50-year-old lady, from Nordeste exclaimed how difficult it was to climb the stairs in Gamboa and sympathised with the difficulties this must cause for people in the community.

Through the evidence provided above, we can conclude that the exchange witnessed the development of strong intra-recognition among the collectives through common struggles in their fight to the RTTC.

Box 5A: Spaces of Dialogue 1

Events: Roda de Diálogo; Final Reflection Event

Date: 07th May 2019; 10th May 2019

Venue: Acervo da Laje, House 2; UFBA

Ana Caminha (Gamboa) during the Roda de Díalogo, "We have rights that need to be respected... We want to be respected as fishermen. We have alternatives to change, just give us the opportunity"

Later articulating, "We just want our rights met. If we make fishery stronger we have respectable job prospects for the kids" (Roda de Diálogo, 2019).

José Eduardo Santos (Acervo de Laje) stated, "Salvador can only be the diversity capital when you respect the diversity inside" (Roda de Diálogo, 2019).

At the Final Reflection event José Eduardo shared, "They're not here to be colonised – they're here to be respected". Talking about the exchange he said, "This exchange respected the specificity of communities" (Final Reflection event, 2019).

Box 5B: Spaces of Dialogue 2

Event: Final Reflection Event

Date: 10th May 2019

Venue: UFBA

Marcos Ribeiro from MLB found strength in mobilisation and felt that they might become protagonists in not just of their own individual stories but in each other's through common struggle.

Ana Caminha expressed the importance of not just working in single territories anymore, highlighting, "…we have had ongoing problems for many years and nothing has changed as we have been fighting alone" (Final Reflection event, 2019).

Ms Helena from Nordeste de Amaralina shared that this exchange facilitated a search for unity across collectives and to avoid thinking for oneself or be individualistic leaders but to think for collective good.

b). Inter-recognition between collectives and institutions

Spaces of dialogue provide an opportunity for the collectives to gain recognition from government institutions of their cultural activities through different tools, which advance the claim of RTTC.

As the 2018 report (Fernandes et al., 2018) indicated, there are challenges in advancing the visibility of community cultural practices at state level and "different discourses and practices established the need for the recognition of their particular narratives against hegemonic discourses" (Li et al, 2019, p.50). In line with that, Zulu Araújo, a state representative stated that culture was not considered a priority in government policy and the current budget for culture in the Government of the State of Bahia is now 0.37% (Roda de Diálogo, 2019).

For the collectives, Spaces of Dialogue are more than spaces to have conversation and debate about the issues; they are utilised to make their cultural practices more visible and fight against stigma in strategic ways. In cooperation with students from UCL and UFBA, tools were created and used to showcase the work and the thoughts of the communities to the institutions during the Roda de Diálogo (See Appendix 5C for the complete set). The culture calendar (Figure 5.3) was designed to highlight the cultural activities in the communities throughout the year which were not recognised and continue to be excluded from the government website. The activity 'What does Salvador means to you?' asked community members to write down their perspective on being a citizen of Salvador. The underlying statement of participating in this activity was a way to facilitate people's recognition of themselves as actors with the ability to change themselves by changing the city (Harvey, 2008).

Figure 5.3 - *Community representatives adding events to the cultural calendar at Roda de Diálogo Culture and Memory. Source: Bhadra Menon, 2019*

In addition to showing how well the community were able to recognise their own cultural practices and identify their own needs from the state, it indicated their desire to gain "recognition of the intrinsic worth of all human being and also recognition and respect for their differences" (Kabeer, 2005, p.4) and serve as a statement of their "right to have rights" (Harvey, 2008) from a cultural perspective.

Spaces of Dialogue provide multiple forms for the

collectives to present their current cultural practice, their collective plans to bring recognition to their communities and their future vision of their communities. This provides the opportunity for the institutions involved to build a more comprehensive understanding of the stigmatised communities and to learn their particular needs.

c). Spaces of Dialogue facilitate the redistribution of public resources

The Spaces of Dialogue facilitate the redistribution of material resources that arise from the spatial inequality of resource allocation and lack of efficient communication platforms (Fraser, 1998). Where there was no effective communication channel between the collectives and the institutions, Roda de Diálogo provide a platform for the collectives to challenge the maldistribution of material resources and participation as citizens of Salvador (Lister, 2007).

Inequitable support from institutions is identified as one of the most significant challenges in advancing the collective's cultural claims and RTTC. Public resources related to culture are allocated to the central territories of Salvador such as Center/Brotas (Prefeitura Municipal de Salvador, 2017, p.17-18), which may also affect citizens' equal participation and opportunity to access resources (Fraser, 1998). During a transect walk in Guerreira Maria, Wagner and Lora mentioned that while a festival takes place every year in the community, they can never attract the public's attention because the community is located too far away from the city centre. Similarly, in an informal interview, José Eduardo Santos commented that local artists from the peripheries are often not recognised, and memory and everyday practices in the peripheries are largely neglected:

> *"People neglect the periphery. By saying that 'I am going to the city', it means that people outside of the city do not belong to the city. ...The purpose of Acervo da Laje is to serve as an 'aesthetic displacement' to appreciate and sustain artworks and memory that are not associated with the 'centre' but the everyday life in the peripheries" (J. E. Santos, 2019 – Interview, Acervo da Laje).*

In previous reports, collectives from neighbourhoods nearer the centre, such as Saramandaia stressed that their neighbourhoods and cultural practices remained invisible from the public due to discrimination and stigmatization, which in turn limits their access to public resources to support the cultural practices and challenge negative narratives. While public resources and spaces are not equally accessible for citizens living in different territories, 'grassroots' living in the peripheries or marginalised neighbourhoods near or in the centre of the city are spatially segregated and excluded from the dominant discourses in Salvador (Lefebrve, 1991). During the co-production of claims, representatives of the collectives indicated the difficulties in participating in larger cultural projects or securing funding through the Editais, due to the lack of support and communication from institutions. Representatives from the collectives stated that they were never informed of the consultation process for the Municipal Plan or other opportunities offered by the cultural institutions. In other cases, despite knowing about the opportunities, they were critical of the bureaucracy of the cultural institutions, suggesting the criteria of simply registering as a cultural association and enrolling into the Editais are too strict and overly complicated.

Echoing Lefebvre's notion of space, the collectives utilised an excluded space that restricted their RTTC to challenge the dominant spaces of enclosure that characterise the spatial inequality of resources allocation (Lefebvre, 1991). By inviting the institutions to attend the Roda de Diálogo in Subúrbio Ferroviário, it breaks not only the centre-periphery dichotomy by actively engaging the institutions in a conversation that traditionally takes place in the city centre, but it also intends to challenge the power dynamics in policy and planning with regards of the resource allocation by using the time to engage with the suburbs.

The Roda de Diálogo provided an opportunity for the collectives to challenge the spatial inequality of resource allocation by urging the authorities to devote equal attention to cultural activities in the grassroots communities and peripheral areas. In the Roda de Diálogo, José Eduardo (Acervo de Laje) suggested that while culture is one of the most critical agendas and has a strong role to play in the development of economy in Salvador, it is important to expand the notion of culture beyond the city centre. Alex Lima (Leco) from Art Consciente in Saramandaia also argued that the funding should be equally accessible for all cultural projects in Salvador and culture should not be the privilege of anyone group or community. While support and priority have been largely given to the city centre and registered cultural associations of the larger scale, the fruits of cultural tourism and economy should be equally shared and enjoyed by all citizens of Salvador as a RTTC. Nevertheless, the Roda de Diálogo highlights the tension between the promotion of cultural tourism as

[55] It is important to highlight that, in addition to the relationship between culture and economy (the most explicit and noticeable divergence during the Roda) there were other tensions present that appeared in more subtle ways. Although it was not possible to fully understand them, such divergences were related to the very idea of cultural production, the different historicities and experiences with cultural themes of each participant and institution, alongside the personal, affective and partnership relationships that each one has with groups, spaces and its own access to the market and its possibilities of recognition and visibility.

a sustainable way to support cultural practices and the commodification of culture. While Zulu Araújo believed that cultural tourism should be market-driven and cited the example of Olodum to suggest state supported culture development under a market economy, Ana Caminha from Gamboa expressed that they want to "show their culture and heritage in a proper way rather than commercialising their practices as a show". This divergence in understanding the relationship between culture and economy characterised the conflicts between the collectives and the institutions[55].

While the collectives demanded a simplified process for registering cultural associations and enrolling into the Editais, Edwin Silva das Neves, the representative from Gregório de Mattos Foundation and Municipal Secretary of Culture and Tourism, pointed out that the institutions have been running workshops in different territories and neighbourhoods in Salvador. This further demonstrates the insufficient communication and exchange of information between the institutions and collectives, and that support initiatives are not equally available to all neighbourhoods, thus denying the collectives' equal access to public resources and hindering their RTTC.

5.1.3. Conclusion

Spaces of Dialogue have a role as instruments that enhance representation, recognition and redistribution of the collectives in the progress to the RTTC. The Spaces of Dialogue (the co-production of claims, the Roda de Diálogo, and the Final Reflection) allowed for the legitimisation of the representation of social and collective leaders by giving voice to their claims surrounding cultural practices. It also strengthens the recognition of a new discourse of social change through cultural practices among the communities and local institutions and provides spaces to discuss the unequal distribution of funding and resources in the city. In the Spaces of Dialogue, it was evident that these three aspects were intertwined in the collectives' attempt to be included as citizens in their claim to the RTTC. Moreover, it was important to highlight that the nature of culture and memory unified the collectives to act as a unit. We learnt that the process of co-learning and co-production in the Spaces of Dialogue between collectives were more meaningful than the final result of the agreement.

Further work is necessary to examine the true role of Space of Dialogue in advancing RTTC. There are knowledge gaps regarding (i) the implications in the communities of the political and economic context in Brazil, (ii) how to make different sustainable Spaces of Dialogue, and (iii) the role of the media.

For the first gap, the Spaces of Dialogue must consider the changing political and economic context of the country. In political matters, the dissolution of the Culture Ministry and the reduction of funding for culture affects the cultural practices of the collectives negatively. However, it is unclear to what extent the implementation of these decisions is going to impact the collectives at the local level. In the economic context, the relation between Culture, Tourism and Economic Development related to the third finding can be further developed. It is relevant to comprehend how economic and tourism-related policies implemented by the state influence the cultural practices and local economy of the collectives.

In light of the current political scenario and the ending of the current exchange, it is relevant to consider the effectiveness and sustainability of the Spaces of Dialogue in the long-term. As suggested by all the participants in the Final Reflection Event, the Spaces of Dialogue should be maintained; however, it is unclear the best practices in terms of nature and format of these spaces. For example, the collectives' leaders mentioned more focus in raising consciousness and mobilisation. In this line, there is room to understand how advocacy activities can be leveraged based on academic knowledge. Similarly, how often is convenient to gather these Spaces of Dialogue to facilitate coordinated action around collectives that behave in a very organic way while taking into consideration the limited time of collectives to participate actively. Moreover, it is still required to realise the speed by which decisions are made, and the process is executed.

The third gap is linked to the numerous mentions that the leaders of the collectives made about the negative perception that the 'media' has about their communities. It was not possible during the different interviews to make a clear understanding of what the leaders meant by 'media'; different people may include distant actors, spaces, and organisations. Due to the limited knowledge of the media landscape in Salvador and the language barrier, we could not cover this issue. Nonetheless, this research acknowledges the existence of the role of media, traditional and digital, in the visibility of the Spaces of Dialogue. Thus, further research could examine to what extent the role of media is key to advance RTTC and how media actors should be invited to participate.

Finally, in lights of the knowledge gaps identified, future research could shed new light on how the dynamics of the political and economic context in Brazil and the inclusion of other narratives can contribute to the Spaces of Dialogue.

5.1.4. References

DAGNINO, E. (2007). Citizenship: A perverse confluence. Development in Practice, 17(4–5), 549–556. https://doi.org/10.1080/09614520701469534

FERNANDES, A., FREDIANI, AA, MONSON, T. AND OSSUL VERMEHREN, I., MORGADO, M. AND RISI, F.

(eds.). (2018). Collectives Action and the Right to the City in Salvador, Bahia. MSC Social Development student report and Research Group Comum Place - Produção de Pesquisa dos Estudantes, The Bartlett Development Planning Unit, UCL and Faculties of Architecture of UFBA.

FRASER, N. (1998). Social justice in the age of identity politics. Redistribution, recognition, participation. Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB Discussion Paper (No. FS I 98-108), 29.

FRASER, N. (2005). Reframing justice in a globalizing world. New Left Review, (36), 69.

HARVEY, D. (2008). The right to the city. New Left Review, (53), pp.23–40.

KABEER, N. (2005), Introduction, in Naila Kabeer (editor), Inclusive Citizenship: Meanings and Expressions. Zed Books, London & New York, pp. 1-27.

LEFEBVRE, H. (1991). The Production of Space. Oxford: Basil Blackwell Ltd.

LEFEBVRE, H. (1996). Writings on Cities. Cambridge, Mass: Blackwell Publishing Ltd

LI, Q., LUO, Y., GUERRERO, M., CHAUX, A., PRYTULENKO, D. (2019) Articulating Afro-Brazilian Culture and Salvador's Colonial Memory in Bridging Local Collective Practices towards a Platform for the Right to the City in Salvador, Bahia. Collaborative work between MSc Social Development Practice, The Bartlett Development Planning Unit and Lugar Comum, Faculty of Architecture of the Universidade Federal da Bahia. pp. 41-51.

LISTER, R. (2007). Inclusive Citizenship: Realizing the Potential. Citizenship Studies, 11:1, 49-61, DOI: 10.1080/13621020601099856

Prefeitura Municipal de Salvador. (2017). Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador. Retrieved from: http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/images/stories/dia gnostico_cultural/Diagnostico-Produto%203-Final_rev2017_11_29.pdf. Last access: 17 May 2019.

Interviews and discussions:

ARAÚJO, Z; CAMINHA, A; SANDRO, A ("LECO"); FERREIRA SANTOS, J E; SILVA DAS NEVES, E. Roda de Diálogo, 07/05/19. House 2, Acervo da Laje

CAMINHA, A; FERREIRA SANTOS, J E; FERREIRA SANTOS, V; SANDRO, A ("LECO"), PEREIRA DE JESUS, M; RIBEIRO, M; ROMAS, M H. Final Reflection event, 10/05/19. UFBA

FERREIRA SANTOS, J E. Personal Interview, 03/05/2019. House 2, Acervo de Laje

SANDRO, A ("Leco"). Co-production of claims, 02/05/2019. UFBA

5.2 O papel e as dimensões da cultura nos territórios da cidade

Anna Paula Ferraz Dias Vieira[56], Christiane Sampaio[57], Luciana Andréia Fernandes Santana Tonini[58], Marcelo de Troi[59], José Eduardo Ferreira Santos[60], Vilma Soares Ferreira Santos[61]

5.2.1 Introdução

A noção de cultura perpassa todos os campos de conhecimento da humanidade e ocupa posição de destaque em discussões sociais, ambientais e também da cidade. Mesmo na antropologia, há uma falsa dicotomia entre natureza e cultura, sendo muitas vezes impossível estabelecer quando começa uma e quando termina a outra, o que não impede que Philippe Descola afirme: "é cultural tudo que é produzido pela ação humana, sejam objetos, ideias ou ainda certas coisas que estão a meio caminho entre os objetos e as ideias, aquilo que chamamos instituições" (DESCOLA, 2016, p. 7). Stuart Hall, um dos grandes nomes dos estudos culturais, afirma: "Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos — e mais imprevisíveis — da mudança histórica no novo milênio" (HALL, 1997, p. 4). Ou seja, discutir cultura não é apenas importante: há uma revolução do pensamento humano quando se fala em cultura. Não é que tudo seja cultura, mas toda prática social depende e tem relação com significados e, consequentemente, a cultura constitui tais práticas.

A edição 2019 do intercâmbio trouxe essa amplitude conceitual que criou motivação para definirmos melhor o que é cultura, percebida nos processos que atravessam não apenas a construção da cidade e as instituições responsáveis por sua governança, mas que também se faz presente na participação e construção dessa cidade. Esse artigo pretende demonstrar como certas dimensões de cultura aparecem nos coletivos e movimentos sociais participantes.

Inicialmente, a cultura não era vista como prioridade nas comunidades, enquanto demanda dos participantes e líderes comunitários, com exceção do Acervo da Laje. No entanto, mesmo que ela não fosse muitas vezes enunciada, observou-se que a cultura, como dimensão múltipla e transversal, perpassa todos os eixos que estruturam um território e está tão presente quanto, contraditoriamente, despercebida.

Para uma cidade caracterizada pela grande presença da população negra, herança afro-diaspórica, com forte tradição oral e repleta de acontecimentos históricos que se enredam desde o período colonial, não é estranho o fato de a memória ter conquistado uma espécie de binômio inseparável do eixo cultura, no processo de mapeamento dos temas convergentes que atravessam os grupos participantes do intercâmbio. Sobretudo por conta da invisibilidade das memórias em uma cidade cujos espaços a ela dedicados encontram-se localizados no centro, não tendo, assim, um diálogo mais substancioso com os territórios periféricos, visto que não há identificação de grande parte da população com os recortes dessas memórias, geralmente dedicadas àqueles e àquelas que fazem parte de grupos hegemônicos e de poder, cujas histórias de dominação se perpetuam em tais acervos e espaços. Neste sentido não é de estranhar que haja, por grande parte da população um certo desinteresse por esses temas. Além do mais é importante afirmar que as memórias negras e periféricas na cidade foram invisibilizadas, quando não apagadas, por razões históricas, restando a nós o papel de resistir e trazer à tona essas histórias e memórias, pois corremos o risco de repetir o que diz Adiche (2019) sobre o perigo de uma história única. Quando uma parte dos movimentos presentes no intercâmbio chama para si a discussão sobre a memória e a cultura eles e elas estão reivindicando uma descentralização que é hegemônica e provocando um deslocamento desses aspectos

56. Arquiteta Urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFES), pesquisadora do Lugar Comum e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA).
57. Jornalista, especialista em Infâncias e Juventudes pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
58. Arquiteta e Urbanista, Engenheira Civil e mestranda em Meio Ambiente, Águas e Saneamento – MAASA na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
59. Jornalista, mestre em Cultura e Sociedade, pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades e doutorando no Pós Cultura do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA).
60. Um dos fundadores do Acervo da Laje, pedagogo, mestre em Psicologia e doutor em Saúde Pública pela UFBA.
61. Uma das fundadores do Acervo da Laje, educadora, produtora e coordenadora da seção educativa do Acervo da Laje.

para os seus territórios, como por exemplo, a inclusão no calendário de festas populares que se tornaram elitizadas, muitas vezes sobrepujando expressões culturais já existentes nos territórios e que são, mais uma vez invisibilizadas por diversos fatores, dentre eles a ocupação pela branquitude de espaços e práticas que são, em sua origem do povo negro, dos trabalhadores e trabalhadoras das periferias, por exemplo. Assim, a discussão sobre cultura e memórias nos movimentos sociais e nas periferias e comunidades tem essa função de provocar discussões e deslocamentos que se tornam urgentes dados retrocessos políticos que já se anunciavam quando da realização do intercâmbio.

Cabe ainda destacar que, embora Salvador tenha essa grande presença da população negra na cidade os espaços de poder são hegemonicamente de pessoas brancas, que por suas relações corporativistas têm se mantido nos espaços de poder em todas as esferas. Embora a população de Salvador seja majoritariamente negra, a sua memória é branca, a sua história escrita é dos "vencedores" e os espaços de memória estão majoritariamente no centro da cidade, invisibilizando a população negra e periférica. A maioria dos acervos de arte de Salvador seguem essa tônica, são "herdados" de famílias escravagistas, por exemplo. São frutos de pilhagens de terreiros de candomblé pela antiga Delegacia de Jogos e Costumes, por exemplo. É importante fazer essas afirmações, pois em Salvador a presença do racismo e das heranças escravocratas ainda estão muito presentes no cotidiano de todo a cidade, relegando, por exemplo, os lugares que são dados a essa população negra e periférica.

Em 2019, a dimensão da memória ganhou ainda mais relevância a partir da perda de Rosilda Alves Santos, a Dona Rosa, uma das anciãs mais antigas e importantes da Gamboa de Baixo, que trazia consigo boa parte da história de resistência desta comunidade de Salvador, e de Armandio Nicolau Barcelos, uma das lideranças mais conhecidas no bairro de Saramandaia. Cultura e memória são em muitas medidas indissociáveis para essas comunidades. A memória, para que exista, não depende exclusivamente de recursos, sendo o exercício de pessoas letradas ou não letradas que têm necessidade de manter viva a história do seu lugar.

Para além da memória, outras dimensões culturais foram identificadas nos sete coletivos e movimentos sociais participantes do intercâmbio, principalmente as que se encontram em estado latente, carentes da ação governamental, ávidas por acesso às políticas públicas. É o caso das atividades artísticas realizadas pelos coletivos urbanos, lideranças comunitárias e movimentos sociais atuantes nestas comunidades, que podem ser apoiadas com recursos públicos através de editais. Porém, devido à escassez de recursos financeiros, processos burocráticos e regras excludentes, estes grupos muitas vezes não têm acesso a essa política cultural.

Na tentativa de organizar e compreender melhor tais dimensões culturais, foi feito um esforço de cartografar ações e expressões presentes nos quatro anos de intercâmbio, incluindo este realizado em 2019. É expressão da cultura a tradição pesqueira centenária na comunidade da Gamboa, sua Festa de Iemanjá, as ruínas do Forte de São Paulo e as atividades que acontecem naquele lugar. É expressão da cultura toda atividade artística e comunitária do Nordeste de Amaralina, como é expressão da cultura toda a memória do Centro Histórico de Salvador que dá força e legitimidade à luta dos moradores da sétima etapa[62]. São expressões da cultura todos os grupos artísticos e os grafites de Saramandaia. É cultura o Acervo da Laje em Plataforma, como também é expressão da cultura a maneira com que os grupos Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) organizam suas ocupações, táticas e construção de conhecimentos específicos.

Sendo assim, identificamos que a cultura se articula nos territórios de variadas maneiras ou dimensões, tais como a **cultura imaterial**, aquela que diz respeito às práticas, ofícios e tradições; **cultura material**, aquela que diz respeito ao patrimônio como monumentos, casarões, espaços, memoriais, praças; **cultura organizacional,** que diz respeito às formas de atuação, metodologias populares, estratégias e práticas de enfrentamento dos conflitos existentes; cultura artística, aquelas manifestações e práticas que dizem respeito ao fazer artístico, à economia criativa, lazer, entretenimento, grupos de teatro, de hip hop, de dança, grafite, bandas, etc.; **cultura e memória,** memória dos locais e sua gente, história de formação e resistência de bairros e ocupações; e **cultura religiosa,** aquela que diz respeito às manifestações religiosas, independente de crenças. Tais dimensões se encontram misturadas e interseccionadas e, em algumas comunidades, umas se tornam preponderantes em relação às outras.

Nos próximos parágrafos serão apresentadas as percepções obtidas nessa experiência, sendo relacionadas diferentes dimensões culturais através de uma abordagem focada na dimensão organizacional, dimensão que mais

62. Sétima etapa aqui diz respeito à grande reforma do Centro Histórico de Salvador que teve início a partir da segunda metade dos anos 1980 e que se configurou com um dos maiores processos de remoção de moradores locais ocorridos em áreas urbanas no Brasil. A sétima etapa (num total previsto de 10 etapas) é um dos poucos locais do bairro Pelourinho que ainda não foi reformado e onde um movimento de moradores resiste à desocupação por parte do poder público.

se destacou durante a experiência. Tais percepções pretendem articular o conceito multidimensional da cultura com o que Henri Lefebvre (2001) chama de direito à cidade, um direito que só pode ser conquistado a partir das práticas, ações e, sendo assim, através da própria cultura.

Steven Ott, professor de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de UTAH (EUA), entende que a cultura organizacional envolve uma força invisível que estaria por trás do observável, uma energia social que move as pessoas a agirem (OTT, 1989, p. 50 apud PICKINA, 2008, p. 49).

A dimensão organizacional da cultura foi percebida nas práticas associativas, autônomas, artísticas, nas lutas, conflitos, ocupações e/ou na própria condução da vida, através da organização e cooperação voluntária de pessoas com objetivos comuns. Ao mesmo tempo, tal organização não deixa de ser conflituosa com as práticas organizacionais formais e hegemônicas determinadas pela sociedade brasileira. Para Fernando Prestes Motta, são características gerais da organização da sociedade brasileira: ser coletivista, onde o social é mais importante do que o individual; a existência de uma distância de poder muito grande entre os grupos sociais; e uma busca com afinco para evitar as incertezas, o que mostra que as organizações nessa sociedade são muito burocratizadas e muito hierarquizadas. Para ele, a distância de poder é tão grande quanto a distribuição de renda e tem muito a ver com o passado escravocrata do país que se desenvolveu como economia de extração, tendo seus recursos, inclusive humanos, explorados ao máximo na relação das organizações com a sociedade (MOTTA, 2000).

5.2.2. “A gente também é a cidade”

Salvador é frequentemente atrelada à imagem da cidade da multiplicidade. Uma cidade multirracial, com população majoritariamente negra, e que apresenta diversificadas manifestações culturais, elementos que, em conjunto, conformam a riqueza cultural da capital baiana. Porém, o que se visibiliza dessa multiplicidade, não abarca a variada cultura que vem sendo produzida em muitos de seus territórios. Ao contrário, frequentemente usada pela indústria da cultura, do turismo e pela gestão pública, a bandeira da diversidade “escolhe” o que revelar e o que esconder, a depender dos interesses do capital.

Partindo de um diálogo com Milton Santos (2012), que descreve uma cidade dividida entre áreas opacas e áreas luminosas, temos que as áreas luminosas são aquelas por onde circula, de forma mais intensa, a modernidade globalizadora. São as frações da cidade dotadas de densidade técnica e informacional, os locais da produção e do consumo, sintetizados pelo conceito de cidade formal. Opostamente às áreas luminosas encontram-se as áreas opacas, marcadas pela escassez ou pela ausência dos atributos presentes naquelas. As áreas “opacas”, segundo o autor, são os espaços onde vivem os pobres, os excluídos, as minorias. As áreas opacas, não são identificadas apenas pela falta, mas são os espaços da “contrarracionalidade”, ou de outras formas de racionalidade, em função de sua insubordinação completa à racionalidade hegemônica:

> *[...] são contrarracionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades. (SANTOS, 2012, p.54)*

Das áreas opacas, entre marginalizados social, econômica e geograficamente, emanam outros discursos da cidade, considerados “irracionais para usos hegemônicos” (SANTOS, 2006, p. 210), sendo por isso obscurecidos ou calados. São áreas opacas porque sobre elas não é permitido que se lance luz, não lhes é permitido aparecer, nem que suas manifestações de resistência cheguem à superfície. No entanto, chamando outro texto do mesmo autor para esta interlocução, fica evidente que tal relação se realiza de forma menos apartada e mais complexa do que uma leitura tendenciosa que considere esse binarismo (opaco-luminoso) como totalizador e estável nas relações e dinâmicas urbanas. Milton Santos, se debruça em estudo sobre os subúrbios de Salvador para entender fenômenos do centro, indicando que há dinâmicas que estão em diálogo, não em oposição simplista. Ou seja, as periferias estão em disputa, mesmo que seja desigual, por seu protagonismo desde sempre e talvez a própria existência desse debate dentro do intercâmbio ter acontecido em um espaço como o Acervo da Laje seja, no Subúrbio Ferroviário, seja uma demonstração disso.

O que temos visto nos últimos anos em relação à essa distinção entre áreas luminosas e opacas é que as periferias têm se insurgido principalmente através do campo da cultura, das artes e da memória como instrumentos para acessar essa dita "luminosidade". Essa perspectiva de entendimento significa uma apropriação e complexificação de tais conceitos. Atualmente, as periferias são constituídas por espaços que disputam narrativas através de espaços culturais, fazeres artísticos e busca por igualdade em editais públicos, espaços colegiados de cultura nos âmbitos municipais e estaduais. Além de ter conquistado, por conta dessas pressões, como afirmou o representante da Fundação Gregório de Mattos, da Prefeitura Municipal de Salvador, Edwin Neves, a nova formatação de editais por territórios, para que haja uma descentralização de recursos e um maior alcance de propostas nos territórios periféricos. Isso só foi possível por conta da pressão popular e da organização dos territórios. Neste sentido, atualizam os conceitos que distinguem os territórios entre áreas opacas e luminosas, pois reivindicam um olhar para o mundo da vida das periferias enquanto mundo

da vida no qual historicamente- apesar das dificuldades estruturais de uma cidade hegemônica em suas políticas para os mais vulneráveis -, se mobiliza para lutar pelas suas vidas, pelos seus direitos e ainda assim, agora, por essas dimensões da história, da memória e das artes. Resumir, neste sentido, um território à opacidade é retirar o protagonismo de sua população.

Na esteira dos espaços opacos e luminosos, outra conceituação que comumente incide sobre os espaços da cidade, diz respeito à ideia de periferia. A Fundação Tide Setubal (2017) define periferia pela distância ou pela falta, em torno dos que não possuem em relação aos espaços legais da cidade. O Acervo da Laje, no entanto, localizado nessa periferia, mostra que espaços luminosos e opacos se entrelaçam nas dinâmicas da cidade e indicam que no mundo da vida há possibilidades de promover esses deslocamentos contra tudo aquilo que a hegemonia tenta invisibilizar.

Segundo a professora Ana Fernandes, "a produção comunitária e a produção dos pobres traz uma riqueza absolutamente fundamental para nossa continuidade enquanto nação". Porém, ela acrescenta, "a realidade dos pobres no Brasil, em especial da população pobre de Salvador, é a de que são tratados com um nível de preconceito e ilegitimidade política, por qualquer que seja a vertente política instalada no País", afirmou a coordenadora do grupo de pesquisa Lugar Comum da FAUFBA, durante a Roda de Diálogo Cultura e Memória, realizada no Acervo da Laje, no dia 07 de maio de 2019, como iniciativa da edição 2019 do intercâmbio. Este espaço coletivo foi proposto também com a intenção de articular essas dimensões que são negadas a partir de outros lugares, com a intenção de fortalecer grupos sociais historicamente excluídos.

"A gente também é cidade" foi uma frase repetida em diversas ocasiões e que demonstra a consciência das divisões que imperam na cidade. A reivindicação por ser parte real da cidade de Salvador, não apenas pertencente ao seu limite geográfico, esteve presente na fala de todas as lideranças dos coletivos e movimentos acompanhados no intercâmbio. A impressão do estereótipo da criminalidade, do racismo, do tráfico de drogas e da violência sobre os territórios periféricos[63] são fatores importantes para o silenciamento e ocultação de áreas, consideradas por alguns, indesejadas na cidade. Há de convir que tal situação está presente na cidade como um todo, embora mascarada onde se deseja, e colocada em evidência naqueles que se quer criminalizar. Foi frequentemente denunciado também o uso dos produtos culturais dessas localidades nos espaços legais da cidade, nas áreas luminosas, fazendo o uso da produção, mas invisibilizando o produtor.

O depoimento de Roque dos Santos Oliveira (Seu Roque), liderança da Associação dos Moradores da Nova República, que integra o território denominado Nordeste de Amaralina, elucida essa denúncia.

Nós levamos mais de 20 anos para regularizar o carnaval do Nordeste de Amaralina. Quando era ilegal, a gente não tinha problema nenhum com segurança. Agora que regularizamos tem um batalhão de polícia em cada esquina. O Forró da Sucupira é outra festa do bairro que também foi regularizada. Mas quem comanda agora é o Pacto pela Vida. Para a gente fazer qualquer coisa, a gente precisa falar com a polícia.[64]

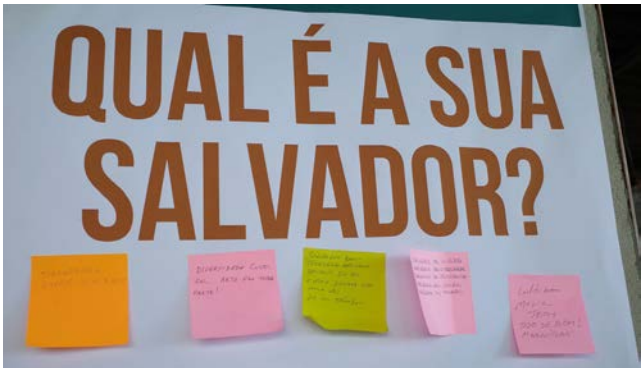
As representações estereotipadas das periferias frequentemente são fatores de orientação quanto aos investimentos em políticas públicas, gerando um ciclo vicioso que acaba por reforçar processos de expropriação material e apropriação simbólica fragilizando as estratégias coletivas construídas para o exercício do direito à cidade, como denuncia o "Manifesto das Periferias" (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2017).

A cultura é um espaço de disputa, produzida nas áreas opacas, busca criar condições de enfrentamento das forças que operam pelo seu silenciamento. Essa condição antagônica não é livre de contradições, mas permite transitar entre a resistência e o legitimado, criando táticas de visibilidade e de permanência. Apesar das duras críticas quanto aos constantes movimentos de "exclusão participativa" da cidade, em especial no âmbito cultural, quando questionados sobre a Salvador que enxergavam repetia-se a máxima da "cidade da diversidade", "Salvador da cultura", "Salvador da arte em toda parte", como foi expresso no cartaz produzido pelas lideranças para a Roda de Diálogo:

63. Falar em periferia neste trabalho é se reportar aos espaços, sobretudo os residenciais, que foram sendo incorporados à cidade sem, no entanto, estarem necessariamente situados fisicamente longe dos centros de poder. É mais uma periferia social, pois é resultado de um mercado de trabalho e de formas de acesso à terra excludentes, do que uma distância geométrica puramente física.

64. Fala proferida por Roque dos Santos, liderança do Nordeste de Amaralina, durante a Roda de Diálogo Cultura e Memória realizada no Acervo da Laje, no bairro de Plataforma, em Salvador, no dia 07 de maio de 2019. Todas as falas proferidas pelas lideranças comunitárias foram extraídas desse evento.

Figura 5.4 – *Pôster "Qual é a sua Salvador?" produzido para a Roda de Diálogo de Cultura. Fotografia dos autores, 2019.*



As questões colocadas, quando analisadas em conjunto com a vivência e com as falas nas conversas e visitas realizadas, revelam um desejo de reconhecimento como parte da cidade como um todo, como ela se revela. Mais do que compor o território abarcado pelos limites geográficos, anseia-se ser reconhecidamente cidade. Como foi dito por Ana Caminha, líder da comunidade Gamboa de Baixo:

> *"Existe uma tentativa de destruir as comunidades pesqueiras de Salvador. Nós estamos lutando contra essa exclusão e essa tentativa de apagamento da nossa cultura. Precisamos fortalecer a cultura da pesca. A Gamboa é uma comunidade de pescador. A gente quer ser respeitado como pescador."*[65]

No encontro com esses grupos, além de uma disputa territorial e de permanência, deparou-se com uma disputa pela sobrevivência, do corpo e da memória, uma disputa pela legitimação dos seus territórios, pelo reconhecimento da cultura produzida e vivenciada nessas comunidades. O posicionamento de resistência contra hegemônica no âmbito cultural só pode ser entendido dentro das relações sociais, pois envolve outros fatores relativos ao cerceamento de direitos. A cultura representa, portanto, uma via de enfrentamento na qual o objetivo é a dignidade da vida humana. Para além de ser um meio para inserção econômica de seus atores, a cultura, desta forma, expressa a disputa política e social, pelo direito à cidade.

Para José Eduardo Ferreira Santos, o trabalho que o Acervo da Laje realiza no Subúrbio Ferroviário de Salvador junto com artistas, moradores, professores e estudantes "provoca encontros que a cidade sempre apartou", porque historicamente os encontros promovidos na periferia sempre foram mediados por pessoas "de fora". E acrescenta, "a cultura é que dá vida às comunidades":

É preciso criar símbolos dentro da cidade de Salvador fora do eixo central. Salvador só vai ser a capital da diversidade se valorizar isso aqui. Esta concentração das ações culturais no centro da cidade vai se esgotar, assim como este modelo de patrocínio à cultura através das cervejarias.[66]

Na periferia são produzidos todos os tipos de artes. Silenciados ou legitimados, estão à venda por preços irrisórios nos espaços legais da cidade. O Acervo da Laje desempenha um importante papel no resgate e promoção da memória do subúrbio e periferias de Salvador. Por meio de um intenso trabalho de curadoria das obras (especialmente em artes visuais) dos artistas provenientes desses espaços e divulgação das mesmas em exibições fixas e itinerantes e projetos de aproximação entre artistas e população, o Acervo da Laje desempenha um importante papel na manutenção da vivacidade da memória e da cultura produzida nas áreas opacas de Salvador, nos espaços desses mesmos territórios. Um dos idealizadores do Acervo da Laje, José Eduardo, afirma:

> *"A gente começou a entender que se a gente não se valorizar, se a gente não valorizar a nossa memória, a nossa cultura, aquela elaboração estética que foi feita pelos nossos artistas locais, a nossa história, a gente vai se reduzir e se deixar colonizar de novo."*[67]

Para ele ainda, "periferia é vanguarda":

Estamos povoando este lugar com ideias, com arte, com cultura. É diferente do patrimônio que chega até as comunidades de forma hegemônica e que não deixava a gente respirar. Você não conciliava as palavras periferia e arte, periferia e beleza.[68]

Os diálogos, trabalhos de campo e relatos de experiências das lideranças dos movimentos sociais, ocupações e coletivos urbanos evidenciaram territórios estigmatizados e invisibilizados. Entretanto, é a presença, potência e rede de relações de tais comunidades que iluminam suas próprias estratégias e o vislumbre de uma cidade democrática.

Nesse sentido, podemos falar em "práticas autônomas" constituídas por um fazer orientado pela mudança, pela humanização, pela dignidade das pessoas. São práticas geradoras e promotoras de descobertas e buscas, que

65. Fala de Ana Caminha. Ver nota 7.
66. Idem nota 7.
67. Fala de José Eduardo. Ver nota 8.
68. Ibidem.

promovem a socialização e a política ao romperem com o medo, a apatia, a incredulidade, o ceticismo, criando possibilidades de pensar e construir futuros e ativando o sujeito em sua totalidade. São práticas que configuram subjetividades insurgentes que se reconfiguram em sua autoprodução, conforme sugere o trecho:

Queremos enfatizar a necessidade de recuperar sujeitos plurais capazes de desdobrar sua subjetividade para se autoproduzir histórica, social e culturalmente, enquanto produzem o mundo social e seus universos de sentido (Berger e Luckman: 1983, 1995, Zemelman, 2005), sujeitos que só podem configurar-se a partir de suas próprias formas sociais e culturais de ver, pensar e sentir o mundo, o outro e sua realidade, isto é, a partir de seus próprios sentidos como sujeitos, como comunidade social e cultural, como cidadãos e cidadãs, que em sua autoprodução vão se reconfigurando. (ZEMELMAN, 2004 apud ALVARADO, 2008, p. 9-10).[69]

5.2.3. A cultura na experiência da luta por moradia

Interagindo e muitas vezes contrapondo-se às noções comuns do que seja uma organização, foram identificadas práticas coletivas autônomas que buscavam defender interesses comuns ligados à luta por direitos básicos estabelecidos na Constituição, como à melhoria na qualidade de vida das comunidades. Os coletivos e movimentos abordados aqui são organizações que demonstraram o investimento de esforços muitas vezes além das possibilidades, movidos por necessidades urgentes que não se calam e não os deixam calar. De onde vem essa força?

Cada lugar tem uma dinâmica própria em função das memórias e significados ali cultivados. Apesar de haver uma uniformidade nos discursos de luta e resistência entre esses coletivos, a forma de organização interna dos mesmos é diversa, sendo influenciada também por uma cultura local, própria de cada território, guiada por lideranças aguerridas que agem de maneiras particulares.

Qual seria a relação entre cultura e liderança? Segundo Bass e Avolio (1993), normas culturais surgem e mudam em virtude do posicionamento e direcionamento dos líderes, onde eles focam suas atenções, como reagem às crises, seus modelos de comportamento e o perfil das pessoas que atraem para suas organizações.

Nessa experiência de intercâmbio, observou-se através dos relatos da atuação dos movimentos por moradia MLB e MSTB, que a cultura organizacional relaciona-se com a força de suas lideranças. Sendo o imaginário um elemento fundamental na instituição do real (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2017), nestes coletivos, o imaginário é fortalecido pela atuação das lideranças. Ao se ocupar de espaços para morar, sem propriedade dos mesmos, criam uma inclusão forçada na cidade. Assim, os movimentos sociais e organizações de resistência como o MLB e o MSTB, tentam alterar uma ordem estabelecida e forçam a transformação de uma condição de informalidade reivindicando o direito à moradia.

Segundo Wagner Moreira Campos do MSTB, neste movimento as lideranças se organizam a partir de um colegiado, que pensa as estratégias, e de coordenações estaduais e locais, que atuam sem hierarquia e deliberam decisões. O MSTB se organiza em núcleos, que recebem pessoas em situação de vulnerabilidade e as prepara, do ponto de vista físico, psicológico e político, para realizar a ocupação propriamente dita. As ocupações também organizam espaços de referência territorial, que têm a função de reunir e suprir demandas coletivas básicas das comunidades.

O MSTB, em momentos anteriores de luta pelo direito à moradia, priorizou terrenos públicos com o objetivo de pleitear a realocação das famílias para as casas do programa Minha Casa Minha Vida. Conforme explicado por Wagner, essa dinâmica demandava das lideranças atribuições como a realização do cadastro social das famílias para que pudessem acessar o benefício, desviando-as das lutas e processos de negociação. Além de alojar famílias, advindas de diferentes ocupações da cidade de Salvador, em um território periférico do ponto de vista geográfico e de infraestrutura urbana, as habitações oferecidas pelo Minha Casa Minha Vida não atenderam às condições mínimas necessárias. Dentre os problemas identificados, o Programa também não considerou a gestão da mudança na dinâmica organizacional da comunidade, exigindo documentação e o pagamento de taxas de serviços básicos.

Nesse contexto, os moradores do Condomínio Bosque das Bromélias, um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida, advindos originalmente de outras ocupações, se organizaram tendo como liderança a moradora Maria Lucianne Lobato Ferreira, conhecida como Lôra e integrante do MSTB, e criaram um núcleo dentro

69. "Se quiere enfatizar en la necesidad de recuperar sujetos plurales capaces de desplegar su subjetividad al autoproducirse histórica, social y culturalmente, al mismo tiempo que producen el mundo social y sus universos de sentido (Berger y Luckman: 1983, 1995; Zemelman, 2005), sujetos que sólo pueden configurarse desde sus propias maneras sociales y culturales de ver, pensar y sentir el mundo, al otro y a su realidad, es decir, desde sus propios sentidos como sujetos, como comunidad social y cultural, como ciudadanos y ciudadanas, que en su autoproducción se van reconfigurando." (ZEMELMAN, 2004 apud ALVARADO, 2008, p. 9-10)

Figura 5.5 – *Visita ao espaço de referência territorial conhecido como "casarão" na Ocupação Guerreira Maria Felipa, do MSTB. Fotografia de Gabriela Leandro Pereira, 2019.*

do conjunto para pensar como resolver a questão da moradia digna, que não havia sido contemplada pela política pública. A partir de uma reflexão sobre este processo e as reais demandas dos moradores, a organização decidiu, então, ocupar área particular não construída, próxima ao Condomínio, chamando-a de Ocupação Guerreira Maria Felipa, pressionando o Governo não mais por moradia e sim pela posse da terra. O sentimento de autonomia que não se tinha no condomínio passou a ser valorizado, e este formato de organização uma referência a ser buscada.

Quando esses moradores, insatisfeitos com as condições inapropriadas no condomínio iniciaram a ocupação da área vizinha, a resistência do proprietário juntamente com o apoio policial foi imediata. O conflito foi mediado nessa primeira instância através de dois assessores jurídicos do MSTB e da resistência de cerca de 30 pessoas no local que sofreram ameaças e ataques da polícia.

Dentre as características específicas organizacionais da Ocupação Guerreira Maria Felipa, foram observados que o planejamento prévio e participativo da localização e dimensão dos lotes, limitou o número de ocupantes, e priorizou idosos e pessoas com necessidades especiais. Essa organização foi importante para o processo de ocupação na medida em que evitou conflitos e agilizou a ação da ocupação. Outra característica específica foi o fato de que a ruína de uma edificação na área foi transformada em um espaço de referência territorial, chamado na comunidade de "casarão". Para seu funcionamento eles buscaram apoio de equipamentos e materiais que atendiam às demandas dos moradores, como brinquedoteca, a biblioteca e aulas de reforço escolar.

Segundo o depoimento de Lôra na visita do grupo do intercâmbio à ocupação, as crianças do movimento que passam a morar com suas famílias nos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida perdem o vínculo com a cultura de lutas. Ela citou diversas ações desenvolvidas na ocupação Guerreira Maria Felipa para resgatar a "consciência" como o Grupo Juventude Negra Viva, que trabalha com a metodologia do "Teatro do Oprimido"[70] e os encontros festivos, realizados em datas estratégicas, para fortalecer a economia local, o sentimento de pertencimento e os laços afetivos. Lôra mostrou com orgulho um banner com a foto da sua filha chamada Maria, pendurado na parede da sua casa na ocupação, e contou que o nome dado à ocupação foi uma homenagem à sua filha que na época do assentamento era pequenininha. Demonstrando valorizar a cultura que passa de geração em geração, Lôra cita o exemplo de ancestrais, como Maria Felipa, líder negra da Guerra de Independência

70. Técnica desenvolvida pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal (1931-2009).

da Bahia, para “ousar e resistir”, e com esse gesto demonstra um caminho que pode ser trilhado pela sua descendência.

5.2.4. A cultura do cuidado

Durante a visita, foi notável que a socialização dessa comunidade ocorre em espírito de cuidado individualizado e mútuo. Falas como “Depois passe lá pra ver como dona Ana tá e como dona Ruth tá!”, são demonstrações desse espírito de cuidado entre eles, assim como Lôra guiando duas pessoas cegas pela ocupação.

Um importante pensador da educação e democracia na América Latina, o filósofo e educador colombiano, Bernardo Toro, chama a atenção para um novo paradigma do desenvolvimento das sociedades: o cuidado. Este substituiria o paradigma da conquista, no qual o planeta sofre atualmente (TORO, 2013). Para Geert Hofstede, psicólogo holandês e pesquisador de organizações, em muitas sociedades são valores masculinos a orientação para o material e valores femininos a orientação a compaixão, negociação, qualidade de vida, entre outros (HOFSTEDE, 2010, p.140).

Elson (1998) enfatiza que gênero não é um tópico em si, mas sim uma possível desagregação a se ter em conta ao estudar um tópico. Ela cita um corolário desse raciocínio:

> *"não existe conjunto pequeno e independente de `questões femininas`, que pode ser associado a uma análise definitiva. Pelo contrário, muitos problemas típicos na alocação de recursos tornam-se mais bem iluminados quando a análise é desagregada por gênero" (COLLIER, 1990 apud ELSON, 1998, p.159).*

É certo que valores variam entre diferentes culturas, e variam, também, dentro de uma mesma cultura diversa como a que há no Brasil, entretanto, considerando os valores tradicionalmente cultivados de maneira hegemônica na nossa cultura, é fundamental se considerar a questão dos papéis sociais associados aos gêneros feminino e masculino.

Segundo Lôra, na ocupação Guerreira Maria Felipa a maioria dos moradores são mulheres, solteiras e tem filho. Para ela, a mulher está nas lideranças dos movimentos e na comunidade, é agente de manutenção tanto da capina dos quintais, quanto das lutas e manifestações culturais. A importância dessas mulheres participarem dos movimentos se expressa tanto na coragem do confronto, alimentada pela necessidade de cuidar e dar abrigo aos seus filhos, quanto pela sua emancipação política, quando passam a liderar grupos, participar de debates e negociações.

Além disso, o forte protagonismo feminino em questões fundamentais como propagação de saberes ancestrais, condução de ações educativas, políticas, culturais e econômicas, foi apontado como uma das potências das periferias, no documento “Carta da Maré” (FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2017).

A antropóloga americana Ruth Landes, em 1938, ao vivenciar e experimentar o candomblé e se impressionar com o lugar das mães-de-santo na sociedade baiana, passou a refletir sobre a sua própria condição feminina, a partir dessas mulheres negras, fazendo uma leitura sensível do poder que ela própria detinha (ABREU, 2003). Na nossa experiência, uma aluna baiana do intercâmbio, relatou que ao assistir uma apresentação de percussão ocorrida no espaço do Grupo Arte Consciente, em Saramandaia, foi envolvida pelo poder ancestral daqueles sons e ritmos, sentindo liberdade, força e poder.

A potência do feminino é reconhecida aqui como uma herança da nossa cultura organizacional, observada na atuação das lideranças femininas dos coletivos, nas professoras e alunas do intercâmbio, e em especial, na liderança exercida por Vilma Soares Ferreira Santos, do Acervo da Laje, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Vilma não atua no enfrentamento direto, porém, enfrenta, sofre e luta na guerra pela existência coletiva digna, usando como arma a influência dos seus valores passados através do seu exemplo. Atuando na área da educação há mais de vinte anos, seu propósito na vida parece ser o cuidar do próximo. Trabalha no acolhimento não só dos visitantes do museu, mas também das crianças da vizinhança para as quais se dedica à reforçar a educação escolar, o conhecimento artístico e cultural, além do cuidado da casa, marido, acervo, oficinas, etc. Assim, ela alimenta uma cultura organizacional de agentes de mudanças, com suas visões de mundo, de vida, como resultado de um entendimento surgido da sua própria realidade.

No entanto, tais atuações não à isentam de experienciar com frequência, sendo uma mulher negra, o racismo. Em um dos casos relatados por Vilma, a educadora contou sobre ter sido tratada com rispidez por uma visitante branca no Acervo, presumindo que ela não fosse a coordenadora do espaço, mas uma funcionária a quem teria se dirigido de forma desrespeitosa. Em outro caso de discriminação relatado, estudantes brancas de cine-ma chegaram ao Acervo dando ordens a ela e Leandro Souza, produtor cultural, para supostamente um documentário de universidade, quando na verdade estavam executando um projeto cujo recurso para realização ha-via sido captado através de edital da Fundação Gregório de Mattos, da Prefeitura Municipal de Salvador. A sonegação das informações e a forma impositiva com a qual dispensaram tratamento à Vilma e Leandro demonstram a forma desrespeitosa como são, muitas vezes tratados. As mulheres foram impedidas pelo Acervo de publicizar as imagens gravadas sem a devida autorização, sob pena de serem acionadas judicialmente caso não fossem respeitados. Em um terceiro episódio,

relatado por José Eduardo, o mesmo relembrou sobre o tratamento recebido por uma equipe de reportagem de uma emissora hegemônica da cidade do Salvador, quando concedeu sua participação em uma reportagem mas foi obrigado se retirar do carro da emissora que faria a cobertura do evento em questão, sob a alegação de que a empresa não poderia "dar carona" a participantes de reportagens. Tal postura teria sido também adotada em entrevista realizada com uma Mãe de Santo, em uma reportagem sobre a Pedra de Xangô, quando na ocasião, a mesma foi obrigada a caminhar a pé após conclusão da cobertura, enquanto a equipe se deslocava no veículo. Cenas e atitudes como essas revelam o racismo entranhado nas relações em geral e a necessidade de uma postura vigilante, até mesmo num evento como o intercâmbio.

5.2.5. Organização como força de mudança

Durante o intercâmbio, houve a realização da roda de diálogo Cultura e Memória no Acervo da Laje, localizado no Subúrbio Ferroviário. Foi percebida na ocasião a potência da cultura organizacional, propulsora de uma mudança de hábitos relacionados à promoção cultural na cidade. José Eduardo denominou essa mudança de deslocamento estético, que parece ser resultado de uma emancipação cultural dessa periferia que passa a ser centro, passa a protagonizar a cultura na Cidade. Isso já vem se estabelecendo. O Subúrbio Ferroviário parece estar conseguindo promover a materialização de uma reação autônoma ao processo de invisibilidade estabelecido pela cultura hegemônica.

O próprio José Eduardo, ao ter conhecimento que o tema "Subúrbio Ferroviário: Memória e Cultura" já estava sendo divulgado na cidade como pauta da Agenda da Roda de Conversa sobre Patrimônio Cultural (que faz parte do Programa Salvador Memória Viva, promovido pela Fundação Gregório de Matos e Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Salvador), demonstrou sua satisfação e ao mesmo tempo certa surpresa por ver que, de fato existem mudanças, das quais ele foi força propulsora fundamental.

Outro aspecto a ser destacado como resultado da experiência acerca da cultura organizacional é a percepção da possibilidade de valorização do capital social através de novas narrativas e de redes organizacionais que aos poucos vêm se estabelecendo. Assim como foi expressado, em algum momento por cada coletivo, foi ressaltado por Ana Caminha, liderança da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, a importância da oportunidade de conhecer outras comunidades, assim como a importância do apoio da universidade neste processo de lutas. José Eduardo também ressaltou a importância das redes organizacionais quando fala: "Fazemos juntos, aprendemos juntos. Cultura é construída com isso. Bonito nos ver aqui."

Figura 5.6 – *Roda de Diálogo "Cultura e Memória", realizada no Acervo da Laje. Fotografia de Anna Paula Ferraz Dias Vieira, 2019.*

5.2.6. Considerações finais

É na relação dialógica entre diferentes mundos, que se organizam por lógicas e formas muito distintas e conflitantes, separados muitas vezes por muros concretos e imaginários, que poderá existir algum entendimento organizacional, a algum lugar comum, a partir da compreensão das existências dos diversos territórios constituintes da cidade. A cultura organizacional apreendida nessa experiência foi de coletividade, de escuta, de respeito às existências e diferentes narrativas. Foram percebidas visões e atuações que inspiram todos aqueles que têm aspiração pela justiça social.

As Rodas de Diálogo e as visitas promovidas pelas atividades do intercâmbio se configuraram como espaços coletivos, que geraram aprendizagens sobre as experiências desses diferentes grupos. As reflexões contidas neste artigo, surgiram através da sistematização de conteúdos, das visitas em campo, da organização das rodas de diálogos e promoção dos encontros com representantes dos poderes públicos nas áreas de interesse. As lideranças cobraram desses representantes uma série de ações na direção de um reconhecimento da cultura, memória e história dos espaços periféricos da cidade de Salvador.

Compreender a cidade em sua pluralidade é reconhecer as diferenças e valorizá-las em suas especificidades, em seus territórios e a partir de seus agentes. Valorizar as práticas cotidianas que se fazem em sua potências inventivas, seus arranjos territoriais, sua linguagem e associações nas resistências contra hegemônicas.

O processo de luta pelo exercício pleno do direito à cidade passa pela defesa da cultura praticada nos espaços não legitimados. A defesa de que “ser Salvador” não é caber apenas nos cartões postais da cidade turística, mas é ser parte constituinte da cidade: ser subúrbio é ser Salvador, ser ocupação é ser Salvador, ser periférico é ser Salvador também.

Na afirmação dessa “outra” cidade que se apaga pela visibilidade dada à cidade hegemônica, a cultura em suas várias dimensões, sem dúvida, tem papel fundamental não apenas nas questões econômicas e ofícios que perpassam os atores desses territórios que lutam por existir, mas ela mesma se constitui na substância visível que dá sentido aos processos que, aos poucos, conquistam espaço e modificam as relações de forças dessa mesma cidade.

Portanto, percebe-se que a cultura não apenas tem sido responsável por criar formas de resistência às pressões e desatenção dos poderes públicos, mas ela mesma evidencia as lutas, tanto pela permanência nesses territórios como pelo reconhecimento efetivo dos mesmos pelo Estado.

5.2.7. Referências

ABREU, R. A cidade das mulheres. Mana, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 151-154, abril de 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132003000100012>. Acesso em 08 jun. 2019.

ADICHE, Chimaamanda Ngozi. O perigo de uma história . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVARADO, S.V. et al. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en Jóvenes. Revista Argentina de Sociología, 6 (11), 2008.

BASS, B.; AVOLIO, B.J. Transformational leadership and organizational culture Public Administration. Quarterly, Elizabethtown, PA, v.17, n.1, p.112-121, Spring 1993.

DESCOLA, P. Outras naturezas, outras culturas. São Paulo: Editora 34, 2016.

ELSON, D. Talking to the boys. Gender and economic growth models. In: Feminist visions of development: gender, analysis and policy, edited by Cecile Jackson and Ruth Pearson. London, England, Routledge, 1998. 155-170.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. Carta da Maré - Manifesto das Periferias: As periferias e seu lugar na cidade. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://fundacaotidesetubal.org.br/midia/2483.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 01-23, jul./dez. 1997.

HOFSTEDE, G., HOFSTEDE, G. J. & MINKOV, M. Cultures and Organizations: Software of the Mind. New York: McGraw-Hill, 2010.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MOTTA, Fernando Prestes. Organizações e sociedade: a cultura brasileira. O&S - v.7 - n.19 – Set-Dez, 2000.

PICKINA, T.A.M. Cultura organizacional. Contexto de mudança organizacional. 2008. 68 f. Monografia (Especialização em Gestão de Programas e Projetos Educacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro:

Record, 2012.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TORO, B. Paradigma del Cuidado. Fundación Eco Urbano. Publicado em 5/11/2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nSWqbnd7r2E Acesso em 10 jun. 2019.

6 Appendices/Anexos

Chapter 2

Appendix 2A: 2A: Collectives engaged during this exchange. Source: Report authors with information from previous reports and interviews held in 2019.

Organisation/Social movement/ Neighbourhood	Years of Engagement	Brief Description
MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia/Roofless Movement of Bahia)	2016, 2017, 2018, 2019	Movement that looks at changing urban space through the involvement of homeless citizens. It pressures the state to restore the social functions of abandoned buildings.
MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas/Movement of Struggle in Neighbourhoods, Villages and Slums)	2017, 2018, 2019	Social movement that started in 1999 with the aim of mobilising the working class to establish a different society based on equality, dignity and rights for all. Between 2016 to 2018, 27 families organised around MLB, occupied a building that was abandoned by the State Government of Bahia, The Luisa Mahin Occupation.
AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico/Association of Dwellers and Friends of the Historic Centre)	2016, 2017, 2018, 2019	Residents association founded in protest against the displacement of local people from Pelourinho, the historic city centre of Salvador.
Gamboa de Baixo	2016, 2017, 2018, 2019	Fishing community situated along the south coast of Pelourinho, with a predominantly black population.
Nordeste de Amaralina	2017, 2018, 2019	Neighbourhood characterized by diversity. They have long-standing problems related to the lack of access to infrastructure and services, as well as to a stigma of violence.

Appendix 2B: Methods designed for data collection. Source: Chapter authors

Entry points for the space of dialogue	Urban Collectives	Main Claim	Activities - Research	Final product
Transparency	Saramandaia	Reopening the "House of Workers" and improving the quality of service provided by the "Mother City Foundation".	1. Gathering data on their impact, how it operates. 2. Literature review about employment and training programmes/ neighbourhood plan and management.	- Infographic (data)
	AMACH	Advancing the building of the nursery.	1. Interview community members who would be impacted by the nursery 2. Identify the regulatory barriers 3. Identify vacant buildings in the historic centre that could serve as a nursery	- Infographic (data). - Mapping - Case study of each building
Reclaiming institutional spaces for active participation in decision-making	MLB	Identifying vacant properties in the historic centre for the for social services	1. Identify the specific claim around CE&SE--> What they want to do with the empty places?	
	Nordeste	Community Health Centre	1. Research health policy. 2. Identify % coverage of health services / demographic data 3. Understand need for health centre in the community 4. Map distance of the health services.	- Tables / Infographic (data)
	Gamboa	Providing health services in the community, as these are currently non-existant	1. Health policy (laws) 2. Demographic information regarding health 3. Mapping of health facilities 4. Understanding different types of Services Health (UBS, UPA - emergency, USF).	
		Maintaining collective use and management of the fort	1. How IPHAN and the Secret of poverty alleviation deal with social cohesion? 2. Issues of the use.	Infographic (data)

Appendix 2C: Detailed agenda of rodas de diálogo (CS&S). Source: Collective Spaces and Social Equipment Team, 2019.

Activity		Time
1. Introduction by facilitator		10 min
2. Presentation of movement's experiences and claims		
Transparency of allocation and management of resources	1. EDUCAÇÃO (AMACH) • TAC: determinações e articulações políticas • Demandas e desejos da população e de lideranças de escolas locais de educação infantil • Espaços vazios identificados pela própria AMACH como alternativas para construção da creche	10 min
	2. EDUCAÇÃO EXTRA-CURRICULARES E PROFISSIONALIZANTES (Saramandaia) • Equipamentos sociais e espaços coletivos possibilitam um ambiente seguro para o desenvolvimento e acesso a oportunidades	10 min
	3. PRÁTICAS AUTÔNOMAS (MLB) • Ao possuírem espaço, os moradores do MLB obtiveram sucesso na prestação autônoma de serviços de educação • Prédios abandonados no centro histórico que podem ser usados como equipamento social	10 min
Reclaiming institutional spaces for active participation in decision-making	4. SAÚDE (Nordeste de Amaralina) • Cobertura insuficiente dos serviços. (Nordeste e Gamboa) • Participação da comunidade na redistribuição de equipamentos de saúde. (Nordeste e Gamboa)	10 min
	5. PATRIMÔNIO COMO ESPAÇOS SOCIAIS (Gamboa de Baixo) • Participação na gestão do Forte	10 min
3. Public institutions answer	Silvia Sarno, Arquiteta, Representante da Secretaria Municipal de Saúde	10 min
	Nalim Freitas, Representative from Municipal Secretary of Education	10 min
	Sr Marcelo Tourinho, gerente de Gestão do SUAS, Secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPRE)	10 min
	Cecilia Cardoso, Coordenação de Projetos e Graziane, Gerência de Projetos Sociais da CONDER	10 min
	Mário Vitor Bastos, Coordenador do PAC-Cidades Históricas - IPHAN	10 min
4. Dialogue between social movements and institutions		30 min
5. Next steps & signing of "Letter"		30 min
6. Open the floor for comments		30 min

Appendix 2D: Transcripts of roda de diálogo. Source: Collective Space and Social Equipment Translators and Team, 2019.

08-05-2019

8.00-11.00 AM

Teodoro Sampaio Municipal School - Santa Cruz

Ana Fernandes (UFBA Professor - Coordinator), Dona Helena (Parish Santo André / Nordeste Amaralina), Marcelo Tourinho (SUAS Mandager - President Conselho AS - psychologist), Nalim Freitas (Secretary of education- architect), Mario Vitor Bastos (IPHAN, PAC Historical Cities coordinator BA - architect), Cecília Maria Góes Cardoso (CONDER - Director of Housing - architect), Grojane Amorim (coordinator of Conder Sec.), Marcos (MLB), Cicero (AMACH), members from the different communities, social movements and students.

Content:

The roda de diálogo

The Coordinator welcomed the participants and commented on the activity, explaining the general proposal of the exchange and presenting the seven territories, groups and movements.

- Ana Fernandes: The intention is to build a space for dialogue with the public power. It is important for the representatives to be present and contribute so that a better understanding can be developed on the operation of public agencies.

Ana explains the structure of the roda de diálogo ('Roda').

Participants of the roundtable:

- Eliane Brás ("Cidade Mãe" Mother City)
- Mariangela Campos (Fundação Cidade Mãe, responsible for the Saramandaia unit)
- Marcelo Tourinho (SUAS – Sistema Único de Assistencia Social do Município, e presidente do Conselho de Assistência Social)
- Mario Vitor Bastos (IPHAN, coordenador do PAC Cidades Histórico)
- Cecilia Maria Goes Cardoso (CONDER – Secretaria de Habitação),
- Graciane Amorim (CONDER)
- Vanessa Santos (Diretoria da CONDER)
- Silvia Sarno (Sec. de Saúde)

- Dona Helena: Grateful for being able to participate in the 'roda', introduces herself. She highlights the objective of the theme and explains why the inhabitants chose it. They want residents to be respected in decision making and that public bodies respect rights of the people living in that area. She cites that cites reforms of public spaces are done regardless of their involvement and often the equipment is shameful. For example, in the neighbourhood there is no leisure area. The squares that are being revitalized are "micro", do not meet the demands of children as it uses fragile equipment that breaks easily. "We need to be attentive to the needs." What kind of collective spaces do we expect to be respected? For example, the health center. We are unsure of what the situation is with the multicentre. Will it close? The health facility in Santa Cruz does not work properly as it only has one doctor. The argument of violence appears as a major obstacle presented by the public institutions. "Why is there such violence?" Those who die are young and black. Schools do not develop projects that confront the reality of the residents. Only this (Teodoro Sampaio School). Compare the 'praça nossa senhora da Luz' (Pituba) with the squares of

the Nordeste. "Why are we disrespected? We also pay taxes. " "We are in the struggle to solve the collective problem. The struggle is not individual, it is collective. [; ...] The equipment needs to be valued and built so that people can enjoy it. We are very sad to see that there is no public policy to serve the population in a situation of vulnerability. [...] Our youth is out there. We have a different look at this reality include the community with respect. [...]. The 'CRAS' is a micro-room that only looks at two people. How can it work? We know it's a lot. We have been very sorry for our youth. Each day a young man is kicked to the corner. We do not want more death in our neighbourhood, we want quality education and health facilties. "

" We do not just want food, we want respect, ..."

- Ana Fernandes: summarizes the main points and concerns of Dona Helena's speech
- Cicero: Apologises for the late arrival, highlighting the issue of mobility. He starts talking about the seventh stage of the revitilisation of the historic centre and the TAC signed by CONDER and the attorney general ("procuradoria geral") of the state of Bahia. He speaks about the commission that was created to develop the project of the 7th stage. He highlights the lack of an urban project, and notes that it only includes issues around parking and economic activity, but not social equipment. Through public action they were able to stop the process and in 2002 signed the TAC creating the management committee for the release of the resource to carry out work in regard to social equipment, housing and collective spaces. There are 23 properties and more than 400 housing units. Cicero speaks of the absence of participation in the management of social problems in regard to health, education, etc. The process only takes place in the Public Prosecutor's Office and the Public Defender's Office. Democratic management is about building communication between agencies, between communities, to create together. The drafting of projects by groups and associations is fraught with difficulties. He criticizes the dismantling of the TAC committee, but says that it is not a specific AMACH issue, but affects the entire historic centre, the 7 groups, and other movements in the periphery of the city. In order for these communities to participate they need state support. He ends by talking about the ZEIS regulation project, which did not respect the suggestions made by the community and was implemented without their participation
- Marcos: Talks about the occupations and about the MCMV that raised the question of permanence, for which social equipment is important for the viability of life. "The question of spaces [] is very idle. Which allocations could be given by the government?" The building of the occupation Luisa Mahin that was closed, supposedly due to risk concerns, was contradicted by the research of UFBA teachers. A project evaluating the adequacy of the building for housing was also prepared by an UFBA student who was proved the possibility of staying longer. Due to having this space, it was possible to create free course for low-income students, as well as classes in capoeira and other things, which they now no longer can. "Anyone who says that an entrepreneur/businessman puts money in such situations is a lie. The money is from the State, from the Union. Why not empower people from the community who can contribute? People sometimes have the time but do not have proper guidance. I currently live in Uruguay. It's a proper neighbourhood, but it does not have a UBS! One has to go ten o'clock at night to get a file for the next month. [...] We do not have day care that meets the demand. We heard on the radio that one is being built. We even heard that in four or five years, there will be a polyclinic in the suburban area. But we are concerned about this timeline, it is not seen as a matter of urgency or priority. When we try to access services in another neighbourhood, we do not receive care because our SUS card is from another neighbourhood. The first step is to make things not only for the neighbourhood but for the municipality: Participative Budget. If the community does not go, because of issues concerning transportation then representative/promoters should come to the neighbourhoods. The issues our parents raised we are still talking about today. Time has passed and the community is growing. Time has not stopped. We need to continue with the MLB struggling to build decent housing, but we also have to think about the place. There are several commercial buildings that may be suitable. There are 1500 buildings that do not fulfil their social function. It may not meet the demand for housing, but it could for social equipment or facilities. We do not want to build for the tourists. We want to generate income too. Unemployment of a million and few people is not by chance. "
- Ana Fernandes summarizes Marcus from the perspective of democratic management, and participatory budgeting Inquires about the quota of vacant buildings and against the number of people who need housing. In addition highlights the issues of day care and basic health unit.
- Derisvaldo: He speaks of the House of the worker ("Casa do trabalhador"), that ran until 2008 and today is abandoned. There were several courses and factories that worked on site, for the general community but also for young people and adolescents, and for mothers of families. It contained a broom factory, that does not exist anymore. Today the young people are in the street, with other "brooms", taking care of the corners. That building that we built with so much love, is totally destroyed and the young people and adolescents are in the street. Regarding day-cares and schools, the Conscious Art group is playing the role of school day-care within the neighbourhood. It has capoeira, graffiti, music lessons and other courses.

Through these activities they manage to make the kids stay off the streets. Until one of these days I was guaranteed. Then with the argument that was not appropriate, on account of the ground. But it has a house, it does not fall, and it stays like? Right now I'm coming from Saramandaia. The fight for this square began in 2010. And so far it is not ready. The city hall is there, reopening something that was already inaugurated! It is happening now, an event again, of a square that did not require inauguration. Arriving in the community to decorate, is not giving more. The community is about to explode. There are many troubles. The locals are wanting to leave! The mother city was very special to me. It was very important but unfortunately, the courses that happened there are not happening anymore.

- Ana summarizes: Extra-curricular formation, training to be ready for the labour market, from two experiences: House of the Worker, Mother City. The question of public equipment, more specifically of the square.
- Ana Caminha: She apologized for the delay and gives thanks for this opportunity, that 'Lugar Comum' and the University College London have provided and thanks the public officials for their attendance. Highlights that government and the municipality cannot deal with matters affecting the community alone. The speech is ours, does not weigh in the ears of the secretariat. This moment has to be constant. I hope that this conversation will bear fruits, and that it has continuity in tables of negotiation. She then speaks more about Gamboa and emphasizes that the Mother City has never been there. "It situates Gamboa in the city and the community that it has historically endured. It has been an ongoing struggle to try to get try to get social equipment within our community, the argument is always, the land issue. We have a health unit on Tuiuti Street. After a tragic episode with the police, we managed to open that unit outside of Gamboa, as they argued that it could not be within Gamboa because they did not own the land. The first health agent was not from Gamboa, Francisco, but he had a good relationship with the community. Since Francisco passed away, there has been no agent coming to Gamboa. We need a Gamboan agent to communicate with the community. IPHAN is managing a Fort Project with the Mirim Scout School. The Fort plays an important social role in the community as a collective space. The community holds health fairs, community meetings and other events there. We have requested that the management of the fort be participative. Loosing space for the community, is to take away our strength. We lost Dona Rosa recently, and her desire was for that house to be recovered. When the fort began to collapse we had to convince Rosa to move and she accepted it. Education, I would like the education department to address this issue. Having a day-care centre within the community would be very important for the people who need to work and we have people trained in pedagogy within the community. Mother city ("Cidade mãe"): we need vocational courses in the fishing area, which is expensive. The fishermen have no education, at most primary school until the fourth grade. We need courses that contribute to training in areas that truly are valuable to people. What you offer is very little. We provided service that the state should. We turn the association into a social space. How can we think of collective management, without the state giving us structure to maintain? We have ability but walking together. Do not try to pretend to be good at giving up physical space. We are requesting you engage in this dialogue. A dialogue that this is managed by us, but not by secretaries who only enter the communities in time of election. We are calling you to participatory management, because we know what is important to the community. This meeting in the school is proof and if we go door to door we will see that things are not well.

- Ana Fernandes summarizes: Health agenda, education agenda, day care issue, invitation to mother city, issue of fort / heritage listed, route between federal, state, municipal and local scales where people live.
- Silvia Sarno - architect / health: She already worked in state and municipality, she is very happy to contribute to this conversation. The conversation was very interesting as it touched on many issues concerning children. The child is everything, will be the youth, will be the future. "I feel very happy to be in a time of great change." We are technicians here, not politicians. I can talk about who you need to contact e.g. you can contact ombudsman, the municipal health council (people from various communities), district coordinators (the council is divided into 11 health districts). Silvia agrees to sit with the leaders. About Ana's demand, we'd have to sit with the council. Silvia replies that Multicentro in Nordeste will not close. The contract with 'Santa Casa' is over and a new round of bidding is taking place. The health centre will have a health park, complementary to the city park. Silvia says that the health clinic will not close. She explains that people do not want to work at the post after the incident happened. The solution for now is to make a complementary point in the city park, but has committed to mediate a conversation with the health council. The limit is the budget. If you can build together with the health agents, we can build a lot. But you must have a budget. Knowing who to ask is very important.
- Ana Caminha: asks for a response from CONDER on the construction of the headquarters of association of residents for which there has been no progress update. And in relation to the CONDER's work in the community on housing, as some of the housing is cracking or having structural problems.

- Mother City ("Cidade Mãe"): has partnered with Senai, who is having financial difficulty, but already signalled new courses of the second semester. Saramandaia is a community that embraces. The foundation has no unit in Gamboa.

- Angela-Cidade Mãe - responsible since 2003: In relation to vocational courses. From 2013 to here every year has an industrial sewing course. SENAI's goal is to have 50 people (25 in the morning and 25 in the afternoon). Since the beginning of the year they are researching who could be interested, and only have 8 names. The young apprentice course started with 42 students, and in the second month, it fell to 27. SENAI has the habit of making the places available through the site and they have been able to make face-to-face registrations, but only 50% of the students finished the course. And that leaves little credibility for SENAI to be able to remain present. He had a young apprentice course in dance, but also had issues with attendance. Today the Mother City serves 72 students in the visual arts workshop. In order to meet the young apprentice profile, the class would need to reduce from 72 to 25. There are 152 students, divided into dance, art and theatre workshops. Cultural workshops are offered, including the digital inclusion. The foundation of the Mother City is about training in Human Rights. With all the difficulties we have, we believe we are on the right track. We also receive students with special needs (autistic spectrum, hydrocephalus, TDH ...). Ant steps, we are achieving our goals. The demand for nursery school, proceeds to be discussed fruitfully. Notes that part of our unit is unused because the soil, the water table and the roots of the trees. Suggests that contacts are shared / socialized.

- Cecilia - CONDER: As an architect, I feel like I'm part of this community. CONDER is an executing agency and the demand comes from SEDUR, and also deals with questions posed by the representatives. Responding to CONDER: talks about the restructuring of the board of directors focused on the historic centre, which was merged with housing. The director invited to be here is the director of DIRCAS and DHAB. About the association of fishermen and houses project (15 years ago). Many of the old people have left and we will need to review.

- Vanessa - architect CONDER/ equipment director: A bill was not past to close CONDER. We survived, but a reformulation was made and we are at the beginning of this process. The director today is Sérgio Silva. The movements will need to engage with these new directors. As technicians they are willing to facilitate.

- Graciane - social service - CONDER: Is willing to sit down with Gamboa and AMACH. DHAB (board) works with the socio-environmental diagnosis that aims to build dialogue with the community. We need new formats for dialogue. Example: Ribeira >> We cannot move forward because there is no agreed format with CONDER. As a planning body, it is SEDUR that elaborates the demands and gives direction to CONDER.

- Marcelo Tourino/ President of the fiscal council of social assistance: Thanks for the invitation and agrees on the importance of this dialogue. Talks about the assistance policy >> Refers to the speech of Dona Helena, claiming the CRAS (the demands are not very clear). This yearning for participation is one of the prerogatives of politics. And another principle is that of territoriality. The relationship of the family with the vulnerabilities of the neighbourhood. The policy learns from the experience of the SUS, and works with violations and security of rights. The best-known policy program is the family grant (linked to school attendance and attendance at health posts). The council is in the Oxumaré building. The meetings take place on the last Friday of each month in the morning and are open to anyone who wants to attend. In the organization of politics, one of them is guaranteeing access to information for the population. Ombudsman places: council, workers' forum, users forum (legitimate places of claim). CRAS Nodeste: is a small space of two rooms, does not follow the ideal guidelines. Difficulty in identifying real estate (certificates, declarations, rents, owners with debts of IPTU, real estate without discharge of debts to city hall does not make rent). Another difficulty is the structure of the space: when the owners know that it is the city that is going to rent it, they increase the price (sometimes anticipating the delay of payment), and also the appropriateness of the property in terms of spaces. Service of coexistence and strengthening of ties> work that can be articulated. Answering the question of Cícero> there has been an increase of people living on the street in Salvador (city hall will be signing a census with the Axé project). Therefore they are creating a support Center for these people. There is a team of social workers who approach the street population and refer them to the host units. The historic centre already has an exchage with a women's forum of residents of Rua. In regards to empty properties> supply of goods (housing assistance for those who are vulnerable offered of 300 reais - old social rent). Food aid (monetary value for residents who do not have a home). Another aid of up to 3 salaries will be launched so that the residents who can access housing can maintain it.

- Mario Vitor - architect IPHAN / PAC Historical Cities: Are in dialogue since 2014. The heritage is more the margin of the main theme, although it is acting directly in the historical center. IPHAN, however, has always been distant from community concerns. As the concept of historical patrimony was extended to cultural patrimony it began to recognize the user as important. The agency's performance did however not follow the conceptual change. In the technical part, it is still very focused on the recovery of monuments.

The experience from the historic centre, was a great learning. To IPHAN and its inability to deal with these issues, it was important to partner with the city council who is the one who will execute the project. As for Gamboa, the process of choosing the use of the fort began in 2009. Only in 2013 was there a discussion about the change of the use of the fort. The decision was taken in the technical field, without dialogue with the community, and in practice it was a proposal that the population did not accept. From there, it was mediated with the Ombudsman's Office, but since January last year, but due to the change in judge it has stalled. The university project was discussed, built with IPHAN and adhered to. But the current political moment is not good. The fort project was not submitted for an attempt to access resources from other funds. They need to resume the dialogue with IPHAN to advance the execution of the project, but we are not sure that we will be able to contract the project.

Ana Fernandes presents Lora

- Lora: “Conjunto Bosque das Bromélias”>>> high unemployment. SENAI had courses in 2012 which were valuable. The demands of the “Conjunto Bosque das Broméliase are scattered throughout the secretaries. A community of 2500 families are attending “Cassange”. Demographic details of the two communities (“Bromeliads” 2500 families + “Jardim das Margaridas” 1090 families + Occupation) >> 15 thousand families 300 wheelchair users and 97 cases of microcephaly.
- In order to enable courses the kiosk project was closed.
- There are people who have 9 children.
- The courses they had in civil construction were incorporated in the construction of and were very important
- Schools do not fit all the children, and there is mobility difficulty in travelling to other schools
- Superscription/address > Municipal Health Council: “Rua da Grécia, prédio da Secretaria Municipal da Saúde, Comércio (2º andar).”

Return to movements:

- Cicero: Process that takes years. The kitchen of AMCH made by CONDER was banned by Sanitary Surveillance. It had to be remade by AMACH, with appeal from CONDER. But he could not maintain it. It does not work because they did not know how to do it together.
- Monday it took place a meeting with representatives of the Caixa, where it was highlighted that the State Government failed to fulfil the demands of post-occupation. Why was it not done? On the subject of mental health, the historic center is fraught with problems. Children are smoking crack on the streets. The people did not want POP. Does not work.
- In the Historical center there are two mansions (“nº 16 e 18, rua 26; e na rua da oração, nº 28)” >> works with IPHAN boards. They are empty buildings. Former SEMPO of the city hall is also empty, in the historical centre, of the city hall, which could also be used for social equipment and collective spaces.
- Ana Caminha: Every time we have a meeting, it is with a new technician. We need you to take what we say seriously. Every time we sit down with a team, it's the same thing. I am asking you to take seriously the questions we are presenting you with. Resistance in the streets is happening because at any moment people can die. About the secretary of health, the problem is general. The leadership are having to save medicine for the mentally ill and other illnesses and take the role of the public authorities. About IPHAN, the community is growing. If we do not have a more permanent action and participation, when the fort project comes back, we will not be able to do it anything more.
- Answer by Mario Vitor >> The FMLF had to hire the Fabricio project, it would be important to understand why it has not happened?
- Derisvaldo: The mother city (“cidade mãe“) has problems. What is happening that the children are not staying in the Mother City? You have to see what is happening, where is the problem.
- Dona Helena: Two day care centres were inaugurated, but the day care centres only work half a day. We create spaces that are just there for decoration. Because you have no resource to place full-time employees. About district councils they do not work. In the case of Santa Cruz we have a long history with the health council working from the time of “Imbassaí”. We had a very large turnout to have a decent attendance. How is the Council working? What is the coverage? For the Mother City, they were never here. What courses meet the desires of youth? For social assistance, do you have the possibility of having a CRAS here in Santa Cruz?

- Marcos: How can we contribute to communities? By being a messenger. As technician, I think otherwise ... I have a pen. If I am a technician, an architect, and I am at the disposal of public power, I have to look into this if it was raised by the public. Then yes, go back to the manager, and discuss whether it will address the problematics of the population, or the market or something else. "When a person is a technician and is able to act politically, that is a good balance." The participation of the population in the Pluriannual Plan is an important issue. The housing help is different from the housing aid, because they are linked to different temporalities. My House My Life Entities >> MLB (more facilities to negotiate). It suggests that a calendar can be made within a week. The rent assistance of 300 reais is not enough.

- Lora >> The station at "Jardim das Margaridas" has several empty rooms but not to serve as "Bosque Bromélias". The medicine does not arrive. Opened two years ago and has nothing. The community itself takes care of HIV positive, tuberculosis, stroke, etc.

- 300 wheelers in the same station.

- Day care has stopped working the entire shift and the community has been in day care to ensure that children up to 5 years old can stay full-time. Mother City, why have you not been there from the beginning in the "Bosque Bromélias? For us to get a footbridge the people have to live there. Already it was indicated by the leaderships that the empty rooms in "Jardim das Margaridas" could be occupied by physiotherapists so that the people could reserve the same treatment there.

- Mother City >> At present, the Mother City units have units that serves in some territories. Social workers are hired to work in the units (Canabrava, Saramandaia, Chapada, Bariri, Cajazeiras, Piatã, etc.). The SENAI training course does not give scholarship. The "Jovem aprendiz" does, but it depends on the company hiring the young person. The Piatã unit is the nearest to the Bromelias area.

- Graciane >> recalls Cicero and remembers meeting him about the question of the seventh stage of rehabilitation. Post-occupation forum, where Lora knows her, the Bosque das Bromélias is not operated by CONDER, but by SEDUR and Caixa. For Marcos, the matter needs to be addressed with SEDUR, CONDER only manages the social rent.

- Silvia> on the tax inspection law that state that it can only be spend 50% with personal payment, limiting the hiring of team members. Suggests> The mothers of the community who do not work, organize themselves to take care of other children? Lauricéia, the coordinator of the district is responsible for the Nordeste. She Commits herself to look for the coordinators of each district.

- Marcelo> he has the chance to do crazy activities with CRAS. But according to Lora, the CRAS of San Marcos said that it has no capacity to serve the residents. Nordeste has a CRAS in Santa Cruz, and it is harder to have another close. Regarding POP Street equipment, there is great resistance from the residents, putting pressure on the government not to settle, justifying that this increases the violence. They work with harm reduction measures and all actions need to be consented to by the dependents.

- Mario Vitor> we have to resume, but it is fundamental that the Mario Leal Foundation is in this conversation. You are committed to checking the real estate for the most accurate information. On Demand from the Occupation Luisa Mahin, assumes the failure of IPHAN never work with the housing agenda. IPHAN does not own property in the historic centre. The largest owners are IPAC, Churches and some private owners.

Space opened to the Community and public in general:

- Gil de Leon: represents an institute that represents community of the Chapada do Rio Vermelho with projects of art education. Dialogue is important, but I've specialized in producing solutions instead of just banging my head. Ufba has an important role to play here, but we have a citizen's commitment to do things. People thought that leadership had an obligation to do things here. We call the people to participate but it does not appear. It puts the responsibility on the leadership, but they do not appear. He points out problems in relation to stairs/steps. Where the Headquarters of the Mother City is, we have a problem. We call the public institution because the collection there is not regular. The health facility in Vale das Pedrinhas has the role of "Santa Casa", but we have to ensure that others have the same commitment.

- Lourdinha, School Principal/Director >> thank you for choosing this location, the school is for the community and it is important that it is open. I would like the CRAS to be closer to the school so that the students can move from school to there. We serve over 100,000 people a day, but we do not have any money. There are always accidents and we have to take action with the little resources we have. We ask to show your efforts.

- Maysa: You are a user and a resident of the community. CRAS is failing to play the role in the community. It

does not have accessibility, it has already changed places 3 times. If CRAS is a place for families to have access to public policies it is very much needed. The rooms, have a terrible heat. The writings get wet because of the flooding, there is no accessibility ramp. One hundred thousand inhabitants needed not only 1 CRAS. If you have the basic unit, but it does not cover the whole community. There are uncovered areas. Community workers do a brilliant job in the community, but they must have the conditions to work well.

- Alexandre Almeida: leisure issues, soccer field. They have already asked for an appointment of councillor to reform the field of Bariri, which had adjusted dimensions, but to date has not had community actions. There is a soccer school for children and adolescents. We are running several calls to put social projects in the community. The dona vera de gil institutions, carry out work of the public institutions, but are without oxygen. But we are tired. We really need the secretaries to come and listen to us. Today we even see some projects happening on the part of the city hall. But from state government, we are fully engaged by public safety projects. No more investment in infrastructure or culture. We ask you to take the demands.

- Dona Vera: We took our difficulties to the students of UFBA and UCL and what we decided was that we would take our issues to the public institutions directly. We ask that you technicians take our demands seriously. I want to point out that, the municipality is making decision about our education. The day-care case: when it was built, the municipality said they would implement an “Escolab”, a nursery laboratory, but that was not built. Our day-care needs more child care professionals. There are other problems: cleaning supplies did not arrive. The sub-prefect (position of power) who arrived here but did not stay here. We need to get together, locals, UFBA, student spend more time at UFBA. We have to dig up the deceased (live better) to try to build something.

- Ana Fernandes: reinforces the important role of technicians, and the work of permeability between the structure of the state and social movements, and that in 5 years we can make an assessment of progress.

Appendix 2E: Pamphlet for roda de diálogo. Source: Collective Space and Social Equipment Team and Collectives, 2019.

O objetivo geral desta mesa redonda é promover uma melhor articulação e cooperação com os diferentes níveis de governo na provisão e gestão de equipamentos sociais e espaços coletivos, para assim a avançar no reconhecimento e legitimidade da população marginalizada como também integrante do processo de construção coletiva da cidade.

Transparência e controle social na alocação e gestão de recursos

Reclamação de espaços institucionais para participação ativa na tomada de decisões

Avançar no reconhecimento

Articulação para Gestão Democrática de Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos

PAUTAS

EDUCAÇÃO

- TAC: determinações e articulações políticas
- Demandas e desejos da população e de lideranças de escolas locais de educacao infantil
- Espaços vazios identificados pela própria AMACH como alternativas para construção da creche

PRÁTICAS AUTÔNOMAS

- Ao possuírem espaço, os moradores do MLB obtiveram sucesso na prestação autônoma de serviços de educação
- Predios abandonados no centro histórico que podem ser usados como equipamiento social

EDUCAÇÃO EXTRACURRICULARES E PROFISSIONALIZANTES

- Equipamentos sociais e espaços coletivos possibilitam um ambiente seguro para o desenvolvimento e acesso a oportunidades

SAÚDE

- Manter os serviços atuais do Multicentro de Saúde Vale das Pedrinhas e melhorar o accesso à saúde para gamboa
- Estratégia de consulta e socialização da redistribuição de equipamentos de saúde

PATRIMÔNIO COMO ESPAÇOS SOCIAIS

- Participação na gestão do forte

Articulação para Gestão Democrática de Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos

LEIS

Constituição

Art. 6o São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes

Estatuto da Cidade

Art 2 "A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (...)"

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano

Lei da Transparência
(Lei complementar No 131, de 27 de Maio de 2009)

Art. 1. A transparência será assegurada também mediante: I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (...)

Articulação para Gestão Democrática de Equipamentos Sociais e Espaços Coletivos

EDUCAÇÃO

A educação e cuidado com a infância são formas das mais importantes para a construção social. Por esta razão, a AMACH tem defendido, desde 2005, a construção de uma creche como parte do TAC (Termos de Ajustamento de Conduta), mas sem sucesso. A implementação deste equipamento tem sido impedido por questões relativas à falta de transparência e processos de responsabilização difusa por parte dos órgãos públicos envolvidos.

Por isso, a AMACH reclama a reabertura de espaços de diálogo, existentes anteriormente, para que a efetivação da creche avance. Esse projeto não é importante apenas para o Centro Histórico, mas para a população mais ampla de trabalhadores em Salvador que ali trabalha.

Instâncias atuais envolvidas na questão da creche

Foto do terreno destinado para a construção da creche

Escolas de ensino infantil na região	Crianças matriculadas	Lista de espera oficial	Lista de espera não oficial	horário de funcionamento
Escola João Lino	107 Crianças	26 Crianças	126-146 Crianças	1. turno manhã 2. turno tarde
Escola Paroquial de Santana	145 Crianças	69 Crianças	não temos informações	1. manhã 2. Tarde 3. Integral 8h - 16h

Luciene Gomes dos Santos

Moradora do centro histórico há quase 4 anos

"Tô querendo terminar os meus estudos, inclusive até hoje não consegui nenhum trabalho com carteira assinada, porque muitos pedem experiência. Eu trabalho vendendo um monte de coisas.

Com a creche poderia procurar um trabalho para ter uma condição melhor para tirar o meu sustento e o do meu filho e ajudar a minha mãe também. Tem muitas creches com históricas de maus tratos por aí e por isso eu fico com medo. A creche também deve ser de qualidade"

Isabel Conceição dos Santos

Moradora do centro histórico há quase 20 anos

"Uma creche na comunidade seria ótimo porque a gente vai trabalhar e as crianças teriam onde ficar e o pessoal toma conta, só que nunca tem e assim elas ficam numa lista de espera e assim elas seguem crescendo.

Algumas de nós acabam pagando alguém para tomar conta e nem todos têm dinheiro pra isso ou acabamos deixando com parentes.

A creche facilitaria a vida para que a gente possa trabalhar tranquila. O ideal é que seja uma creche integral."

EDUCAÇÃO EXTRACURRICULARES E PROFISSIONALIZANTES

Em Saramandaia, o que crianças e jovens fazem no tempo livre é uma preocupação dos moradores locais. A ausência ou insuficiência de espaços que ofereçam atividades extracurriculares e cursos de formação colabora para a situação de vulnerabilidade social e econômica em que se encontram. Os poucos projetos oferecidos pelo bairro atualmente, não atendem a demanda, nem pelo número de vagas, nem pela capacidade de atendimento adequado.

Argumento 1: Os programas de educação e treinamento **carecem de recursos** para comprar os materiais, equipamentos necessários e contratar mais professores.

Evidência:
1. Falta de equipamentos, suprimentos e estruturas para projetos inclusivos.

2. Dificuldades na contratação de professores e no aumento do número de vagas.

3. Burocracia governamental.

Argumento 2: O município precisa oferecer **cursos profissionalizantes mais atraentes e diversificados** para preparar os jovens no mercado de trabalho futuro.

Evidências: 1. A falta de cursos atraentes leva a **uma alta taxa de desistência e consequente cancelamento de turmas**.

2. **Os bairros não têm acesso aos processos de tomada de decisão** sobre a implementação de projetos e quais cursos de treinamento devem ser oferecidos.

3. **Muitos jovens** que passam por cursos de formação **ainda não conseguem encontrar emprego** devido à falta de intermediação com empresas conveniadas.

PRÁTICAS AUTÔNOMAS

Em Salvador, até mesmo o arcabouço jurídico reconheceu a função social do espaço e lá construiu instalações, o problema é que não há profissionais para operá-los ainda. Acredita-se, quando dado o espaço, as próprias comunidades podem realmente contribuir para a prestação de serviços. Para a MLB, eles já têm a capacidade e o conhecimento, mas o que eles realmente precisam são espaços e recursos para apoiar sua autonomia para a prática em seu escopo total. Eles têm uma experiência bem sucedida na prestação de serviços de educação autonomamente, quando lhes é dado espaço. Como por exemplo a Escola Popular Carlos Marighella.

"Escolas e outros espaços comunitários são locais de se discutir lutas e inspirações políticas. Nós temos que exigir equipamentos sociais ao estado, mas também entender seus limites."(Fonte: Gregorio, 2018 - Entrevista, Luisa Mahin)

Dados do Projeto Vazios Construído, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação da FAUFBA, 2016.

SAÚDE

Através do trabalho com a lideranças comunitárias e pesquisas, identificamos as seguintes reivindicações das comunidades do Nordeste de Amaralina e da Gamboa de Baixo:

1. Cobertura insuficiente dos serviços

Estimativa de população		
	Censo 2010	Estimativa de acordo com a população
Nordeste	75.084	>100.000
Gamboa	1.037	>2000

A Política Nacional de Atenção Básica, PORTARIA Nº 2.436/2017, diz:

i) - População adscrita por equipe de Atenção Básica (eAB) é de Saúde da Família (eSF) de 2.000 a 3.500 pessoas, localizada dentro do seu território, garantindo os princípios e diretrizes da Atenção Básica.

A infraestrutura da comunidades pode dificultar o acesso dos moradores aos serviços de saúde (Gamboa de Baixo)

Pedido:
- Nordeste de Amaralina: Manter os serviços atuais do MULTICENTRO DE SAÚDE VALE DAS PEDRINHAS.
- Gamboa de Baixo: Melhorar o acesso aos serviços de saúde para a comunidade através de agentes de saúde ou um novo centro para a Gamboa.

2. Participação e socialização da redistribuição de equipamentos de saúde.

- Nordeste de Amaralina: Abrir e manter espaços de consulta e participação popular.
- Gamboa da Baixo: Estabelecer processos participativos na gestão e prestação de serviços de saúde para a comunidade.

PATRIMÔNIO COMO ESPAÇOS SOCIAIS

O Forte de São Paulo é um espaço de importância crucial para a comunidade. Juntamente com a praia, estes são os principais lugares que a comunidade utiliza como espaços coletivos para diversas atividades como celebrações, encontros ou com a finalidade de lazer. Especificamente, tem sido usado para:
- Ampla variação de atividades
- Marco para a identidade e história da comunidade.
- Habitação.

"O Forte è um importante espaço de convivo. Na minha infância eu jogava, brincada, nadava, pescava, tudo isso neste espaço" (Lindaura).

"Dentro do forte tem a minha história, tem a minha vida. Eu vivi a minha infância, eu vivi a minha vida toda dentro daquele forte, então o Forte de São Paulo é a minha história" (Adriano).

Participação

Dado que o forte é uma parte fundamental da Gamboa, é essencial que qualquer projeto relacionado ao forte esteja vinculado a um processo participativo com a comunidade.

Appendix 2F: Photographs from fieldwork. Source: Karla Bachler Paravic, 2019

Collective Space and Social Equipment (CS&SE) Research Team

Institutional representatives and community leaders at roda de diálogo

Ana Caminha, community leader from Gamboa de Baixo, was talking at roda de diálogo

Chapter 3

Apendix 3A: Agenda for Roda de Diálogo 1 – Housing and Popular Economy

***Roda de Diálogo 1*: Housing and Popular Economy**

Date: 6/05/2019

Place: Cultural Center of the City Council

Description:

Focus: Public authorities need to recognise, promote and support space not only in terms of housing as accommodation, but also in terms of its use for income generation.

Common claims:

- **Social housing programmes must meet the real needs of the residents, considering the flexible use of the living space for income generation.**

The inclusion of public policies that consider income generation is almost non-existent in social interest housing programmes. It has been seen that many families use their dwelling to carry out some type of activity that generates income, such as grocery stores, beauty salons, sales of catalogue products. Others use common areas and neighbourhoods to develop their work activities such as restaurants, snack bars, grocery stores, fruit and vegetable sales. In the context of the population served by housing programmes, these activities play an indispensable role in generating income that is responsible for the maintenance and quality of life of families.

- **Demand for greater transparency and accountability in the implementation of agreements that have been signed (for example TAC - 7th stage revitalisation of the city center of Salvador).**

Demand to implement the allocation of commercial points and services in Social Interest Housing programmes, giving evidence of non-compliance with public agreements, as well as the lack of government support and transparency.

- **The relationship between housing and income generation creates important employment and entrepreneurship opportunities that need to be supported by the state.**

Lack of support from the public authorities to implement and promote professional training, aiming to recognise and support the experiences that are developed by the communities, and emphasising the need to give attention and more opportunities to the young population.

Many residents, when unemployed, use creativity to generate incomes, from which the importance of entrepreneurship courses has been raised to broaden these horizons. It was also highlighted, based on the residents' reports, the positive impact of previous experiences of professional training courses to open doors to trade and formal services.

Participants:

Urban Collectives

Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH)

Balanço das Latas Brasil (Saramandaia)

Associação Nova República do Nordeste de Amaralina

Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB)

Public institutions

Municipal Secretariat for Social Development and Poverty Alleviation

Caixa Econômica Federal Bank

Pos-occupation Forum of Social Interest Housing RMS Salvador

Agreements:

a. Implement the allocation of commercial points and services in the areas related to Social Interest Housing programmes, according to residents' demands.
a. Establish follow-up mechanisms so that residents and residents can claim aspects of the quality of housing, as regards their adequacy to the performance of income generating activities.
b. To contemplate in the housing programmes the insertion of activities of generation of individual and/or collective income, as well as professional qualification actions that support these activities To
c. Recognise and promote incentive to the actions of professional qualification and of training in entrepreneurship that already are developed by the Movements, Associations and Collectives of communities.

Photograph of the *Roda de Diálogo*
Roda de Diálogo, Source: Risqa Syakhroza, 2019

Appendix 3B: Agenda for *Roda de Diálogo* 2 – The Right to Remain in a Dignified Way

***Roda de Diálogo* 2: The Right to Remain in a Dignified Way**
Date: 6/05/2019 **Place:** Associations of residents of Gamboa de Baixo
Description:

Focus: Guarantee the right to permanent and dignified housing, which links to the co-creation of participatory processes.

Common claims:

- **Ensure security of housing and permanence**

The state has a responsibility to support communities in their struggle for security to tenure and neutralise speculation. In many cases, throughout the world, ownership or acquisition of individual property of social housing leads to an eventual displacement of the most disadvantaged people and to gentrification. This complexity must be taken into account in the struggle of communities for the right to the city.

- **Ensure the dignity of residents in urban regularisation processes**

In order to ensure the dignity of the residents it must be considered that each culture or society has its own notion of dignity. It is also necessary to understand dignity as a constitutional human right that encompasses other rights such as housing and the right to fulfil the social function of property.

- **Ensure a process of shared creation of urban regularisation plans with popular protagonism**

Currently there are not enough mechanisms for communities to participate in regularisation processes that affect their lives. It is necessary to establish methods of shared creation, including participation mechanisms, transparency and accountability.

Participants:

Urban Collectives

Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo

Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH)

Movimento de Luta Nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)

Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB)

Associação Nova República do Nordeste de Amaralina

Public institutions

Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias da Assembléia Legislativa da Bahia

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA)

Agreements:

a. In order to promote intersectorality and participation, SEINFRA and CONDER undertook to create a Forum involving the residents, the Mario Leal Ferreira Foundation and the Secretariat of the Patrimony of the Union to advance strategies on the regularisation of the five territories involved. For Gamboa, this concerns the regulation of ZEIS-5; for AMACH, this refers to the concessions granted during the 7th stage of the Rehabilitation Programme of the Historic Centre.
b. SEINFRA reported on expanding the scope of the Morar Melhor Programme, pledging to assess the possibility of resuming the activities of the programme in the second half of 2019 in the Nordeste de Amaralina. The ALBA representative committed to contributing to reopen the dialogue on the TAC signed between AMACH and CONDER.
c. Finally, in view of the demand for housing provision, especially pointed out by MLB due to the eviction of the occupation of Luísa Mahin and the insecurity of tenure in MSTB's Ocupação Guerreira Maria Felipa, the representatives of ALBA and CONDER committed to resume and expand the discussion on the rehabilitation of vacant public properties in the city centre of Salvador as 'Housing with a Social Function' and the security of tenure in the MSTB Occupation.

Photograph of the *Roda de Diálogo*

Roda de Diálogo, Source: Herta Gatter, 2019

Chapter 5

Appendix 5A: Research Methods. Source: chapter authors, 2019Source: Housing and the Economy Team, 2018.

Method	Description	Place	Participants	Date
Literature review	Reviewing different literatures surrounding the RTTC, space and social justice and previous Salvador reports.	London	UCL students	March
Presentations	Presentation of the findings of the 2016-2018 Salvador reports.	UFBA	UCL students The collectives UFBA students	April 24th
Group discussion	Drawing from the presentations, students of UCL and UFBA had a group discussion of the methods of data collection and a briefing of cultural dimensions discussed with collectives prior to our arrival.	UFBA	UCL and UFBA students	April 26th
6 Transect walks & 13 Leaders presentation	Members of the community took UCL and UFBA students around their community. They explained various practices and issues of the community along the walk and in the presentation. At the end of the day the students documented the different practices of the community.	Plataforma, Subúrbio Ferroviário	José Eduardo Ferreira Santos and Vilma Soares Ferreira Santos (Acervo da Laje)	April 29th
		Nordeste Amaralina	Vera, Vinho Roque, Maria Helena (Nordeste Amaralina)	
		Guerreira Maria	Wagner Moreira Campos (MSTB) and Maria Lobato Ferreira "Lôra" (MSTB)	April 30th
		Gamboa de Baxio	Ana Caminha (Gamboa)	
		Saramandaia	Alex Sandro Lima "Leco" and Derisvaldo (Arts Consciente)	
		Historical Centre	Jecilda Maria da Cruz Mello "Pró Cida" and Cicero (AMACH)	

Co-production of claims (Space of Dialogue)	This was an open dialogue where the students presented two broad categories the community to identified different problems or concerns surrounding culture and memory. Once the dialogue concluded, UFBA and UCL students found common grounds of the different cultural claims of the communities.	UFBA	- Collective leaders (AMACH, Saramandaia, Gamboa, Nordeste, MSTB) - UCL students - UFBA students	May 2nd
Poster Design	Through the documentation process done on the 29th and 30th April, UCL and UFBA students created posters that showcase the cultural practices of different communities. A prototype was created and then shown to each leader, after this some adjustments were made to the texts and photos for the final version that was displayed in the Roda de Diálogo.	UFBA	UCL and UFBA students	May 2nd
Interviews	Six individual interviews were conducted during the process to draw out further information and make sure the common claims identified were aligned across the collective leaders.	Guerreira Maria	Lora Ferreira "Lôra" (MSTB)	May 3rd
		Gamboa de Baixo	Adriano	
		Acervo da Laje	José Eduardo Santos and Vilma	
		Saramandaia	Allison and Alex Sandro Lima "Leco"	
Participant observation: Graffiti Event	Graffiti is a cultural practice in Saramandaia. The event was a graffiti exhibition held in Saramandaia.	Saramandaia	- Joseval de Jesus "Tito Lama" (Saramandaia) - Jenilton da Silva Santos (Saramandaia) - Students and Staff from UCL and UFBA	May 4th

Presentation of methodology and topics of the Roda de Diálogo to collectives	UFBA and UCL students briefed the community the rundown of Roda de Diálogo.	UFBA	- Ana Caminha (Gamboa) - Vera (Nordeste) - Marcus Riberio (MLB) - Wagner Moreira Campos (MSTB)	May 4th
Roda de Diálogo (Spaces of Dialogue) with three interactive installations	The Roda de Diálogo consisted of a dialogue between the community and institutions facilitated by UFBA staff. The installations: Map Nos somos #SalvadorTambém: UCL and UFBA students created a map where the leaders could indicate where their community is located by placing a sticker on the map	Acervo da Laje	- Ana Caminha (Gamboa) - José Eduardo Santos - Alex Sandro Lima "Leco" (Art Consciente) - Edwin Silva das Neves (Manager Patrimônio Cultural-Prefeitura de Salvador) -Zulu Araújo (Director Fundação Pedro Calmo-Governo do Estado) - Gabriela Gaia (UFBA) Audience: - Member UCL and UFBA - Roque and Maisa - Residents of Suburbio Ferroviario.	May 7th
Final Reflection Event (Space of Dialogue)	This event consisted of staff reflection, community reflection and student reflection.	UFBA	UCL and -UFBA staff and students the Collectives	May 10th

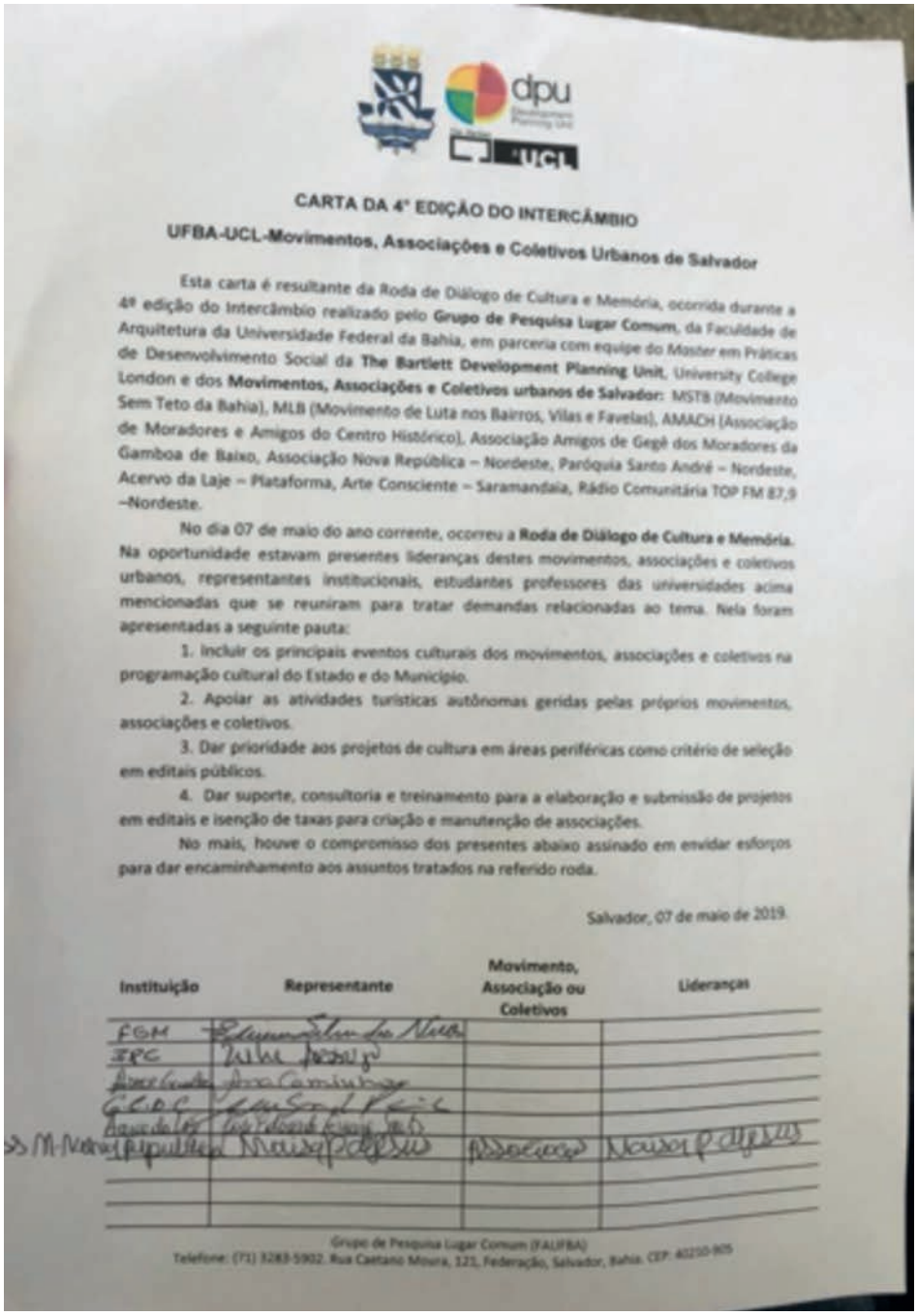
Appendix 5B: Agenda Roda de Diálogo Culture and Memory

Place: Acervo de Laje House 2, Suburbio Ferroviario. Date: May 7th, 2019

Time	Activity
8:15 a.m.	Installations: 5 posters of the communities practices, poster Map Nós somos #SalvadorTam bém, Cultural Calendar and Interactive poster (What Salvador means to you?) Qual é a sua Salvador?.
9:00 a.m.	Introduction - Gabriela Gaia (UFBA)
9:10 a.m.	Collectives
	Lora - Guerreira Maria: Inclusion in cultural programming*
	Ana Caminha - Gamboa: Support autonomous tourist activities managed by communities
	Jose Eduardo - Acervo de Laje: Give priority to the culture projects of peripheral areas.
	Leco - Saramandaia: Support, consultancy and training for drafting and submission of projects in public notices
9:40 a.m.	Institutional
	Edwin Silva das Neves (Manager de Patrimônio Cultural Fundação Gregório de Matos – Pre feitura Municipal de Salvador)
	Zulu Araújo (Diretor Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia),
10:00 a.m.	Discussion
11:30 a.m.	Signing Letter of Agreements (Picture 1)
12:00 m	Closure

*Lora couldn't attend the Roda.

Picture 1. Letter of Agreements



CARTA DA 4° EDIÇÃO DO INTERCÂMBIO

UFBA-UCL-Movimentos, Associações e Coletivos Urbanos de Salvador

Esta carta é resultante da Roda de Diálogo de Cultura e Memória, ocorrida durante a 4ª edição do Intercâmbio realizado pelo **Grupo de Pesquisa Lugar Comum**, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em parceria com equipe do Master em Práticas de Desenvolvimento Social da **The Bartlett Development Planning Unit**, University College London e dos **Movimentos, Associações e Coletivos urbanos de Salvador:** MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia), MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico), Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, Associação Nova República – Nordeste, Paróquia Santo André – Nordeste, Acervo da Laje – Plataforma, Arte Consciente – Saramandaia, Rádio Comunitária TOP FM 87,9 –Nordeste.

No dia 07 de maio do ano corrente, ocorreu a **Roda de Diálogo de Cultura e Memória**. Na oportunidade estavam presentes lideranças destes movimentos, associações e coletivos urbanos, representantes institucionais, estudantes professores das universidades acima mencionadas que se reuniram para tratar demandas relacionadas ao tema. Nela foram apresentadas a seguinte pauta:

1. Incluir os principais eventos culturais dos movimentos, associações e coletivos na programação cultural do Estado e do Município.
2. Apoiar as atividades turísticas autônomas geridas pelas próprios movimentos, associações e coletivos.
3. Dar prioridade aos projetos de cultura em áreas periféricas como critério de seleção em editais públicos.
4. Dar suporte, consultoria e treinamento para a elaboração e submissão de projetos em editais e isenção de taxas para criação e manutenção de associações.

No mais, houve o compromisso dos presentes abaixo assinado em envidar esforços para dar encaminhamento aos assuntos tratados na referido roda.

Salvador, 07 de maio de 2019.

Instituição	Representante	Movimento, Associação ou Coletivos	Lideranças
FGM			
IPC			
>> M-Nova			

Grupo de Pesquisa Lugar Comum (FAU/FBA)
Telefone: (71) 3283-5902. Rua Caetano Moura, 121, Federação, Salvador, Bahia. CEP: 40210-905

Appendix 5C: Posters for de Diálogo Culture and Memory. Source: Chapter authors, 2019

NÓS SOMOS

#SALVADORTAMBÉM

QUAL É A SUA SALVADOR?

Appendix 5D: Collective Claims presented at the Roda de Diálogo Culture and Memory. Source: Chapter authors, 2019.

The claims mentioned in this table changed considerably throughout the process with translation and consultation with community members and UFBA students, but this aims to capture the process of establishing commonality of claims across collectives.

KEY: ✓ = Relevant **x** = Don't want to mention/involve **ø** = Didn't mention **[]** = Uncertain	**AdL** = Acervo da Laje **N** = Nordeste **GM** = Guerreira Maria **S** = Saramandaia **A** = AMACH **G** = GAMBOA

Claims	Who is accountable/ responsible?	Collective Claim?	N	GM	S	A	G	AdL
Institutional: Administrative support and advice for registration, license and documentation in editais and special programmes.	- Fundacao Gregorio de Mattos - Secretario Municipal de Cultura E Tur	✓	✓	ø	✓	✓	ø	[]
Institutional: Free registration to become an association.	- Fundacao Gregorio de Mattos - Secretario Municipal de Cultura E Tur - Secult/BA	✓	✓	ø	ø	✓	ø	[]
Institutional: Prioritize cultural activities of the peripheral areas as a criteria for choosing projects.	- Fundacao Gregorio de Mattos - Secretario Municipal de Cultura E Tur - Secult/BA	✓	ø	✓	ø	ø	ø	✓
Tourism: Include the main cultural events of all communities in the state and municipal calendars	- Secretario Municipal de Cultura E Tur - Secult/BA - SALTUR	✓	✓	✓	x	ø	✓	✓
Tourism: Support for launching autonomous tourist activities led by the community e.g. Gamboa	- Secretario Municipal de Cultura E Tur - SALTUR	✓	✓	✓	x	ø	✓	✓

dpu
Development
Planning Unit

UCL
THE BARTLETT

LUGAR
COMUM